



# UNIVERSIDADE E SOCIEDADE

## CONCEPÇÕES E PROJETOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

MARIA CONSTANTINA CAPUTO  
CARMEN FONTES TEIXEIRA  
(Org.)





**UNIVERSIDADE E SOCIEDADE**

**CONCEPÇÕES E PROJETOS DE  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Reitor

*João Carlos Salles Pires da Silva*

Vice-reitor

*Paulo Cesar Miguez de Oliveira*

Assessor do Reitor

*Paulo Costa Lima*



EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Diretora

*Flávia Goulart Mota Garcia Rosa*

Conselho Editorial

*Alberto Brum Novaes*

*Angelo Szaniecki Perret Serpa*

*Caiuby Alves da Costa*

*Charbel Ninõ El-Hani*

*Cleise Furtado Mendes*

*Dante Eustachio Lucchesi Ramacciotti*

*Evelina de Carvalho Sá Hoisel*

*José Teixeira Cavalcante Filho*

*Maria Vidal de Negreiros Camargo*

MARIA CONSTANTINA CAPUTO  
CARMEN FONTES TEIXEIRA  
(Organizadoras)

UNIVERSIDADE E SOCIEDADE  
CONCEPÇÕES E PROJETOS DE  
EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Salvador  
Edufba  
2014

2014, autores.  
Direitos para esta edição cedidos à EDUFBA.  
Feito o depósito legal.

Grafia atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua  
Portuguesa de 1991, em vigor no Brasil desde 2009.

Capa, Projeto Gráfico e Editoração  
*Rodrigo Oyarzábal Schlabit*

Revisão  
*Leticia Rodrigues*

Normalização  
*Adriana Caxiado*

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Universidade e sociedade : concepções e projetos de extensão universitária / Maria  
Constantina Caputo, Carmen Fontes Teixeira (Org.). - Salvador: EDUFBA, 2014.  
299 p.

ISBN 978-85-232-1325-1

I. Universidades e faculdades - Aspectos sociais. 2. Extensão universitária. 3. Projetos de  
desenvolvimento social. 4. Comunidade e universidade. 5. Cidadania. I. Caputo, Maria  
Constantina. II. Teixeira, Carmen Fontes. III. Título.

CDD - 378

Editora filiada a

  
ASOCIACION DE EDITORIALES  
UNIVERSITARIAS DE AMERICA  
LATINA Y EL CARIBE

  
Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

  
Câmara Bahiana do Livro

EDUFBA

Rua Barão de Jeremoabo, s/n, Campus de Ondina,  
40170-115, Salvador-BA, Brasil

Tel/fax: (71) 3283-6164

[www.edufba.ufba.br](http://www.edufba.ufba.br) | [edufba@ufba.br](mailto:edufba@ufba.br)

# Sumário

Apresentação / 9

Extensão universitária e cidadania: conceitos, histórico e práticas no Brasil e na UFBA / 15

*Daisy Santos de Almeida e Maria Constantina Caputo*

A efetividade da educação básica em promover a aprendizagem cidadã dos alunos: qual o papel das universidades? / 33

*Rosilêia Oliveira de Almeida*

Extensão universitária feminista: espaços de formação para o empoderamento e a equidade de gênero / 53

*Iole Macedo Vanin e Clarice Costa Pinheiro*

Onda Digital: vivências em inclusão sociodigital com uso de tecnologias livres / 71

*Débora Abdalla Santos, Cíntia Mercês Souza, Débora de Almeida dos Anjos e Juliana Maria Oliveira dos Santos*

Comunicação e cidadania: uma busca pelo direito à comunicação / 93

*Giovandro Marcus Ferreira, Clarissa Viana Matos de Moura e Tâmara Caroline Almeida Terso*

Memória social: audiovisual e identidades / 103

*José Roberto Severino*

Diálogos de saberes em atividades de pesquisa colaborativa intercultural, ensino e extensão / 111

*Clelia Neri Côrtes e Carine Monteiro de Queiroz*

**Ressignificando o papel da extensão universitária através da incubação tecnológica em economia solidária: o caso da ITES/EAUFBA / 125**

*Genauto Carvalho de França Filho, Ariádne Scalfoni Rigo, Ives Romero Tavares do Nascimento, Débora Dourado do Nascimento e Magno Willams de Macêdo Farias*

**Museu de Ciências do Cerrado Nordestino / 139**

*Rosana Marques Silva, Daniela Cristina Calado, Jorge Antonio Silva Costa, Loislene Oliveira Brito e Cristiana Barros Nascimento Costa*

**Que Cidade é Essa? / 151**

*Márcio Correia Campos e Any Brito Leal Ivo*

**Educação para a saúde no município de São Francisco do Conde: ações extensionistas da rede de estudos em ambiente e saúde (Recôncavo-saúde) / 163**

*Keina Maciele Campos Dourado, Darizy Flavia Silva Amorim de Vasconcelos, Tamires Cana Brasil Carneiro, Samuel Badaró Junqueira, Ana Tereza Cerqueira Lima, Norma Vilany Queiroz Carneiro, Ana Lúcia Moreno Amor, Paola Vieira da Silva Santos, Neuza Maria Alcântara Neves e Camila Alexandrina Figueiredo*

**A interface entre a pesquisa e a extensão no projeto permanente "AIDS: educar para desmitificar" / 171**

*Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, Vanessa Prado dos Santos e Gleice Kelly Santos Almeida*

**A Classe Hospitalar do Hospital das Clínicas da UFBA: uma expressão da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão / 181**

*Alessandra Santana Soares e Barros, Cristina Bressaglia Lucon, Rosane Gueudeville, Denise Silva de Souza, Maria Celeste Ramos da Silva, Aline Daiane Nunes Mascarenhas, Priscila Amorim, Adriana Santos de Jesus, Livia Viana, Mariam Jalal Husein e Thais Campos de Carvalho*



Caravanas de Saúde do Trabalhador e segurança alimentar para comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos / 195

*Paulo Gilvane Lopes Pena, Lílian Lessa Andrade, Maria do Carmo Soares de Freitas, Thais Mara Dias Gomes, Virgínia Moraes de Moura e Lucélia Amorim da Silva*

Articulação, ensino e pesquisa para o desenvolvimento sustentável e saúde em comunidade quilombola de marisqueiras e pescadores da Baía de Todos os Santos / 217

*Rita de Cássia Franco Régo, Ila Rocha Falcão e Lílian Lessa de Andrade*

As possibilidades da ação extensionista: o caso das trabalhadoras calçadistas da Bahia / 239

*Mariângela Nascimento*

Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência pela dinâmica dos sentidos: atividade curricular em comunidade e sociedade / 253

*Maria Teresa Brito Mariotti de Santana*

A extensão universitária e o reconhecimento do direito a saúde: universidade e escola fomentando o protagonismo juvenil / 275

*David Ramos da Silva Rios, Maria Constantina Caputo e Carmen Fontes Teixeira*

Autores / 291



## Apresentação

A universidade pública brasileira passa, nesse início de século, por um momento particularmente importante em sua história, marcado pela ampliação e diversificação de cursos de graduação e de programas de pós-graduação, com expansão significativa do número de alunos matriculados nos diversos cursos, bem como pelo aumento expressivo do corpo docente e técnico-administrativo, o que tem gerado um crescimento exponencial do número de grupos e linhas de pesquisa bem como a elaboração e execução de projetos e atividades de extensão universitária em diferentes áreas do conhecimento.

A reestruturação acadêmica em curso faz parte de um conjunto de políticas voltadas à inclusão e integração social, as quais, no caso das universidades, se expressa nas mudanças realizadas nos mecanismos de ingresso, através da política de cotas e na implantação de programas de assistência estudantil voltados a garantir a permanência dos estudantes na instituição e a melhoria do seu desempenho acadêmico. Assim, é possível observar que aumentaram as chances de acesso dos filhos da classe trabalhadora aos cursos universitários, embora permaneça um enorme descompasso entre a demanda social e a capacidade de oferta de nossas instituições.

Mais do que acesso, entretanto, é necessário garantir a melhoria da qualidade do ensino e, sobretudo, a formação de profissionais competentes e comprometidos com valores democráticos e solidários que se traduzam em ações concretas que contribuam para a redução das desigualdades sociais e a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nesse sentido, é importante reafirmar que a melhoria no desempenho estudantil depende de um conjunto de fatores, entre os quais, a possibilidade de inserção em projetos de pesquisa e extensão universitária, que contemplem

a inserção dos estudantes em processos de produção, disseminação e utilização de conhecimentos que favoreçam a mobilização, organização e participação social.

Em todas as áreas, observa-se a tendência a conjugar o “modo escolar” com o “modo em serviço” combinação esta materializada na importância atribuída aos estágios curriculares e extracurriculares e às atividades desenvolvidas em comunidade, as quais em maior ou menor grau fazem parte dos projetos político-pedagógicos dos cursos superiores. Particularmente nas últimas décadas, a educação superior tem contemplado a inserção dos estudantes em atividades e projetos desenvolvidos de extensão universitária, constituindo processos de difusão e intercâmbio de conhecimentos, através do diálogo entre o saber científico e a cultura popular, configurando momentos de aprendizagem e problematização dos limites e possibilidades de experimentação de novas práticas no cotidiano do trabalho, da gestão organizacional e de mobilização e a participação política e social no espaço público.

Por conta disso, multiplicam-se os projetos de extensão universitária visando inserir estudantes nos serviços estatais e em outras organizações públicas e sociais que desenvolvem atividades consentâneas com o desenvolvimento sustentável, a melhoria das condições de vida e trabalho, a preservação da memória cultural, a inclusão digital, a promoção da saúde e prevenção de riscos, enfim, um grande número de atividades que tem em comum a inserção na luta cotidiana da maioria da população brasileira pela preservação e garantia dos direitos de cidadania e consolidação da democracia.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), particularmente, a Pró-Reitoria de Extensão, tem registrado um grande número de projetos e atividades, colocando a necessidade de seu acompanhamento e avaliação, de modo a analisar sua contribuição tanto à formação acadêmica dos estudantes envolvidos, quanto o impacto nas condições de vida e trabalho e consciência cidadã das populações-alvo das atividades realizadas.

Nesse sentido, vários docentes inseridos na coordenação e execução de projetos de extensão vem se preocupando em registrar sistematicamente e analisar criticamente os resultados alcançados com a execução de seus projetos. Além disso, algumas das políticas, programas e projetos de extensão vêm sendo objeto de estudos notadamente no recém-criado Programa de Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (EISU), situado no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos.

Com isso, dispõe-se, atualmente, de um conjunto significativo de trabalhos que merecem uma divulgação mais ampla, para além dos relatórios de atividades, parte dos quais constitui o conteúdo desta coletânea, que esperamos, venha a ser seguida de outras publicações que estimulem a reflexão e o debate em torno do papel da universidade pública no Brasil contemporâneo, especialmente no que se refere à elaboração e execução de projetos de extensão que contemplem o fortalecimento de uma perspectiva interdisciplinar, multicultural e radicalmente democrática, aproximando cada vez mais o saber acadêmico das necessidades e demandas, reivindicações e expectativas da população.

Este livro resulta, portanto, de um esforço inicial de convocação aos autores, coordenadores, docentes e alunos envolvidos na realização de projetos de extensão sediados em diversas unidades, departamentos e núcleos de pesquisa e extensão da UFBA, alguns deles, inclusive, realizados em parceria com outras instituições de ensino superior.

A sequência dos capítulos buscou estabelecer certa lógica que parte da revisão elaborada por Daisy Santos de Almeida e Maria Constantina Caputo, que discutem o conceito de extensão e revisam os documentos normativos que fundamentam o processo de institucionalização das atividades de extensão nas universidades brasileiras, acrescentando uma breve revisão da experiência recente da UFBA, especialmente a partir da criação do programa “UFBA em campo”, iniciativa pioneira que deu origem ao trabalho que atualmente se materializa nas Ações Curriculares em Comunidade e Sociedade (ACCS).

Em seguida, o trabalho de Rosiléia Oliveira de Almeida problematiza o lugar das atividades de extensão no âmbito da Universidade, partindo da reflexão sobre a efetividade da educação básica. O capítulo elaborado por Iole Vanin e Clarice Pinheiro aborda a questão da equidade de gênero e avança com proposições inovadoras com relação ao desenvolvimento das atividades de extensão na perspectiva feminista.

A seguir, o leitor é brindado com um conjunto de capítulos que abordam questões relativas às características da sociedade contemporânea, tendo como eixo a problemática da informação, comunicação e cultura, partindo da análise de experiências concretas possibilitadas pela execução de diversos projetos de extensão. Nesse sentido, Débora Abdalla e suas alunas relatam e discutem vivências de inclusão digital e Giovandro Marcus Ferreira e suas orientandas, discutem a relação entre Comuni-

cação e cidadania, a partir do relato das atividades de uma Atividade Curricular em Comunidade que abordou a temática Comunicação, cidadania e democracia.

Ainda na temática cultural, José Roberto Severino relata a experiência desenvolvida a partir do componente curricular “Memória Social: audiovisual e identidades”, ação comunitária destinada à formação para jovens, ativistas da cultura e professores em escolas que pertençam a comunidades tradicionais no Recôncavo baiano, na mesorregião metropolitana de Salvador. Em seguida, Clelia Neri Côrtes e Carine Monteiro de Queiroz expõem o resultado de uma reflexão de quase dez anos de pesquisa colaborativa na perspectiva intercultural, desenvolvida na região do semiárido baiano, território indígena da etnia Kaimbé.

O capítulo colocado a seguir traz à baila questões relacionadas com a busca de criação das bases para uma economia solidária, a partir do relato e análise do caso da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA (Ites/EAUFBA), coordenada por Genauto França Filho, autor do capítulo junto a Ariadne Rigo, Ives Romero, Debora Dourado e Magno Williams.

Em seguida, Rosana Marques Silva e sua equipe relatam o trabalho desenvolvido no Museu de Ciências do Cerrado Nordestino do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Icads), criado em 2009, no *campus* Edgar Santos, em Barreiras, oeste baiano, cujo objetivo é popularizar o conhecimento da fauna e flora do cerrado.

Márcio Campos e Any Ivo nos trazem, a seguir, a reflexão sobre o trabalho desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFBA, em duas edições do *workshop* intitulado “Que cidade é essa?”, evento que problematiza o desenvolvimento urbano da cidade de Salvador, com ampla participação dos estudantes da área.

Os capítulos seguintes tratam de diversos aspectos suscitados pela implementação de projetos de pesquisa e extensão na área de Saúde, com destaque para ações de educação em saúde, como é o caso do capítulo que relata a experiência desenvolvida no município de São Francisco do Conde, por uma grande equipe que envolve docentes e alunos do Instituto de Ciências da Saúde da UFBA e do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

O capítulo elaborado por Maria Thereza Coelho, Vanessa Prado e Gleice Kelly Santos de Almeida relata a experiência que vem sendo realizada permanentemente

no programa “AIDS: educar para desmistificar”, que conta com alunos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da UFBA. Já o capítulo sobre a classe hospitalar do Hospital das Clínicas relata o trabalho desenvolvido por um conjunto de docentes que atuam junto a crianças internadas no Hospital, seguindo as recomendações do Ministério da Educação e da Política Nacional de Humanização (PNH), do Ministério da Saúde.

O capítulo seguinte traz o resultado do trabalho colaborativo entre o Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Bahia, a Escola de Nutrição e o Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), na linha da Saúde do trabalhador, registrando e analisando as experiências das Caravanas de Saúde do Trabalhador e segurança alimentar realizadas em comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos, projeto desenvolvido por professores destas unidades, como Paulo Pena, Lilian Andrade e Maria do Carmo Freitas, junto a profissionais do HUPES e alunos dos cursos de Medicina e Nutrição.

Nessa mesma linha, Rita de Cássia Franco Rêgo, Ila Rocha Falcão e Lilian Lessa de Andrade descrevem e analisam as atividades do projeto desenvolvido em uma comunidade quilombola de marisqueiras e pescadores da Baía de Todos os Santos, cujo objetivo relaciona-se ao desenvolvimento sustentável desta comunidade. Outro projeto trata de um caso específico, qual seja o das trabalhadoras do setor calçadista, na região sudoeste da Bahia, é relatado no capítulo elaborado por Mariângela Nascimento, que discute as condições de trabalho deste grupo e as possibilidades da ação extensionista contribuir para a conscientização acerca dos seus problemas e necessidades, inclusive no que se refere à prevenção de riscos associados à atividade laboral.

Maria Teresa Brito Mariotti de Santana, professora da Escola de Enfermagem da UFFA, no capítulo intitulado “Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência pela dinâmica dos sentidos”, discute uma experiência inovadora na formação de pessoal em saúde, a partir da implantação da “Cuidadoteca”, uma forma de produzir a consciência do corpo, como base para uma compreensão mais abrangente do significado do objeto de trabalho dos profissionais da área.

Finalmente, o capítulo elaborado por David Rios, com a colaboração das organizadoras desta coletânea, traz o relato do desenvolvimento de um projeto de extensão realizado em uma escola pública de Salvador, com o objetivo de problematizar a situação de saúde e as possibilidades de ação comunitária na luta pela garantia do

direito à saúde, projeto que envolveu vários estudantes de diversos cursos, da área de Saúde na UFBA.

Como se pode perceber, este livro contém uma grande diversidade de experiências, reflexões, questões e elementos inspiradores para o desenvolvimento do debate em torno da importância política, pedagógica e social dos projetos de extensão universitária, evidenciando a ampla gama de temas que podem ser objeto de um trabalho colaborativo, interdisciplinar, multicultural e transetorial, confirmando a possibilidade da universidade contribuir para a religação de saberes e articulação de práticas voltadas para a superação das imensas desigualdades sociais que persistem na sociedade brasileira e baiana, em particular.

*Maria Constantino Caputo e Carmen Fontes Teixeira*

Outubro de 2014



# Extensão universitária e cidadania: conceitos, histórico e práticas no Brasil e na UFBA

*Daisy Santos de Almeida e Maria Constantina Caputo*

## Introdução

Os conceitos e as práticas de extensão universitária estão intimamente ligados às funções e identidades das instituições que pretendem promovê-los. A identidade pode ser uma referência fundamental para o exame do que é a extensão que se pretende fazer, da universidade para a sociedade. (BOTOMÉ, 1996) Silva (1980, apud GURGEL, 1986) destaca as ideias centrais do conceito de extensão apresentado no Plano de Trabalho da Extensão Universitária de 1975, das quais nos chama a atenção: a “retroalimentação”, representando a dialogicidade e a relação de mão dupla, que possibilita a transformação bilateral; a integração entre ensino, pesquisa e extensão; e a abertura ao meio, para o cumprimento da missão social da universidade.

De acordo com Morin (2000, apud CASTRO, 2004), a universidade tem a função de preparar os cidadãos do futuro numa perspectiva crítica, tornando-os questionadores do mundo, capazes de enfrentar os desafios colocados por ele, sujeitos de mudança, que se colocam diante da realidade com uma postura mais ativa. Os projetos de extensão, vistos como ferramentas de aprendizagem, contribuem para a operacionalização do aprender a ser, a fazer, a viver juntos e a conhecer, que estrutu-

ram a educação contemporânea. A formação do cidadão, a que se propõe a universidade, em seu duplo sentido, do profissional, para atuar em diversos setores sociais e dos membros da comunidade, busca contribuir, concretamente, para a produção de melhores condições de cidadania. (ARROYO et al., 2010)

Diante desse desafio, é importante problematizar o que vem sendo proposto e realizado na universidade brasileira em termos das atividades de extensão, o que pressupõe a revisão do surgimento e desenvolvimento histórico da concepção e das práticas de extensão universitária, bem como a análise dos projetos e ações que vem sendo executadas. Como parte da nossa investigação de mestrado sobre as atividades de extensão na Universidade Federal da Bahia (UFBA), este capítulo traz, inicialmente, uma breve revisão histórica da extensão universitária no mundo, no Brasil e na UFBA. Em seguida, apresenta alguns elementos para reflexão em torno dos limites, possibilidades e contribuições das ações de extensão universitária para a consolidação da consciência de cidadania em nosso país.

## **Extensão universitária: histórico**

A extensão, entendida como disseminação de conhecimentos técnicos, foi adotada, inicialmente, nas universidades europeias, objetivando contribuir com o desenvolvimento do conhecimento dos setores populares, marcando os prelúdios da prática extensionista. As ações de extensão das universidades populares da Europa emergem de esforços coletivos de grupos independentes do Estado. Novas visões de extensão surgem, diferentemente destas, a partir de iniciativas oficiais norte-americanas, marcadas pela ideia de prestação de serviços. (MELO NETO, 2002)

Segundo Carneiro (1985), a extensão surge como subproduto da Revolução Industrial Inglesa, no século XIX, numa pedagogia para educação de adultos, no formato de cursos oferecidos fora do horário de trabalho (turno noturno), cujo tema estava estreitamente ligado à profissão. Na Inglaterra, a universidade cria um departamento com a denominação de extensão universitária para formação de adultos, surgindo daí um conceito de extensão:

Conjunto de ações educativas e culturais, de iniciativa da universidade, voltadas para o atendimento a uma grande massa de adultos analfabetos. Essas ações recebem a forma de cursos breves e se destinam, basicamente, a trabalhadores adultos. (CARNEIRO, 1985, p. 28)

O modelo extensionista norte-americano, de acordo com Gurgel (1986), se estruturou em duas linhas de atuação: a extensão cooperativa e a extensão universitária. O mesmo autor justifica essa diversidade na forma de se relacionar com a sociedade pelas diferentes influências que o ensino superior dos Estados Unidos sofreu da educação liberal britânica, da cientificidade da universidade alemã e da perspectiva técnico-profissional das instituições de ensino tecnológico.

Por uma iniciativa de professores que trabalhavam com educação de adultos, surge a extensão universitária, numa configuração de educação continuada que, a partir de 1885, ganha reconhecimento e forma na educação superior quando é incluída na proposta de educação da Universidade de Chicago como atividade regular. A extensão cooperativa, datada de 1914, efetiva-se com a participação do governo federal, dos estados e dos municípios ou cidades, na coordenação e no financiamento. Trata-se de uma ação voltada para assistência da produção no meio rural, com programas de assistência técnica aos agricultores, economia doméstica e desenvolvimento de recursos humanos. Extensão universitária, ao contrário da cooperativa, realiza cursos para formação supletiva, mas, aos poucos, perde essa característica e assume moldes de profissionalização. (GURGEL, 1986)

A extensão universitária tem importante marco histórico na América Latina com o movimento de Córdoba, em 1918, afirma Bemvenuti (2006). O movimento reformista, liderado por estudantes argentinos da Universidade de Córdoba, elabora propostas de reforma universitária para promover a autonomia da instituição. No Manifesto de Córdoba, os estudantes contestavam as cátedras, os métodos docentes autoritários e a administração burocrática a que a instituição de ensino superior estava submetida, reivindicando uma universidade democrática com autonomia política, de docência, administrativa e financeira. (GUERGEL, 1986) Entre as reivindicações está a extensão da Universidade para além dos seus limites, difusão da cultura universitária, universidade aberta ao povo, assistência social aos estudantes, professores livres das cátedras e sessões e instâncias administrativas em caráter público. (FREITAS NETO, 2011)

O movimento estudantil de Córdoba elucidou o questionamento da universidade latino-americana, tradicional e fechada, diante de uma sociedade em busca de novos objetivos em vias da modernização. (BERNHEIM, 1978 apud GURGEL, 1986) De acordo com Carneiro (1985), Gurgel (1986) e Melo Neto (2002), no movimento de Córdoba, a extensão é apontada como fortalecedora da função social da universi-

dade, objetivando a participação de segmentos universitários nas lutas sociais para transformação da mesma. A partir disso, a questão da missão social da universidade passou a constar efetivamente nos discursos oficiais e nas propostas de uma nova estrutura universitária.

## Extensão universitária no Brasil

No Brasil, na Universidade Livre de São Paulo, foi esboçada a primeira prática extensionista ligada ao ensino superior: os “cursos de extensão”. Estes, ainda hoje, representam a prática extensionista mais conhecida e difundida nacionalmente. No decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, da Constituição Federal Brasileira, faz-se referência oficial à extensão como instância realizadora de cursos, conferências e outras atividades educativas no espaço acadêmico. (SANTOS, 2010)

A ideia de universidade popular ressurgiu no país em 1938, como proposta dos movimentos estudantis, que, até o momento, atuavam somente na resolução de problemas específicos, com ações fracionadas e transitórias, a despeito de participarem de ações importantes da história do país. Da criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), 20 anos depois da elaboração do Manifesto de Córdoba, estudantes brasileiros retomam seus ideais, para lutar por uma universidade a serviço do povo. No Segundo Congresso Nacional dos Estudantes, em dezembro de 1938, a primeira diretoria da UNE é escolhida e lança-se o Plano de Sugestões para uma Reforma da Educação Brasileira. (GURGEL, 1986)

A maior ênfase do Plano de Sugestões, segundo Gurgel (1986), é na definição das funções das universidades brasileiras, e entre elas estão a transmissão e desenvolvimento do saber e a difusão cultural com o objetivo de aproximar a universidade da sociedade. O documento, intimamente ligado à proposta de Córdoba, contempla também a necessidade da autonomia universitária, democratização universitária e a reformulação da estrutura acadêmica. Aborda a importância da extensão universitária operacionalizada por cursos de extensão direcionados para o povo e a criação de universidades populares.

As discussões sobre a reforma universitária foram retomadas na década de 1950, quando se discutia a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Em 1961, foi realizado o primeiro Seminário Nacional de Reforma Universitária, que teve como produto a Declaração da Bahia, um dos documentos mais trabalhados da UNE sobre a reforma universitária. Este documento aponta, segundo Gurgel (1986), o caráter

inevitável da influência da universidade na sociedade e vice-versa, onde o resultado de uma universidade infiel às suas funções e responsabilidades é uma sociedade incapaz de pensar criticamente sobre a sua realidade e, conseqüentemente, bloqueada a transformações. Nessa declaração, é traçada uma proposta para uma universidade comprometida com as necessidades populares, destacando o papel da extensão universitária no que tange à proposta de criação de cursos acessíveis e prestação de serviços, disponível e a serviço dos órgãos não governamentais. (BOTOMÉ, 1996)

Em 1966, foi criado Projeto Rondon, onde a Universidade servia ao Estado, sem autonomia para exercer seu papel de problematizadora, com o objetivo de aproximar os estudantes do modelo tecnicista da época. (BRASIL, 2006) Notoriamente, a partir de 1968, com a Reforma Universitária, a extensão passou, efetivamente, a compor o discurso governamental, contando com meios para operacionalização de ações da universidade em relação à comunidade. Em 1975, baseado na Lei nº 5.540, foi divulgado o Plano de Trabalho da Extensão Universitária, que contemplava, através da extensão, programas para melhoria das condições da vida da população. (GURGEL, 1986)

Na década de 1980, marcada pelo retorno dos movimentos sociais, a proposta de extensão transita entre a ideia de assistencialismo e emancipação, e após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) e o Plano Nacional de Extensão Universitária (1999-2001), já na década de 1990, é estabelecida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, elucidando uma reflexão acerca do papel social da universidade. (CARBONARI; PEREIRA, 2007)

Em 1998, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) elabora o Plano Nacional de Extensão Universitária, rumo à institucionalização da extensão universitária. Após algumas discussões sobre os limites e as possibilidades desse plano, elaborou-se uma prévia do que seria a Política Nacional de Extensão Universitária, apresentada no XXVI Encontro Nacional do FORPROEX, realizado em novembro de 2009. No ano seguinte, esse documento foi discutido no XXVII Encontro Nacional, realizado em Fortaleza. Após incorporação das contribuições dos representantes das universidades públicas, participantes do XXXI Encontro Nacional, em 2012, a Política Nacional de Extensão Universitária é aprovada. (BRASIL, 2012)

A Política Nacional de Extensão Universitária estabelece objetivos que pretendem transformar a extensão universitária brasileira em um mecanismo de liame en-

tre a universidade e a comunidade, visando à democratização do conhecimento acadêmico e a produção de novos conhecimentos, construídos por uma troca de saberes (academia-sociedade). (BRASIL, 2012)

Pelo exposto, percebe-se que a história da extensão universitária brasileira é permeada por inúmeras intervenções estatais, principalmente nos documentos oficiais que legislam a Reforma Universitária. Na Tabela 1, Bemvenuti (2006, p. 5) resume esse histórico apresentando os acontecimentos mais importantes.

Tabela 1 - Marcos históricos do desenvolvimento da Extensão Universitária no Brasil – 1914 a 1996

Data	Órgão e/ou Instituição	Acontecimento
1914-1917	Universidade Popular (Universidade de São Paulo)	“Lições Públicas” – 107 conferências que versavam sobre os mais diferentes temas.
11 de abril de 1931	Decreto n°. 19.851/31 – Estatuto da Universidade Brasileira	Primeira referência legal à extensão universitária – concebeu a extensão associada à ideia de elevação cultural daqueles que não participavam da vida universitária.
1934	USP	Define a extensão como o lugar para a realização da obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes por meio de conferências, palestras, rádio, filmes etc.
1935	Universidade do Distrito Federal	Concebe a extensão como espaço de promoção de cursos isolados e autônomos.
1961	LDB n°. 4.024	Faz breve referência à extensão universitária em seu Artigo 69, concebendo-a como cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão ou qualquer outro que a instituição determinasse como curso aberto a candidatos externos.
1960-1964	União Nacional de Estudantes	A mobilização estudantil, junto ao movimento popular que tomava conta do país nessa época, provocou as propostas da UNE, registradas em documentos produzidos nos seminários I, II e III, em Salvador, Curitiba e Belo Horizonte, sobre a Reforma Universitária – concebia uma universidade comprometida com as classes populares (o proletariado urbano e rural). A extensão tinha papel fundamental, seja por meio de cursos ou serviço social destinado às classes populares e também ações de apoio aos órgãos do governo.
1964	Golpe Militar	Utilizou várias das propostas dos estudantes em sua orientação de institucionalização da extensão universitária, com concepção claramente assistencialista; incorporou a extensão ao ideal de desenvolvimento de segurança do território nacional.
1966	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	CRUTAC – Projeto criado para proporcionar ao estudante universitário uma atuação nas comunidades; sua real função política era ajustar a ação governamental às necessidades da população: “à promoção do homem, ao desenvolvimento econômico-social do país e à segurança nacional.” (Brasil, 1969)
1968	Ministério do Interior e Forças Armadas	Projeto Rondon: intercâmbio de estudantes de todas as regiões do país, em especial os do Sul e do Sudeste – levar às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste propostas de desenvolvimento integrando os universitários com a realidade do país.

1968	LDB 5.540/68 – Lei Básica da Reforma Universitária	Pretendia uma nova concepção de extensão e legaliza a indissociabilidade entre o ensino e a pesquisa. O Artigo 20 e o Artigo 40 referem-se tanto a cursos, atividades de ensino e pesquisa, como a programas de melhoria das condições de vida da comunidade.
Década de 1970	CRUB	Traça as Diretrizes da Extensão Universitária com o objetivo de sensibilizar os dirigentes universitários sobre a importância da extensão universitária.
1975	MEC	Elaboração da primeira Política de Extensão Universitária no Brasil: apesar do forte controle da censura, pode-se pensar que se constituiu num significativo avanço conceitual; foi motivo de acirrados debates e disputas ideológicas entre o MEC e as universidades. O texto legal refere-se à abertura a outras instituições e populações para troca de saberes.
A partir dos anos 1980	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	Coordena as reflexões e debates sobre as concepções de extensão como resposta a uma ação articulada que vinha ocorrendo no interior das IES públicas do país. O Fórum tem um objetivo comum e claro: ser um espaço de interlocução com o MEC para o estabelecimento de uma política nacional de extensão.
1987	I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras	Concepção de extensão até hoje dada como orientadora das ações: “... processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.”
1996	LDB nº. 9.394/96	Art.43, inciso VII: (...) promover a extensão universitária, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e dos benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

## Extensão universitária na UFBA

O professor Edgar Santos, enquanto reitor da Universidade Federal da Bahia, no período de 1946 a 1961, já idealizava a formação do aluno alicerçada pelo ensino, pesquisa e extensão, segundo Marques (2005, apud SILVA, 2011). Com o advento da Reforma Universitária de 1968, após a grande crise sofrida pela UFBA, a extensão foi introduzida oficialmente na instituição como órgão executivo, passando para Coordenação Central de Extensão e, em 1979, torna-se a Pró-Reitoria de Extensão. (SILVA, 2011)

A Coordenação de Extensão, precedida pelo Departamento Cultural no início da década de 1970, coordenada por Valentin Rafael Simon Joaquim Calderon de La Vara, inicia, então, os cursos de extensão (entre 1967 e 1971). De 1971 a 1975, o então coordenador, professor Joildo Athayde, deu continuidade aos cursos e organizou um trabalho com exposição de filmes e outros trabalhos sobre a vida indígena. O professor Fernando da Rocha Peres marcou sua passagem pela Coordenação de

Extensão (1974 e 1975) com seminários sobre o Nordeste, realizados no Museu de Arte Sacra da Bahia. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1990)

O professor José Calasans teve uma gestão curta, permanecendo no departamento apenas no ano de 1986, sem deixar de dar continuidade às ações que estavam sendo realizadas. Sua sucessora, professora Solange Lâmega Vieira Borges, além de manter as atividades que já vinham sendo realizadas, marcou sua passagem pelo departamento enfatizando a participação dos estudantes nordestinos nas ações e permitindo a realização de dois trabalhos com o apoio da fundação Rockefeller, com destaque para o Programa de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Cachoeira (Prodesca), que atingia o Recôncavo baiano, com aulas de xilogravura, pintura e desenho, ministradas por alunos de diferentes cursos da Escola de Belas Artes (1976 a 1979), e com a exposição, ao final, dos trabalhos produzidos pelos participantes. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1990)

De 1979 a 1983, a coordenação ficou sobre o comando do professor maestro Ernest Widmer, que não deixou de apoiar os cursos de extensão e dar continuidade aos eventos iniciados anteriormente pela coordenação. Nesse período, é criado o *campus* avançado de Barreiras, um projeto inter e multidisciplinar para proporcionar aos estudantes contato direto com a realidade do interior do estado. Os participantes do projeto viajavam para o interior para estagiarem em diversas disciplinas, sendo que, para as áreas de Educação e Enfermagem, esses estágios eram curriculares. Nessa mesma gestão, a assessora de extensão, professora Edileuza Gaudenzi, lança uma edição da revista *Colóquio*, que possibilitou a divulgação dos trabalhos no campo da extensão. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1990)

A extensão, nos anos de 1983 a 1987, já como Pró-Reitoria de Extensão, teve como pró-reitor o professor Piero Bastianelli e suas atividades foram coordenadas pelo professor Antônio Amâncio Jorge da Silva. Nessa gestão, além de dar continuidade às ações já desenvolvidas até então, incluindo a distribuição da revista *Colóquio*, a Pró-Reitoria participou da elaboração do projeto Centro de Desenvolvimento Rural (CDR), que tinha como objetivo capacitar estudantes de nível superior, produtores e técnicos em tecnologias agrícolas nas áreas de agricultura irrigada e áreas sociais, essa segunda pensando nas demandas a nível regional, estadual, e até nacional que existiam e que poderiam surgir no futuro. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1990)



Nos anos de 1988 e 1989, o professor Geraldo Cezar de Vinhares Torres, então pró-reitor de extensão, apoiou vários projetos das Escolas de Dança, Música e Belas Artes. O professor Torres concretizou o desejo de que a Escola de Agronomia de Cruz das Almas tivesse representação próxima ao centro de decisões da UFBA, que passou a funcionar nas instalações da Pró-Reitoria de Extensão. Após sua aposentadoria, o professor Francisco Soares Senna assume a Pró-Reitoria. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1990) É possível notar que até esse momento as atividades extensionistas tinham uma forte vertente para as artes, talvez por sua origem no Departamento Cultural, que assumiu essa atribuição.

O primeiro Seminário de Extensão da UFBA, realizado em 1992, teve como resultado uma proposta para definir uma política de extensão universitária para a Universidade. Essa proposta aponta para a vocação extensionista da UFBA, com destaque para a Faculdade de Medicina, com a prestação de serviços no Hospital das Clínicas, Maternidade Climério de Oliveira e Hospital Pediátrico, e para a Faculdade de Artes, com a criação de grupos profissionais, como o Teatro Santo Antônio (atualmente denominado Teatro Martim Gonçalves) e a Galeria de Artes da Escola de Belas Artes. Destaca, também, um *deficit* significativo dos Programas Interdisciplinares de Integração Universitária e cita o “Projeto Cansação”, elaborado na gestão do professor Widmer, como uma pequena iniciativa de interdisciplinaridade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 199-)

Em 1996, mesmo ano do lançamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a Câmara de Extensão do Conselho de Coordenação da UFBA publica a Resolução nº 002/96, onde a extensão na UFBA é definida como elo dessas atividades com os diferentes segmentos sociais, objetivando o desenvolvimento social. Neste documento, são estabelecidas duas modalidades de extensão: as atividades e os programas extensionistas. As atividades, definidas como ações organizadas através de projetos com objetivos específicos, podem ser cursos, eventos e serviços, enquanto os programas são conjuntos de ações com objetivos gerais comuns e objetivos específicos diferentes.

Por ocasião da realização do IV Seminário de Extensão, em 1996, foi elaborado um diagnóstico sobre as práticas de extensão na UFBA, efetuando-se uma crítica ao modelo de extensão limitado à prestação de serviços ou à reprodução de cursos e eventos. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 1998) Diante disso, foi criado

o programa “UFBA em campo”, com a proposta de renovação das atividades de extensão da UFBA.

A iniciativa objetivou a construção de caminhos para aproximar a universidade e a sociedade por meio de diálogos, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. (SILVA, 2007; SILVA, 2011; UFBA, 1998) Este programa, constituído de projetos executados por grupos de alunos sob a coordenação de um professor, em parceria com grupos comunitários da cidade de Salvador, região metropolitana e cidades do interior do estado da Bahia, aconteceu em três momentos. O primeiro momento foi planejado no segundo semestre de 1996, e realizado em 1997, ainda no reitorado de Luiz Felipe Serpa, com ações desenvolvidas sem apoio financeiro. Em 1999, segundo momento do programa, a execução das ações contou com financiamento externo que possibilitou a oferta de bolsas para os discentes participantes. Já no terceiro momento, no ano seguinte, as ações foram mantidas, assim como o financiamento externo, porém as bolsas disponibilizadas para os graduandos foram provenientes da UFBA (SILVA, 2007), configurando-se, assim, o início do financiamento institucional para as ações extensionistas.

O programa marcou a extensão universitária na UFBA, pois pretendia não se limitar à mera atenção à pobreza, mas sim promover ações de cunho social, a reunião de práticas de ensino, pesquisa e extensão, numa perspectiva de responsabilidade social e empoderamento, em um diálogo direto com a comunidade, com ações interdisciplinares, construídas pelos alunos junto à comunidade. (SILVA, 2007)

Diante do sucesso desta iniciativa, em 2001 foi implantado no currículo dos cursos de graduação, em caráter experimental, o programa “Manter UFBA em campo –Atividade Curricular em Comunidade”, baseado nas experiências positivas do programa em anos anteriores. (SILVA, 2007) Nesta proposta, a atividade contemplaria uma carga horária definida em 68 horas na condição de atividade complementar optativa do currículo de cada curso. Em 2003, a Atividade Curricular em Comunidade (ACC) passou a ser um programa permanente da UFBA, com o objetivo principal de contribuir para a formação acadêmica e profissional dos estudantes universitários participantes destas atividades através da construção da consciência de cidadania e aquisição de habilidades para sua atuação profissional, perpassando por práticas interdisciplinares constituídas de conhecimentos técnicos, artísticos e culturais. Além disso, a ACC como componente curricular, tem a proposta de fortalecer as funções

da universidade, articulando o ensino, a pesquisa e a extensão. (SILVA, 2007; UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2011)

A proposta do programa leva em consideração a indissociabilidade entre as funções essenciais da universidade, o ensino, a pesquisa e a extensão, além de pretender aproximar a instituição acadêmica da comunidade por meio da articulação de conhecimentos produzidos na universidade e o conhecimento popular para estimular a participação social nos processos de transformação.

Quando da revisão do Regimento interno da UFBA, em 2010, as atividades de extensão foram definidas como aquelas que “integram projetos e programas de formação continuada e de integração da universidade com instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, empresas e movimentos sociais”, corroborando com o aprovado na resolução de 1996. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010)

Em 2013, a ACC passou a ser denominada de Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS), e não mais Atividade Curricular em Comunidade. Além disso, com a resolução nº 01/2013, aprovada pelo Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão, a atividade deixou de ser complementar optativa, passando a ser incluída como disciplina nos currículos de graduação e pós-graduação da universidade. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2013) A inclusão da palavra sociedade no nome da atividade pretendeu ampliar a atuação dessa atividade extensionista para a sociedade como um todo, e não apenas ações em comunidades. Preservando o caráter interdisciplinar e indissociável entre as ações em sala de aula, na investigação e na extensão, a ACCS tem o propósito de inovar estas práticas, incluindo a possibilidade de, além do desenvolvimento de atividades junto a comunidades, propiciar a realização de atividades de cooperação técnica junto a organizações voltadas à produção de bens e serviços.

## **Universidade, extensão universitária e cidadania na contemporaneidade**

A universidade objetiva, desde o século XIX, a produção de conhecimentos científicos, sendo seu prestígio mensurado pela produtividade no campo da pesquisa. No pós-guerra, solicita-se o envolvimento da universidade na resolução dos problemas econômicos e sociais urgentes. Esta, que até a década de 1960, tinha suas funções definidas em pesquisa e ensino, após esse período, integra a prestação de serviços

como uma das suas funções. Surgem, então, cobranças quanto ao desenvolvimento tecnológico, uma convocação à prática. Esta prática, além da tendência produtiva e econômica, ganha linha da orientação social e política que remete à responsabilidade social da universidade. (SANTOS, 1999)

O neoliberalismo, que alcança o Estado Nacional no século XX, repercute nas universidades, não só financeiramente, mas nas prioridades da formação e da pesquisa, gerando uma desorientação da sua função social, o que culminou em uma crise identitária. De acordo com Cunha (1989, apud BOTOMÉ, 1996), a crise de identidade da universidade seja, talvez, a mais perigosa e a responsável pelas demais crises (hegemonia e legitimidade).

Enquanto o capitalismo global pretende “funcionalizar a universidade”, as atividades de extensão podem contribuir para que as universidades tenham uma participação ativa “na construção da coesão social, no aprofundamento da democracia, na luta contra a exclusão social e a degradação ambiental e na defesa da diversidade cultural”. Estas atividades devem ter como objetivo o atendimento das demandas sociais emergentes, dando espaço e voz às minorias marginalizadas. (SANTOS, 2008)

Por muito tempo, a perspectiva assistencialista das práticas extensionistas promovidas pelas universidades tinham como princípio norteador a ideia de que a universidade estende o seu saber à comunidade, e as atividades, comumente, aconteciam sem qualquer contato com a realidade da população assistida. (RIBEIRO, 2009) Nessa concepção, baseada na cidadania reduzida à solidariedade e caridade para os pobres, os indivíduos não são vistos como cidadãos que têm direitos, mas sim como pessoas carentes que devem ser atendidas pela caridade pública ou privada. Essa visão deslocada da cidadania oculta sua dimensão política e enfraquece as conquistas relativas à responsabilização pública. (DAGNINO, 2004)

A partir da década de 1990, a extensão passa a constituir-se em espaço de interação socioinstitucional para a construção de novos conhecimentos, articulando um processo educativo, cultural e científico. (SANTOS, 2010) As concepções de cidadania que surgem com a globalização reduzem as definições anteriores, pautadas na coletividade, a uma formulação individualista, estabelecendo uma relação entre cidadania e mercado. Nessa ideia, ser cidadão é tornar-se consumidor ou produtor. (DAGNINO, 2004) Dentro dessa perspectiva, a universidade é embalada para o atendimento dessas demandas, elaborando atividades nos moldes de extensão norte-americanos do final do século XIX e início do século XX, com a prestação de

serviços especializados para atendimento de um mercado altamente competitivo e tecnicista.

Marshall (1973<sup>a</sup>, apud HELD, 1999) afirma que a cidadania é um *status* que garante aos indivíduos direitos e deveres, poderes e responsabilidades. Isso é produto de diferentes histórias sociais, formada por diversos tipos de direito. O primeiro momento do desenvolvimento da cidadania é marcado pelos direitos civis; em seguida, os direitos políticos, nos sistemas eleitorais e políticos em geral; e, já no século XX, desenvolve-se os direitos sociais tendo como referência a classe trabalhadora. (SANTOS, 1999) A nova cidadania foi formulada pelos movimentos sociais que, no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, organizaram-se para lutar pelo acesso aos equipamentos urbanos (moradia, água, luz, transporte, educação, saúde etc.) e por questões como gênero, raça, etnia etc. Essa concepção buscava implementar um projeto de construção democrática, de transformação social, inspirado na luta pelos direitos humanos, apoiando-se na ideia do “direito a ter direitos”. (DAGNINO, 2004, p. 104) Dagnino (2004) afirma que essa cidadania transpassa a ideia de reivindicar o acesso e a inclusão em um sistema político já pronto. O que se deseja, de fato, é o direito de participar da definição desse sistema, reinventando a sociedade.

O FORPROEX, após debate amplo nos XXVII e XXVIII Encontros Nacionais, realizados em 2009 e 2010, respectivamente, apresenta às universidades públicas e à sociedade o conceito de extensão universitária:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade. (BRASIL, 2012, p. 15)

A Constituição Federal de 1988 legisla, no Art. 207, que as universidades obedecerão ao princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão. A extensão universitária assume um caráter acadêmico diante dessa premissa, colocando o estudante como personagem principal da sua formação técnica e cidadã e, assim, há um novo conceito de sala de aula, com um eixo pedagógico no aluno-professor-comunidade. (BRASIL, 2012) Essa indissociabilidade forma um ciclo onde a pesquisa aprimora e produz novos conhecimentos, os quais são difundidos pelo ensino aos

alunos e pela extensão ocorre a difusão e construção de novos conhecimentos junto à comunidade. Assim, as três atividades tornam-se complementares e, na maioria das vezes, interdependentes. (SANTOS, 2010)

As atividades de extensão universitária, além de promoverem impacto na formação do estudante, abrem espaços para operacionalização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira. A articulação do ensino, pesquisa e extensão objetiva a promoção dos valores democráticos, da equidade e do desenvolvimento da sociedade em suas variadas dimensões (humana, ética, econômica, cultural e social). (BRASIL, 2012) Habilidades como pensamento crítico perante a realidade, responsabilidade social e compromisso cidadão são adquiridas pelos participantes das atividades extensionistas e, de acordo com Brasil (2001), isso é resultado do confronto com a realidade, onde a produção de conhecimentos se concretiza na troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, na conseqüente democratização do conhecimento e na participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

A busca de novas oportunidades e o enfrentamento de desafios que emergem da realidade nacional, são acompanhados pelas transformações notórias da extensão universitária, que se converte em um instrumento de mudança da universidade e da sociedade, objetivando a justiça social e o aprofundamento da democracia, ou seja, a construção da cidadania. (BRASIL, 2012)

Nesse sentido, foi elaborado o Plano Nacional de Extensão Universitária (BRASIL, 2001), que contém diretrizes, definidas no FORPROEXT, para nortear as ações extensionistas, que são: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, impacto e transformação social, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e impacto na formação do estudante. A interação dialógica propõe uma relação universidade-sociedade que ultrapasse a dimensão de prestação de serviços assistencialistas e a transmissão do conhecimento produzido na universidade para a comunidade, e que construa um novo conhecimento que contribua para a superação das desigualdades, a partir da interação com a sociedade e do pensamento crítico sobre a realidade, conduzindo à práxis, onde há reflexão e ação. A interdisciplinaridade e a interprofissionalidade objetivam contemplar a especialização e a complexidade que está envolvida no trabalho com as comunidades. Na nova concepção de currículo flexível, a interdisciplinaridade é fundamental para a construção da formação crítica. (BRASIL, 2006) A diretriz de impacto e transformação social confere à ex-

tensão universitária um caráter político, sugerindo a participação da universidade na discussão, elaboração e execução de políticas públicas que, diante do seu caráter problematizador, possibilita a formação do profissional crítico e responsável socialmente. (BRASIL, 2001)

## Referências

- ARROYO, D. M. P. et al. Meta-avaliação de uma extensão universitária: estudo de caso. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, v. 15, n. 2, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v15n2/a08v15n2.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- BEMVENUTI, V. L. S. Extensão universitária: momentos históricos de sua institucionalização. *Vivências*, Erechim, ano 1, v. 1, n. 2, p. 8-17, maio 2006. Disponível em: <[http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area\\_comunicacao/area\\_comunicacao\\_01.htm](http://www.reitoria.uri.br/~vivencias/Numero%20002/artigos/area_comunicacao/area_comunicacao_01.htm)>. Acesso em: 13 ago. 2013.
- BOTOMÉ, S. P. *Pesquisa alienada e ensino alienante* – o equívoco da extensão universitária. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- BRASIL. Constituição Federal Brasileira de 1988. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91972/constituicao-da-republica-federativa-do-brasil-1988#art-207>>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- BRASIL. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. *Fórum de pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
- BRASIL. Plano Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/ MEC. Brasília, DF, 2001.
- BRASIL. Política Nacional de Extensão Universitária. *Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras*. Manaus, 2012.
- BRASIL. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão: uma visão da extensão. *Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras*. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006.
- CARBONARI, M. E. E.; PEREIRA, A. Camargo. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. *Revista de Educação*, v. 10, n. 10, p. 23-28, 2007. Disponível em: <http://www.sare.anhanguera.com/index.php/reduc/article/viewArticle/207>>. Acesso em: 08 set. 2013.

CARNEIRO, M. A. *Extensão universitária: versão e perversões: estudo tentativo de identificação do débito social das universidades federais do Nordeste*. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.

CASTRO, L. M. C. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: REUNIÃO DA ANPAD, 27., 2004, Caxambu. 2004. *Anais...* Caxambu, MG: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt11/t1111.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2013.

DAGNINO, E. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando. In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Venezuela/facesucv/20120723055520/Dagnino.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2013.

FREITAS NETO, J. A. de. A reforma universitária de Córdoba (1918): um manifesto por uma universidade latino-americana. *Revista de ensino superior da UNICAMP*, jun. 2011. Disponível em: <[http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03\\_junho2011/pdf/10.pdf](http://www.gr.unicamp.br/ceav/revistaensinosuperior/ed03_junho2011/pdf/10.pdf)>. Acesso em: 25 ago. 2013.

GURGEL, R. M. *Extensão universitária: comunicação ou domesticação*. São Paulo: Cortez, 1986.

HELD, D. Cidadania e autonomia. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, v. 22, n. 1, 1999. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2081/1703>>. Acesso em: 25 set. 2013.

LOPES SEIXAS, S. I. et al. Atividades de extensão no aprimoramento do processo ensino-aprendizagem na formação de alunos do projeto “curso de atualização: aspectos morfofuncionais e clínicos da cabeça e pescoço”, na Universidade Federal Fluminense — UFF. *UDESC em Ação*, v. 2, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/udescemacao/article/view/1738>>. Acesso em: 28 ago. 2013.

MELO NETO, J. F. de. Extensão Universitária: bases ontológicas. *Extensão universitária: diálogos populares*, 2002, p. 13. Disponível em: <[http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao\\_academica/artigos/pa\\_a\\_ext\\_ont.pdf](http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/producao_academica/artigos/pa_a_ext_ont.pdf)>. Acesso em: 07 jan. 2013.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A experiência na extensão popular e a formação acadêmica em fisioterapia. *Cad. CEDES [online]*, v. 29, n. 79, p. 335-346, 2009.

SANTOS, B. de S. A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In: ALMEIDA FILHO, N.; SANTOS, B. de S. *A universidade no século XXI: para uma universidade nova*. Coimbra, 2008. Cap. 1. Disponível



em: <<http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/A%20Universidade%20no%20Seculo%20XXI.pdf>>. Acessado em: 01 out. 2012.

SANTOS, B. de S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, M. P. dos. Contributos da extensão universitária brasileira à formação académica docente e discente no século XXI: um debate necessário. *Revista Conexão UEPG*, v. 6, n. 1, 2010. Disponível em: <<http://www.eventos.uepg.br/ojs2/index.php/conexao/article/view/3731>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

SILVA, M. A. da. *Concepções de extensão universitária: o UFBA em campo*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. 1 CD-ROM.

SILVA, A. A. de S. *O Programa UFBA em Campo – ACC: sua contribuição na formação do estudante*. 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10261>> Acesso em: 08 out. 2013

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Atividade curricular em comunidade*. [Salvador]: UFBA; Pró-Reitoria de Extensão, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Conheça a UFBA através da jornada de extensão*. Salvador: UFBA; Pró-Reitoria de Extensão, 1990. 68 p. Inclui anexos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Estatuto & Regimento Geral*. Salvador, 2010.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Por uma política de extensão da UFBA*. [Salvador], [199-] 25 f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Resolução nº002/96*, de 1996. Câmara de Extensão do Conselho de Coordenação da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Resolução nº01/2013*, de 2013. Salvador: Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *UFBA em campo 1996-1998: uma experiência de articulação, ensino / pesquisa e sociedade*. Salvador, 1998. 393 p.



# A efetividade da educação básica em promover a aprendizagem cidadã dos alunos: qual o papel das universidades?

*Rosiléia Oliveira de Almeida*

## Introdução

A efetividade das ações curriculares, que visam aproximar universidades e escolas como condição para que estas sejam bem-sucedidas na promoção da aprendizagem dos alunos da educação básica, requer que seja repensado o modelo usual de formação de professores.

Vários são os fatores envolvidos na efetividade das escolas em propiciar condições favoráveis à aprendizagem dos estudantes, sendo que muitos destes modelos restringem a abordagem a uma perspectiva internalista, centrando esses fatores ora exclusivamente no professor, ora na comunidade escolar, ora, ainda, no sistema educacional. Carecemos em nosso país de uma perspectiva que, se por um lado questione a centralidade da escola em promover as aprendizagens necessárias à formação cidadã dos estudantes na contemporaneidade, por outro ressalte a escola como local privilegiado na sociedade para garantir aprendizagens sistematizadas dos conceitos científicos necessários para que os estudantes se situem em relação às questões socio-científicas que perpassam a vida cotidiana.

A análise de modelos que traçam fatores relacionados à efetividade das escolas é bastante relevante, tendo em vista que estes modelos incidem na definição de políticas educacionais, as quais têm profundas implicações na dinâmica do trabalho escolar e docente.

No campo da educação científica, este modelo se traduz, por exemplo, na prática de se elencar as necessidades formativas dos professores (CARVALHO; GIL-PÉREZ, 1993), dentre as quais aprender a elaborar atividades que tenham o potencial de gerar aprendizagens significativas. Embora a organização em grupos seja destacada como uma forma interessante de formar os professores para atender esta e outras necessidades formativas, inclusive com a ruptura com visões simplistas sobre o ensino de Ciências, o foco centra-se no que os professores precisam saber e saber fazer para a efetividade do ensino, e não nas formas de organização em grupo capazes de romper com visões simplistas sobre o ensino de Ciências e a solução para os problemas educacionais neste campo.

[...] a produção de grupos recolhe, em geral, um grande número de conhecimentos que a pesquisa aponta como necessários, afastando-se, assim, de visões simplistas do ensino de ciências. (CARVALHO; GIL-PÉREZ, 1993, p. 14)

A temática da profissionalização do trabalho docente e as propostas em torno da formação do professor reflexivo também se dedicam a discutir os saberes profissionais, traduzidos em conhecimentos, competências, habilidades e atitudes, necessários à docência. Para Tardif (2008, p. 60), tais saberes, comumente chamados de “saber, saber fazer e saber ser”, englobam quatro tipos: disciplinares, curriculares, de formação profissional e experienciais. A caracterização dos saberes de formação profissional feita pelo autor permite perceber a concepção de que os mesmos são produzidos na academia e difundidos para os sistemas educacionais através das instituições de formação de professores, por envolverem

[...] doutrinas ou concepções provenientes de reflexões sobre a prática educativa no sentido amplo de termo, reflexões racionais e normativas que conduzem a sistemas mais ou menos coerentes de representação e de orientação da atividade educativa. (TARDIF, 2008, p. 37)

Em contraposição a essa lógica que concebe a produção centralizada de saberes com sua difusão para as escolas por meio das reformas impositivas conduzidas pelos órgãos centrais e periféricos do sistema educacional, o paradigma do professor reflexivo propõe que a formação continuada deve estar centrada na organização dos professores como comunidade que sistematiza um conhecimento profissional específico derivado da reflexão individual e coletiva sobre a prática. (SCHÖN, 1992) Esse modelo internalista, se por um lado atribui uma ampla liberdade de decisão e autonomia às escolas, por outro desconsidera que relações colaborativas e dialógicas com a academia, mesmo que induzidas pelos sistemas educacionais, podem propiciar importantes possibilidades de desenvolvimento profissional para todos os atores envolvidos.

O modelo internalista de análise de fatores relacionados à efetividade da escola traduz-se, também, em atribuir uma autonomia do sistema educacional como um todo em relação às outras dimensões e instâncias da sociedade e em superar os desafios para que as escolas cumpram bem o seu papel de gerar aprendizagens efetivas nos estudantes. Este modelo pode ser exemplificado no documento *Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil: resumo executivo* (BRASIL. Ministério da Educação, 2010), que apresenta as principais conclusões de uma pesquisa, desenvolvida entre 2008 e 2009, que visou identificar práticas escolares efetivas, incluindo a gestão escolar, e sua relação com o sucesso escolar além do esperado, considerando a diferença entre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica real e o previsto, obtido por alunos do ensino médio de 35 escolas localizadas em quatro estados (Acre, Ceará, São Paulo e Paraná) e, ainda, analisar aspectos das principais políticas públicas para o ensino médio por eles adotadas. A partir da proposta de um “Modelo integrado dos fatores envolvidos na efetividade da escola”, em que as próprias equipes escolares indicaram aspectos que associam ao sucesso dos alunos, o documento recomenda, adotando a referida perspectiva internalista, “o desenvolvimento das capacidades tanto das equipes escolares quanto dos órgãos descentralizados das secretarias para acompanhar e apoiar pedagogicamente as escolas”. (BRASIL. Ministério da Educação, 2010, p. 25)

Este modelo adotado na pesquisa, embora tenha como pressuposto que a efetividade da escola depende não só de fatores internos, como organização da escola e práticas pedagógicas, mas também do contexto em que ela se situa, trata a relação com o contexto na forma de “insumos externos”, que incidem no processo escolar na

forma de políticas públicas que abrangem seleção e capacitação docente, gastos por aluno, salário dos professores e política de incentivos à carreira, que corresponderiam a estímulos vindos dos níveis administrativos mais elevados do sistema escolar. A perspectiva de valorização de relações colaborativas acontece apenas na perspectiva internalista do sistema educacional, visando difundir experiências exitosas quando se propõe que

As equipes dos órgãos intermediários constituem, assim, um público a ser atingido nas capacitações, uma vez que precisam aprender a subsidiar efetivamente o trabalho pedagógico das escolas e a criar, entre elas, pontos de contato e colaboração. Isso implica propor visitas às escolas, para que, conhecendo de perto suas concepções, atitudes e valores, lhes seja possível discutir e propor novas formas de pensar o processo de ensino-aprendizagem, o papel docente e a visão do aluno. Em especial, é preciso que disseminem experiências de aprendizagem inovadoras, desenvolvidas em outras unidades, de modo que venham a constituir modelos já testados de boas práticas pedagógicas. Simultaneamente, cabe-lhes promover, prioritariamente nas escolas de sua região e, posteriormente, na rede como um todo, trocas de experiências focadas em atividades capazes de promover nos alunos a apropriação dos conteúdos curriculares e a construção de competências e de habilidades. (BRASIL. Ministério da Educação, 2010, p. 27)

Além da aprendizagem situada de forma equilibrada tanto na trajetória acadêmica quanto na vida social dos alunos, ressalta-se, no documento, a importância atribuída ao trabalho produtivo, proativo e autônomo da equipe escolar, sendo destacado que as políticas educacionais devem se voltar para o aprimoramento da prática cotidiana das escolas, como nos estados pesquisados, nos quais o foco é no “interior da sala de aula”, com o desenvolvimento das capacidades tanto das equipes escolares quanto dos órgãos descentralizados das secretarias para acompanhar e apoiar pedagogicamente as escolas.

A valorização do desenvolvimento de competências para colaborar como uma dimensão importante da formação dos professores é recente na literatura educacional, especialmente quando a colaboração ultrapassa a comunidade escolar e envolve parceiros externos, a exemplo de grupos de pesquisa educacionais e grupos de pesquisa atuantes em áreas específicas nas universidades e organizações da sociedade civil. Um modelo de formação de professores bem-sucedido, adotado na Finlândia,

preconiza o desenvolvimento de competências para colaborar como um desafio importante para aperfeiçoar ainda mais este modelo exitoso, conforme abordado por Niemi (2013). Conhecer este modelo se torna relevante para o nosso contexto, tendo em vista os resultados alcançados naquele país em promover uma imagem favorável da escola e da docência na sociedade, já que muitos jovens talentosos querem se tornar professores.

Os resultados dos estudos de formação de professores (por exemplo, NIE-MI, 2011) mostram que os professores em formação precisam de mais supervisão e orientação sobre como colaborar com a comunidade escolar. Eles também precisam de mais competências na relação com diferentes pais e outros interessados fora das escolas, como representantes do mundo do trabalho, bem como parceiros na vida empresarial e da cultura. O papel profissional dos professores expandiu-se e eles precisam estar em cooperação com diferentes parceiros. Tem-se também levantado a questão de se a formação inicial dos professores pode fornecer todas estas competências. Há uma necessidade de se conectar à formação inicial de professores, com a indução de novos professores e tornando a formação em serviço mais eficaz do que tem sido. (NIEMI, 2013, p. 131)<sup>1</sup>

Outro pressuposto da organização do sistema educacional finlandês é que os professores, enquanto profissionais, não podem ser apenas implementadores de decisões, devendo ser também parceiros no seu desenvolvimento, o que nos leva a questionar como as políticas educacionais têm situado o papel dos professores diante dos desafios da profissão em alcançar maior efetividade na aprendizagem socialmente referenciada de seus estudantes.

As políticas educacionais desenvolvidas com o objetivo de promover maior efetividade das escolas na promoção de aprendizagens podem se pautar em estratégias que envolvem ou meras prescrições ou recomendações vazias às escolas, que apenas se limitam a dizer arbitrariamente aos professores o quê, quando e como ensinar ou a apresentar resultados satisfatórios obtidos em determinados processos de ensino,

---

<sup>1</sup> Results of the teacher education studies (e.g. NIEMI, 2011) show that student teachers would need more supervision and guidance on how to collaborate in a school community. They also need more competences with different parents and other stakeholders outside the schools such as representatives of working life as well as partners in business life and culture. Teachers' professional role has expanded and teachers need to be in cooperation with different partners. It has also raised a question how teachers' pre service teachers education can provide all these competences. There is a need to connect pre-service teacher education, induction of new teachers and in-service service training more effectively than it has been.

sem que sejam apresentados os fundamentos desses procedimentos. Em contrapartida, as recomendações válidas, segundo Almeida (2006), são aquelas que, reconhecendo a diversidade de contextos educativos e de possibilidades metodológicas, não indicam um caminho único para resolver questões ligadas ao ensino das Ciências e apresentam as bases filosóficas, psicológicas, sociais e/ou pedagógicas das opções metodológicas, bem como o contexto em que foram obtidos os resultados, evitando generalizações. Estas recomendações representam uma contribuição efetiva para o trabalho docente, especialmente quando as propostas resultam da pesquisa colaborativa entre professores universitários e professores da educação básica e estes últimos estão implicados na investigação e superação de desafios que encontram no cotidiano da profissão.

A relação entre universidade e sociedade pode se pautar por inovações desenvolvidas de forma persuasiva, com finalidade regulatória, ou por estratégias de convencimento, com cunho emancipatório. As inovações regulatórias, segundo Veiga (2003), orientam-se pela padronização, pela centralização e pelo controle burocrático, visando gerar produtos prontos e acabados, enquanto que as inovações emancipatórias, de caráter edificante, buscam o diálogo com saberes locais e colaboração com diferentes atores e quem as desenvolve está existencial, ética e socialmente comprometido com o seu impacto em contexto real, que é reconhecido como histórico e social. (VEIGA, 2003)

Conforme Santos (2007), quando a tônica é posta nos resultados, o discurso argumentativo inclina-se para uma adesão pela persuasão e, pelo contrário, quando a tônica recai no esforço de apresentar razões para eventuais resultados, o discurso argumentativo inclina-se para uma adesão pelo convencimento, transformando relações de poder em relações de autoridade partilhada, que primam por relações de participação, de reciprocidade, de solidariedade. Essas relações, em que o outro é concebido como sujeito e não como objeto, são presididas pelo princípio da comunidade, entendidas não só e prioritariamente como instâncias de produção cognitiva, mas sim de produção política.

As inovações regulatórias, segundo Santos (2007), partem do pressuposto da ciência moderna de que “o conhecimento é válido independentemente das condições que o tornaram possível” e por isso “a sua aplicação independe igualmente de todas as condições que não sejam necessárias para garantir a operacionalidade técnica da sua aplicação”. Para esse autor, temos que nos perguntar



[...] pelas relações entre a ciência e a virtude, pelo valor do conhecimento dito ordinário ou vulgar que nós, sujeitos individuais ou coletivos, criamos e usamos para dar sentido às nossas práticas e que a ciência teima em considerar irrelevante, ilusório ou falso; e temos, finalmente de perguntar pelo papel de todo o conhecimento científico acumulado no enriquecimento ou no empobrecimento prático das nossas vidas, ou seja, pelo contributo positivo ou negativo da ciência para a nossa felicidade. (SANTOS, 2007, p. 60)

O questionamento da contribuição da ciência para as nossas vidas requer que se vá além da ruptura epistemológica promovida pela ciência moderna simbolizada pelo salto qualitativo do conhecimento do senso comum para o conhecimento científico, demandando uma segunda ruptura em que ciência e tecnologia se tornem transparentes, se traduzam em senso comum, em autoconhecimento, em sabedoria, em poder argumentativo, em forças emancipatórias (SANTOS, 2007), através da aproximação da academia em relação às experiências vivas das comunidades.

Coerente com esta perspectiva, a teoria crítica do currículo tem apontado a importância de estudos da comunidade pelos professores, por meio de pesquisas socioantropológicas, na definição do eixo do trabalho pedagógico e dos conceitos das diferentes áreas e disciplinas que podem contribuir para se dar sentido à prática social, o que deslocaria o foco dos conteúdos sistematizados e universais, sem desconsiderar, no entanto, sua importância. (MOREIRA, 2000) Auler (2007) também considera fundamental a dimensão do local no campo da curiosidade epistemológica dos professores, por gerar a busca de compreensão e de superação, potencializando o engajamento e uma cultura de participação. Para Dauster (1996, p. 65), o olhar antropológico na pesquisa e na prática educacional permite o conhecimento das especificidades de um determinado universo social, contribuindo para que se abandone “uma postura etnocêntrica que faz do diferente um inferior e da diferença uma privação cultural”.

Também a antropologia pós-moderna se volta para a busca de compreensão dos limites e as possibilidades da relação entre sujeitos em pesquisas de campo, sendo uma proposta a de adoção de uma postura humanista para o fazer antropológico, enfatizando o caráter provisório e parcial de toda análise cultural e, ainda, dimensões muitas vezes desconsideradas nos escritos etnográficos, tais como a articulação da subjetividade do autor com as das pessoas pesquisadas, a compreensão e tradução mútuas, a negociação ativa de uma visão compartilhada da realidade, a vulnerabi-

lidade do pesquisador e as limitações e vulnerabilidades que o contexto impõe ao conhecimento produzido. (CLIFFORD, 1998)

Nossas tentativas de nos relacionarmos com o outro e de buscar dizer o outro envolvem sempre uma dimensão educativa, à qual é frequentemente atribuído um caráter redentor na ruptura com a “rusticidade”, com a “ancestralidade arcaica”, supostamente residual e desprezível, que caracteriza as comunidades tradicionais, para que as mesmas alcancem os benefícios da modernidade. A pós-modernidade<sup>2</sup> tem mostrado, conforme comenta Freitas (2005), que o andamento da história contradiz qualquer perspectiva teleológica de superação do rural pelo urbano, do arcaico pelo moderno, da lógica da vida cotidiana pela racionalidade técnica, das culturas locais pela homogeneização pretendida pelo movimento civilizatório, questionando-se o papel que muitas vezes, infelizmente, é atribuído às escolas de romper as resistências para tais superações, vistas como inexoráveis e irreversíveis.

## O que aprendemos com o PROEXT

A participação no PROEXT 2012, através do projeto “Remando com a maré: uso sustentável de recursos ambientais e mudanças climáticas globais”, foi uma oportunidade de manter relações colaborativas com professores da educação básica no desenvolvimento de intervenções didáticas localmente referenciadas, gerando efeitos nas práticas dos professores. Mais do que uma constatação na prática, essa incidência das atividades do projeto nas práticas dos professores é um pressuposto da ação, ao considerarmos, por um lado, que os professores estavam implicados nas ações e, por outro, por entendermos que os seres humanos, em suas subjetividades e interações sociais, respondem (e sempre respondem!) de alguma forma à interferência mobilizadora de agentes externos. Assim, optamos por um discurso que contemple alguns efeitos da convivência com moradores e escolas na nossa construção de sentidos sobre a ilha e seus habitantes.

## O caso da elevação do nível da água do mar...

A abordagem no ensino das Ciências de temas controversos, que envolvem desafios socioambientais, requer que sejam tomadas como ponto de partida questões

---

2 Entendida, conforme Canclini (2000, p. 28), “não como uma etapa ou tendência que substituiria o mundo moderno, mas como uma maneira de problematizar os vínculos equivocados que ele armou com as tradições que quis excluir ou superar para constituir-se”.

ambientais locais, relacionando-as com questões globais, atendendo ao pressuposto de que

O respeito ao saber popular implica, necessariamente, o respeito ao contexto cultural. A localidade dos educandos é o ponto de partida para o conhecimento que eles vão criando do mundo. ‘Seu’ mundo, em última análise, é a primeira e inevitável face do mundo mesmo. (FREIRE, 2000, p. 86)

Assim, uma das primeiras atividades do projeto visou conhecer a percepção pública na Ilha de Maré sobre problemas ambientais locais e sua relação com as mudanças climáticas, bem como analisar se estas questões mobilizavam seu interesse e geravam algum tipo de preocupação, como subsídio para o planejamento colaborativo de sequências didáticas contextualizadas sobre o tema. Para este fim, professores e estudantes, apoiados pela equipe do projeto, desenvolveram uma entrevista com moradores da ilha, com base em um roteiro semiestruturado. Duas questões, que em outras comunidades poderiam gerar pouco interesse ou até mesmo indiferença, causaram muita apreensão entre os entrevistados. Em uma delas, após o comentário de que “cientistas afirmam que o aquecimento global pode provocar o aumento do nível do mar”, foi questionado se os moradores se preocupavam com isso. Em outra pergunta, após a apresentação do comentário de que “Um renomado cientista americano falou recentemente que daqui a dez anos ninguém poderá morar em ilhas, pois elas vão ficar embaixo da água”, pedia-se que o entrevistado avaliasse a conduta do cientista como precipitada ou realista, com vistas a avaliar a imagem pública da ciência e do conhecimento por ela produzido. Constatou-se que um número expressivo de entrevistados já tinha ouvido falar de aquecimento global nas duas comunidades pesquisadas e tinha um bom nível de compreensão das ações humanas que se relacionam com a possível elevação da temperatura do planeta, embora não soubesse explicar a relação entre essas ações e a elevação da concentração de gás carbônico na atmosfera. No entanto, a pergunta que mais mobilizou o interesse e, ao mesmo tempo, angústia na população foi sobre a possibilidade da elevação do nível do mar afetar a vida nas ilhas e, especialmente, na Ilha de Maré, embora a maioria tenha considerado o cientista exagerado, precipitado ou errado. Poucos acionaram fatos para justificar sua concordância com a assertiva atribuída ao cientista: “tem certas ilhas que já desapareceram”; “*Por causa do efeito estufa que aquece e derrete as geleiras*

*umentando o nível do mar*”.<sup>3</sup> Os estudantes relataram que durante as entrevistas e por muitos dias seguintes foram questionados se o cientista estava correto, se existia mesmo o risco de elevação do nível do mar e da Ilha de Maré ser atingida. Esse evento, aparentemente banal, que gerou curiosidade, mas também preocupação, entre os moradores nos alertou para o cuidado ao se lidar com o ensino situado de temáticas globais em contextos locais.

### O caso da premiação no “Jovens Cientistas da Bahia”

Os achados de pesquisa sobre a percepção pública de moradores, desenvolvida em duas comunidades da ilha, foram organizados e analisados pelos estudantes, que submeteram dois trabalhos ao evento “III Encontro de Jovens Cientistas da Bahia”.

Ao propormos ao professor-orientador e aos alunos a participação no evento, não tínhamos noção do significado que ela teria para a comunidade escolar e, especificamente, para o professor e estudantes envolvidos. No dia da apresentação, os estudantes estavam acompanhados pelo diretor e vice-diretora da escola no Salão Nobre da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), sendo que o professor-orientador não concordou com a antecipação da apresentação proposta pela comissão organizadora, porque ainda não estavam presentes todos os seus convidados. Os estudantes apresentaram seus trabalhos brilhantemente, sendo que uma das duplas recebeu o prêmio de melhor apresentação oral na modalidade Vida de Jovem Cientista – Apresentação Oral na Categoria Ensino Médio (Figura 1).

Figura 1. Apresentação oral de estudantes da Ilha de Maré no III Encontro de Jovens Cientistas da Bahia.



3 Informação verbal obtida em entrevistas realizadas por estudantes do ensino médio do Colégio Estadual Marcílio Dias com moradores da Ilha de Maré, em novembro de 2012.

Esta premiação, além de ser um reconhecimento pelo esforço e dedicação dos estudantes em sistematizar suas aprendizagens, submetendo os resultados em um evento de iniciação científica, teve importante significado simbólico, ao valorizar a atitude investigativa dos estudantes e a importância de que a sociedade em geral e, especificamente, a população da Ilha de Maré se apropriem de noções científicas que lhes permitam um posicionamento informado sobre questões socioambientais contemporâneas. A situação também foi exemplar para os demais estudantes da escola, que homenagearam os estudantes premiados com uma solenidade em que foram entregues troféus e certificados. A síntese foi publicada no *Livro de Resumos* do evento, como segue:

### **Percepção pública sobre o aquecimento global na comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, Salvador, Bahia**

A Política Nacional sobre Mudanças no Clima determina que todos têm o dever de atuar, em benefício das presentes e futuras gerações, para a redução dos impactos decorrentes das interferências antrópicas sobre o sistema climático (BRASIL, 2009) e a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia (BAHIA, 2011) recomenda o desenvolvimento de programas para compreensão e mobilização da sociedade, no que concerne à mudança do clima. Em consonância com estas políticas, investigou-se a percepção pública sobre o tema na comunidade de Praia Grande, Ilha de Maré, visando subsidiar ações socioeducativas junto aos habitantes com vistas à ampliação do entendimento público sobre o tema. A pesquisa foi desenvolvida na comunidade de Praia Grande, envolvendo a realização de entrevistas com base em roteiro semiestruturado, com seis questões iniciais para definição do perfil dos moradores entrevistados ( $n = 61$ ) e 11 questões para identificação da percepção pública sobre o tema. A maioria dos entrevistados (66%,  $n = 40$ ) apresenta entre 14 e 40 anos de idade, é do sexo feminino (62%,  $n = 38$ ) e apresenta nível de escolaridade ensino fundamental (40%,  $n = 25$ ), seja incompleto (29%,  $n = 18$ ) ou completo (11%,  $n = 7$ ), sendo que poucos (32%,  $n = 19$ ) possuem ensino médio completo (28%,  $n = 17$ ) ou ensino superior completo ou incompleto (4%,  $n = 2$ ). Para a maioria dos entrevistados, existem problemas ambientais que afetam todo o planeta (93%,  $n = 57$ ), sendo que alguns (7%,  $n = 4$ ) se referiram espontaneamente ao aquecimento global. Ao serem questionados, um número expressivo de entrevistados afirmou já ter ouvido falar

em aquecimento global (87%, n = 53), sendo a televisão a principal fonte de informação. Um número expressivo de entrevistados (85%, n = 52) considera que está ocorrendo o aquecimento do planeta, sendo que destes a maioria (98%, n = 51) relaciona o problema às ações humanas, que o provocariam (69%, n = 36) ou intensificariam (29%, n = 15). No que se refere às ações que podem aumentar o aquecimento global, os 54 entrevistados que responderam a questão identificaram corretamente várias delas, embora um alto percentual (85%, n = 46) tenha feito referência à pesca com bombas. Nas respostas abertas sobre o que é aquecimento global, percebe-se baixo nível de entendimento do fenômeno. Embora a maioria dos entrevistados (80%, n = 49) considere que o aquecimento global afeta a ilha, eles têm baixo nível de entendimento de como esta interferência ocorreria e de como as ações dos moradores da ilha se relacionam com o problema. No que diz respeito a se preocuparem com a possibilidade de aumento do nível do mar, dos 54 entrevistados que se manifestaram, um alto percentual respondeu que sim (87%, n = 47). Quanto à confiança nas afirmações dos cientistas sobre o aquecimento global, para os moradores entrevistados a afirmação fictícia de que, para um renomado cientista, daqui a dez anos ninguém poderá morar em ilhas, pois elas vão ficar embaixo da água, envolveu discordância da maioria (80%, n = 48), que o consideram equivocado, exagerado ou precipitado, embora esta questão tenha repercutido na comunidade, gerando o interesse por entender as previsões dos cientistas sobre as consequências do aquecimento global nos ambientes costeiros. Os resultados indicam a necessidade de ampliar a compreensão pública do tema na comunidade de Praia Grande, com foco nas relações entre problemas ambientais locais e globais. (ENCONTRO DE JOVENS CIENTISTAS DA BAHIA, 2012)

**Palavras-chave:** percepção pública, problemas ambientais, aquecimento global.

A partir desta experiência que indicou a repercussão positiva que a participação no evento e a premiação tiveram para a escola, os estudantes e suas famílias, foi possível compreender melhor como as dificuldades para estudar, como a travessia diária de barco para estudo no continente, não foram obstáculos suficientes para que eles deixassem de se sentir capazes de aprender e ensinar sobre questões ligadas ao seu cotidiano.

## O caso da tempestade...

Desde o início de nossa aproximação à Ilha de Maré – e lá se vão oito anos de uma relação duradoura que parecia já se revelar no nome do projeto, “Jorge Amando a Maré”, então vinculado ao Centro Universitário Jorge Amado – sempre procuramos entender os motivos que levavam moradores e estudantes a ficarem apavorados diante de qualquer indício de que estaria por vir uma tempestade e da ausência dos alunos às aulas nesses períodos. Durante intervenções didáticas de nossa equipe em parceria com professores da escola, percebíamos o alvoroço que se iniciava na sala de aula sempre que começava uma mudança no tempo, com a necessidade inclusive de antecipar o término das aulas para que os alunos pegassem o barco mais cedo e retornassem, seguros, à ilha. Tal como Geertz (1989, p. 187) em seu relato sobre sua fuga diante de uma batida policial durante uma briga de galos ilegal – atitude que favoreceu tanto sua aceitação pela comunidade, já que “em Bali, ser caçoado é ser aceito”, quanto a interpretação, na perspectiva local, do significado desta prática cultural –, o evento abaixo relatado traduz um acontecimento que, visto em retrospectiva, foi importante para que nós tivéssemos a exata compreensão das atitudes dos ilhéus diante das mudanças do tempo e de sua apreensão por não termos levado em consideração seus conselhos:

Na última quinta-feira, 27/09, fomos [nome de membro do projeto] e eu à ilha e desenvolvemos a atividade em parceria com a professora [nome] no turno da manhã e à tarde suspendemos a atividade devido à repentina mudança do tempo, com ventos fortes que levaram a diretora e a professora [nome] a dispensarem os alunos, com medo que os coqueiros, que balançavam muito, caíssem sobre o prédio da escola. Tivemos a infeliz ideia de voltar a Salvador por barco a partir de Praia Grande ao invés de ouvir um dos sábios conselhos da diretora, professoras e moradores vizinhos à escola: caminhar uma hora debaixo de chuva e fazer a travessia por Passé/Candeias ou dormir na ilha. Como [nome de membro do projeto] daria aula no dia seguinte e seria perigosa uma caminhada por locais escorregadios, especialmente porque ela está grávida de quatro meses, resolvemos voltar de barco mesmo, afinal achamos que era um certo exagero de todos, o mar nem parecia tão agitado assim.... E nos arrependemos profundamente. Quero contar depois presencialmente o que passamos, mas já me dou por satisfeita por estar aqui escrevendo esta mensagem sem ter chorado até este momento e só começado agora... Não mandei esta mensagem antes

porque fiquei sinceramente muito abalada e imagino que Luciane deve estar ainda bem mais abalada que eu. Eu que me considero corajosa (afinal tive três filhos por parto normal e enfrentei algumas grandes ondas em um catamarã na volta de Morro de São Paulo e também em uma pescaria em alto-mar com um sobrinho, levando meus três filhos), dei por certo que não sairia viva daquele barco.... Foi desesperador e talvez a escrita deste texto me ajude a superar o trauma. Os barqueiros nos trancaram no porão (nós duas, o pai dos barqueiros e mais três passageiros), porque em cima seríamos jogadas ao mar, com as janelinhas fechadas para não entrar água. As ondas eram imensas, uma atrás da outra, e víamos seu tamanho pela abertura da qual também dava para perceber o esforço dos dois jovens barqueiros para controlar o barco. Quando passávamos por elas o casco do barco batia com força na água, num som estrondoso. Em um momento em que o barco quase virou, entrou água por uma das janelas que estava meio aberta e tomamos um jato forte de água, caindo nossos pertences sobre o chão sujo, pois nós duas tivemos forte enjoo o tempo todo. A água entrava por todas as aberturas, molhando bolsas com notebook, máquina fotográfica, filmadora, etc, mas nem me dei ao esforço de tentar protegê-los, pois estava desesperada e dava praticamente como certo que não sobreviveríamos... A viagem, que normalmente demora 40 minutos, durou o dobro do tempo. Quando pensei que estávamos chegando, [nome do pai dos dois barqueiros que estava também no porão] disse que ainda era Itamoabo e a parte pior, de mar aberto, ainda nem tinha começado... Recitei rezas da minha infância que achava que nem mais sabia, fiz aquele tipo de retrospectiva que é comum nesses momentos, desejei estar perto dos meus filhos, demos as mãos e nos consolamos, choramos silenciosamente e tentamos nos tranquilizar mutuamente. Até hoje quando fecho os olhos sinto o barco balançando e me pego chorando sem mais nem menos... Quando saí do barco disse que nunca mais voltaria à Ilha de Maré. Neste momento compreendi, depois de sete anos indo à ilha, porque os moradores de lá (e também os alunos!) ficam tão desesperados quando o tempo muda e o mar fica agitado... E eles não têm essa alternativa, como nós, de nunca mais voltar lá!!! À noite liguei para o barqueiro para ter notícias dele e dos dois filhos... Ele tinha voltado para a ilha, com o barco cheio de moradores, uma combinação inexplicável de imprudência e coragem. Também liguei para o marido de [nome de membro do projeto] para ter notícias (ela estava se recuperando do susto!) e ele me contou que um barco de pescadores tinha naufragado naquela tarde. Agora até essa logomarca do projeto adquiriu outro significado... Espero voltar a olhar para ela vendo apenas as simpáti-



cas e faceiras ondinhas debaixo do barco. Peço desculpas por esta mensagem, mas precisava compartilhar com vocês o ocorrido e também dizer o quanto agradeço por não estarmos todos naquele barco e também pelo fato de os barcos dos estudantes do Colégio Marcílio Dias terem chegado à ilha um pouco antes da mudança repentina do tempo [...].<sup>4</sup>

Este evento nos fez refletir sobre as implicações das nossas ações nas escolas locais, ao propor a abordagem curricular do aquecimento global. A temática das mudanças climáticas envolve, em todos os lugares, o debate acalorado em torno de aspectos controversos e mobiliza sentimentos de angústia e apreensão, especialmente diante do discurso catastrofista que pouco contribui para um entendimento informado e crítico sobre os efeitos das ações antrópicas sobre o clima planetário. No caso de comunidades como a Ilha de Maré, que vivem em ambientes costeiros e dependem do mar para sua subsistência, a perspectiva de que haja alterações locais dos ecossistemas, como efeito de mudanças globais no clima do planeta, gera grande preocupação e precisa ser abordada com cautela.

Os ambientes costeiros serão os mais afetados pela mudança do clima. Castro e outros (2010) são contundentes ao afirmar que o aquecimento global provocará tensões nas regiões costeiras, gerando, entre outros problemas, o aumento da frequência e intensidade de tempestades; a alteração na dinâmica sedimentar, causando erosão e assoreamento; mudanças no regime hidrológico; aumento da vulnerabilidade de ecossistemas sensíveis a variações de temperatura; perda do espaço territorial por inundação permanente; perda de habitats, como os manguezais; salinização do lençol freático; problemas no abastecimento de água e na captação e no escoamento de efluentes urbanos. Nos ambientes marinhos, os efeitos não serão menos drásticos, pois, embora o mar contribua para controlar o aquecimento global, absorvendo parte do excesso de gás carbônico por processos biológicos e físico-químicos, estima-se que até 2100 o excesso de gás carbônico produzido pela queima dos combustíveis fósseis não poderá mais ser absorvido, sendo que a saturação levará à acidificação dos oceanos, afetando os recifes de corais e o equilíbrio de toda a teia alimentar marinha. Assim, quando moradores dizem que, com o aquecimento global, “a margem da ilha vai subir” e que “vai inundar a ilha completamente” é importante nos questionarmos sobre que significados atribuem às mudanças climáticas nas suas vidas.

---

4 Mensagem enviada para membros do projeto em 30 de setembro de 2012.

## Quem se beneficia com o trabalho colaborativo? Algumas conclusões...

A colaboração de professores da educação básica com professores e estudantes de graduação e pós-graduação promove o desenvolvimento de todos os envolvidos, sendo muito mais que uma questão de voluntarismo, uma necessidade diante do esforço demandado pelo sistema educacional brasileiro para a superação de desafios em promover a alfabetização científica de todos os cidadãos, em reconstruir uma imagem social positiva da profissão professor e em despertar parte do alunado para as carreiras científicas e, especialmente, para a docência de ciências.

O trabalho colaborativo é uma modalidade de configuração da prática educacional em que os envolvidos trabalham conjuntamente e se apoiam mutuamente, visando atingir objetivos comuns negociados coletivamente, havendo liderança compartilhada e corresponsabilidade pela condução das ações. Nessa perspectiva, a pesquisa deixa de investigar “sobre” o professor, passando a investigar “com” o professor, contribuindo para que este se reconheça como produtor ativo do conhecimento, da teoria e da prática de ensinar, atuando para transformar o seu contexto de trabalho (IBIAPINA, 2008), mas também estabelecendo novas bases na relação entre universidades e escolas, gerando maior nível de legitimidade da pesquisa educacional. Embora traga benefícios, parte deles elencados por Damiani (2008) a partir de uma revisão bibliográfica sobre o que dizem as pesquisas sobre os efeitos do trabalho colaborativo, essa forma de configuração da prática educativa também envolve desafios, entre os quais a ruptura com a ideia, e seus efeitos na prática, de que a sala de aula é um espaço indepassável e protegido de outros olhares, o que supostamente garantiria a tão desejada autonomia do professor.

A dinâmica colaborativa, no âmbito do PROEXT-MEC, ocorreu em torno da construção de possibilidades metodológicas que aproximassem a abordagem do problema do aquecimento global de questões locais da ilha, visando facilitar o entendimento pelos alunos de que ações cotidianas podem se vincular a problemas socioambientais mais abrangentes, favorecendo a educação ambiental em contextos culturais específicos. Assim, por exemplo, a sequência didática sobre aspectos biológicos e culturais da cana brava, uma planta usada localmente no artesanato de cestaria, desenvolvida junto a estudantes das séries iniciais do ensino fundamental, permitiu aos alunos comparar, do ponto de vista ambiental, o uso na ilha de cestos artesanais

produzidos localmente e o uso de utensílios correspondentes feitos de plástico. Além de aspectos ligados ao tempo de degradação dos materiais, os alunos tiraram conclusões interessantes sobre o maior impacto ambiental dos utensílios de plástico devido à composição dos materiais e sobre custos de combustível para transportá-los até a ilha, traduzindo este seu entendimento na linguagem de cordel. Dando continuidade a este estudo, outras pesquisas têm sido desenvolvidas, agora em parceria com professores dos anos finais do ensino fundamental e professores do ensino médio, uma delas com foco no uso da Literatura de cordel como ponto de partida e ponto de chegada para a aprendizagem contextualizada sobre o aquecimento global, visando superar ideias catastrofistas incorporadas ao senso comum sobre o tema, e a outra pesquisa com foco na reprodução das plantas da Ilha de Maré e sua relação com a sustentabilidade socioambiental.

Atentas à dimensão da pesquisa na solução de problemas da prática e à necessidade de se desenvolver a autonomia de professores e comunidades, editais de agências de fomento têm acenado ou já propiciado a oportunidade para que se apresentem projetos para financiamento de ações extensionistas, de forma independente ou em parceria com universidades. Embora possam prescindir em certos casos da relação com a universidade, no que se refere aos professores, concordamos com Caldart (2004, p. 125) quando afirma que “um coletivo de educadores precisa ter alguma forma de acompanhamento externo que ajude a dinamizar o seu processo de formação e a chamar a atenção para aspectos que a rotina do dia a dia já não deixa enxergar”. Também as comunidades podem se beneficiar desta relação promovendo, de forma compartilhada, a (re)invenção de tecnologias sociais que contribuam para a qualidade de vida dos grupos envolvidos. No caso da Ilha de Maré, têm sido estudadas, colaborativamente com estudantes do ensino médio, estratégias para o uso dos resíduos da cana brava, resultantes da atividade artesanal, que poluem a ilha, com propostas de uso da biomassa como fonte de energia, e também, o plantio da cana brava em digestores de esgotos domésticos do tipo *wetland*, o que poderia contribuir para a solução do problema de saneamento ambiental da ilha e também para a propagação vegetativa da cana brava, tendo em vista que a planta tem se tornado escassa na ilha devido à prática local de extração dos espécimes para o artesanato sem cultivo para reposição. Ao contrário do provérbio “remando contra a maré” que traduz a tentativa de tornar possível algo difícil, o projeto foi nomeado “Remando com a Maré”. Além de carregar o nome da ilha, também traduz, a um só tempo, a

busca de soluções com (e não para) os agentes locais e aproveita a maré favorável, traduzida nas políticas de incentivo à extensão, para a prática colaborativa entre universidades, escolas e comunidades onde as mesmas encontram-se inseridas.

As aprendizagens da equipe com o trabalho colaborativo nas escolas, adquiridas no âmbito do PROEXT-MEC, estão agora sendo úteis para fomentar, de forma ampliada, a formação continuada de professores do Programa Ciência na Escola do Ensino Médio (SEC-BA/IAT), em parceria com outros professores da UFBA que também têm experiência no desenvolvimento de pesquisas colaborativas com as escolas. O programa envolve a perspectiva de se disseminar a cultura colaborativa na rede estadual de ensino da Bahia através do incentivo à construção de parcerias entre escolas, grupos de pesquisa educacionais, grupos de pesquisa em temáticas socioambientais e organizações da sociedade civil, envolvendo uma equipe constituída por 76 componentes, atuando como formadores, articuladores e tutores, e um grupo de 1.080 professores das escolas envolvidas. O envolvimento de professores do Colégio Estadual Marcílio Dias neste programa, como tutores, evidencia que as ações realizadas na escola têm contribuído para o seu desenvolvimento profissional e para sua inserção no movimento voltado para a disseminação da cultura colaborativa nas escolas. Outras ações colaborativas têm sido desenvolvidas no Colégio Marcílio Dias, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência de Ciências Naturais da UFBA e outros parceiros que se aproximam da escola e da ilha com nosso incentivo, gerando novas possibilidades de estudo e trabalho colaborativos sobre questões socioambientais da ilha. A nossa aproximação da escola e seus desdobramentos podem ser assim resumidos, em concordância com Guimarães Rosa (2001, p. 477): “A gente principia as coisas, no não saber por que – e desde aí perde o poder de continuação – porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada”.

## Referências

ALMEIDA, M. J. P. M. de Prescrições e recomendações ao professor na solução de problemas do ensino na educação em ciências. *Ciência & Ensino*, v. 1, n. 1, p. 47-51, dez. 2006.

AULER, D. Enfoque ciência-tecnologia-sociedade: pressupostos para o contexto brasileiro. *Ciência & Ensino*, Campinas, v. 1, nov. 2007. Número especial. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/ojs/index.php/cienciaeensino/article/viewFile/147/109>>. Acesso em: 21 set. 2013.

BAHIA. Lei nº 12.050 de 07 de janeiro de 2011. Institui a Política sobre Mudança do Clima do Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/lei\\_clima.pdf](http://www.meioambiente.ba.gov.br/upload/lei_clima.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112187.htm)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. Ministério de Educação. *Melhores práticas em escolas de ensino médio no Brasil*: resumo Executivo. Brasília, 2010. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15397&Itemid=859](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15397&Itemid=859)>. Acesso em: 22 set. 2013.

CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa Pezza Cintrão. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2000.

CARVALHO, A. M. P. de; GIL-PÉREZ, D. *Formação de professores de ciências: tendências e inovações*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

CASTRO, B. M. et al. O mar de amanhã, com as mudanças climáticas de hoje. *Ciência e Cultura*, Campinas, v. 62, n. 3, p. 40-42, 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n3/a16v62n3.pdf>>. Acesso em: 21 set. 2013.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, J. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

DAMIANI, M. F. Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios. *Educar*, Curitiba, n. 31, p. 213-230, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a13.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

DAUSTER, T. Construindo pontes: a prática etnográfica e o campo da educação. In: DAYRELL, J. (Org.). *Múltiplos olhares sobre educação e cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 65-72.

ENCONTRO DE JOVENS CIENTISTAS DA BAHIA, 3., 2012, Salvador. *Livro de resumos...* Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 2012. Disponível em: <[http://jovenscientistasdabahia.files.wordpress.com/2012/12/livro\\_resumos\\_e\\_programa3a7c3a3o.pdf](http://jovenscientistasdabahia.files.wordpress.com/2012/12/livro_resumos_e_programa3a7c3a3o.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido*. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

- FREITAS, M. C. de. *Alunos rústicos, arcaicos e primitivos: o pensamento social no campo da educação*. São Paulo: Cortez, 2005.
- GEERTZ, C. Um jogo absorvente: notas sobre a briga de galos balinesa. In: GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989. p. 185-188.
- GUIMARÃES ROSA, J. *Grande sertão: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- IBIAPINA, I. M. L. de M. *Pesquisa colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos*. Brasília: Liber Livros, 2008.
- LÜDKE, M.; CRUZ, G. B. da; BOING, L. A. A pesquisa do professor da educação básica em questão. *Revista Brasileira de Educação*, v. 14, n. 42, p. 456-602, set./dez. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a05.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2013.
- PESSOA DE CARVALHO, A. M. Profesores y formadores de profesores colaboran en investigaciones sobre la enseñanza de ciencias. *Enseñanza de las Ciencias*, v. 21, n. 2, p. 191-197, 2003.
- MOREIRA, A. F. B. Propostas curriculares alternativas: limites e avanços. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 21, n. 73, 2000, p. 109-138. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v21n73/4210.pdf>>. Acesso em: 3 set. 2013.
- NIEMI, H. The finish teacher education. Teachers for equity and professional autonomy [La formación del profesorado en Finlandia. Profesores para la autonomía y la equidad profesional]. *Revista Española de Educación Comparada*, v. 22, p. 117-138, 2013. Disponível em: <[http://www.uned.es/reec/pdfs/22-2013/22-MO-06\\_Niemi.pdf](http://www.uned.es/reec/pdfs/22-2013/22-MO-06_Niemi.pdf)>. Acesso em: 22 set. 2013.
- SANTOS, B. de S. *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote, 1992.
- TARDIF, M. *Saberes docentes e saberes profissionais*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- VEIGA, I. P. A. Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória. *Cad. Cedes*, Campinas, v. 23, n. 61, p. 267-281, dez. 2003.

# Extensão universitária feminista: espaços de formação para o empoderamento e a equidade de gênero<sup>1</sup>

*Iole Macedo Vanin e Clarice Costa Pinheiro*

## Introdução

Em meados das décadas de 1980 e 1990, o feminismo no Brasil ganhou novo impulso, tornando-se mais dinâmico e diversificado em relação aos períodos anteriores, promovendo no cenário nacional discussões que trazem no cerne a questão do processo de socialização, o impacto da produção e utilização de saberes e conhecimentos na vida das mulheres e, sobretudo, na reprodução e legitimação de relações hierarquizadas de gênero.

Neste sentido, o relacionamento deste movimento com a universidade deixa de ser somente pautado na preocupação do acesso feminino à formação científica, ampliando-se para o campo epistemológico: faz-se uma leitura crítica da ciência, pensando tanto as formas como esta se relaciona com a sociedade (eixo acadêmico) como as maneiras como a sociedade se relaciona com ela (eixo ativista).

Se no âmbito da Sociologia do Conhecimento e da Filosofia da Ciência tradicional estes eixos caracterizam duas tradições distintas das Ciências e Tecnologias (CTs), que tentam convergir, no feminismo caracterizam uma única tradição: “[...]”

---

<sup>1</sup> O presente capítulo é produto do “Programa Ensino de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano”, que conta com o apoio institucional da SESU/MEC por meio do Edital PROEXT 2011/2012 e encontra-se em desenvolvimento junto à Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal da Bahia.

o feminismo tem enfrentado desde a sua origem os problemas de compatibilizar a adequação das análises metacientíficas com o compromisso sociopolítico que conduz a intermináveis debates nas CTs.” (GARCIA, 1999, p. 40) Inaugura-se, assim, a crítica feminista à ciência, germen dos Estudos Feministas e de Gênero que será o esteio dos núcleos de estudos e pesquisas sobre mulheres que passam a existir nas universidades brasileiras.

Esses núcleos formados por pesquisadoras feministas das mais variadas áreas do conhecimento, o que os caracterizam como espaços interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares, possuirão atuação não só na produção e na socialização de conhecimentos não androcêntricos, mas, sobretudo, se dedicarão à aplicação e vulgarização destes junto a distintos setores e grupos da sociedade, com o intuito de promover espaços formativos que possibilitem aos sujeitos construir e reelaborar situações onde possam empoderar-se e agirem no sentido de estabelecerem a equidade de gênero. Nesta perspectiva, a extensão, além da pesquisa e do ensino, será uma área de atuação do feminismo acadêmico e permite a forja da nomenclatura Extensão Universitária Feminista, campo onde se insere o “Programa Ensino de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano”.

### **Extensão universitária feminista: apresentando um conceito**

Antes de apresentar o relato da experiência da formação continuada para docentes, parte do “Programa ensino de direitos humanos, gênero e diversidade no semiárido baiano” e do projeto “Formação docente para o ensino de gênero e diversidade no semiárido baiano”, que é o escopo do presente capítulo, acreditamos ser necessário apresentar o que entendemos por extensão universitária e o que denominamos de extensão universitária feminista, noções que norteiam e classificam as atividades que serão apresentadas.

Pensar extensão é, sobretudo, pensar a forma contextual como a relação universidade e comunidade se estabelece. Ao longo da história, esta relação teve concepções diversas a orientando. (MELO NETO, 2004) Na década de 1990, Boaventura Santos refletiu sobre a complexidade das relações sociais da contemporaneidade e, mais especificamente, de que modo esta sinalizava para a necessidade das instituições universitárias passarem por mudanças profundas e não por “simples reformas parcelares”. (SANTOS, 2008, p. 187) E seriam as crises de institucionalidade, de legiti-



dade e de hegemonia que caracterizavam as implicações destas complexas relações sociais no interior da universidade e desta última com a sociedade.

A crise de hegemonia seria a mais abrangente, pois envolveria questões que ultrapassam o âmbito universitário, como, por exemplo, a responsabilidade social da universidade – em outras palavras, a extensão. (SANTOS, 2008) O autor, apesar de construir um panorama das concepções de extensão que norteava, nas últimas décadas dos noventa, as relações entre comunidade e universidade, não apresentou o que seria a concepção de extensão que nortearia as instituições universitárias da pós-modernidade.

Ele se debruçou especificamente sobre esta questão uma década depois da publicação de *Pela mão de Alice* (SANTOS, 2008), quando, em 2004, a convite do Ministério da Educação, produziu reflexões para subsidiar os debates sobre a Reforma Universitária no Brasil. Ao retomar as discussões sobre as instituições de ensino superior públicas, acrescidas de análise do contexto posterior a 1994, apresentou proposta de reforma universitária a partir da discussão do que pensava serem “os princípios básicos de uma reforma democrática e emancipatória da universidade pública, ou seja, de uma reforma que permita à universidade pública responder criativa e eficazmente aos desafios com que se defronta no limiar do século XXI.” (SANTOS, 2004, p. 6)

Um destes desafios diz respeito aos problemas sociais, o que remete à responsabilidade da universidade e o seu papel na transformação de relações sociais desiguais e excludentes que estão no cerne destes problemas. Nesta perspectiva, a extensão tem “[...] como objetivo prioritário, sufragado democraticamente no interior da universidade, o apoio solidário na resolução dos problemas da exclusão e da discriminação sociais e de tal modo que nele se dê voz aos grupos excluídos e discriminados.” (SANTOS, 2004, p. 54)

Desta sorte, os desafios impostos às instituições universitárias pela contemporaneidade são múltiplos e diversos, exigindo o delineamento de novos paradigmas teóricos e metodológicos que permitam a construção de estratégias que auxiliem na explicação e solução de problemas sociais, seja de exclusão e/ou de discriminação, que possuem como eixos estruturantes, dentre outros fatores, os marcadores de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade, e não só o de classe. São estes pertencimentos muitas vezes que caracterizam as relações sociais, econômicas e culturais, para citar algumas, hierarquizadas nas quais os indivíduos estão inseridos, determinando, assim, situações de discriminação e exclusão vivenciadas por grupos formados de

mulheres, negros, gays, lésbicas, transexuais, idosos/as, dentre outros atores/atrizes sociais.

Estas questões devem ser consideradas ao se pensar a extensão, processo de “interação da universidade e outros setores da sociedade” (FÓRUM..., 2012) que visa apoiar o enfrentamento à exclusão e à discriminação. (SANTOS, 2004) Nesse sentido, fomentar transformações sociais, seja por meio de atividades destinadas a formação, caracterizada por cursos de curta duração destinados à educação continuada e aperfeiçoamento profissional, seja por meio da construção de equipamentos, de assessorias, dentre outras ações, é, portanto, o que caracteriza a extensão universitária. Seguindo este raciocínio, podemos acrescentar que quando compreende-se que estas transformações só são possíveis ao se considerar de forma crítica a questão das mulheres e dos sujeitos que se definem ou são definidos a partir das percepções de feminino temos a extensão universitária feminista.<sup>2</sup> Desta sorte, os sentidos desta última encontram-se no empoderamento dos sujeitos, em especial das mulheres, e nas mudanças pautadas na equidade de gênero. E são estes sentidos que norteiam as atividades formativas desenvolvidas com docentes do semiárido baiano, no período de 2009 a 2013.

Como já mencionado, as atividades de extensão cujas experiências pretendemos apresentar são as do “Programa Ensino de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano” (2011) e do projeto “Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano” (2009). Eles se encontram relacionados, na medida em que o segundo foi ampliado pelo primeiro, uma vez que este, além de prosseguir com a formação continuada de docentes nas temáticas de gênero e diversidade, inclui uma pesquisa e uma nova intervenção – oriundas das demandas feitas pelos participantes (docentes cursistas) do segundo. Desta sorte, são suas metas: construção de diagnóstico, assessoria na revisão curricular com a inclusão de disciplinas específicas para a discussão de gênero e continuidade da formação continuada de docentes das redes públicas do semiárido baiano. (VANIN, 2011)

Dentre as metas propostas, devido a dificuldades de ordem interna e externa à universidade, somente o diagnóstico acerca de como os docentes que participaram do projeto “Curso de Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no

---

2 Para uma maior caracterização do que denominamos de Extensão Universitária Feminista na Universidade Federal da Bahia (UFBA), visitar os sites do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), do Grupo de Estudos sobre Saúde da Mulher (GEM) e do Programa de Estudos em Gênero e Saúde (MUSA).

Semiárido Baiano” estão promovendo a transversalização das temáticas de gênero e diversidade nas suas atividades em sala de aula foi concluído.<sup>3</sup> E como ele é a ligação entre as duas atividades de extensão, as experiências aqui relatadas e as análises feitas serão realizadas a partir da pesquisa realizada para a sua construção. Destaca-se que este instrumento permitirá verificar os efeitos/impactos das experiências de formação continuada de docentes em gênero e diversidade, que é uma das políticas educacionais que vem sendo realizada pelo Ministério da Educação desde os anos iniciais do século XXI, por meio, sobretudo, das instituições de educação superior públicas brasileiras.<sup>4</sup>

A relevância da participação da universidade no processo de monitoramento e avaliação de políticas públicas é tão importante quanto a própria execução, e por isto é um dos objetivos da extensão, segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária,

[...] criar condições para a participação da Universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para que ela se constitua como organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas. (FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS 2012, p. 5)

Neste sentido, cabe salientar que estas experiências ainda não tiveram os seus impactos analisados, e este é um aspecto fundamental para avaliar a eficácia destas ações e, se necessário, oferecer informações para que elas possam ser reelaboradas ou ter a sua aplicação redimensionada de acordo com as regionalidades a que são destinadas.

É de suma importância, portanto, estudos e pesquisas que tenham como foco estas questões. Infelizmente, no caso da Bahia, estes estudos e pesquisas ainda são raros, para não dizer inexistentes. Assim, o diagnóstico pretende fornecer informações para futuras intervenções, de sorte a possibilitar o êxito de uma política educacional de gênero e para as mulheres consolidando uma “Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica”. (BRASIL, 2008)

3 Espera-se obter êxito nas outras metas até dezembro de 2013, quando o projeto será finalizado. As dificuldades serão discutidas em local específico do presente artigo.

4 Em Vanin e Pinheiro (2013) realizamos uma breve trajetória dos contextos políticos em que tais ações são propostas pelo MEC. Deve-se salientar que a inclusão dos marcadores de gênero, raça/etnia e sexualidade nas políticas públicas fomentadas pelo governo federal, atendendo o que é disposto nos Planos Nacionais de Políticas Públicas para as mulheres, no Programa Brasil sem Homofobia, dentre outros, que são frutos da articulação e demanda dos movimentos sociais, manifesta-se nas políticas de fomento à extensão universitária por meio de editais que contemplam de forma específica estas questões, a exemplo do PROEXT 2011/2012.

## Formação docente em gênero e diversidade no semiárido baiano: relato de uma experiência

O semiárido baiano é um espaço múltiplo, onde riqueza e pobreza possuem graus variados e estão relacionadas. (VANIN; PINHEIRO, 2013) Assim, dentro da multiplicidade que o caracteriza, algumas questões foram importantes para a escolha do território da Bacia do Jacuípe para a realização dos cursos de formação em gênero e diversidade destinados aos(às) docentes das redes públicas, tanto estadual como municipais, da região. São elas: a carência de formação continuada destinada aos(às) docentes, o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios que constituem o território e a concepção de que para medir o IDH ou mesmo o avanço dos direitos humanos de uma comunidade ou região, são necessários, além dos dados pertinentes à educação, os dados sobre saúde, habitação, emprego e questões de gênero.

Apesar da participação feminina nos vários setores da economia, da educação, da saúde e da cultura, prevalecem ainda relações de gênero hierarquizadas no território da Bacia do Jacuípe. No entanto, é o único território de identidade baiana que possui uma coordenação responsável por articular regionalmente as políticas e discussões de gênero e diversidade. E um dado apresentado pela Coordenação de Gênero e Diversidade acerca das políticas públicas desenvolvidas na região é a ínfima parcela de projetos, ações e atividades que trazem o enfoque de gênero de forma crítica ou que se destinam a proporcionar condições para o empoderamento das mulheres. Um exemplo encontra-se na área educacional, onde existe a carência de discussões acerca das questões de gênero, raça/etnia e sexualidade apesar destes marcadores darem o tom das relações, muitas vezes, hierarquizadas e discriminatórias que são estabelecidas no cotidiano escolar. Estas questões nortearam a nossa escolha pela Bacia do Jacuípe.

No período de 2009/2010 iniciamos a sensibilização de 664 profissionais,<sup>5</sup> dos quais 353 atuavam na rede pública de ensino dos municípios<sup>6</sup> que constituem o território em questão. Diante da importância de construir espaços para a discussão crítica acerca de gênero e de como as interseccionalidades deste com raça/etnia, sexualidade, geração, classe e territorialidade constroem, muitas vezes, relações assimétricas

5 Além de docentes, participaram dos cursos profissionais que atuam na área de saúde, segurança dos municípios, bem como sindicalistas, agentes comunitários, conselheiros tutelares, dentre outros.

6 Os municípios são: Várzea do Poço, Baixa Grande, Riachão do Jacuípe, Gavião, Nova Fátima, Capela do Alto Alegre, Pé de Serra, Pintadas, Ipirá, Quixabeira, Mairi, Serra Preta, Várzea da Roça e São José do Jacuípe.

que são o sustentáculo das hierarquias sociais, econômicas e políticas existentes entre os sujeitos e, sobretudo, de refletir qual a função da educação na construção de relações equânimes entre mulheres e homens, as concepções dos(as) cursistas foram consideradas ao se pensar as metodologias e abordagens dos conteúdos do curso.

A proposta pedagógica do curso em questão foi composta com uma carga horária de 80 horas, onde 60 horas foram dedicadas às discussões teóricas que contemplaram as seguintes temáticas ministradas em módulos: Gênero e relações de gênero; Gênero e Linguagem; Educação, Gênero e Raça/Etnia; Gênero e Sexualidade; Gênero e Direitos Humanos; Elaboração e análise de material didático com enfoque de gênero e diversidade. As 20 horas restantes foram utilizadas para construção e aplicação de atividades didáticas com as temáticas em questão de acordo com o planejamento didático das unidades escolares dos municípios envolvidos no projeto.

As atividades didáticas desenvolvidas pelos(as) cursistas, além da inserção das discussões de gênero e diversidade nas suas salas de aula, possibilitaram também uma oportunidade de reelaboração das metodologias utilizadas na mediação feita pelos(as) docentes no processo ensino-aprendizagem:

A metodologia usada, os textos, vídeos, ou seja, o módulo em si pode ser incluído no trabalho em sala de aula.<sup>7</sup> (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010l)

E

Poderá contribuir num aspecto importante, que é o de introdução de assuntos polêmicos no âmbito das atividades escolares que repercutirá na vida pessoal que cada indivíduo envolvido nas atividades. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010k)

Ou

Contribui nas novas abordagens e nas mudanças de atitude que me será útil para aplicar novas metodologias na sala de aula. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010a)

---

7 As falas das(dos) cursistas citadas no presente artigo foram retiradas das fichas avaliativas do curso, aplicadas no encerramento das atividades do projeto, onde os(as) participantes responderam a seguinte pergunta: "Como a temática trabalhada neste curso pode contribuir para a sua prática pedagógica?".

A estrutura pedagógica foi montada tendo como finalidade possibilitar aos docentes das redes públicas de ensino do território de identidade da Bacia do Jacuípe espaços de diálogo para a construção de reflexões críticas acerca do cotidiano escolar e de construção conjunta de estratégias para a implementação de uma educação não discriminatória, não sexista, não racista, não homo-lesbo-transfóbica. Fato que possibilitou, aos(as) docentes cursistas nas suas intervenções didáticas:

[...] que eu tenha um olhar respeitoso e compreensivo para as diferenças. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010c)

E

[...] para que eu como educadora melhorasse muito nas aplicações de conteúdo e no relacionamento aluno e professor. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010a)

Ou ainda,

Além de novas abordagens, com certeza, terei condições de melhor mediar as discussões, dirimir conflitos e oportunizar aos alunos melhor convivência com os diferentes gêneros e toda diversidade vivenciada no nosso espaço enquanto semi-árido baiano. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010f)

Neste sentido,

Já tem contribuído na minha atuação enquanto membro do departamento de gestão escolar e pedagógica, pois cabe ao departamento gerir os conhecimentos com eficiência e eficácia para uma educação com pretensões de contextualização. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010h)

A partir das vivências, experiências e saberes trazidos pelos(as) cursistas para as discussões, produziu-se reflexões e questionamentos acerca dos padrões de gênero, raça/etnia, geração e sexualidade rígidos e não equitativos que constituem as relações sociais. Desta sorte, as concepções e experiências dos homens e das mulheres

que participaram do curso foi o liame que permitiu a conexão dos módulos e atividades desenvolvidas. Tal postura metodológica utilizou-se dos pressupostos teóricos das pedagogias feministas e de gênero.<sup>8</sup>

Os saberes e conhecimentos construídos e reelaborados nas aulas foram “diretrizes para a ação” das oficinas e das ações didáticas, realizadas, permitindo mediar discussões e debates acerca das possibilidades de processos de ensino-aprendizagem não discriminatórios, pautados na equidade de gênero e outras interseccionalidades. Garantiu-se espaço para que as discussões e atitudes que desmantelem “a lógica que justifica a dissimulação, que mantém e fixa as posições de legitimidade e ilegitimidade” (LOURO, 2001, p. 552) fossem realizadas constantemente nas ações e práticas docentes, bem como em outras situações em que estes sujeitos são protagonistas.

Faço parte do grupo da comunidade, trabalho de agente comunitária de saúde e estou cursando serviço social. O curso pode estar contribuindo na melhoria das minhas atitudes na área em que trabalho e também para a minha formação acadêmica, uma vez que o nosso instrumento de trabalho será as várias expressões da questão social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010g)

Não trabalho em sala de aula como professora, mas trabalho como conselheira tutelar e faço graduação no curso de serviço social, portanto a temática trabalhada neste curso servirá de suma importância para que eu possa desenvolver um bom trabalho tanto como conselheira, como também como assistente social. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010i)

De acordo com os relatos pessoais dos(as) cursistas registrados nos memoriais sobre a participação no curso, nas fichas avaliativas, bem como nos relatos e reflexões acerca das atividades que estes(as) desenvolveram nas escolas em que lecionam, ou ainda nos depoimentos feitos nos grupos focais, podemos dizer que as atividades proporcionadas pelo projeto levaram àquelas 14 cidades a semente que possibilita uma mudança nas relações de gênero, principalmente no que toca ao papel social das escolas em não reproduzir os tradicionais estereótipos de gênero.

---

8 Sobre pedagogias feministas recomenda-se a leitura de Sardenberg (2004), Pons e Silva (2011).

A contribuição é a não reprodução de comportamentos e atitudes até então considerados padrão na nossa sociedade sobre gênero. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010d)

Contribuiu para ampliação do meu conhecimento e mudanças na forma de pensar e agir, me preparou para poder trabalhar esses temas com meus alunos, colegas, família, etc. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010b)

Nos relatos, tanto escritos como orais, encontramos indícios de que as discussões feitas nos módulos durante o curso tiveram e provocaram impactos tanto na didática de ensino aplicada em sala de aula, como também na vida familiar e pessoal de alguns(algumas) destes(as) cursistas.

As mudanças tornaram-se perceptíveis na medida em que os(as) cursistas, em suas conclusões e comentários, relataram o modo como tomaram consciência de que comportamentos e atitudes definidos como “naturais” no dia a dia eram reflexos de estereótipos e/ou reforçavam relações hierarquizadas e, portanto, desiguais de gênero. Informações essas que foram se repetindo nas cidades e variando de acordo com a própria experiência de vida de cada um(a). Ou seja, as oficinas, realizadas no curso, foram espaços para os(as) participantes perceberem o preconceito na sua própria vivência e, muitas vezes, nas suas próprias falas em sala de aula.

Podemos destacar, também, um outro aspecto acerca dos impactos das experiências deste projeto como a contribuição deste para o empoderamento dos(as) docentes enquanto homens e mulheres (principalmente as mulheres que eram maioria nas turmas e, por conseguinte, no curso) em aspectos relacionados às suas vidas de uma forma geral, a partir da construção de um “novo olhar” acerca das relações sociais que estabeleciam e estabelecem.

As temáticas trabalhadas me ajudarão na minha atuação em sala de aula enquanto professora e na minha convivência com outras pessoas. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010c)

Com as mudanças de atitudes, que me levarão a ver os temas de uma maneira diferente e com isso mudar a maneira de agir em uma abordagem no



nosso cotidiano. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010j)

Na maneira de lidar com os adolescentes aos quais leciono, perante as atitudes em relação a homens e mulheres. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas 2010c)

Espaços de diálogo horizontal durante as situações didáticas do curso possibilitaram não só a qualificação profissional destes(as) docentes, mas ofereceram a eles(as) também momentos para refletirem criticamente sobre as suas experiências enquanto mulheres e homens, sobre os posicionamentos nas relações familiares, de amizade, de trabalho, afetivas, dentre outras, estabelecidas ao longo das suas vidas e que foram marcadas, sobretudo, pelos entrelaces de gênero, raça/etnia, geração, classe e sexualidade.

Ações educativas de formação que visem permitir aos docentes oportunidades e espaços para as discussões teóricas e metodológicas acerca de uma educação não sexista, não homofóbica, não lesbofóbica e não racista, são fundamentais. Mas este é um processo lento e muitas vezes a participação em cursos que discutam as mencionadas questões torna-se um espaço para que este processo se inicie, sinalizando para os(as) docentes a existência de outras perspectivas. Perspectivas que são importantes eixos no processo de construção de cidadania dos sujeitos, que é, como afirma Melo Neto, um fim das atividades de extensão.

A extensão expressa pela realização do trabalho social útil precisa, ainda, efetivar e desenvolver, entre seus participantes a necessidade da conquista de cidadania. Uma cidadania cujo significado está bem cristalino na perspectiva de que seja um processo de formação de cidadão crítico, consciente como sujeito de transformação e também ativo, superando o idealismo contemplativo e interpretativo da natureza. (MELO NETO, 2004, p. 87-88)

Não podemos deixar de mencionar, a importância da participação de discentes da graduação e pós-graduação nos projetos desenvolvidos no semiárido baiano. A articulação com a pós-graduação deu-se a partir da atuação de discentes do mestrado e doutorado, em sua maioria, do Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM), enquanto mediadores

das discussões realizadas nas oficinas do “Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano” (2010/2011). Para estas(estes) futuras(os) pesquisadoras(es) e professoras(es) foi um momento onde o diálogo entre os saberes dos(das) participantes foi uma experiência enriquecedora tanto no sentido de repensar as teorias, discussões sobre gênero e diversidade e o impacto destas na vida das pessoas, como de desenvolver e sedimentar a compreensão de que somente por meio do diálogo entre os múltiplos saberes e experiências é possível uma atuação que se pretende emancipatória e democrática.

A participação de alunas de graduação de Ciências Sociais e de Estudos de Gênero e Diversidade, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), na construção do diagnóstico, a partir das atividades que envolveram a pesquisa de campo e, sobretudo, o tratamento dos dados, atividades de extensão mencionadas, é outro aspecto das experiências que o “Programa Ensino de Direitos humanos, Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano” nos permite apresentar. Como já mencionamos, até o presente momento, o único produto concluído foi o diagnóstico, cujas algumas questões já foram apresentadas. E é no processo de desenvolvimento deste que a participação de discentes de graduações da UFBA, especificamente dos cursos de Ciências Sociais e de Estudos de Gênero e Diversidade, se fez presente.

A participação destas discentes, enquanto bolsistas PROEXT, encontra-se relacionado ao eixo de atividades complementares da graduação em Estudos de Gênero e Diversidade, bem como as disciplinas específicas do mencionado curso, cujos enfoques se dedicam a realizar discussões no campo dos Estudos Feministas, de Gênero e Educação.<sup>9</sup>

Destacamos, ainda, que o bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade tem como área de concentração políticas públicas, visando assim formar bacharéis aptos para planejar, avaliar, implementar/executar e avaliar políticas públicas destinadas às mulheres, onde a educação inclusiva, não sexista, não racista e não homofóbica é um dos principais eixos das ações das políticas públicas na área em questão. A participação no projeto foi, portanto, uma oportunidade não só de reelaborar os saberes e conhecimentos apreendidos nas disciplinas, mas de vivenciar experiências concretas na área de formação que serão importantes para o exercício profissional.

---

9 As disciplinas mencionadas são: FCHF 54 – Seminário Temático Gênero, Feminismo e Educação; FCHE36 – Pedagogias Feministas; FCHE60 – Epistemologia, História das Ciências e Gênero; FCHF 49 – História da Educação das Mulheres.

Um dos resultados (produtos) do programa é a minha formação acadêmica, pois a partir da participação nas atividades do projeto foi oportunizado espaço para a reformulação dos conhecimentos adquiridos nas disciplinas do meu curso de graduação (Ciências Sociais), como a elaboração de novos conhecimentos que serão importantes para uma atuação profissional, enquanto docente e pesquisadora, onde as intervenções sejam pautadas no respeito aos direitos humanos e enfrentamento do racismo, sexismo, homofobia e lesbofobia. (COSTA, 2012)

Em outras palavras, a concretização do presente programa criou um espaço privilegiado para que os(as) discentes pudessem reelaborar os conceitos e teorias apreendidos em sala de aula, ao mesmo tempo em que construíram, a partir do contato com a realidade, novas abordagens, novos problemas de estudo que, sem dúvida, trarão acréscimos positivos à área de estudos de Mulheres e Relações de Gênero, especificamente no que diz respeito à educação das futuras gerações.

### **Algumas considerações**

A partir do relato do público contemplado pelas atividades apresentadas, bem como das discentes das graduações em Ciências Sociais e Estudos de Gênero e Diversidade acerca dos impactos que a participação nos projetos causou em suas vidas pessoais e profissionais, evidencia-se, mais uma vez, a importância da extensão não só para êxito da Universidade Federal da Bahia enquanto instituição que tem entre os seus princípios “promover a equidade na sociedade, combatendo todas as formas de intolerância e discriminação decorrentes de diferenças sociais, raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de orientação sexual” (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010m, p. 20), mas também para a formação acadêmica e profissional dos(das) discentes das suas graduações na medida em que é um espaço privilegiado para:

[...] discussão e construção de ferramentas teóricas-metodológicas que permitam uma atuação para e em uma sociedade democrática e uma formação profissional superior não só voltada para a atuação técnica, mas também enfocada (sic) no sujeito e nas relações em que este se encontra envolvido; que compreenda o contexto onde se encontra inserido e que, ao promover o desenvolvimento, seja por meio da atuação profissional ou po-

lítica, econômica, social e cultural, e que o faça de forma que as diversidades sejam respeitadas e as relações sejam construídas a partir da equidade. (VANIN, 2010, p. 81-82)

Em que pese esta observação, devemos destacar que, muitas vezes, o desenvolvimento de atividades deste tipo não seguem a sua trajetória normal, uma vez que se estende para além do tempo originalmente programado ou mesmo porque não contempla a execução total das metas propostas. Isto é reflexo da não superação das dificuldades enfrentadas pelos projetos, que são frutos tanto de intempéries externas como internas à instituição promotora, a saber, a universidade.

Dentre os fatores externos podemos destacar, por exemplo, a articulação entre o tempo do projeto e o tempo da comunidade ou do grupo participante, o que envolve, de forma mais abrangente, o conhecimento e o respeito da dinâmica social, política, econômica e cultural da região onde se pretende desenvolver as ações. A própria articulação com a comunidade, quando não pautada no respeito às múltiplas vozes que a compõem, pode transformar-se em um problema. Estas, no entanto, são dificuldades que, quando surgem, são resolvidas com sensibilidade e, sobretudo, na observância de um princípio básico do fazer extensão, principalmente a extensão que tem como foco o fortalecimento de cidadanias, a de que é um trabalho coparticipado pautado em relações horizontais.

O que preocupa de fato são os fatores internos da instituição que ocasionam dificuldades na execução das atividades extensionistas, quando não as inviabilizam. Entre eles, destaca-se a compreensão da extensão como algo menos importante em relação à pesquisa e ao ensino (MELO NETO, 2004) e, principalmente, a morosidade burocrática, quando há o envolvimento de recursos, em atender as necessidades específicas e, muitas vezes, essenciais dos projetos em tempo hábil para realização de ações de acordo com o cronograma estabelecido.

Por fim, dificuldades a parte, não podemos deixar de reafirmar a importância das atividades de extensão para a transformação e o desenvolvimento regional e nacional na perspectiva de fortalecer cidadanias a partir de práticas que são e possibilitam relações horizontais e que se baseiam na equidade e no respeito à alteridade, princípios das instituições públicas de ensino superior e, sobretudo, da extensão universitária feminista.

## Referências

- BRASIL. *II Plano nacional de política para as mulheres*. Brasília: Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, 2008.
- COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. In: PISCITELLI, A. et al. *Olhares feministas*. Brasília: MEC/Unesco, 2009. (Coleção Educação para Todos).
- COSTA, I. de J. Formação de docentes no Semiárido Baiano. In: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO, 2012. Salvador. *Caderno de Resumos...* Salvador: Universidade Federal da Bahia, Pró-Reitoria de Extensão, 2012.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus: Comissão Permanente de Avaliação da Extensão Universitária, 2012.
- GARCIA, M. I. G. El estudio social de la ciencia em clave feminista: género y sociología del conocimiento científico. In: BARRAL, M. J. ; MAGALLÓN, C.; SANCHEZ, M. D. *Interacciones ciencia y género: discursos y prácticas científicas de mujeres*. Barcelona: Icaria, 1999.
- LOURO, G. Teoria Queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, ano 9, 2º. Semestre, 2001.
- MELO NETO, J. F. de. Extensão universitária, autogestão e educação popular. João Pessoa: Editora Universitária, 2004.
- PONS, C.; SILVA, Z. P. da. Pedagogias Feministas no combate ao racismo e as desigualdades de gênero: uma abordagem perspectivista. In: COSTA, A. A. A.; PASSOS, E. S.; RODRIGUES, A. *Gênero e diversidade na gestão educacional*. Salvador: Edufba, 2011.
- SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- SARDENBERG, C. M. B. Pedagogias feministas: uma introdução. In: BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C.; MENEZES, A. M. *Violência contra as mulheres: a experiência de capacitação das DEAMs da Região Centro-Oeste*. Brasília: AGENDE, 2004. (Cadernos AGENDE)
- SILVA, C. Os sentidos da ação educativa no feminismo. In: SILVA, C. *Experiências em pedagogia feminista*. Recife: SOS Corpo, 2010.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para

o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 6 out. 2010a. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 6 out. 2010b. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 9 out. 2010c. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano. Território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 9 out. 2010d. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 16 out. 2010e. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 16 out. 2010f. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 16 out. 2010g. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 20 out. 2010h. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 23 out. 2010i. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 23 out. 2010j. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. *Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano*: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, 30 out. 2010k. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Núcleo de Estudo Interdisciplinar sobre a Mulher. *Considerações gerais sobre o curso. Projeto Curso Formação Docente para o Ensino de Gênero e Diversidade no Semiárido Baiano*: território da Bacia do Jacuípe. Salvador, nov. 2010l. Ficha avaliativa.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Estatuto e regimento geral*. Salvador, 2010m.

VANIN, I. M. O Instituto de Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo/INEIM na Universidade Federal da Bahia: um relato das possibilidades de experiências transversais de gênero no ensino superior. In: ALVES, I. I. et. al. (Org.). *Travessias de gênero na perspectiva feminista*. Salvador: Edufba, 2010.

VANIN, I. M. *Ensino de direitos humanos, gênero e diversidade no semiárido baiano*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Pró-reitora de Extensão, 2011. FORMULÁRIO-SÍNTESE DA PROPOSTA – SIGProj EDITAL PROEXT 2011.

VANIN, I. M.; PINHEIRO, C. C. *Gênero e diversidade na formação continuada de docentes da rede pública*: relato de uma experiência no território da Bacia do Jacuípe (Bahia). Salvador: [s.n.], 2013. Texto inédito.





# Onda Digital: vivências em inclusão sociodigital com uso de tecnologias livres

*Débora Abdalla Santos, Cíntia Mercês Souza, Débora de Almeida dos Anjos  
e Juliana Maria Oliveira dos Santos*

## O Programa Onda Digital

O ensino e as pesquisas desenvolvidas pelo Departamento de Ciência da Computação (DCC) do Instituto de Matemática (IM) da Universidade Federal Bahia (UFBA) sempre tiveram uma relevância social na formação de profissionais qualificados, na produção de estudos e pesquisas avançadas para o desenvolvimento da tecnologia e conseqüente avanço de uma sociedade cada vez mais digital. Entretanto, o fazer acadêmico se mantinha distante de uma atuação social no aspecto de influenciar a democratização do acesso às tecnologias digitais e a devida apropriação das pessoas ao uso qualificado dessas tecnologias.

Em 2004, iniciamos dentro do DCC ações sociais referentes aos aspectos humanos influenciados pela crescente inserção da tecnologia no dia a dia de qualquer cidadão. Um grupo de estudantes mobilizados pela realidade de desigualdades sociais e militantes do *software* livre sensibilizaram professores do DCC para organização de atividades de extensão que pudessem contribuir com a inclusão digital das pessoas em seus mais variados aspectos. Assim, de forma voluntária, unimos esforços para realização de projetos voltados à inclusão digital que, na nossa visão, se constitui em

uma forma de agregar valores sociais como a cooperação e a colaboração entre os elementos inseridos no processo.

Desde o ano 2000, vimos no país diversas iniciativas para promover a inclusão sociodigital, provenientes dos governos locais e federais, de entidades não governamentais (ONGs) e iniciativas privadas. Em Silveira e Cassino (2003) são encontrados vários exemplos. Muitas dessas iniciativas buscam promover a inclusão sociodigital em uma perspectiva de atuação integrada com outras ações que visam combater a desigualdade social e melhorar a qualidade de vida da classe desprivilegiada de nosso país. Outra referência que mostra a diversidade de projetos e ações em inclusão digital é o livro *Inclusão digital: com a palavra, a sociedade* (DIAS, 2003), lançado pelo Plano de Negócios, com apoio do Ministério da Cultura. Destacamos, entretanto, uma ausência de projetos universitários e, em especial, daqueles protagonizados por professores e estudantes ligados à área de tecnologia.

O cenário em 2004 favorecia a criação de uma ação maior e fomos orientados pelo pró-reitor de extensão na época, o professor Manoel José Ferreira de Carvalho (*in memoriam*), a desenvolver um programa permanente de extensão que agregasse os diversos projetos e ações voltados ao tema da inclusão sociodigital, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Extensão Universitária.

Assim, surge o Programa Onda Digital (POD), coordenado pelo DCC com a parceria do Centro de Processamento de Dados (CPD), atualmente denominado Superintendência de Tecnologia da Informação (STI), tendo como missão contribuir com a inclusão sociodigital na Bahia, envolvendo a universidade em ações educativas e de difusão da filosofia do *software* livre. De forma mais específica, esperamos que as ações realizadas pelo POD possam:

- Aproximar sociedade e universidade, realizando cursos e oficinas em educação digital;
- Promover o uso das tecnologias digitais nos ambientes escolares como instrumento de transformação no processo de ensino-aprendizagem;
- Estimular o desenvolvimento e uso de *softwares* livres voltados para viabilização e melhoria dos processos de inclusão digital e social no Estado da Bahia;
- Disponibilizar material didático e conteúdos voltados para a inclusão sociodigital;

- Incentivar a interdisciplinaridade, mediante o envolvimento de profissionais de computação, professores, funcionários e estudantes da UFBA de diferentes unidades de ensino;
- Gerar pesquisa em inclusão digital, *software* livre e informática na educação.

Compartilhamos neste texto a trajetória do Onda Digital como programa permanente de extensão dentro de uma unidade universitária. Os desafios encontrados, as respostas positivas e animadoras, as frustrações e oportunidades de melhorias são relatadas como forma de expressar nossa vontade de mostrar um caminho trilhado na busca de se fazer extensão universitária integrada ao ensino e impulsionadora da pesquisa acadêmica.

### Primeiras ações

O Programa Onda Digital iniciou suas atividades em julho de 2004 com uma parceria com a ONG Instituto Eletrocooperativa,<sup>1</sup> que trabalha com jovens provenientes de diversas localidades da cidade que tenham interesse pela música. Seu trabalho é voltado para a capacitação desses jovens em produção musical eletrônica, geração de produtos musicais e incentivo à formação de grupos musicais.

A grande maioria destes jovens não tinha acesso ao computador e, portanto, possuíam poucas habilidades no uso das tecnologias. A parceria com o Onda Digital se formou com o objetivo de capacitar os jovens nas tecnologias digitais com a oferta de curso de informática.

O primeiro curso de Informática básica ocorreu no período de julho a outubro de 2004, para 40 alunos selecionados pela Eletrocooperativa, com duração total de 36 horas, sendo 24 horas de aulas teórico-práticas e 12 horas de exploração livre supervisionada, onde os alunos puderam utilizar o computador para as atividades de sua escolha com apoio dos instrutores.

Outra característica deste projeto foi que todas as aulas aconteceram dentro de laboratórios do *campus* universitário, no prédio do CPD (Figuras 1 e 2). Nosso objetivo foi apresentar o ambiente universitário a esses jovens e criar a oportunidade de interação com as tecnologias digitais dentro deste ambiente, buscando despertar neles o interesse pelo estudo e aprendizado.

---

1 [www.iteia.org.br/eletrocooperativa](http://www.iteia.org.br/eletrocooperativa).

Figura 1 - Aulas da turma de Informática básica



Figura 2 – Aulas da turma de Informática básica



O projeto foi bem-sucedido, não apenas pelo retorno recebido dos alunos durante a avaliação do curso, mas por resultados concretos de inclusão social dos mesmos. Segundo dados fornecidos pela Eletrocooperativa, no período de 2003 a 2004, passaram por eles 204 jovens. Destes, 23 foram empregados, sendo que 13 deles passaram pelo curso de Informática básica e atestaram que o certificado da UFBA foi o grande diferencial para conseguir o emprego. (ABDALLA, 2005)

A parceria com a Eletrocooperativa encerrou em junho de 2006, e foi uma experiência impulsionadora para continuação das ações de educação digital para outros grupos comunitários.

## Atividades extensionistas associadas ao POD

Ao terminar o ano de 2006, percebemos a grande demanda existente para ações que envolvessem os estudantes universitários, principalmente os matriculados nos cursos de computação, com jovens das comunidades ávidos por tecnologia e carentes de acesso e orientação sobre o seu uso.

Naturalmente, em 2005, foram surgindo novas demandas e a percepção de nossa fragilidade em atender as solicitações advindas da sociedade ficou latente. Nosso grupo era composto apenas de estudantes voluntários que, apesar de empenhados, não conseguiam assumir integralmente as demandas existentes, além de se constituir um grupo com grande rotatividade de membros.

Esta realidade nos levou a perceber a necessidade de nos organizarmos como uma equipe com objetivos e metas bem estabelecidas e visão de futuro, de forma que o Onda Digital pudesse se constituir como um programa permanente de extensão. Iniciamos, em setembro de 2005, a elaboração de planejamento estratégico que tem sido revisado periodicamente e a criação do *site* do programa ([www.ondadigital.ufba.br](http://www.ondadigital.ufba.br)) na plataforma WIKI, de construção colaborativa de páginas na *web*, como principal canal de divulgação das ações do projeto.

Começamos também a participar de editais como forma de conseguir recursos financeiros para o programa, tanto para implantação de bolsas para estudantes de graduação, como para viabilizar infraestrutura adequada na execução das atividades. Conseguimos, em 2006, os primeiros projetos financiados pelo Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb), Instituto Oi Futuro e a Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), Ministério da Educação/Secretaria de Educação Superior. Seguimos a cada ano submetendo propostas para editais, algumas negadas e outras aceitas, avançamos com bolsas do programa Permanecer da UFBA desde a sua primeira edição, em 2008, e com o Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária (PIBIEX) da UFBA, ampliando as fontes de financiamento e construção de parcerias, como única estratégia de subsidiar o programa.

As ações em educação digital com a oferta de cursos de Informática básica e oficinas itinerantes para discussão e aprofundamento de temas relacionados à interferência dos avanços tecnológicos na sociedade foram agregadas ao projeto chamado Onda Solidária de Inclusão Digital, iniciado em 2006, que uniu ações de inclusão digital com descarte correto de lixo tecnológico.

Direcionando as ações para educação e tecnologia, abrigamos projetos voltados para a inserção da tecnologia nas escolas, como o projeto Educandow que experimentou o uso de uma rede social para educação no ensino fundamental.

O projeto Inclusão Pré-digital (Computação Desplugada) buscou difundir conceitos básicos de computação, mediante o desenvolvimento de atividades lúdicas que dispensam o uso do computador. O projeto se fundamentou nas atividades do livro *Computer Science Unplugged*, de Tim Bell, Ian H. Witten e Mike Fellows (2007). Um dos resultados pioneiros desse projeto consiste na primeira tradução deste livro para o português, disponível gratuitamente no *site* do projeto Unplugged ([csunplugged.org](http://csunplugged.org)). Além disso, foram realizadas as primeiras experiências práticas de uso de tais atividades em escolas do Brasil.

Com o intuito de buscar, descobrir e promover em escolas públicas de ensino básico de Salvador a formação de jovens talentos em computação, o projeto Talentos-Comp promoveu atividades para trabalhar nos estudantes a capacidade de raciocínio lógico-matemático e introduzir o raciocínio algorítmico, de maneira que os alunos pudessem compreender a utilização destes modelos de raciocínio na solução de problemas.

Em relação à descoberta de talentos, foram identificados vários alunos com perfil para a área. Um resultado interessante é que no ensino fundamental, muitas meninas demonstraram potencial e interesse pelos problemas apresentados, mas no ensino médio a participação e interesse dos meninos foi bem maior. Esses resultados preliminares corroboram com a concepção do desinteresse crescente de jovens (ensino médio) do sexo feminino pela-área de computação. (MACHADO, 2010)

Os projetos Onda Solidária de Inclusão Digital e Educandow possuem resultados importantes que marcaram as ações do POD e se constituem, desde o ano de 2011, os principais projetos do programa.

### **Projeto Onda Solidária de Inclusão Digital**

O projeto Onda Solidária de Inclusão Digital (POSID) surgiu da integração de estudantes de computação envolvidos com o movimento de *software* livre e de Economia Solidária, em parceria com o projeto Tabuleiro Digital, proposto pelo Grupo de Pesquisa em Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC) da Faculdade de Educação da UFBA. O POSID tem como missão promover o uso das tecnologias de informação e comunicação como meio de contribuir para sustentabilidade e desen-

volvimento sociocultural e econômico local, potencializando ações de reutilização e descarte adequado do lixo tecnológico. O projeto iniciou-se na comunidade de Pirajá, em julho de 2006, com três vertentes: resgatar a identidade cultural e histórica dos moradores do bairro de Pirajá; criar condições para que eles possam utilizar e disseminar práticas de Economia Solidária; e implantar um espaço de livre acesso à informática e à internet utilizando os princípios do projeto Tabuleiro Digital – acesso livre com um toque da cultura local.

O Tabuleiro Digital Pirajá foi inaugurado em junho de 2008 com 18 computadores reciclados funcionando como máquinas clientes ligadas em rede a uma máquina servidor, utilizando a tecnologia livre Linux Terminal Server Project (LTSP). O sistema operacional instalado foi o GNU/Linux, utilizando a distribuição do Ubuntu, conectados à internet por uma rede de banda larga Velox.

O Tabuleiro Digital ficou em funcionamento até dezembro de 2009 quando, por falta de financiamento e uma apropriação da comunidade para gerir o empreendimento, o projeto foi transferido para a UFBA, se instalando no Restaurante Universitário Manoel José de Carvalho (*campus* de Ondina) para acesso livre dos frequentadores do RU.

Para a produção dos computadores reciclados, iniciamos uma campanha de arrecadação de computadores inutilizados, solicitando a cooperação da comunidade com a execução do projeto Onda Solidária de Inclusão Digital. Esta campanha se expandiu para o projeto Onda Limpa, apoiado pela Fapesb, que implantou a campanha E-lixo: Doando e Ajudando, na qual obtivemos grande resposta da sociedade, nos tornando centro de referência para projetos que lidam com o lixo tecnológico. Este sucesso foi tão grande que se tornou um problema: o Onda Digital passou a ser visto exclusivamente como um projeto que lidava com o lixo tecnológico, encoberto as ações em educação digital e trazendo uma demanda da sociedade que extrapolou as condições de um projeto de extensão universitária. Para lidar com todo o lixo tecnológico que nos era ofertado, necessitávamos de uma estrutura física e de pessoal que a Universidade não podia oferecer. Em abril de 2013, decidimos encerrar o recebimento do lixo tecnológico e continuar apenas com orientações sobre destinação correta do mesmo.

O trabalho realizado pelo POSID é feito através de cursos de Informática básica com uso de *software* livre e de manutenção de computadores, além de oficinas itine-

rantes (Figura 3) com temas que propiciam a criação de um espaço para a discussão e aprofundamento de temas sociais atuais e relevantes.

O curso de Informática básica tem por objetivo introduzir as principais noções e conhecimentos de informática e orientar sobre o uso seguro da internet, capacitar o aluno profissionalmente na utilização dos principais aplicativos de escritório com propósito de inserção no mercado de trabalho. Os cursos de manutenção e montagem de microcomputadores buscam tornar o aluno capaz de identificar os componentes físicos dos microcomputadores e suas funcionalidades, realizar montagem de computadores e intervenções no *hardware* no âmbito da manutenção preventiva e corretiva, além de realizar a instalação de sistemas operacionais.

As oficinas itinerantes têm por objetivo contribuir no processo de desenvolvimento e transformação social, criando espaços para discussão e aprofundamento de temas que incluam o acesso à informação, o futuro da sociedade e a socialização da tecnologia, permitindo a reflexão acerca das interferências e dos avanços tecnológicos na sociedade. As oficinas atendem aos mais diversos públicos e promovem o intercâmbio e a troca de experiências, além de estimular que os participantes se tornem multiplicadores dos conhecimentos adquiridos em suas comunidades. Cada oficina tem duração de três horas e, atualmente, temos sete temas organizados: Arte com lixo tecnológico, *software* livre, Internet segura, Serviços ao cidadão, Domínio público no ciberespaço, Ferramentas *on-line* e Eleições.<sup>2</sup>

Figura 3 – Oficina itinerante de Internet segura no Centro Social Urbano da Vasco da Gama



2 [wiki.dcc.ufba.br/OndaDigital/OficinasItinerantes](http://wiki.dcc.ufba.br/OndaDigital/OficinasItinerantes).



O POSID recebeu apoio financeiro do Programa Novos Brasis 2006 da Oi Futuro, do PROEXT 2006, do Ministério da Educação e da Fapesb, em 2008, pelo programa de popularização da ciência e tecnologia. As capacitações em educação digital foram expandidas em parceria com diversas organizações sociais: projeto Educadores Sociais em Salvador; Ilê Axé Opó Afonjá; Comunidade de Atendimento Socioeducativo (CASE/Salvador); Movimento de Cultura Popular do Subúrbio (MCPS); Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê; Clube das Mães do Vale das Muriçocas (CMVM) – Fundação José Silveira (FJS); Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GACC), entre outros.

### Projeto Educandow e a criação do ambiente TecCiencia

Iniciado em julho de 2007, através de uma parceria entre a Universidade Federal da Bahia e a empresa Dow Brasil S.A, o projeto Educação em Ciência e Tecnologia para Escolas de Ensino Fundamental do Município Candeias (Educandow) foi concebido com o objetivo de promover uma educação básica de qualidade, especialmente para os dois últimos anos do ensino fundamental (8º e 9º anos), reunindo as competências necessárias para que os educandos possam responder aos desafios propostos para a convivência em uma sociedade cada vez mais “plugada” através do uso efetivo das tecnologias digitais.

Como resultado do projeto Educandow, foi desenvolvido um ambiente educacional similar às demais redes sociais, denominado TecCiencia.<sup>3</sup> O TecCiencia apresenta-se como um ambiente de interatividade voltado para a organização da aprendizagem, onde as orientações didáticas estão disponibilizadas através de comunidades que possibilitam aos estudantes a construção de seus conhecimentos, à medida que são desafiados a buscar soluções para determinadas tarefas e construções coletivas, adquirindo a autoconfiança necessária para desenvolverem seu potencial.

O *software* utilizado para construção da rede social educacional TecCiencia é o Noosfero,<sup>4</sup> um *software* livre para construção de redes sociais com características que permitem uma fácil adaptação do sistema para as mais variadas necessidades de construção de redes sociais. O Noosfero está desenvolvido em Ruby on Rails e roda sob servidor GNU/Linux com banco de dados PostgreSQL. A rede social TecCien-

3 [www.tecciencia.ufba.br](http://www.tecciencia.ufba.br)

4 [www.noosfero.org.br](http://www.noosfero.org.br)

cia permite que os professores, alunos e gestores e comunidade usem redes sociais próprias dentro do processo de ensino e aprendizagem. O escopo atual abrange apenas o segundo ciclo do ensino fundamental, mas o projeto pretende expandir suas ações para todo o ensino fundamental e médio.

No ambiente TecCiencia, as comunidades são espaços agregadores de ideias, de pessoas e de conteúdos, que são criadas pelos usuários com objetivos diversos, e podem ser construídas como um *blog* ou como uma reunião de artigos diversos e cuja representação virtual oferece várias outras oportunidades de agregar recursos adequados à aprendizagem.

Em busca de uma aprendizagem autônoma, o ambiente contribui com os alunos no encontro de suas próprias fontes para ampliar sua aprendizagem independentemente de outras pessoas e colabora para a troca de ideias entre amigos e/ou grupos, constroem comunidades e compartilham informações através delas. Foi considerado também que não se pretende substituir o livro didático, uma vez que o ambiente de aprendizagem não vai substituir a aula presencial, e os conteúdos apresentados devem ser uma espécie de guia para o que é mais importante.

Seguindo estas premissas, foram criadas algumas comunidades que se acredita possuir um caráter inovador na apresentação do conhecimento e que dialogam com os estudantes e os desafiam a prosseguir no seu caminho para aprendizagem. Merecem atenção as comunidades: Sais e óxidos, Tabela periódica, Equação do 2º grau, Função do 1º grau.

Para o uso adequado dos recursos necessários para fazer ciência e tecnologia, alunos e professores receberam capacitações continuadas, associando as estratégias de aprendizagem aos métodos de ensino, numa perspectiva construtivista.

O projeto foi financiado pela Empresa Dow Brasil no período de julho de 2008 a fevereiro de 2013, tendo a Fundação de Apoio à Pesquisa e à Extensão (FAPEX) como administradora dos recursos. A experimentação do ambiente TecCiencia aconteceu na Escola do SESI de Candeias e contamos com o apoio da SaferNet Brasil, que mantém o ambiente TecCiencia no seu servidor, e da Cooperativa de Tecnologias Livres (Colivre) que desenvolve o *software* Noosfero utilizado pelo TecCiencia.

## Princípios metodológicos adotados pelo POD

A situação socioeconômica brasileira não favorece o acesso tecnológico à população de baixa renda, comprometendo o processo de desenvolvimento humano, de

inserção no espaço educacional e no mercado de trabalho, bem como o desenvolvimento de estratégias de geração de renda. Pensando nestas questões, o POD atua com projetos de intervenção social, na aproximação de segmentos fragilizados da sociedade com tecnologias digitais, colaborando para que a universidade pública cumpra os seus princípios estatutários de responsabilidade social.

Com o avanço das tecnologias em um mundo cada vez mais globalizado, a sociedade vem se tornando cada vez mais dependente do uso de computadores e telefones móveis. Com o crescimento desse mercado, houve um alto custo atribuído aos *softwares* mais utilizados, chamados de *softwares* proprietários, e grandes empresas praticamente monopolizam seus sistemas operacionais, obrigando as pessoas a pagarem fortunas pelos seus programas e se tornarem dependentes de suas atualizações. Na contramão, o direito à comunicação é uma necessidade reconhecida pela Organização das Nações Unidas como direito humano. Mas como garantir o direito humano de acesso à informação e tecnologia a todos os seguimentos da sociedade a custo tão alto? É necessário que tenhamos em mãos alternativas para suprir nossas necessidades, e essa alternativa existe com o *software* livre, que é o *software* disponível com a permissão para qualquer um usá-lo, copiá-lo, e distribuí-lo, seja na sua forma original ou com modificações, seja gratuitamente ou com custo. Em especial, a possibilidade de modificações implica em que o código fonte esteja disponível. (STALLMAN, 2002) Portanto, em todas as ações do POD adotamos o *software* livre como única opção de uso da tecnologia em prol do desenvolvimento humano igualitário.

A relação com as comunidades atendidas pelo POD é construída de diferentes modos: algumas selecionadas através de editais onde informamos as atividades disponíveis; outras vem ao POD solicitar as parcerias; e, em algumas situações, vamos até a comunidade propor as nossas ações. Firmamos termos de parcerias, definindo papéis e contrapartidas, de maneira que a comunidade esteja representada por suas instituições sociais ou comunitárias. Ao fim de cada ciclo, realizamos eventos nas instituições comunitárias a fim de celebrar a conclusão de seus cursos, ouvir os alunos beneficiados, mensurar seu crescimento e dialogar condições necessárias para novos ciclos de capacitações.

As ações desenvolvidas são planejadas de forma colaborativa, incentivando a interdisciplinaridade. Criamos um modelo de gestão participativa no POD que é formado por coordenação e vice-coordenação (cargos ocupados por professores), uma secretaria-executiva e quatro coordenações (todas ocupadas por estudantes):

Administrativa financeira, Comunicação, Pedagógica e Técnica. Realizamos semanalmente reuniões de avaliação das atividades realizadas com o objetivo de aperfeiçoar o trabalho em equipe, preparando os membros do POD para atuarem nas comunidades.

Cada projeto ou ação do Programa tem suas peculiaridades e possuem instrumentos próprios de avaliação. Em linhas gerais, são aplicados questionários para pesquisa de satisfação dos participantes das ações de inclusão sociodigital e assimilação dos conteúdos.

Buscamos a interdisciplinaridade com o envolvimento de professores e estudantes da UFBA de diferentes unidades de ensino. Estudantes universitários de diversos cursos da UFBA ou outras Instituições de Ensino Superior (IES) formam a equipe de bolsistas e voluntários do POD. Temos recebido alunos dos cursos de: Ciência da Computação, Sistemas da Informação, licenciatura em Computação, Ciências Econômicas, Bacharelado Interdisciplinar (BI) em Ciência e Tecnologia, BI em Artes, Produção Cultural, Ciências Biológicas, Administração, Ciências Sociais, Psicologia, Engenharia Mecânica e Engenharia Elétrica. Sendo assim, a equipe do POD tem um caráter multidisciplinar, proporcionando ao Programa um entrelaçamento de conhecimentos oriundos dessas diversas áreas, o que enriquece as ações implementadas.

O trabalho cooperativo é facilitado pelo uso de ferramentas computacionais livres que auxiliam a participação de todos nas decisões e elaboração de atividades. Procuramos ao máximo incluir os próprios membros que não são da área tecnológica em ferramentas que fomentam o trabalho colaborativo para organização do projeto.

A formação humana dos nossos membros é um grande princípio que adotamos. Pensando nisto, foi incorporado um trabalho de desenvolvimento de equipe com a participação voluntária de um consultor organizacional externo ao programa (Figura 4).

Figura 4 – Atividade de desenvolvimento de equipe com membros do Programa Onda Digital



Nessa atividade são identificadas dificuldades emocionais e trabalhamos coletivamente, sabendo que os caminhos traçados nas histórias de cada indivíduo podem ser muitos tortuosos e suas sequelas variadas. Estes aspectos normalmente são negligenciados, por não haver consciência da sua importância. Atentos a esta questão, oferecemos a oportunidade aos participantes do Programa passar pelo processo de autoconhecimento, trabalhando as habilidades e comportamentos de cada um de forma a favorecer o desenvolvimento de seu papel de membro do POD e cidadão.

Em todos os cursos e oficinas, os estudantes da UFBA são instrutores, despertando neles a função de estudantes educadores. Os cursos são formados com conteúdos programáticos alinhados aos interesses do público-alvo e ministrados em laboratórios da Universidade ou outros espaços disponibilizados pelas comunidades ou escolas atendidas pelo POD.

As ações do Programa são registradas como atividades de extensão e são emitidos certificados, tanto para os estudantes da UFBA, para que possam contabilizar as atividades como carga horária de disciplinas optativas, quanto para os participantes das oficinas e cursos.

O POD tem na sua raiz histórica a construção coletiva, defendendo princípios e valores baseados no comprometimento, solidariedade, transparência, proatividade e respeito. No encontro com estes princípios e valores, o POD adotou a metodologia de pesquisa-ação, tipo de pesquisa cooperativa ou colaborativa, com base empírica, que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. (THIOLLENT, 1986)

A pesquisa-ação beneficia seus participantes por meio de processos de autoconhecimento e, quando enfoca a educação, informa e ajuda nas transformações.

Essa metodologia propicia perceber lacunas existentes entre a teoria e a prática. A aproximação com a sociedade, especificamente com as comunidades, nos propicia uma troca de conhecimento, incluindo o saber popular, com as suas variadas formas de conhecimento, na construção de um novo saber.

Dessa forma, as atividades realizadas pelo POD tem permitido a investigação de metodologias educacionais para ensino em ações de inclusão digital, reflexões sobre as influências e transformações das tecnologias digitais na sociedade contemporânea, os resultados da democratização do acesso às tecnologias para pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, os impactos do uso do *software* livre e sua ade-

rência às necessidades sociais, além de contribuir com a experimentação do uso de tecnologias livres no ensino básico.

Buscando uma maior integração com o ensino, as oficinas itinerantes têm sido articuladas com a disciplina Computador, Ética e Sociedade oferecida pelo DCC aos alunos dos cursos de graduação da área de tecnologia. Essa integração dá oportunidade para o aluno realizar uma experiência de campo com troca de conhecimento em sociedade e, com isso, o aprendizado sobre ética e sociedade deixa de ser uma teoria para ser exercitado em práticas com resultados para sociedade.

As ações do POD também têm recebido apoio da Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) – é o Onda Solidária de Inclusão Digital: tecnologia a serviço da cidadania. Com a ACCS, fortalecemos a nossa capacidade de intervenção social, incentivando os estudantes à troca de conhecimento interdisciplinar com o conhecimento popular. É uma oportunidade para os nossos universitários confrontarem os conhecimentos teóricos desenvolvidos na universidade com a sua prática, amadurecendo a sua formação profissional e humana.

## Desafios científicos e descobertas sociais

O Programa Onda Digital utiliza diversas tecnologias para desenvolvimento das atividades, comunicação entre membros e comunidades atendidas. Como seguimos a filosofia *software* livre, utilizamos nas nossas estações de trabalho sistemas operacionais baseados em GNU/Linux, nas distribuições Debian, Ubuntu e openSUSE e aplicativos livres, além de estimular o seu uso nas comunidades onde atuamos.

Ainda nessa perspectiva, disponibilizamos, dentro do Restaurante Universitário do *campus* de Ondina da UFBA, mesas com computadores, para acesso livre dessa comunidade, visando sempre a reutilização de máquinas já consideradas obsoletas. Optamos, então, por sistemas que permitem o funcionamento de *thin-clients* através dos gerenciadores de rede Linux Terminal Server Project (LTSP), Thin Client Operating System (TCOS) e KIWI-LTSP que são projetos de *software* livre e possibilitam o uso dessas máquinas sem prejudicar o desempenho. Usamos ainda o Noosfero, uma plataforma *web opensource*, para manter a rede social TecCiencia objetivando estimular o uso das tecnologias na educação.

Para a gestão, organização e comunicação interna e externa do Programa são utilizadas ferramentas como a Foswiki (ferramenta de escrita colaborativa na *web*), o gerenciador de projetos em *software* livre Redmine, armazenamento e gerência de

documentos *on-line* (Dropbox e Google Docs), listas de discussão, *blogs* (para avaliação das oficinas pela comunidade externa) e redes sociais (Facebook e Twitter).

Todos os *softwares* utilizados pelo programa passam por um momento de pesquisa e testes: verificamos a nossa necessidade e pesquisamos *softwares* livres que atendam a elas, e passamos o conhecimento para toda a equipe. Os principais aspectos considerados são: funcionalidade, facilidade, mobilidade, colaboratividade e estabilidade. Esses foram escolhidos pelo fato de termos pessoas de várias áreas do conhecimento e, portanto, precisamos de ferramentas que sejam funcionais e simples para manuseio, ainda mais que precisamos de muitas delas diariamente.

O ambiente TecCiencia constitui-se em uma grande inovação tecnológica desenvolvida como rede social especificamente para fins educacionais. Um elemento favorecedor desta rede é que suas ferramentas apresentam similaridades com outras redes sociais comumente utilizadas pelos jovens e professores, o que não causa estranhamentos aos usuários. A aprendizagem se dá por orientações didáticas disponibilizadas através de comunidades e perfil dos usuários, em consonância com os fundamentos da *web 2.0*, ou seja: autoria, colaboração, interação e hipermídia, possibilitando um aprendizado lúdico e autônomo para os alunos.

Ao longo dos anos, experimentamos muitos contextos sociais, uns mais simples, outros mais complexos. Uma das situações que causou muita agitação foi a proposta de ação no CASE/FUNDAC, que aconteceu a partir de um edital que lançamos para as comunidades em 2012.

No início, a equipe do Onda Digital tinha muitos receios, por atuar em um contexto social diferenciado. Havia o medo de que realizar uma ação que não fosse adequada ao contexto pudesse trazer consequências negativas à instituição e à vida dos adolescentes. Isto era algo que queríamos evitar, porém, a nossa inexperiência sobre o mundo de adolescentes em situação de liberdade privada era grande. Procuramos meios de adquirir conhecimento, consultamos profissionais atuantes na área, pedagogos, socioeducadores, pesquisadores, entre outros, para nos capacitar.

As aulas e cursos foram um sucesso. Contamos com a atenção e dedicação de toda equipe do CASE que estava acompanhando as atividades passo a passo, informando as regras institucionais, orientando os nossos estudantes educadores sobre as especificidades dos alunos para uma melhor ação. Esta experiência foi rica em troca, pois além de quebrar paradigmas e preconceitos sociais, podemos conhecer variadas realidades sociais e, com isso, ampliar a visão de mundo. Em contrapartida, pro-

porcionamos a inserção de conhecimento digital, uma aproximação com o mundo universitário não apenas física como também filosófica e educacional. A relação com menores em reclusão de liberdade foi também uma troca de afeto e compreensão, levando a ideia de uma nova perspectiva de vida e de que outro caminho é possível. Uma experiência muito rica.

## Importância do POD na formação do estudante universitário

Participar do Programa Onda Digital proporciona aos estudantes universitários uma formação humanitária e humanística, por meio de atividades socioeducacionais que envolvem diversas áreas do conhecimento, como Computação, Educação, Comunicação, entre outras, além de estimular o aprimoramento técnico com o uso e desenvolvimento de *software* livre.

No POD, o estudante de qualquer área do conhecimento tem a liberdade de colocar em prática aquilo que aprende em sala de aula e ainda propor maneiras novas de disseminar conhecimento. É possível perceber isso acontecendo com as oportunidades dadas pelas atividades diferenciadas que o Programa desenvolve dentro do seu escopo.

Essa liberdade de propor e construir desenvolve várias capacidades que, na vida de um jovem, se tornam importantes ao ingressar no mercado de trabalho, pois estimula a proatividade, autoaprendizado, disciplina, segurança e, acima de tudo, organização e liderança.

Ao consultar bolsistas sobre a importância do trabalho de desenvolvimento de equipe, há afirmações de que é de extrema importância, pois além de despertar para o autoconhecimento e, com isso, para o aprimoramento pessoal, o conhecimento através das sensações tem um impacto necessário para a eficaz internalização do conhecimento e aprimoramento das relações humanas, impactando em diversos setores da vida, tanto emocional como profissional, pois sabemos que melhores condições psicoestruturais são um passo para o sucesso.

Ao capacitar os estudantes universitários para melhor intervenção social e educacional em campo, contribuímos para o desenvolvimento de novas habilidades e talentos. Ao proporcionar a relação com contextos sociais complexos e uma maior vivência com outras formas de realidades sociais influenciemos na maturação de reflexões e aprendizados e, conseqüentemente, amadurecimento de sua consciência cidadã.



Cada um, dentro de sua competência, tem um papel muito importante para a atividade do grupo: sendo técnico; dando apoio para a concretização das atividades; na comunicação, para promover e divulgar nosso trabalho e resultados; na questão pedagógica, já que trabalhamos com educação, sendo de grande importância o trabalho de orientações de como levar o conhecimento através de atividades de inclusão digital de forma diversificada.

A cada pessoa que passa no Onda Digital é dada a oportunidade de crescer. Todos precisam, em algum momento, aprender algo novo sozinhos para que possam passar para a equipe. Por exemplo: uma pessoa da equipe técnica do projeto, quando se depara com uma dificuldade, tem o dever de pesquisar e procurar a melhor solução, compartilhando com os demais, de forma que todos possam usufruir dos benefícios de terem aprendido uma nova solução e ainda possam ampliar a ideia para outras áreas do conhecimento.

### **Alguns fatores restritivos na execução das atividades do POD**

Vivemos ciclos de altos e baixos, como uma onda do mar: às vezes temos muitos estudantes bolsistas e muitas ações acontecendo, em outros momentos poucos bolsistas. Quando reduzimos a quantidade de pessoas, reduzimos nossa capacidade de executar atividades sociais. Manter o programa exige um conjunto de atividades administrativas e de gestão que concorrem com o fazer acadêmico e científico. Dificuldades financeiras para manter bolsistas no programa e executar projetos idealizados são uma constante. Falta de laboratório de informática para apoio às atividades de inclusão digital, falta de um espaço físico exclusivo para desenvolvimento e criação de uma referência do programa também são.

Os executores das ações do POD são estudantes que estão em processo de aprendizagem. O programa tem deficiência em bagagem profissional, estruturando as ações embasadas em acúmulos de experiências. Quando o estudante consegue acumular a experiência necessária a um bom desenvolvimento da ação já está no período de sair. E um novo ciclo recomeça.

Outro grande problema enfrentado é o alto índice de evasão entre os alunos nos cursos ofertados. Lidamos com um público em contextos sociais difíceis, alguns estudantes, vítimas do tráfico de drogas, usuários de substâncias tóxicas, famílias desestruturadas, processo de educação formal deficiente, quando não interrompidos, autoestima baixa e dificuldades econômicas que geram impedimentos ao bom

desenvolvimento intelectual. Esses alunos podem ser facilmente confundidos com pessoas desinteressadas, se não houver um olhar criterioso por parte dos instrutores para perceber suas peculiaridades. Muitas vezes estamos lá para ajudar alunos a se desenvolver, mas eles ainda estão ocupados em conseguir sobreviver e os interesses entram em conflitos. Então eles precisam fazer escolhas, e o desenvolvimento sempre vai perder quando a outra opção é sobreviver.

Observamos durante os cursos e oficinas realizados pelo POD que os problemas e limitações dos alunos com a língua portuguesa comprometem muito a assimilação dos conteúdos trabalhados. Escrita de palavras, interpretação de textos e leitura das avaliações são problemas frequentes.

A falta de acesso à internet em algumas instituições parceiras é um fator que causa dificuldades. Há alunos que não tem computador e nem acesso à internet em suas casas, e isso compromete o bom desempenho, pois os conteúdos precisam ser exercitados para uma maior internalização. Educação é um processo de descoberta e, sem as ferramentas digitais necessárias, os processos de aprendizagem ficam interrompidos.

As comunidades onde o POD atua são sempre um desafio, pois de acordo com a realidade de cada uma, fatores como acessibilidade e segurança muitas vezes se tornam obstáculos para atuação.

Nossos membros são pessoas de diversas idades, culturas e áreas do conhecimento e fazer um alinhamento das ideias para transformar o grupo numa equipe é uma tarefa árdua e continua.

Outra dificuldade é a inexperiência dos estudantes universitários em dar aulas. Isto mostrou a necessidade de fornecer treinamento aos instrutores com cursos de formação em didática e técnicas educacionais.

Consideramos que o ambiente TecCiencia desenvolvido pelo projeto Educandow mostrou um caminho inovador e efetivo para o uso de tecnologias na educação, mas, apesar de todas as evidências de sucesso, foram muitas as dificuldades de imersão do ambiente no fazer pedagógico dos professores. Entendemos que investir em mudanças para uma educação de qualidade demanda tempo e um processo de “desapego” às práticas educacionais que não se adéquam à nova geração de alunos e escopo de uma sociedade muito diferente da que vivenciamos décadas atrás.

## Benefícios e impactos esperados com as ações do POD

Os resultados obtidos pelo Programa Onda Digital variam de ano a ano de acordo com o trabalho realizado por cada projeto. Em 2012 e 2013, o POSID realizou cursos de manutenção em micros e de Informática básica, oficinas sobre *software* livre, Arte com lixo tecnológico e Internet segura, atendendo 406 pessoas: 43 pessoas capacitadas em Informática básica; 49 pessoas capacitadas em Manutenção básica de computadores; sete pessoas capacitadas em Manutenção avançada de computadores; 44 pessoas participaram das oficinas itinerantes sobre *software* livre; 98 pessoas participaram das oficinas de Arte com Lixo Tecnológico; e 165 pessoas participaram das oficinas de Internet segura.

Entendemos que despertar perspectivas socioprofissionais nos alunos que recebem os cursos contribui para o seu desenvolvimento humano. Mas este é apenas o viés objetivo. Por trás deste ideal desejamos despertá-los ou ampliar as suas habilidades política, cultural e humanística. Difundir sementes ideológicas voltadas para o uso de *software* livre, meio ambiente e direitos humanos, a partir da educação.

Um dos ideais do programa é construir uma relação de proximidade com a base social. Visamos apresentar a Universidade para os jovens das escolas públicas como um caminho possível em um contexto em que predomina a desmotivação e a falta de perspectivas na formação universitária em suas vidas. Sabemos que as dificuldades que terão que superar para adentrar e permanecer na Universidade são múltiplas, mas incentivar é um passo importante.

Nas atividades que realizamos nos espaços da UFBA, os estudantes universitários dialogam com os adolescentes sobre os caminhos que uma universidade pode abrir, as perspectivas para quem adentra neste mundo de conhecimento e o desenvolvimento humano e econômico.

Através das parcerias com o Onda Digital, algumas instituições políticas de atuação civil podem estabelecer objetivos, como cursos técnicos profissionalizantes, para atrair o público para discussões, reflexões, necessidades de articulações, e ações político-sociais, fortalecendo os vínculos com a sua base política, exercendo o potencial democrático.

O ambiente TecCiencia ultrapassou a meta de 200 usuários, inicialmente prevista para atender apenas os alunos cadastrados nas turmas experimentais da Escola SESI Candeias. Atualmente, o ambiente congrega 891 usuários e 160 comunidades,

além de visitantes de diversas partes do mundo e a marca de 20 mil visitas mensais, conforme monitoramento através do Google Analytics.

Durante dois anos de experiência efetiva do projeto Educandow na escola SESI Candeias com o uso do ambiente TecCiencia, destaca-se como resultado mais imediato o reconhecimento dos professores de que houve maior integração do corpo docente com os alunos.

Percebemos que alguns alunos compreenderam bem esta nova perspectiva de aprendizagem, a exemplo da construção de *blogs* totalmente ambientados com a proposta do projeto, demonstrando o alcance e a potencialidade desta rede social como ambiente de ensino-aprendizagem, e que se bem estimulados os estudantes colaboraram e sugerem novos temas a serem estudados e pesquisados. Espera-se que as ações do projeto Educandow mostrem uma possibilidade de se obter melhorias das condições de ensino e aprendizagem presentes nas escolas de nosso país.

## Reflexões finais

Entendemos que o processo de inclusão digital requer a oferta de condições essenciais para o desenvolvimento de uma compreensão mais crítica do homem sobre as tecnologias, possibilitando-lhes maior autonomia para que ele efetivamente possa estar inserido em práticas sociais e coletivas da vida contemporânea.

Em nove anos, o Programa Onda Digital se consolidou no âmbito de práticas em Educação Digital e a sua proposta é ampliar as suas ações e parcerias, visto que já foram beneficiadas 23 comunidades em três municípios, além da capital baiana, em parceria com 14 instituições públicas e privadas. Do ponto de vista social, as suas ações resultaram na capacitação de crianças, jovens e adultos em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Do ponto de vista acadêmico, as suas ações resultaram em artigos apresentados e publicados em importantes eventos científicos de cunho nacional e internacional e desenvolvimento de monografias de conclusão de curso. (SILVA, 2007, 2010) Além disso, três de seus ex-bolsistas de Iniciação Científica Júnior foram aprovados no processo seletivo vestibular da UFBA, pois seus interesses pela academia foram estimulados também pelas ações do POD.

A relevância da atuação do POD foi reconhecida pela *Revista ARede*, que é de destaque em informações sobre cultura digital, com a premiação na categoria especial de Educação, em novembro de 2010.

Ao fim de cada ciclo de atuação do Onda Digital ficam grandes lições, um aprendizado muito amplo sobre as verdades da vida. O grau de reflexão e humanização que os participantes do POD desenvolvem, sem muitos discursos e bastante prática, condiz com um dos princípios da universidade pública, definidos em seus estatutos que os seus discentes devem aprender não apenas o conhecimento tecnológico, mas também o desenvolvimento da cidadania.

O Onda Digital busca a participação ativa da Universidade dentro da comunidade em prol da inclusão sociodigital. Pretendemos, assim, estimular um processo de inclusão social mais amplo, onde as tecnologias digitais sejam utilizadas pelas pessoas para promover práticas sociais mais efetivas.

## Referências

- ABDALLA, D. et. al. *Onda digital: a universidade protagonizando a inclusão digital*. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE COMPUTAÇÃO, 25, Leopoldo, 2005. *Anais...* São Leopoldo: Sociedade Brasileira de Computação, 2005. p. 2675-2683. A universidade da computação: um agente de inovação e conhecimento.
- BELL, T.; WHITTEN, I.; FELLOWS, M. *Computer Science Unplugged*. Canterbury, Nova Zelândia: Universidade de Canterbury, 2007. Disponível em: <<http://csunplugged.org/>>. Acesso em: 19 set. 2013.
- DIAS, L. R. (Org.). *Inclusão digital: com a palavra, a sociedade*. São Paulo: Plano de Negócios, 2003.
- FOSWIKI. Disponível em: <<http://www.foswiki.org/>>. Acesso em: 19 set. 2013.
- MACHADO, E. Z. de A. et. al. Uma experiência em escolas de ensino médio e fundamental para a descoberta de jovens talentos em computação. In: WORKSHOP SOBRE EDUCAÇÃO EM COMPUTAÇÃO, 18., 2010, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: CSBC, 2010.
- SILVA, L. B. P. da. *Desenvolvimento de um sistema livre para gestão de uso de telecentros: uma contribuição para inclusão digital*. 2007. Monografia (Conclusão de Curso Bacharelado em Ciência da Computação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <<https://wiki.dcc.ufba.br/pub/OndaDigital/Publicacoes/MonografiaLiviaBarreirosFinal.pdf>> Acesso em 20 set. 2013.
- SILVA, Q. de S. F. *GC@ID: guia complementar de orientação para agentes de inclusão digital*. 2010. Monografia (Conclusão de Curso Bacharelado em Ciência da Computação) -

Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010. Disponível em: <<https://wiki.dcc.ufba.br/pub/OndaDigital/Publicacoes/CartilhaGCID.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. (Org.). *Software livre e inclusão digital*. São Paulo: Conrad, 2003.

STALLMAN, R. Free software, free society. Selected Essays of Richard M. Stallman. Boston: GNU Press, 2002.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 2. ed. São Paulo Cortez: Autores Associados, 1986.

# Comunicação e cidadania: uma busca pelo direito à comunicação

*Giovandro Marcus Ferreira, Clarissa Viana Matos de Moura  
e Tâmara Caroline Almeida Terso*

## Articulando mídia e cidadania: estudo e monitoramento

Os conteúdos midiáticos disponibilizados nos meios de comunicação tradicionais no país são alvo de muitas ressalvas. Uma delas está ligada à distância entre o que é noticiado e a relevância da pauta em relação aos acontecimentos na sociedade. Um outro aspecto se refere a como as notícias são construídas e como tal construção viola os direitos humanos, sobretudo das minorias ou majorias que vivem nas periferias das grandes cidades brasileiras. A mesma observação pode ser feita no tocante à realidade – enquadramento – das culturas tradicionais, comunidades populares e regiões afastadas dos grandes centros econômicos, que estão sujeitas a coberturas jornalísticas de TVs abertas e jornais populares que desenvolvem processos de ridicularização das minorias, enfoques superficiais dos temas abordados ou, então, omissões que relegam à invisibilidade boa parte da sociedade.

Diante de tal cenário, o Centro de Comunicação, Democracia e Cidadania (CCDC), órgão complementar da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia, implementou, em 2009, o projeto “Observatório de Mídia e Direitos Humanos da Bahia”, que está ainda em execução. Esse projeto é uma parceria entre

o CCDC, a CIPÓ – Comunicação Interativa e o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervenções e tem como objetivo o fortalecimento e a articulação da sociedade civil em torno dos direitos humanos e das políticas públicas de comunicação. Para isso, o projeto investe em três frentes: (1) Fortalecimento do Observatório de Mídia e Direitos Humanos, ampliando a capacidade deste de gerar dados e análises para subsidiar as ações dos movimentos sociais em relação à violação dos direitos humanos pelos veículos de comunicação da Bahia; (2) Construção coletiva de um fluxo de encaminhamento dos dados para subsidiar a sociedade civil no caminho que se deve percorrer para denunciar a violação dos direitos humanos na mídia; e (3) Mobilização da sociedade civil para incidir sobre o poder público na elaboração e implementação de políticas públicas de comunicação no estado.

Na conclusão de um dos relatórios já publicados pelo CCDC (FERREIRA et al., 2012), é recorrente que programas que deveriam ter um noticiário com responsabilidade social, pois fazem parte da programação de canais de televisão aberta, ou seja, são concessões do estado, têm, no entanto, suas pautas fixadas na espetacularização da criminalidade. Em vez de mediar a relação da sociedade com as situações de violência, a mídia acaba violando a cidadania.

Diante de um problema tão complexo como a violência, de tantos equívocos e violações na cobertura midiática, e da manutenção de padrões comunicativos que privilegiam a mercantilização das audiências em detrimento da informação de qualidade, parece difícil pensar em alternativas. Mas mesmo diante de um cenário aparentemente desolador é possível ter esperanças. A notícia inicial desta análise, com sua constatação sobre a mudança do perfil dos jornais baianos impressos na abordagem sobre crianças e adolescentes, traz pistas interessantes para a incidência da sociedade sobre os meios. A reflexão sobre os meios de comunicação na Bahia, mais particularmente, em dois programas de televisão, *Na Mira* e *Se Liga Bocão*, e três jornais impressos, *A Tarde*, *Correio\** e *Massa!*:

Neste sentido, é importante gerar uma série de recomendações tanto para os operadores midiáticos, quanto para os demais atores sociais envolvidos nessa disputa pelas audiências. De maneira mais incisiva, é importante destacar que o Sistema de Garantia de Direitos, em especial o Ministério Público, os juizados especiais, e o Estado de maneira geral, precisa urgentemente fazer valer as regras e medidas que obriguem estes programas a seguir as determinações do ECA. Este estudo mostra que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), emitido pelo MP em 2010, não



foi cumprido pelas emissoras que seguem exibindo estes programas sem alterações em seus formatos e conteúdos.

O Ranking Baixaria na TV, em 2011, apontou o *Se liga Bocão* como o 3º lugar no país. O programa foi alvo de 18 denúncias fundamentais por incitação à violência, desrespeito à pessoa humana e sensacionalismo apresentadas à Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. No entanto, nenhuma medida foi tomada.

É um dos grandes desafios que contribuem para a impunidade dos meios é a legislação brasileira, que pouco permite a regulação da indústria do audiovisual, em um amplo debate entre o que é assegurar direitos à população e a acusação de censura por parte dos empresários midiáticos. Nesta linha, por exemplo, a questão da classificação indicativa, que determina a idade mínima e os horários de exibição na programação televisiva, esteve durante todo o ano passado no centro da disputa entre os grandes meios e os ativistas de direitos humanos. Enquanto os empresários defendem a autorregulação, os atores sociais exigem a ampliação e cumprimento dos mecanismos legais que garantam princípios mínimos de cidadania e direitos na programação. A análise de programas como *Se Liga Bocão* e *Na Mira* reforça o temor de que a autorregulação venha a ampliar a sensação de que os meios se tornaram “terra de ninguém” na disputa pelas audiências.

No meio do fogo cruzado estão os profissionais dos meios, que literalmente têm sido impelidos a arriscar suas vidas, a ética jornalística e qualidade do trabalho que apresentam à população. O que se percebe é que depois da determinação que desobrigou o diploma de jornalista para o exercício da profissão, e com a precarização das relações de trabalho na área, os trabalhadores dos meios são cada vez mais impelidos a cobrir situações de alto risco sem nenhuma garantia. Nas reportagens e matérias analisadas foram percebidos que, na sua maioria, trata-se de jovens jornalistas, muitos sem uma trajetória profissional anterior, o que indica que esses profissionais não apenas têm uma formação recente, mas também pouca experiência, sendo mais propícios a se sujeitarem a situações tão degradantes quanto dos acusados entrevistados.

Neste sentido, a principal recomendação aos jornalistas é o complemento da sua formação na área dos Direitos Humanos. Algumas universidades já vêm priorizando esses temas em seus currículos, mas ainda é muito incipiente. Como sugestão mais prática, a ideia é que os jornalistas busquem a ampliação das fontes, incorporando atores sociais com visões mais amplas, como pesquisadores, agentes comunitários, representantes de entidades que estudem o problema. Além disso, o respeito às orientações jurídicas do ECA, e uma cobertura mais humanizada são critérios básicos para uma nova conduta profissional.

Mas a realização de reportagens mais elaboradas, melhor produzidas, e socialmente mais comprometidas só será possível com a contribuição estratégica de editores e gestores midiáticos. Melhores condições de trabalho e posturas editoriais são fundamentais para construção de um jornalismo responsável, ético e cidadão. (FERREIRA et al., 2012, 89-91)

## Buscando conhecer outras comunicações possíveis: estudo e partilha

A iniciativa de realização da ACCS é uma realidade na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O projeto de extensão buscou construir conhecimento a partir da relação da academia com a sociedade num processo de acolhimento, vivência, estudos coletivos, debates e ações concretas. Todas essas atividades ocorreram em 12 meses de trabalhos intensos e resultados positivos.

Antes de apresentar a experiência da ACCS, vale situar essa iniciativa no plano macro de disputa por transformações profundas nas universidades, com foco no conhecimento. A Universidade brasileira, criada no início do século XX, desde sua origem, tem interesses limitados à valorização de uma elite intelectual. Do acompanhamento da família real às sucessivas reformas de 1931 e 1968, a produção de conhecimento científico ficou restrito à manutenção do *status quo* de correntes socioeconômicas em detrimento da produção de saberes autônomos para toda a população. Neste sentido, a pesquisa sempre teve destaque, seguida do ensino e, em última escala, a extensão, o que evidencia desde o início um profundo descompromisso em pensar alternativas para a superação da dicotomia entre os saberes ad-intra e ad-extra, de uma maneira mais ampla entre a ciência e sociedade. Durante muito tempo, a produção de conhecimento foi privilégio para uma minoria, ao passo que os saberes populares eram relegados a investigações supérfluas, não raras vezes com apropriações indevidas. A criação de barreiras foi sustentada pela academia durante quase 100 anos e um passo importante para a mudança deste paradigma só aconteceu no século XXI, sob forte pressão dos movimentos sociais, com destaque para o movimento estudantil, as políticas educacionais acertadas de democratização do acesso às universidades e, principalmente, o foco estratégico de disputa da produção e valorização do conhecimento, apontado pelas classes populares. É neste contexto que se insere, hoje, o sucesso das ACCS como espaço importante de cumprimento do papel social da universidade, construindo conhecimento através da dialética entre o saber popular e o científico e aproximando espaços físicos na ruptura dos preconceitos.

A ACCS Comunicação, Democracia e Cidadania em programas televisivos e jornais impressos na Bahia iniciou seus trabalhos com estudos sobre a formação do povo brasileiro. Os povos caboclos, sertanejos, sulinos, caipiras e crioulos (RIBEIRO, 1995) conduziram nossa identificação das matrizes étnicas no país e logo se pôde

perceber o distanciamento desta formação com o que era distribuído pela comunicação brasileira. A identificação foi balizadora dos estudos subsequentes, que buscou pontuar a disparidade entre o que se via nos jornais e TVs e o que existe no dia a dia das comunidades, em especial, do Engenho Velho de Brotas, como também do caldeamento em que se formou o povo brasileiro.

Na sequência, foram organizados debates sobre direito à comunicação, comunicação alternativa e comunitária, tecnologia e inclusão, discurso e cidadania, apresentados intercalados com a vivência de experiências baseadas em formas contra-hegemônicas de educação e comunicação. Como síntese deste processo, esboçou-se a dimensão necessária da existência de alternativas à comunicação tradicional que já vem acontecendo tanto na capital, quanto no interior da Bahia.

Foram realizadas, então, algumas visitas, com o intuito de conhecer e partilhar experiências em torno de uma outra maneira de fazer comunicação. Inicialmente, a visita foi para conhecer os projetos de comunicação interativa da Oi Kabum, que trabalha com jovens das periferias de Salvador na capacitação e produção de conteúdo midiático interativo. Em seguida, foi realizada uma viagem à região sisaleira da Bahia com passagens pela Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB), Agência de Notícias Mandacaru, Rádio *Santa Luz FM* e o sítio arqueológico de Canudos.

Na APAEB, pode-se vivenciar a experiência de uma cooperativa de Sisal que tinha desenvolvido, junto aos produtores, produtoras e familiares, a cultura do trabalho comunitário, da leitura e da educação no campo, além da comunicação como uma perspectiva de coroamento e sedimentação de uma outra maneira de se relacionar com os produtores rurais da cidade e com cerca de 24 mil habitantes. Os associados da APAEB fundaram uma rádio e uma TV comunitárias. Atualmente, somente a rádio está em funcionamento.

A Agência Mandacarú, formada por jovens filhos e filhas de trabalhadores rurais, foi fundada em 2002, na cidade de Retirolândia, com apoio e assessoria do Movimento de Organização Comunitária (MOC), com o objetivo de formar e qualificar jovens para atuarem na área de comunicação e promoção da cidadania e cultura. A Agência é uma entidade autônoma e hoje conta com uma central de produção de comunicação e cultura na região, promovendo o desenvolvimento territorial sustentável no semiárido da Bahia. Foi uma das instituições protagonistas na reivindicação junto à Universidade do Estado da Bahia (UNEB) na criação de um curso de Comu-

nicação, na cidade de Conceição de Coité (*campus XIV*), voltado para a formação de comunicadores comunitários. A cultura rural é central na produção comunicacional da entidade (CDs, boletins, publicações etc.), que almeja dar visibilidade às práticas sobre um sertão viável, além de reforçar esta *démarche* no trabalho de assessoria de imprensa e de comunicação em eventos e junto aos movimentos sociais da região.<sup>1</sup>

A Rádio *Santa Luz FM* tem um passado de enfrentamento à exploração do trabalho infantil, muito recorrente na cidade de Santa Luz, um dos grandes polos de minério da região, que também engrossa as estatísticas de prostituição infantil, estando a posse dos meios de comunicação nas mãos de políticos do município. No caso da Rádio *Santa Luz FM*, seu ativismo ganhou proporções internacionais, atingindo espaços da Unesco e chamando a atenção para a erradicação da pobreza. (NASCI-MENTO; MOTA, 2012)

## Implementando ações junto à comunidade: estudo e mobilização

“Navegar no Azul Badauê”. Quem nunca ouviu essa estrofe no Carnaval de Salvador? Ela se refere a um dos Afoxés mais tradicionais da cidade, o bloco Badauê, que, em 2013, completou 35 anos de história, sendo oriundo do bairro do Engenho Velho de Brotas. A comunidade também se orgulha de ter como filhos e filhas mestre Bimba, Márcia Short e o morador mais lembrado, o antropólogo Pierre Verger. Foi neste bairro de destaque cultural e com altos índices de violência (WAISELFISZ, 2013) que nasceu o coletivo Jovens Organizados Trabalhando Agora (JOTA), com o propósito de formação de agentes comunitários do bairro, apropriando-se dos meios de comunicação alternativa.

O trabalho da ACCS que já tinha passado pelo primeiro estágio de identificação e vivência de alternativas de comunicação com cidadania e democracia pela Bahia, nesta segunda etapa de aproximação com o coletivo JOTA, trabalhou mais incisivamente a análise dos programas policiais e jornais populares, considerando que o bairro em questão é um dos protagonistas desses programas televisivos e das editoriais ditas de polícia dos jornais impressos da cidade de Salvador. O diagnóstico foi alarmante, pois em sua totalidade os/as jovens do coletivo JOTA não identificavam o enquadramento dos meios com o bairro em que viviam, surgindo assim a

---

1 Ver: <<http://blogs.cultura.gov.br/culturadigital/2008/12/21/agencia-mandacaru-de-comunicacao-e-cultura-retirolandia-ba/>>

necessidade da criação de um veículo feito pelos moradores, independente da visão estigmatizada dos programas.

Nas oficinas de fotografia, leitura crítica de programas de TVs e jornais, vivência nos griô's,<sup>2</sup> campeonatos de futebol, mapeamento do bairro e análise do discurso crítico foram suscitadas muitas demandas, tanto dos/as jovens do JOTA, quanto dos estudantes do ACCS. A sinalização dos problemas emergentes no bairro, como o acúmulo de lixo, inexistência de creche, transporte público deficiente, entre tantos outros, dividiu espaço com a relação da produção cultural e a distância entre o bairro e a Faculdade de Comunicação da UFBA que, apesar de próximos fisicamente, possuíam uma grande distância, o que mexeu com a sensibilidade de todos – jovens do bairro e estudantes da UFBA –, nas reuniões intercaladas entre a Faculdade de Comunicação (*campus* de Ondina) e as dependências do bairro Engenho Velho de Brotas (Igreja Batista, Associação dos Moradores, escola infantil).

A escolha da produção de um jornal comunitário fazia parte das expectativas do coletivo JOTA. Tal expectativa era fruto da experiência com comunicação mediática adquirida pelo grupo ou coletivo, além da administração do *site* do bairro, ambos com dificuldades de uma proximidade com os moradores do bairro. O conhecimento popular em midialivrisimo,<sup>3</sup> redes sociais, história do bairro, questões culturais e étnicas dialogaram constantemente com a multidisciplinaridade dos cursos de Jornalismo, Economia, Direito e Ciências Sociais, expressos na diversidade dos estudantes da ACCS.

O resultado parcial deste trabalho foi o lançamento do jornal *Engenho Informa*, produzido pelo JOTA e a ACCS, que contou com a presença de diversos integrantes da comunidade, coletivos culturais, moradores, lideranças comunitárias e seus administradores públicos, ao longo de um dia de sábado regado a conversa, música e outras atividades comunitárias.

Pontuou-se que os resultados foram parciais porque a construção de relações sociais, conhecimento e história é processo, e processos são conjuntos sequenciais e particulares de ações com objetivos comuns que, para não anular as partes, devem ser permanentes e maturados. Tal observação está igualmente carregada pelo propósito de continuidade do trabalho em comum, em torno do *site*, no qual se buscará uma reestruturação, gerando a possibilidade de uma interatividade, através de postagem,

2 Também conhecido como Griot ou Jeli, são contadores de histórias na África.

3 Comunicação fora dos padrões tradicionais e acadêmicos

dos jovens do bairro com seus aparelhos celulares, com o objetivo de colocar em relevo –dar visibilidade – os inúmeros problemas do bairro, pressionando as autoridades competentes, como também, as suas diferentes riquezas no âmbito cultural e social.

## Referências

- BRANDÃO, H. N. H. *Analisando o discurso*. São Paulo: Museu da Língua Portuguesa: Estação da Luz, 2009. Disponível em: <[http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas\\_interna.php?id\\_coluna=1](http://www.museulinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=1)>. Acesso em: 25 set. 2013.
- DOWNING, J. Conceitos: mídia radical e teoria da mídia. In: DOWNING, J. *Mídia radical: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac, 2002.
- FÁVERO, A. L. M. A universidade no Brasil: das origens à reforma universitária de 1968. *Educar*, Curitiba, n. 28, p. 17-36, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2003.
- FERREIRA, G. M. Contribuições da análise do discurso ao estudo de jornalismo. In: COMPOS, 11., 2002. Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2002. Disponível em :<<http://www.compos.org.br/pagina.php?menu=8&mmenu=0&fcodigo=707>>. Acessado em 25/09/13.
- FERREIRA, G. et al. *A construção da violência na TV e em jornais impressos da Bahia*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012.
- LIMA, V. A. *Da cultura do silêncio ao direito à comunicação*. Disponível em: <[http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/\\_da\\_cultura\\_do\\_silencio\\_ao\\_direito\\_a\\_comunicacao](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/_da_cultura_do_silencio_ao_direito_a_comunicacao)>. Acesso em: 25 set. 2013.
- NASCIMENTO, E.; MOTA, J. G. da. *Rádio Santa Luz FM: história e prática de um ser tão comunitária*. Santa Luz (Bahia): Gráfica Talismã, 2012.
- PERUZZO, C. M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAMPAIO, A. de O. Como as TVs pensam suas próprias marcas? – Um olhar sobre o posicionamento de marca da TV Record e TV Globo nos telejornais das 20 horas (2007-2009). *Revista Faac*, v. 2, p. 91-102, 2012. Disponível em: <<http://www2.faac.unesp.br/revistafaac/index.php/revista/search/authors/view?firstName=Adriano&middleName=de%20Oliveira&lastName=Sampaio&affiliation=Universidade%20Federal%20da%20Bahia&country=>>>. Acesso em: 25 set. 2013.

SAMPAIO, A. de O.; FERREIRA, G. M. Entre o telejornal e a recepção: a construção do posicionamento discursivo do Jornal da Record. *Contracampo*, v. 18, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/viewFile/8804/6168>>. Acesso em: 25 set. 2013.

WASELFISZ, J. J. *Homicídios e juventude no Brasil: mapa da violência 2013*. Brasília, 2013. Disponível em: <[http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013\\_homicidios\\_juventude.pdf](http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf)>. Acesso em: 20 set. 2014.





## Memória social: audiovisual e identidades

*José Roberto Severino*

Esta é uma breve descrição da disciplina “Memória Social: audiovisual e identidades”, ação comunitária que realiza atividades de formação para jovens, ativistas da cultura e professores em escolas que pertençam a comunidades tradicionais no Recôncavo baiano, na mesorregião metropolitana de Salvador. A base de trabalho é Santo Amaro, distante 81 km da capital. As oficinas e ações de memória ocorrem desde 2011 no distrito de Acupe, longe 10 km de Santo Amaro, localizado às margens da Baía de Todos os Santos, sendo acessado pela BA-026.

O projeto trata o audiovisual como ferramenta para os processos de inclusão aos direitos, principalmente o acesso às políticas públicas. A disciplina desenvolve uma postura inclusiva a esses direitos, permitindo, por parte dos acadêmicos, o contato com realidades e experiências variadas, uma vez que as minorias excluídas de políticas públicas dos municípios são o público-alvo das ações. Planejamos atividades de forma participativa, com o objetivo de reverter esses quadros de exclusão/esquecimento, através de atividades que buscam integrar, preservar e divulgar a história e a memória comunitárias, configuradas no tecido social local.

Em Acupe, desenvolvemos ações na formação de acervos que tendem a ressignificar a relação com o passado local. A dinâmica da nossa sociedade promove inúmeras e permanentes atualizações nos ambientes das cidades e do campo. O movimento constante promovido pelo crescimento urbano e industrial e pelos empreendimentos

turísticos causa a ocupação de novos espaços, readequando ou fazendo sumir os antigos. Enfim, redesenha as cidades e o território. Salvador e a região metropolitana, mas também grande parte da região do Recôncavo, vivem situação semelhante.

Neste movimento encontram-se vários grupos sociais que vivem tais mudanças. As gerações e saberes são dispersos, as experiências se perdem. Porém, lembranças podem ser encontradas em acervos fotográficos esquecidos em fundos de gavetas ou que ficam apenas no âmbito familiar. Imagens e fatos espetaculares circulam nas cabeças de verdadeiros arquivos ambulantes, e podem nos ajudar a conhecer uma realidade social que ainda não conhecemos ou mesmo reorientar interpretações acerca da história local, sobre seu lugar no tecido social brasileiro e baiano.

Com base na premissa de que a memória é um direito de todos e que temos o papel de preservá-la e transmiti-la, a proposta é a atuação na comunidade de Acupe, entrevistando os idosos e mestres do saber. São realizadas entrevistas quinzenalmente desde 2011. Outra atividade realizada é a recuperação de documentos, fotos e informações sobre o distrito, sistematizando esses dados e disponibilizando para diversas pesquisas, estudos e comunicação museológica. Esse trabalho é de relevante importância para a preservação da história e memória das comunidades, bem como para a ressignificação da cultura nos locais de atuação.

Mais uma ação realizada é a de preparar crianças e adolescentes das comunidades para as diversas formas de comunicação, capacitando-os para atuar no campo da comunicação e da cultura. Prepará-los para poder falar de suas comunidades ajuda a fortalecer as relações de identidade com as manifestações e saberes locais, bem como a promover o contato com a memória e a história, além de conscientizá-los sobre os seus direitos.

Os jovens participam de oficinas com o objetivo de produção de veículos de informação como jornais, programas de rádio e videodocumentários, tendo como fonte os acervos vivos da comunidade. O princípio fundamental é formar cidadãos sensibilizados para a preservação da memória e história, conscientes, críticos e capacitados para a emancipação, com atenção especial nos direitos humanos.

Dessa forma, a ideia é cumprir o papel da extensão de integrar os diferentes saberes, além de atuar efetivamente para a superação de traumas sociais gerados pela violência e *apartheid* social. A interface das gerações das pessoas que vivem nas comunidades permite contribuir para que os mais jovens tomem consciência da importância dos saberes dos mais velhos, da preservação e transmissão desses saberes

e da permanente construção da história de cada comunidade. Com esta premissa, atuamos na conscientização e capacitação de professores das redes de ensino para com o material cultural de seu entorno. Neste sentido, o uso de material audiovisual e de comunicação comunitária permite a formação de acervos importantes para diagnósticos e ações focadas em cada comunidade eleita. Este trabalho coaduna com os objetivos dos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1995, acerca da necessidade de inclusão da história local, bem como as Leis nº 10.639/03 e 11.645/08 sobre o ensino de arte, cultura e história afro-brasileiras em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

Como procedimentos metodológicos utilizados, o primeiro passo consiste em traçar um diagnóstico sobre a cultura e o patrimônio cultural de Santo Amaro e seus distritos. Para a realização do trabalho, o diagnóstico iniciou em 2010, com visitas periódicas aos locais, aplicação de questionário semiestruturado em escolas do município. A visita aos equipamentos culturais, contatos com grupos culturais e órgãos públicos e privados permitiu a organização de um mapeamento cultural. Em seguida, constitui-se uma proposta de trabalho multiprofissional da Faculdade de Comunicação em parceria com o Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (CULT) da Universidade Federal da Bahia, com o objetivo de desenvolver ações educativas e patrimoniais integradas, voltadas às necessidades básicas de comunicação e informação. As ações foram planejadas por áreas temáticas, permitindo a formação da equipe, constituída por professores e acadêmicos de diferentes cursos de graduação interessados. A integração das áreas requer a reflexão teórica sobre educação, cidadania, patrimônio cultural e promoção da cidadania através da comunicação.

Oferecida semestralmente, a primeira parte da disciplina visa apresentar os conceitos e formas de abordagem sobre memória social. Esta parte do programa enfoca a formação da equipe para o trabalho comunitário, além de oportunizar a discussão de temas relacionados à história e memória locais. A apresentação dos locais é feita em seguida, através de dados levantados com as pesquisas já realizadas. Como segundo momento, e com base nas informações preliminares, é montado o cronograma temático prevendo encontros quinzenais em campo, a partir das demandas e competências dos acadêmicos e professores envolvidos. As atividades de formação e acompanhamento objetivam criar mecanismos autônomos de organização da memória e da história local através dos novos meios e tecnologias. Uma atenção especial é dada à relevância das redes sociais na internet, que sugerem ações no sentido de

qualificar para a cidadania e para os direitos na *web*. Neste sentido, a tecnologia converte-se em caminho de protagonismo e ativismo cibernético.

Com inspiração na Pesquisa Participante (BRANDÃO, 1984), o princípio é o de permitir a apropriação das novas tecnologias em conexão com a memória local. Por isso a ideia de entrevistar os mais velhos, coletar fotos na comunidade, digitalizar e disponibilizar documentos e fotos antigas na biblioteca comunitária local. As entrevistas são tratadas segundo a metodologia da História Oral (THOMPSON, 1988), que faz parte da formação inicial de todo acadêmico que vai a campo. Depois das entrevistas realizadas, elas são transcritas, revisadas, editadas e devolvidas aos entrevistados. Outra devolutiva é feita em forma de vídeos, que também são exibidos na comunidade e validados pelos próprios entrevistados. Além disso, os encontros para a organização e devolução transcorrem quase em tempo real e dinamizam a integração e a troca de experiências motivando as equipes para o trabalho. As gravações de depoimentos ocorrem em cada visita feita à Acupe, sendo agendadas 15 dias antes. São feitas atividades que promovem o envolvimento de professores, pais e alunos das escolas, mas também fora dela. Ao final de cada semestre são feitas reuniões com os pais no período noturno, em forma de assembleia, que ocorrem em todas as escolas envolvidas para a devolutiva dos dados e implementação da agenda para o semestre seguinte. A produção de material de suporte para as escolas é depositada em cada uma delas.

Simultaneamente, ocorrem reuniões quinzenais na faculdade, onde é feita a decupagem e edição das entrevistas e a produção dos videodocumentários. Todo este trabalho é feito pelos alunos, após oficinas realizadas para o domínio dos instrumentos e ferramentas de edição não linear, nos laboratórios da Faculdade de Comunicação e do Coletivo de audiovisual do CULT/UFBA. Nestes encontros, é feita a avaliação das atividades acadêmicas nas comunidades envolvidas, com a participação dos alunos matriculados e voluntários de semestres anteriores que continuam a contribuir com as atividades.

A geração de indicadores de impacto apresenta-se como fator importante na avaliação de qualquer atividade de extensão. Neste caso, temos a Memória Social como premissa e direito. Seguimos os debates sobre Patrimônio Cultural, apresentados como fator a ser levado em conta em ações efetivadas a partir das balizas da Unesco. Lidar com memória requer cuidados com os rumos tomados a cada passo. Atividades com um olhar pouco crítico pensam fazer algo por alguém, para alguém,

mas na verdade criam elementos artificiais de intervenção, como a vasta bibliografia sobre o tema indica. (FREIRE, 1979; SKLIAR; SILVIA, 2000; ROCHA; DOMENICH; CASSEANO, 2001) Outro ponto importante refere-se aos contextos sociais, cada vez mais marcados pelas mídias contemporâneas. Neste sentido, a ideia de saberes transversais conduz nossa análise neste trabalho. Vivemos uma hegemonia audiovisual, inundados pela televisão, internet, dispositivos móveis (MARTIN-BARBERO, 2008) – o relato reflexivo permanente sobre um conjunto de atividades que tem no audiovisual uma ferramenta de registro, troca e difusão de saberes, realizadas a partir de uma metodologia participante.

A participação dos estudantes na ACCS viabiliza uma reflexão crítica sobre o processo vivido na contemporaneidade de perda das identidades locais (HALL, 2001), importante para pensar a formação profissional e cidadã. Neste sentido, não seria possível pensar que estaríamos agindo da melhor maneira se impuséssemos um método estritamente fechado. Por isso, a discussão e a formação permitem um diálogo com os estudos culturais e toda a bibliografia pós-colonial. A partir de Néstor Garcia Canclini (1997), observa-se que os processos que interligam variados meios de comunicação e tradições culturais permitem vislumbrar aquilo que poderíamos chamar de reinvenção das formas de pertencimento ao lugar. Inúmeros meios de afirmação de *outsiders* de uma dada região integram-se e partilham saberes e fazeres. Partindo disso, a formação de jovens universitários em um ambiente urbano como o dos grupos em questão permite vivenciar formas de sociabilidade que podem ser ampliadas e positivadas, apoiadas nas linguagens da arte que podem dizer melhor deles: videoclipes, jornais, programas de rádio, livros, *fanzines*. A força das redes sociais e da internet em relação ao protagonismo da juventude com as novas mídias é potencializado a partir da inserção destes jovens acadêmicos nas práticas culturais das comunidades a partir das escolas. Estas ações permitem organizar núcleos de informação cultural junto às unidades de ensino, com objetivo de contribuir no uso do material cultural de âmbito local nas atividades pedagógicas da escola e da comunidade. Estas ações permitem agir no sentido de sistematizar outras demandas, incluindo práticas vinculadas a museus, ao potencial de recepção e usos no turismo, inserindo a memória nas unidades de ensino. Outro ponto relevante é que, ao estabelecermos núcleos pilotos a partir das escolas/centros comunitários, ativa-se a potência transformadora de atividades realizadas a partir de demandas concretas partilhadas entre os atores envolvidos. Tais ações contam com a participação de alunos de graduação e pós-

graduação de cursos de Comunicação, nas habilitações de Jornalismo, Produção em Comunicação e Cultura, Cinema e Audiovisual, bem como de Arquivologia, Museologia, História, Ciências Sociais, Psicologia, Música, entre outros.

O deslocamento para as comunidades fora de Salvador é sempre uma dificuldade que precisa ser mencionada. As atividades ocorrem sempre às sextas-feiras, eventualmente aos sábados e domingos. Isto ocorre quando há encontros dos grupos de samba ou outra atividade comunitária para o qual somos convidados ou ajudamos a organizar. Os alunos acabam envolvidos na produção dos eventos, na captação de imagens e som e nas entrevistas, que ocorrem fora das rotinas e horários comuns das aulas da Universidade. Isto leva a um planejamento permanente da logística das atividades. Deslocamento, alojamento, alimentação, equipamentos. O deslocamento aos finais de semana ocorre por ônibus de linha ou pelo uso de veículos particulares, não comprometendo a realização de ações em datas especiais. O alojamento e alimentação conta com a colaboração dos parceiros, como a Fundação Dom Avelar, em Acupe, que dispõe de espaço de dormitórios e cozinha. A Casa do Samba, em Santo Amaro, espaço de memória e da salvaguarda do samba de roda e do samba chula, também contribui com alojamentos, apesar de estar ultimamente em situação precária.

Um dos benefícios mais imediatos é a contribuição na produção dos grupos culturais de Acupe. Temos participado desde 2011 de forma ativa na produção do Grupo de Samba Raízes de Acupe, uma iniciativa local que envolve crianças na prática da cultura regional. A cobertura jornalística feita pelos alunos de Comunicação também tem contribuído na projeção dos grupos locais. Convém lembrar das perspectivas de Políticas Públicas para o patrimônio cultural, apontadas como relevantes nas ações de investigação sobre a cultura popular (CNFCP, 2004), aprofundadas no Brasil após a adoção do princípio de cultura ampliada e de diversidade propostas pela Convenção para a Diversidade Cultural da Unesco. (COSTA, 2011)

Outro ponto importante a ser destacado é a formação de professores da rede pública no uso do recurso do audiovisual. As atividades de formação têm acontecido em escolas de Santo Amaro e no distrito de Acupe a partir da perspectiva da Educação, gerando capacidade de produção local em seu uso educacional.

Sobre a memória, cabe lembrar ainda a organização de acervos de entrevistas com mestres do saber e memorialistas da comunidade e do território. Nesta mesma direção está a organização de acervos fotográficos e documentais sobre Acupe, con-

centrados na biblioteca das Obras Sociais da Fundação Dom Avelar, sistematizados a partir de 2013 em uma coleção nomeada “Acupe: Terra Quente”.

Concluindo, consideramos importante lembrar que a dinâmica de ações sobre a memória e sobre o acervo patrimonial de forma participativa integra novas demandas constantemente, sugerindo sempre novas ações. Meio ambiente, gênero e identidade étnica são transversais a todos os temas tratados e permitem vislumbrar as reivindicações acerca das ausências das políticas públicas e acesso aos direitos da comunidade.

## Referências

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa participante*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BHABHA, H. *O local da cultura*. Trad. Myriam Ávila, Eliana L. de Lima Reis, Gláucia R. Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP, 1997.

CELEBRAÇÕES e saberes da cultura popular: pesquisa, inventário, críticas, perspectivas. Rio de Janeiro: Funarte, Iphan, 2004. 96 p. (Encontros e Estudos; 5)

COELHO, T. *Dicionário crítico de política cultural*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

ESCOSTEGUY, A. C. D. *Cartografia dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

COSTA, L. F. *Profissionalização da organização da cultura no Brasil: uma análise da formação em produção, gestão e políticas culturais*. 2011. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MARTIN-BARBERO, J. Saberes hoje: disseminações, competências e transversalidades. In: RIBEIRO, Ana Paula G.; HERSCHMANN, M. (Org.). *Comunicação e história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2008.

MELO, U. B. de. *Formação em produção cultural – UFBA: uma análise dos alunos egressos entre 1999-2008*. 2009. Monografia (Trabalho Conclusão de Curso) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

ROCHA, J.; DOMENICH, M.; CASSEANO, P. (Org.). *Hip hop: a periferia grita*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

RUBIM, L. Produção cultural. In: RUBIM, L. (Org.). *Organização e produção da cultura*. Salvador: Edufba, 2005.

SKLIAR, C.; SILVIA, D. Os nomes dos outros: reflexões sobre os usos escolares da diversidade. *Educação e Realidade*, v. 25, n. 2, p. 163-177, jul./dez. 2000.

THOMPSON, P. *A voz do passado*. Petrópolis: Paz e Terra, 1988.



# Diálogos de saberes em atividades de pesquisa colaborativa intercultural, ensino e extensão

*Clelia Neri Côrtes e Carine Monteiro de Queiroz*

## Introdução

Os saberes/fazer e suas práticas narrativas, situadas em diferentes contextos e tempos distintos, sempre estiveram presentes na história das sociedades humanas. Entre diversos povos e comunidades, estes saberes/fazer culturais e artísticos, brincadeiras, cantos, histórias e demais formas de interagir com os diversos outros e a biodiversidade, a partir da memória, de maneira contínua ou descontínua, são socializados de geração a geração através da oralidade e outras formas de expressão. Nos interstícios das relações cotidianas e das memórias, os sujeitos individuais e coletivos pensam e constroem tais saberes/fazer geradores de novas ações e interpretações do mundo. Deste modo, constituem-se como patrimônio imaterial de significativa importância para o reconhecimento e valorização das diversas culturas, como referenciais voltados para compreender e agir na contemporaneidade.

Quantos diálogos de saberes poderiam ser possibilitados a partir das memórias e experiências vividas nos territórios dos povos e comunidades tradicionais, povoados, roças e mesmo nas cidades localizadas nos distintos territórios de identidade? Como estes diversos saberes podem possibilitar as relações com os diversos outros e a biodiversidade e contribuir para o entendimento e transformação da realidade? Como

as políticas públicas voltadas para a cultura, como tema singular e transversal, vêm contribuindo para efetivação de direitos coletivos, considerando a diversidade cultural e a biodiversidade? Qual o papel das universidades neste contexto?

No Brasil, no âmbito das Políticas Culturais desenvolvidas a partir de 2003, destaca-se o Programa Cultura Viva que, ao se voltar para preservação e valorização da diversidade cultural envolvendo atividades de arte, cultura, cidadania e economia solidária, passou a abranger ações variadas objetivando o fortalecimento das iniciativas em comunidades de longínquos territórios brasileiros. Desde então, começou a promover ações voltadas ao diálogo de saberes. Todavia, como o Programa Cultura Viva e outros programas e projetos podem ser fortalecidos no seu propósito de valorização da diversidade, uma vez que a cultura como tema central e transversal das áreas de atuação nos órgãos públicos nos Territórios de Identidade constitui algo apenas iniciado?

Aqui se situa o desafio de criar estratégias para promoção dos diálogos e reconhecimento dos diversos saberes, assim como de documentá-los, sobretudo quando se tratar da produção de informações através de mapeamentos e registros culturais na perspectiva coautoral, enfoque que emerge da necessidade de escutar e ecoar as diversas vozes que foram, por muito tempo e de distintas maneiras, silenciadas nos processos coloniais, pós-coloniais e por seu legado atual. Neste sentido, nos espaços universitários, uma das estratégias pode ser estruturada pelo exercício da cidadania e da participação direta nas fases iniciais do planejamento, bem como no desenvolvimento e execução de uma pesquisa e ações daí resultantes. (TEIXEIRA, 2001)

A partir da década de 1980, na dinâmica entre a conquista e efetivação de direitos coletivos, as pesquisas implicadas com a realidade sociocultural e histórica têm contribuído significativamente neste processo de reconhecimento e valorização da diversidade e na fundamentação de políticas públicas. As informações geradas neste campo, em alguns momentos, subsidiam a própria participação social na formulação e desenvolvimento das referidas políticas.

Isto vem se dando, particularmente, através de atividades em pesquisas colaborativas interculturais realizadas de forma associada ao ensino e extensão. Nestas experiências, a multirreferencialidade, as alternativas metodológicas participantes e os processos formativos se voltam, simultaneamente, para subsidiar a construção de um etnomapeamento, parte do processo de investigação, registros culturais e produção de novas ações, e como subsídios para os sujeitos coletivos dialogarem com as Políti-

cas, com foco na cultura e diversidade como tema singular e transversal. Atentando a estas questões, neste capítulo trataremos das pesquisas e ações formativas em mapeamento, diálogos e registros de saberes/fazerem desde uma perspectiva colaborativa intercultural.

## **Pesquisas Colaborativas: possíveis intercâmbios e diálogos de saberes geram atividades de pesquisa, ensino e extensão**

Nos espaços universitários, a ênfase no princípio da indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão vai exigir novas estratégias de desenvolvimento das atividades acadêmicas que promovam a interlocução entre conhecimentos multirreferenciados em uma perspectiva intercultural; portanto, na relação das culturas humanísticas, artísticas, científicas e tecnológicas com as culturas originárias de povos e comunidades tradicionais, e outras culturas indenitárias das relações de gênero, de opções sexuais, das pessoas com deficiências, entre outras. Deste modo, os diálogos de saberes na relação universidade e sociedade(s), comunidades e seus movimentos socioculturais constituem-se como subsídios imprescindíveis para o reconhecimento e visibilidade das múltiplas culturas, assim como para construção de políticas públicas como políticas de estado através dos seus órgãos.

Neste contexto se institui a importância da prática edificante da ciência, da pesquisa/ensino/extensão pautada na perspectiva argumentativa e dos conhecimentos diversos, como salienta Boaventura Santos (1996), ciente dos históricos conflitos diante das contradições das desigualdades e exclusão dos diferentes. Estes pressupostos podem contribuir com o exercício de uma pedagogia da autonomia, com uma práxis colaborativa orientada pela compreensão de que a diversidade cultural é tão importante quanto a biodiversidade dos ecossistemas locais e planetário, como observa a Unesco (2001). Para isto, torna-se preciso considerar a rede de significados e sentidos oriundos das formas de ser, estar e conceber o mundo nos diferentes territórios.

A cultura, enquanto experiência humana, é universal, mas é específica e particular para cada grupo. (BANDEIRA, 1995) Desse modo, damos ênfase na afirmação de que a preocupação com a natureza e a produção de saberes/fazerem não é exclusiva de áreas restritas dos espaços acadêmicos, mas também dos membros de um grupo social e técnicos envolvidos com variados assuntos e situações, como acentuam autores como Coulon (1994). Nesta linha, como argumenta Cunha (2009, p. 302), a partir de Lévi-Strauss, entende-se que os saberes tradicionais e científicos repousam

em tempo e espaço de múltiplas compreensões, ou seja, “sobre as mesmas operações lógicas e, mais, respondem ao mesmo apetite de saber”.

Neste ir e vir situa-se a memória e as relações através das quais se conectam as histórias, as singularidades, a criatividade humana e a importância da promoção do respeito à diversidade cultural e à biodiversidade dos distintos territórios, onde se localizam os saberes e possíveis diálogos interculturais. No Brasil, o Decreto 3.551 de agosto de 2000, define entre os bens culturais: os saberes (conhecimentos e modos de fazer); as formas de expressão (manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); as celebrações rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; e os lugares (espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas). Daí a consideração de que o registro destes saberes/fazeres é, antes de tudo, uma forma de reconhecimento e busca da valorização dos bens culturais. (IPHAN, 2006)

Orientado por estes e outros referenciais, o grupo Culturas e Interculturalidade: saberes/práticas e políticas culturais (CISAIS), vinculado ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), considerando as questões registradas no início deste texto, vem desenvolvendo pesquisas de forma conjugada com atividades de ensino e extensão, com uma equipe diversificada no campo acadêmico e cultural. A partir de metodologias geradas por sujeitos coletivos nos espaços universitários e comunitários, os diálogos de saberes orientam o processo de trabalho do grupo e seus registros em múltiplas linguagens, atividades que subsidiam e fortalecem outros intercâmbios de saberes/fazeres.

Em algumas experiências envolvendo também a parceria com outros projetos, instituições e órgãos de estado, o CISAIS atua na formação de uma rede colaborativa intercultural e interinstitucional. Como exemplo, destacam-se os estudos e ações realizadas em conjunto com o Observatório da Educação Escolar Indígena Yby Yara – Núcleo Local do Território Etnoeducacional Nordeste I, coordenado pela professora América César/Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (Pós-Afro), com a Coordenação de Políticas para os Povos Indígenas (CPPI) da Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos na Bahia (SJCDH), a Casa da Música de Itapuã pela Secretaria de Cultura (SECULT/BA), com escolas estaduais indígenas no Território Kaimbé e também com o Colégio Lomanto Júnior, localizado em Itapuã, Salvador/Bahia.

No campo da pesquisa, associadas às atividades colaborativas de formação e extensão, duas linhas se destacam: a primeira construída de forma dialógica a partir de projetos anteriores realizados junto a territórios de povos indígenas específicos e territórios multiculturais urbanos, englobando estudos e ações formativas em mapeamento, diálogos e registros de saberes e políticas; a segunda, voltada para “Formação em políticas, gestão da cultura e diversidade cultural”, pensada no diálogo com o grupo responsável pela sondagem, através da aplicação de questionário em 2012, junto com egressos da Área de Concentração em Políticas e Gestão da Cultura do IHAC/UFBA, área esta que vem se consolidando desde sua criação no contexto deste próspero campo de trabalho, quando a cultura vem ocupando a agenda de governos e organizações multilaterais e no Brasil e a Política Nacional repercute nos estados da federação com possibilidades de inserção profissional.

### **Estudos e ações formativas através de diálogos interculturais: desdobramentos no tempo presente e os distintos referenciais**

Nas atividades de formação em pesquisa colaborativa intercultural, tratar dos saberes/fazerem leva ao entendimento da cultura e da diversidade como tema singular e transversal nas iniciativas locais em territórios específicos e multiculturais, bem como nas políticas públicas em cultura, meio ambiente e demais áreas. Com isto, as experiências têm se voltado para o mapeamento e registro através de diferentes meios, orientados pelos diálogos multirreferenciais, implicados no pensar que a cultura nos remete à humanidade e suas diversas coletividades em tempos e espaços distintos. Embora a dialógica das culturas se apresente muitas vezes conflitante, esta é também possibilitadora de reconhecimentos como princípio de efetivação de direitos. (CÔR- TES; MOREIRA, 2011)

Nesta dinâmica, busca-se sempre novas estratégias de formação coautoral, estudos e ações coletivas envolvendo participantes/pesquisadores situados na relação com a universidade e com as comunidades, estudantes de diferentes níveis de ensino, lideranças e mestres(as) locais, sujeitos abordados como intérpretes de suas próprias histórias e, também, dos grupos socioculturais dos quais fazem parte. Assim, o processo produtivo se desenvolve através do engajamento ativo dos diversos interlocutores dedicados a produzir informações, assim como documentá-las por diferentes meios.

Dessa forma, toda a equipe em formação atua como (co)pesquisador, através de alternativas metodológicas participantes que resguardem sua autonomia e criatividade, a partir de seus interesses de estudo individuais e coletivos. Em todas as fases dos processos formativos, as avaliações processuais realimentam de forma crítico-propositiva as atividades e produções em múltiplas linguagens. Esta práxis se dá por uma tessitura coletiva nas atividades de planejamento, produção e avaliação dos estudos e ações, e pela socialização dos seus resultados, tanto nos territórios envolvidos como nos espaços acadêmicos.

Este caminho teve início na pesquisa realizada entre 2004 e 2008, quando o tema de investigação voltou-se para relação água, cultura e comunidade, compondo o subprojeto 4 na “Pesquisa diagnóstica e prognóstica para gestão do uso e conservação da água na bacia do Rio Itapicuru”. Este projeto amplo, financiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), contou com o envolvimento de pesquisadores da UFBA, da Universidade Católica do Salvador (UCSal) e da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), oriundos de campos disciplinares distintos e dedicados aos estudos técnicos em diferentes questões, da nascente a foz deste rio.

Na pesquisa realizada no território Kaimbé, situado na parte média da bacia do Itapicuru – território de identidade Nordeste II –, a abordagem interdisciplinar e intercultural orientou o desenvolvimento dos estudos e ações, subsidiando a construção dos mapas técnicos: de solo, de infraestrutura, hidrológicos e sobre a fauna e flora. Estes dados se somaram à investigação dos aspectos socioculturais, políticos e econômicos, pautada na perspectiva socioantropológica, ambiental, da geografia humana, da psicologia e da educação freiriana. Tendo como eixo a água e os múltiplos aspectos da vida Kaimbé, foram produzidos registros etnográficos, diálogos de saberes e atualizações de informações sociohistóricas. Seu desenvolvimento focalizou a valorização etnocultural e o reconhecimento dos diversos saberes/fazeres oriundos deste contexto específico, uma área indígena no Nordeste brasileiro onde haviam sido adormecidas e onde estavam sendo reavivadas as referências étnicas deste povo.

Então, para isto, priorizou-se o uso de procedimentos e instrumentos capazes de oportunizar uma escuta sensível às memórias que remetem às tradições deste grupo étnico, conteúdos e formas de expressão que haviam sido por muito tempo silenciadas. Então, foram fomentados diálogos e diversificados mecanismos de registro, documentando-os de modo a considerar os pontos de vista dos sujeitos de conheci-

mento em suas práticas narrativas, performances e outras textualidades. Neste sentido, como parte de um recorte multimetodológico e quali-quantitativo, foi construída uma etnocartografia do território a partir dos diálogos de saberes entre os mais velhos e jovens, das visitas aos locais importantes e/ou sagrados nesta área indígena, além de oficinas específicas para elaboração dos etnomapas temáticos. Tais representações gráficas foram produzidas coletivamente, tendo como base a perspectiva dialógica entre os mestres e estudantes Kaimbé.

Em 2007, por sugestão da equipe local de pesquisadores, composta por estudantes, professores, lideranças e mestres das tradições culturais deste povo, iniciou-se um segundo projeto, este com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb): a pesquisa ação formativa “Território Kaimbé no Semiárido Baiano e Sustentabilidade Ecosociocultural”, um trabalho iniciado na UCSAL em 2008 e finalizado em 2010, quando a autora e coautora do presente texto já se encontravam vinculadas à UFBA. Nesta experiência, os estudos e ações colaborativas, a relação dialógica e cooperada entre universidade, povo indígena e Estado aconteceu com ênfase na participação local e tendo como referência os saberes/fazer Kaimbé, voltados para as questões etnossocioambientais e culturais.

Neste percurso, a riqueza dos diálogos entre pesquisadores e mestres locais, junto aos jovens e professores Kaimbé, tornou possível uma “aplicação edificante” das técnicas de pesquisa acadêmica, que conjugaram-se aos etnométodos provenientes do pensar e agir sociocultural e artístico dos grupos envolvidos. As atividades voltadas para os registros culturais, assim como os processos de produção e posterior consolidação dos registros, se deram através de um ir e vir entre a universidade e o campo, desenhado por uma sucessão de registros e validações coletivas que geraram produtos diversos, socializados, de forma especial, em espaços e eventos acadêmicos em Salvador e comunitários no território indígena Kaimbé (Massacará/Euclides da Cunha), mas também em territórios multiculturais, como no bairro de Itapuã, na zona norte de Salvador, através de encontros interculturais.

Nesta perspectiva, formulou-se a atividade de extensão “Intercâmbio e diálogos de saberes entre o mar e o sertão indígena e afro-brasileiro”, iniciada nestas experiências e continuando na atualidade. Periodicamente, esta atividade reúne grupos culturais, mestres das cantigas, da dança e toques do Boi do Araçá, Zabumba e Zabumbeiros Kaimbé, o grupo cultural das Ganhadeiras de Itapuã, além de compositores e cantadores em rodas de conversas musicadas com jovens estudantes e pesquisadores

envolvidos, assim como, paralelamente, em eventos abertos. Em alguns momentos, esta atividade faz parte da programação da Feira de Cultura Indígena no território Kaimbé como, por exemplo, no momento do lançamento do livro de autoria coletiva *De tempos em tempos – nossas histórias Kaimbé* (Edufba, 2010), assim como do CD *Žabumba Kaimbé* (produção coletiva, 2008), com encarte etnográfico, e do vídeo documentário *Gaiteiros e zabumbeiros – festas e tradições Kaimbé* (20 minutos, produção coletiva, 2009), realizado com o apoio da Fapesb. Estas produções resultaram dos registros dos círculos narrativos de histórias, toques, cantos e brincadeiras com mestres(as), tocadores e contadores(as) no território específico Kaimbé, em 2008.

Estes caminhos foram encadeados pelo entrelaçamento entre os rumos que o campo remetia e as vicissitudes do universo acadêmico, e até mesmo político. Se por um lado eram considerados os ritmos e momentos da comunidade, por outro seguia-se também, consoante ao fluxo das parcerias institucionais no ajuste dos procedimentos e cronogramas, colaborações possibilitadas pelos objetivos comuns, pelo compromisso com a valorização da diversidade cultural e da biodiversidade. Na articulação desta rede dialógica se situavam a autora e coautora do presente artigo, na condição de professora/coordenadora e de estudante, pesquisadoras que vêm atuando de forma sistemática na temática abordada.

A partir daí, após a finalização do projeto com os Kaimbé, apoiado pela Fapesb, a autora deste texto, Clelia Côrtes, continuou coordenando o grupo CISAIS e desenvolvendo atividades docentes no IHAC/UFBA. A coautora deste texto, Carine Monteiro, continuou com sua pesquisa de mestrado no Programa de Pós-graduação em Psicologia (PPGSI/UFBA), concluída em 2012, e recentemente iniciou seu doutoramento através do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos (PÓSAFRO/UFBA). Associado a isto, as oficinas de intercâmbio e diálogos nos dois territórios tiveram continuidade, ampliando e aprofundando-se consoante com os desdobramentos da atuação profissional da equipe, em especial, no campo das políticas públicas, tendo a cultura como tema central e transversal, e focando as culturas infantis.

No âmbito da Universidade Federal da Bahia, os estudos e ações do grupo CISAIS passaram a desenvolver, de modo ainda mais acentuado, as atividades de promoção dos diálogos de saberes no IHAC, bem como em espaços educativos e culturais no TI Kaimbé e em Itapuã. Isto vem se dando de maneira associada ao ensino, atividades de extensão como a Ação Curricular em Comunidade e Sociedade



(ACCS) “Formação em pesquisa voltada para cartografia, registro de saberes, práticas e políticas culturais”. Nestes dois territórios, um de identidade específica (Kaimbé) e o outro multicultural (Itapuã), destacam-se a promoção dos diálogos e o registro de saberes e de iniciativas locais nos momentos de narrativas, cantos e brincadeiras em áreas abertas e coletivas destes contextos, nas casas e terreiros de mestres locais como do sr. Silvino e do sr. Gregório Kaimbé, e nas areias da Lagoa do Abaeté – em noites de lua cheia e no espaço da Casa da Música de Itapuã.

Atualmente, um novo momento se configura neste percurso com a associação de outros estudos e ações pautadas no diálogo de saberes como, por exemplo, a articulação colaborativa com o projeto Observatório da Educação Escolar Indígena Yby Yara, em especial no acompanhamento do Núcleo Local Kaimbé e na etapa final da publicação do livro resultante do trabalho de etnoclassificação da água e seus múltiplos aspectos no Território Indígena Kaimbé, atualmente em fase de edição pela Edufba. Também há a atividade “Interculturalidade: saberes e diálogos entre pesquisadores e mestres locais”, realizada entre janeiro e abril de 2011, no IHAC/UFBA (Ondina), na Escola Municipal Manuel Lisboa, assim como na Casa da Música (SECULT/BA) e no Colégio Estadual Governador Lomanto Júnior, em Itapuã.

Convidados pela coordenação da Casa da Música, membros da equipe de pesquisa do CISAIS articularam e desenvolveram, conjuntamente com pesquisadores do Centro de Artes, Humanidades e Letras da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CAHL/UFRB), do Laboratório de Tecnologias Digitais (LABTEC/IHAC) e da Faculdade de Educação (FACED/UFBA), as Oficinas de Mapeamento e Registros das Memórias Musicais de Itapuã, colaborando com sua documentação escrita e audiovisual. Estes trabalhos têm sinalizado como a participação direta de estudantes da graduação e ensino médio em atividades desta natureza pode contribuir com o reconhecimento da memória no tempo presente, tendo como principais recursos aqueles voltados para a capacidade de observar a realidade e de, através da linguagem expressiva, gerar sentidos e construir significados.

A pesquisa, associada ao ensino, atividades de extensão, e mais recentemente à ACCS e ao PET Conexões Comunidades Indígenas, também vem envolvendo uma equipe interdisciplinar com pesquisadores e estudantes na UFBA e nos territórios de identidade específica e pluricultural. Entre 18 e 21 de abril de 2103, os participantes desta articulação produziram e participaram, no território indígena Kaimbé,

de oficinas e outras atividades de intercâmbios entre estudantes da graduação, da ACCS, da pós-graduação e do PET Comunidades Indígenas da UFBA com jovens pesquisadores locais de ensino médio, de graduação e professores desta etnia, a partir de suas experiências e atividades de pesquisa e registros culturais. Nesta ocasião, os estudantes socializaram os trabalhos realizados em cada um destes espaços formativos, compartilhando as experiências, discutindo os pontos de encontro e possíveis encaminhamentos futuros.

Os diálogos de saberes na universidade e em outros espaços educativos nos dois territórios citados se realizam no contexto de atividades curriculares, durante atividades programadas nos componentes de Diversidade, Políticas Culturais e na área de Políticas e Gestão da Cultura no IHAC/UFBA. Nestes contextos, a metodologia de ensino, pesquisa e atividade de extensão também se orienta pela perspectiva colaborativa e prática dialógica intercultural e coautoral, associada aos procedimentos metodológicos etnográficos, aos círculos narrativos e o “Bate papo musicado”, no qual dialogam pesquisadores externos e mestres cantadores, tocadores e contadores.

Dessa maneira, os diálogos e formas de intercâmbio têm se renovado. É por isso que, avaliando os resultados dessas experiências compartilhadas, decidimos estudar a possibilidade e iniciar mais um trabalho articulado pelo grupo CISAIS, um projeto recém-aprovado no edital de formação da SECULT (Edital 20/2012) – Formação e Qualificação em Cultura.

Orientado por referenciais construídos na perspectiva da descolonização do conhecimento, da produção coautoral através da criação e fortalecimento das redes de intercâmbios, intra e interterritoriais, o processo formativo será estruturado de forma modular, nas etapas presencial, a distância e em campo. Nesta dinâmica, o curso será organizado em duas turmas com 20 cursistas indígenas cada, oriundos dos territórios Tuxá, Pankararé, Xucuru-Kariri, Kantaruré, Tumbalalá, Kiriri, Kambé – no norte e oeste –, e dos territórios Pataxó, Tupinambá e Pataxó Hã Hã Hãe – no sul e extremo sul da Bahia.

Neste projeto, nas atividades previstas, uma das referências será a legislação específica, assim como as políticas afirmativas, o Plano Nacional de Cultura e seus planos setoriais e, em especial, o Plano Setorial das Culturas Indígenas (PSCI). Estes documentos se constituem como importantes referenciais uma vez que, a partir dos seus pressupostos e diretrizes, garantem o direito à autonomia e à participação destes grupos étnicos nos diversos espaços político-científicos e estabelecem o macroprograma

“Memórias, Identidades e Fortalecimento das Culturas Indígenas”, que “pretende dar visibilidade às múltiplas memórias indígenas e às diferentes temporalidades que informam os processos culturais dos povos indígenas no Brasil, [...]” (PSCI, 2010, p. 59) E acentua: “[a] concretização das memórias indígenas em diferentes mídias poderá instaurar um efeito circular: ao serem registradas no presente e serem reapropriadas sobre o passado, emergirão atualizadas, colaborando para a continuidade e o fortalecimento das culturas dos povos indígenas”. (PSCI, 2010, p. 59)

Neste sentido, parte do pressuposto é que os procedimentos metodológicos das atividades se orientam pela perspectiva da pesquisa colaborativa, articulada em rede com os participantes nas diversas etapas do processo, desde a identificação dos referidos procedimentos, até o planejamento de ações diversas. Os registros e estudos se realizam, desse modo, através de diálogos interculturais e interinstitucionais com observações participantes, entrevistas individuais e coletivas, grupos focais, oficinas e outras atividades formativas, sempre considerando os saberes/fazeres locais.

Seguir neste propósito, atuando de forma associada entre pesquisa, ensino e extensão, em interlocução direta com os sujeitos individuais e coletivos que integram tais projetos, tem possibilitado a valorização dos saberes/fazeres culturais e artísticos, brincadeiras, cantos, histórias e demais formas de interagir com os diversos outros e com a biodiversidade. Trata-se, portanto, de um desafio constante, instigador e promissor, um caminho que segue nos dias de hoje em processo de (co)construção.

## Considerações finais, à guisa de conclusões

Ao relatar as experiências desenvolvidas pelo grupo Culturas e Interculturalidade (CISAIS), buscou-se enfatizar o papel crucial que os diálogos de saberes exercem nas atividades de pesquisa, ensino e extensão em territórios de etnia específica e pluricultural. Para isso, foram abordados os estudos e ações formativas que, articuladas através da interlocução colaborativa na perspectiva coautoral, têm considerado os diálogos, registros e políticas como formas de reconhecimento e busca pela valorização da diversidade cultural e da biodiversidade.

Como discutido ao longo do texto, esta abordagem conduz a relação universidade/comunidade pela vereda dialógica, acentuando a necessidade de se transpor modelos verticais, aproximando-se de uma abordagem horizontalizada para construção do conhecimento na contemporaneidade. Seguir nesta direção implicou um

exercício interdisciplinar, intercultural, uma compreensão pautada pela complementaridade dos saberes. (SANTOS, 2005)

A tônica dessa interlocução foi pontuada ao serem destacados aspectos importantes neste processo, como a necessidade de se conjugar métodos e técnicas de pesquisa cientificamente consagradas, a exemplo da etnografia, com formas particulares de expressão cultural, relativas a cada lugar e seu tempo, referentes aos diferentes modos de viver e conceber o mundo, próprios de cada sujeito individual e coletivo, em cada ponto do globo, ainda que os contextos de vida, onde se realizam tais experiências concretas e simbólicas de existência, se tornem mais e mais globalizados, dada a intensidade e velocidade da comunicação, dos deslocamentos e a transitoriedade que define o momento presente.

Respeitar e acolher esta diversidade se traduz pela mudança de postura e ajuste dos modelos metodológicos adotados nos projetos realizados. Como visto, o contato com os diversos outros, tão diferentes e semelhantes, passou a ser entendido como uma forma privilegiada de encontro, uma vez que o mundo é sempre um mundo que construímos juntos, e a vida, como processo de conhecimento, não é passiva, mas nos compromete àquilo que sabemos. (SANTOS, 2005)

Então, nesta trajetória, os interlocutores não foram destituídos da sua vitalidade, mas fomentados em sua espontaneidade criativa, que alimenta as trocas e equilibra a reciprocidade na dinâmica de valoração dos distintos saberes/fazeres culturais. Assim, buscou-se nutrir os vínculos e superar uma visão positivista que falsamente empodera e neutraliza o olhar do pesquisador, subjugando sujeitos a meros objetos pesquisados, fragmentados e fossilizados.

Ao contrário disso, no percurso aqui relatado, os dados produzidos foram registrados a partir do diálogo multirreferencial, considerando-os como agentes sociais plenos, com legítimos interlocutores de suas próprias histórias e, também, dos seus grupos de referência – um viés coautorial que valida as contribuições dos vários participantes/pesquisadores e reconhece na poética dos saberes/fazeres culturais uma possibilidade de reencantar a aventura do conhecimento. (SANTOS, 2005) Esta é a perspectiva que tem sido especialmente exercitada nos círculos narrativos de histórias e brincadeiras, toques e cantos com mestras e mestres oriundos dos territórios de etnia específica e pluricultural na Bahia. Estas são algumas das questões que integram a matriz referencial que orienta os rumos pelos quais o grupo CISAIS se propõe seguir.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano nacional de cultura*. 2010a. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Plano Setorial para as Culturas Indígenas*. 2010b. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2011/07/plano-setorial-de-culturas-indigenas.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- BRANDÃO, C. R. “*Somos as águas puras*”: o pensamento aborígene sobre o mundo e seu destino. Campinas, SP: Papyrus, 1994. 320p.
- CÔRTEZ, C. N. *Educação diferenciada e formação de professores/as indígenas*: diálogos intra e interculturais. 2001. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.
- CÔRTEZ, C. N. Cultura, diversidade e política: transversalidade dos conceitos nas políticas culturais. In: RUBIM, A. A; ROCHA. R. (Org.). *Políticas culturais*. Salvador: Edufba, 2012. p. 139-159.
- CÔRTEZ, C. N.; MOREIRA, F. R. Políticas culturais e interculturalidade: breve panorama dessa articulação na América Latina. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 9., 2011, Curitiba. *Anais...* Curitiba: [s.n.], 2011.
- COULON, A. Etometodologia e multirreferencialidade. In: BARBOSA, J. (Org.) *Reflexões em torno da abordagem multirreferencial*. São Carlos: Edufscar, 1998. p. 24-49.
- CUNHA, M. C. *Cultura com Aspás*. São Paulo: Cosac Nayfe, 2009. p. 55-274.
- FREIRE, P.; FAUNDEZ A. *Por uma pedagogia da pergunta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. 34p.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge: Polity, 1994.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989. 323p.
- IPHAN. Decreto nº 3.551. *Registro de bens culturais de natureza imaterial*. Rio de Janeiro, 2000.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez., 1993. p. 7-28.
- RUBIM, A. C. Políticas culturais no governo Lula/Gil: desafios e enfrentamento. In: RUBIM, A. C.; BAIARDO, R. *Políticas culturais na Ibero-América*. Salvador: Edufba, 2008. p. 51-71.

SANTOS, B. S. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. H.; AZEVEDO, J. C.; SANTOS, E. S. (Org.). *Novos mapas culturais novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996. p. 15-33.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. São Paulo: Cortez. 2005.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2006. 174p.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. 224 p.

UNESCO. *Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural*. 2001. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

# Ressignificando o papel da extensão universitária através da incubação tecnológica em economia solidária: o caso da ITES/EAUFBA

*Genauto Carvalho de França Filho, Ariádne Scalfoni Rigo,*

*Ives Romero Tavares do Nascimento, Débora Dourado do Nascimento e*

*Magno Willams de Macêdo Farias*

## Introdução

A incubação tecnológica no campo da economia solidária, mais conhecida devido à experiência das Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares (IT-CPs), caracteriza-se pela ação de acompanhamento aos empreendimentos populares e solidários, na perspectiva da constituição de trabalho e renda, por meio da ação direta de professores, estudantes universitários e técnicos junto à gestão de tais empreendimentos em busca de sua sustentabilidade social e econômica. Tal prática, que surgiu nos últimos anos, parece constituir novidade sem precedentes na história da extensão universitária brasileira. Trata-se de um fenômeno recente, mas que conhece um franco processo de ascensão no Brasil, graças a dois fatores. Em primeiro lugar, devido ao número expressivo de tais experiências, que já somam hoje cerca de 85 incubadoras e articulam-se em torno de duas redes nacionais principais denominadas, respectivamente, de Rede Unitrabalho e Rede de ITCPs. Em segundo lugar, tal ascensão explica-se pelo crescente reconhecimento institucional de tais experiências,

cujo marco foi a criação do Programa Nacional de Apoio às Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares do Ministério do Trabalho, iniciado em 2004, mais conhecido pela sigla PRONINC. Além disso, os recentes editais públicos de apoio às Incubadoras Tecnológicas, atuando neste âmbito, oriundos tanto de secretarias de governo em parcerias com fundações e institutos de apoio à pesquisa, quanto de outras instituições públicas, fazem prova da importância assumida pela temática atualmente.

O intuito do presente capítulo é refletir sobre a singularidade da prática de incubação no campo da economia solidária enquanto atividade de extensão universitária. Para tanto, este trabalho busca, num primeiro momento, esclarecer a natureza deste tipo de prática, contextualizando a realidade das incubadoras de economia solidária no Brasil, sua distinção em relação às incubadoras de empresas e seu alcance institucional. Em seguida, o trabalho discute um caso específico de incubação neste âmbito, levado a cabo no contexto da UFBA. Trata-se da experiência da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (ITES/EAUFBA). Finalmente, serão assinalados alguns elementos que parecem apontar na direção de uma ressignificação da prática extensionista, através deste tipo de experiência.

### **A natureza da ação de incubação enquanto prática de extensão**

A incubação tecnológica é uma experiência recente no Brasil e esteve voltada para o setor privado de mercado. As primeiras iniciativas aparecem entre os anos de 1985 e 1990, a partir da implantação de seis unidades incubadoras inspiradas em um programa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que criou os Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs), em 1982. Estes tinham por objetivos realizar a aproximação entre universidades e empresas privadas e a descentralização do desenvolvimento tecnológico. (LEMONS apud HIGUCHI; MACHADO; TEIXEIRA, 2006) As primeiras experiências foram: as incubadoras que se originaram dos parques de São Carlos – São Paulo (1985) e Campina Grande, na Paraíba (1988) –; as Incubadoras do Centro de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade de Brasília (CDT/UnB) e da Fundação de Biotecnologia (BIORIO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1986; a Incubadora Empresarial Tecnológica da Fundação Centro de Referência em Tecnologia de Informação (CERTI), em Santa Catarina (1987), posteriormente denominada Centro Empresa-



rial para Laboração de Tecnologias Avançadas (CELTA); e a Incubadora Tecnológica de Curitiba (INTEC), ligada ao Instituto de Tecnologia do Paraná (TECPAR), em 1990. (HIGUCHI; MACHADO; TEIXEIRA, 2006)

Segundo dados da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), atualmente existem 79 incubadoras de empresas vinculadas a universidades brasileiras, distribuídas em todas as regiões do país. Estas são definidas como “local especialmente criado para abrigar empresas oferecendo uma estrutura configurada para estimular, agilizar ou favorecer a transferência de resultados de pesquisas para atividades produtivas”. (ANPROTEC, 2008) Segundo essa lógica, espera-se que a empresa, que pode ser de base tecnológica ou tradicional (dependendo da incubadora), possa estar “pronta para enfrentar a realidade de mercado contando com seus próprios recursos para a instalação física”. (ANPROTEC, 2008) Com isto, existem casos em que tais incubadoras abrigam fisicamente empresas em fase inicial e prestam o serviço de assessoria mediante uma taxa subsidiada.

Já a incubação tecnológica no campo da economia solidária é ainda mais recente e difere, substancialmente, da incubação de empresas privadas. No âmbito da Universidade, por exemplo, esse outro tipo de incubadora inaugura uma preocupação em dirigir o desenvolvimento da pesquisa tecnológica para o trabalho ou a sociedade, invertendo uma lógica tradicional de investimento direcionado ao capital ou ao mercado. Esse trabalho de incubação em economia solidária parece vir refletir, ainda, um novo momento da história do trabalho de assessoria à organização popular no Brasil, que esteve fortemente ligado a algumas ONGs e instituições vinculadas a setores progressistas da Igreja Católica. Em certa medida, a incubação em economia solidária hoje reatualiza e ressignifica um certo número de práticas de assessoria aos movimentos sociais. Em especial, fortalece o apoio técnico em gestão, que antes era praticamente ausente dos processos de formação política. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

Mais conhecida atualmente como incubação tecnológica de cooperativas populares, a incubação em economia solidária conhece um crescimento muito expressivo nos últimos anos, especialmente no interior das universidades, principalmente as públicas. Esse crescimento acontece na forma de um movimento que se articula em torno de duas redes principais: uma filiada à fundação Unitrabalho e a outra se constituindo como rede própria, mais conhecida como rede de ITCPs. Atualmente, no Brasil, existem cerca de 42 iniciativas filiadas à rede Unitrabalho e aproximadamente

43 à rede de ITCPs, perfazendo um total de mais de 85 incubadoras tecnológicas de cooperativas populares. A novidade mais recente nesse processo diz respeito ao surgimento de incubadoras públicas de economia solidária, fruto da iniciativa de diferentes governos em nível municipal e estadual. Tais incubadoras públicas encontram-se, normalmente, inseridas em centros públicos de economia solidária, os quais constituem ações estratégicas na agenda das recém-criadas políticas públicas de economia solidária, que começam a ser implementadas em algumas experiências de governos municipais e estaduais (FRANÇA FILHO, 2006), como no caso do governo estadual da Bahia, que apoia mais de dez Centros Públicos de Economia Solidária (Cesol) desde 2012.

### Diferenças marcantes entre dois tipos de incubação

Conforme visto acima, percebe-se que a expressão “incubadora tecnológica” aplicada à realidade da economia, foi tomada de empréstimo do campo empresarial. Se, de um lado, tal formulação parece inadequada, conforme descreveremos a seguir, por outro lado, a apropriação do termo pelas ITCPs representa a possibilidade de tornar possível o investimento de ciência e tecnologia no chamado campo da organização popular.

É assim que a incubação no âmbito da economia solidária apresenta diferenças significativas em relação à incubação empresarial. Em primeiro lugar, ela está voltada, geralmente, para um público de baixa renda que se organiza, na maior parte dos casos, em pequenas cooperativas. Segundo, nesse processo, normalmente, não incidem taxas como um componente importante dos subsídios sobre os empreendimentos incubados. Em terceiro lugar, as iniciativas incubadas também não são abrigadas pelas instalações das incubadoras, com exceção de alguns casos de incubadoras públicas. Uma quarta diferença, muito próxima da primeira e de fundamental importância, é justamente o recorte ou escopo, que faz com que a incubação em economia solidária lide, principalmente, com empreendimentos solidários, de preferência no formato de cooperativas ou associações, incitando a constituição de processos de autogestão nos empreendimentos criados. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

Apesar de algumas referências apontarem para o fato da primeira cooperativa “incubada” ter surgido na Universidade Federal de Santa Maria (RS), a iniciativa pioneira deste tipo de prática é a da COPPE/UFRJ. Esta foi uma experiência pontual e se deu com a criação da Cooperativa de Manguinhos, no Rio de Janeiro.

(LEMOS apud HIGUCHI; MACHADO; TEIXEIRA, 2006) Assim, a incubação em economia solidária veio desenvolvendo-se, sobretudo, como incubação de cooperativas populares. Em que pese a importância e os avanços dessa abordagem, ela apresenta uma série de limites.

### **Da incubação de cooperativas populares à incubação de redes de economia solidária**

A incubação de cooperativas individuais e, mais especificamente, as ITCPs, cumprem papéis de extrema importância dentro do campo da economia solidária. Um deles é o de capacitar os empreendimentos, tirando muitos deles da informalidade e da precariedade, permitindo uma renda digna para os seus participantes. Um segundo é a articulação de novas políticas públicas no campo da geração de trabalho e renda. (CUNHA, 2002) Já um terceiro, estaria ligado ao processo de organização das próprias ITCPs, que vêm se congregando em torno de redes nacionais, o que dá consistência à proposta e ajuda no próprio processo de organização política das práticas de economia solidária.

A abordagem de incubação de empreendimentos individuais, entretanto, pode apresentar algumas limitações que a incubação de redes pretende, em parte, dirimir. A principal delas é precisamente seu caráter pontual. Ou seja, ao incubar um único empreendimento, todo o esforço está depositado nas capacidades desse empreendimento sobreviver, na maioria dos casos, em um ambiente de competição de mercado. Como as dificuldades dos grupos incubados são de inúmeras ordens (*deficits* de formação das pessoas, condições de infraestrutura e tecnologias inadequadas ou insuficientes nos locais de implantação de muitos empreendimentos, marco regulatório de funcionamento dos empreendimentos insatisfatório para sua realidade, entre outros), as possibilidades de sobrevivência de tais empreendimentos, nas condições do mercado, tornam-se menores. Ou seja, os empreendimentos de economia solidária, nesses casos em que estão agindo isoladamente, enfrentam as mesmas dificuldades das micro e pequenas empresas em se manter, somadas ainda com as dificuldades acima mencionadas. Dois efeitos negativos podem advir dessa situação: de um lado, um certo prolongamento do tempo de incubação em razão dos subsídios aportados; e, do outro, a constatação de casos em que o êxito do empreendimento passa pela incorporação de lógicas de funcionamento privado que comprometem o propósito e a finalidade original da iniciativa. Além disso, como a lógica da incubação é apenas

de cooperativa, os benefícios do empreendimento podem limitar-se ao grupo que compõe a organização e não, necessariamente, ao público mais amplo do território no qual a iniciativa fora gestada.

## **A especificidade da incubação feita pela ITES/EAUFBA**

A ITES/EAUFBA define-se como um programa de extensão e pesquisa da UFBA, sediada e contando com o apoio da Escola de Administração. A incubadora trabalha numa relação mais estreita com dois programas de pós-graduação: o mestrado profissional em Desenvolvimento e Gestão Social (coordenado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS/UFBA) e o núcleo de pós-graduação em Administração – mestrado e doutorado em Administração (NPGA/UFBA). Os dois programas acima fornecem grande parte dos técnicos e profissionais que atuam na incubadora. Muitos estudantes em nível de graduação de diferentes cursos também têm participado da incubadora, além de pós-graduandos de outros programas e professores de diferentes áreas, conforme a natureza dos projetos executados. Atualmente, a incubadora conta com uma equipe de cerca de 30 pessoas atuando em aproximadamente 12 projetos.

A ITES/EAUFBA tem sido pioneira na elaboração e implantação de metodologias voltadas para a incubação de redes locais de economia solidária. Essa metodologia compreende território como uma comunidade, um bairro ou um pequeno município e define a incubação a partir de uma relação dialógica e de interação profunda entre atores da universidade (professores, técnicos e estudantes em diferentes níveis) e sujeitos sociais nos territórios (moradores, profissionais, lideranças comunitárias, representantes dos poderes públicos e outras instituições). A rede local de economia solidária é um processo que envolve iniciativas de economia solidária de diferentes tipos, entre formas socioprodutivas e socio-organizativas. Isto porque, sendo o enfoque direcionado ao território, a abordagem não se limita aos empreendimentos socioeconômicos, mas envolve, também, as iniciativas socioculturais, sociopolíticas e socioambientais. A construção e/ou fortalecimento de uma dinâmica associativista no local revela-se de fundamental importância no sentido da existência e/ou criação de espaços públicos (LAVILLE; DACHET, 2003; FRANÇA FILHO, 2006) necessários ao encaminhamento do processo de incubação. Esses espaços públicos são de extrema importância pelo fato das redes serem costuradas no interior de um tecido de relações sociais, econômicas, políticas e culturais preexistentes. Em temos socioe-

conômicos, por exemplo, a rede encontra formas e caminhos de relacionamento com o comércio local, visando o seu fortalecimento. Neste sentido, a metodologia valoriza o papel das práticas de finanças solidárias, com destaque para as experiências de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (FRANÇA FILHO; SILVA JR., 2009), por seu caráter ao mesmo tempo pedagógico e de vetor impulsionador da dinâmica socioeconômica da rede ao financiar muitas iniciativas.

Quatro eixos de intervenção estruturam o processo de incubação de redes locais de economia solidária nesta metodologia da ITES/EAUFBA: a formação, a pesquisa, o planejamento e a experimentação. A formação constitui uma necessidade permanente e acontece em diferentes níveis ao longo do processo de incubação. A importância da formação é diretamente proporcional às características do público incubado que, em geral, vivencia muitos *deficits* educacionais. Neste sentido, a formação é concebida em diferentes níveis: capacitação técnica para a gestão de iniciativas de economia solidária; capacitação profissional relativa à área de atuação do empreendimento na rede; formação geral em cidadania, associativismo e economia solidária. A formação trabalha, simultaneamente, a dimensão de socialibilidade e de gestão do conhecimento na construção de uma cultura do trabalho democrático e autogestionário (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

A pesquisa diz respeito ao conhecimento sobre a realidade local, necessário à construção da rede; por isso, ela tem propósito de diagnóstico tanto do contexto socioeconômico, quanto dos aspectos histórico-culturais do território. Neste último caso, o intuito é reconstruir, com os próprios moradores, a história do seu próprio território, no sentido de trabalhar-se as questões identitárias do lugar, particularmente sensíveis em contextos marcados pela degradação de tais vínculos. Já no primeiro caso, trata-se de um mapeamento da produção, dos serviços e do consumo local. Tal pesquisa busca conhecer em profundidade a socioeconomia do lugar, no sentido de um reconhecimento minucioso sobre as características da economia local. A ideia é de gerar conhecimento enquanto subsídio para a projeção da rede a ser constituída, no sentido de indicar as iniciativas ou empreendimentos a serem criados ou fortalecidos. Aqui, já se absorve a dimensão de planejamento. Este envolve a definição dos contornos da rede, isto é, a indicação de iniciativas ou empreendimentos a serem criados e fortalecidos com base em critérios de viabilidade técnico-econômica e associativa, deduzidos da pesquisa. Esse casamento entre a pesquisa e o planejamento inspira-se, amplamente, na metodologia de Plano Local de Investimento Estratégico

gico (Plies), desenvolvida pelo Instituto Banco Palmas no Ceará. (MELO NETO SEGUNDO; MAGALHÃES, 2003) O planejamento concretiza, na prática, a ideia de reorganização das economias locais como fundamento de uma outra economia e de uma concepção sustentável-solidária de desenvolvimento (FRANÇA FILHO, 2008). O intuito de um processo desse tipo é permitir que todo território, seja uma comunidade, um bairro ou mesmo um pequeno município, possa ter seu planejamento estratégico de desenvolvimento local, que pode ser um plano estratégico de desenvolvimento comunitário (Pedeco) ou territorial (Pedete), conforme sugere a metodologia. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009) O intuito de um plano desse tipo é de redefinir e reorientar a oferta e a demanda num contexto territorial, na direção da sua construção conjunta, como sentido de uma outra economia. (LAVILLE, 1994; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004)

Se, por um lado, o planejamento aponta a rede a ser criada, é a implantação, obviamente, que permite sua execução. Porém, esta já pode ser iniciada durante o próprio planejamento, intercalada com a pesquisa e articulada ao próprio processo de formação a partir da experimentação, segundo essa metodologia. Esta se constitui na vivência prática da economia solidária por meio de empreendimentos que podem ser constituídos antes mesmo da conclusão da pesquisa e do planejamento. Isto porque existem iniciativas que são indispensáveis a qualquer rede, a exemplo de práticas de finanças solidárias (como no caso dos bancos comunitários de desenvolvimento) ou iniciativas no campo da tecnologia da informação de base comunitária ou, ainda, certas iniciativas socioprodutivas ou socioculturais, conforme o apelo de cada território. A experimentação tem um caráter de fortalecimento do processo de formação e permite uma apropriação efetiva da ideia de rede no âmbito comunitário, pelo seu caráter pedagógico de aprender na prática princípios, valores e a operacionalidade da economia solidária.

Metodologicamente, pode-se iniciar a construção de uma rede desse tipo criando o que denominamos de Centro Associativo de Economia Solidária (Caes). (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009) Este representa uma estrutura organizativa de base comunitária assentada em quatro pilares principais de iniciativas: uma instância associativa; uma iniciativa de base tecnológica, como um infocentro comunitário; uma prática de finanças de proximidade, a exemplo de um banco comunitário de desenvolvimento; e um núcleo cooperativo. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

Uma associação ou entidade local representativa é uma instância sociopolítica de organização comunitária juridicamente constituída, devido à necessidade de haver um abrigo legal às iniciativas informais. Além disso, ela representa uma instância de auto-organização política ou um espaço público de proximidade (LAVILLE, 1994), fundamental para o aprendizado e exercício da democracia local. Tal instância associativa pode constituir-se, ainda, como espaço de formação em diferentes níveis: técnico-profissional e de formação geral em economia solidária, cidadania, educação ambiental, consumo consciente, entre outros.

A presença de um banco comunitário num Caes cumpre o papel de disseminação de um sistema de finanças solidárias no território, por meio do microcrédito popular solidário para financiamento da produção, dos serviços e do consumo local, além do fomento de ações de finanças de proximidade, tais como moeda social e poupança comunitária. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

O infocentro comunitário cumpre alguns papéis importantes na formação da rede, como: representar um espaço de inclusão digital e de suporte de apoio tecnológico para realização da pesquisa e para diagnóstico da realidade socioeconômica local; se constituir como dispositivo de articulação da rede local com outras redes, no intuito de fortalecer a comercialização e de facilitar intercâmbios de aprendizagem e articulações institucionais; e, finalmente, ser um dispositivo de gestão da informação na rede local de economia solidária, seja no âmbito de atividades de assessoria de comunicação, seja na constituição de banco de dados na forma de cadastro de perfil socioprofissional dos moradores. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

Enfim, o núcleo cooperativo representa a instância de desenvolvimento dos grupos produtivos nas diversas áreas, os quais constituirão, posteriormente, muitos dos principais elos que comporão a rede local, segundo essa metodologia de incubação.

O Caes, portanto, pode ser visto como o embrião de uma rede cujo desenvolvimento supõe a construção de um arranjo institucional mais amplo, que pode se iniciar pelo próprio desenvolvimento do núcleo cooperativo, a partir dos vários empreendimentos produtivos. Evidentemente, uma metodologia de incubação desse porte envolve, ainda, um processo permanente de monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas até o processo de implantação da rede e sua consolidação para, em seguida, se trabalhar a desincubação. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

Em resumo, pode-se considerar que a incubação de redes locais de economia solidária, segundo a metodologia da ITES/EAUFBA, envolve alguns passos vitais

no processo de reorganização das economias locais como base para construção de uma outra economia. Em primeiro lugar, são necessárias mobilização e capacitação dos atores locais, envolvendo, em seguida, um processo de discussão pública dos seus problemas comuns, juntamente com a realização de diagnósticos sobre a situação socioeconômica do seu território. É assim que se busca na sequência orientar, a partir do planejamento e experimentação, a criação de atividades (as ofertas) em função de demandas genuínas, expressas nesses fóruns associativos (locais de discussão), num processo de construção de arranjos institucionais de novo tipo e com forte potencial de referência para políticas públicas renovadas no campo do desenvolvimento local.

De todo modo, muitos desafios se apresentam nesse processo. Um deles envolve a própria metodologia de incubação, no que diz respeito ao aperfeiçoamento dos instrumentos didático-pedagógicos e de gestão na perspectiva de consolidação de tecnologia social de referência. Além disso, o cenário político local é importante em termos das parcerias necessárias ao encaminhamento das atividades. A ausência de marco legal, nesse caso, representa um obstáculo considerável. Importa mencionar ainda as características do contexto local em termos da história de organização, o perfil das lideranças e condições mais gerais de infraestrutura e recursos disponíveis. O conjunto desses aspectos relacionados deve ser levado em consideração na avaliação do grau de sustentabilidade em processos de incubação dessa natureza. (FRANÇA FILHO; CUNHA, 2009)

### **Conclusão: como a incubação em economia solidária ressignifica o papel da extensão?**

Pelas considerações anteriores, pode-se ratificar, neste momento, o caráter inadequado do termo “incubação tecnológica” para refletir o tipo de prática de extensão em economia solidária feita por tantas universidades hoje. De fato, a ideia de incubação parece mais próxima de um gênero específico de extensão, que tais práticas aqui se distinguem. Isto porque a expressão “incubação tecnológica”, pela sua própria vinculação com o campo empresarial, é herdeira de um paradigma mais difusionista em matéria de extensão, caracterizado pela ênfase na chamada “transferência tecnológica”. Já a prática de incubação em economia solidária rompe radicalmente com tal paradigma e, especialmente, com a lógica de transferência tecnológica. Isto porque as soluções tecnológicas geradas são sempre definidas a partir do seu caráter socialmente apropriado à realidade das iniciativas e seus respectivos contextos. É



assim que no lugar de transferência tecnológica, afirma-se uma lógica de co-construção de soluções tecnológicas em que tanto os saberes acadêmicos quanto populares são valorizados. O intuito é favorecer processos de emancipação das pessoas, grupos e seus respectivos territórios. Por isso, o protagonismo não pode estar na universidade, e sim no próprio local e/ou na sua relação de interação com a universidade.

O uso do termo “incubação tecnológica”, nestes casos de extensão, acaba tendo também caráter emancipador, paradoxalmente, já que trata-se de se apropriar, por meio da linguagem num primeiro momento, de um âmbito institucional avesso à realidade dos territórios mais empobrecidos. O objetivo é refletir e construir uma outra ciência, tecnologia e inovação não mais voltada para o mercado ou o capital e destinada a criar as soluções que o próprio processo de organização das pessoas socialmente requer. Por isso, podemos afirmar o alto potencial de geração de inovação social contido em práticas dessa natureza.

Se as considerações de ordem mais geral acima já apontam o caráter singular da incubação tecnológica no campo da economia solidária enquanto prática de extensão, a seguir sugerimos mais cinco aspectos específicos que ratificam tal singularidade.

Em primeiro lugar, importa salientar o fato desse tipo de extensão requerer, como condição para a sua própria realização, o efetivo desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa. Isto posto em razão do trabalho de incubação lidar permanentemente com formação de pessoas (tanto na universidade como nas comunidades) e produção de conhecimento voltado ao suporte do próprio desenvolvimento das atividades (que em geral dizem respeito ao desenvolvimento de tecnologias socialmente apropriadas pelos grupos populares acompanhados). É assim que tal tipo de incubação procura ratificar na prática o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Em segundo lugar, deve-se sublinhar o fato de tal tipo de incubação envolver grau elevado de complexidade devido à natureza intersetorial e interdisciplinar da intervenção no campo da economia solidária, na medida em que lida-se com um conjunto de questões (e não apenas aquelas mais econômicas) que dizem respeito ao processo de organização e desenvolvimento de pessoas e seus respectivos territórios. As ações de intervenção nos territórios mobilizam diferentes temáticas associadas à organização da vida das pessoas e supõe, em geral, a composição de equipe técnica de acompanhamento com formação multidisciplinar.

Em terceiro lugar, e em contraste muito forte com certa tradição do trabalho social, as práticas de incubação supõem um volume significativo de recursos a serem investidos nas atividades de campo, em razão da natureza das demandas do processo de organização e desenvolvimento das comunidades (equipamentos, montagem de infraestrutura, custeio de atividades, investimentos diversos etc.).

Em quarto lugar, deve-se mencionar o fato de tal prática envolver um processo de aprendizagem sempre necessariamente lento e gradual, em razão da própria necessidade de imersão aprofundada na realidade local. Isto é, projetos de incubação de redes locais de economia solidária supõem um período de tempo radicalmente elástico, já que lida-se com a dimensão do desenvolvimento local, cujos frutos não se observam em poucos anos.

Finalmente, importa salientar o fato desse tipo de prática requerer necessidade de fortalecimento institucional através da constituição de diferentes mecanismos de articulação e arranjos envolvendo diferentes atores institucionais.

Desse modo, podemos concluir que a prática de incubação em economia solidária parece redefinir ou ressignificar a própria prática da extensão universitária, colocando-a ainda em relação mais estreita com o ensino e a pesquisa. Uma dupla consequência importante merece aqui ser salientada. De um lado, o potencial desse tipo de extensão em redefinir agendas de pesquisa e atuar estreitamente com elas, já que a incubação parece constituir um manancial extraordinário de produção de pesquisa, contribuindo especialmente para a sua renovação. Do outro, vale sublinhar o potencial de tais práticas no sentido de contribuir para uma renovação também das Políticas Públicas em economia solidária, ao trazer para o “centro da cena” o “lugar” ou papel estratégico da instituição universitária no apoio à economia solidária enquanto ação política. Contudo, a efetivação de um tal horizonte de possibilidade requer uma revisão profunda da concepção e modo de execução das atuais ações de apoio às incubadoras (a exemplo do Proext e Proninc).

Assim, se tais práticas são por um lado portadoras de alto potencial científico e tecnológico, por outro lado, a experiência acumulada das incubadoras atuando neste âmbito revelam também importantes desafios para sua efetividade. Estes podem ser resumidos, de uma forma geral, em duas categorias: um de ordem mais geral, relativo à extensão universitária e seus atores; outra de ordem mais específica, que se relaciona ao cotidiano das incubadoras nas suas práticas de extensão.

No plano mais amplo, no atual panorama dos investimentos públicos nas universidades, por exemplo, os docentes são levados a privilegiar a pesquisa ao invés da extensão, tanto pelo aporte maior de recursos, como pelo *status* que a pesquisa desfruta na comunidade acadêmica. Além disso, as instituições regulamentadoras dos programas de pós-graduação acabam avaliando currículos e programas muito mais baseadas em publicações (frutos diretos de pesquisas) e muito menos por meio de ações extensionistas ou mesmo por planos de trabalho que visam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No plano cotidiano, o conjunto das atividades sobre a responsabilidade dos docentes dificulta a proposição de projetos maiores, envolvendo os três pilares. Isso porque tais propostas requerem elevada carga horária, somada a compromissos corriqueiros da vida acadêmica, tais como reuniões, eventos (participação e organização), orientações (graduação e pós-graduação), bancas examinadoras, avaliações diversas, entre muitas outras.

Contudo, estas não são as únicas dificuldades e desafios que se pode perceber no âmbito da atuação das incubadoras, nem tão pouco são apenas aquelas (anteriormente comentadas) as potencialidades vistas na forma de atuar delas. Cada experiência de incubação aponta inúmeras possibilidades e trabalha para desenvolver formas de transpor seus desafios.

## Referências

ANPROTEC. *Perguntas e respostas*. Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br/publicacao.php?idpublicacao=117>>. Acessado em: fev. 2008.

CUNHA, G. C. Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa da incubadora de cooperativas, da Prefeitura Municipal de Santo André, SP. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Ciência Política da USP, São Paulo, 2002.

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E. V. Incubação de redes locais de economia solidária: lições e aprendizados a partir da experiência do projeto Eco-Luzia e da metodologia da ITES/UFBA. *Revista Organizações & Sociedade*, v. 16, n. 51, out./dez. 2010.

FRANÇA FILHO, G.; CUNHA, E. V. Incubação de redes de economia solidária. In: CATTANI, A.; Hespanha, P.; Laville, J. L.; Gaiger, L. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009.

FRANÇA FILHO, G.; SILVA JR., J. T. Bancos comunitários de desenvolvimento. In: CATTANI, A.; HESPANHA, P.; LAVILLE, J. L.; GAIGER, L. (Org.). *Dicionário internacional da outra economia*. Coimbra, Portugal: Almedina SA, 2009.

FRANÇA FILHO, G. A via sustentável-solidária no desenvolvimento local. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 15, n. 45, p. 219-232, abr./jun. 2008,

FRANÇA FILHO, G.; LAVILLE, J. L. *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

FRANÇA FILHO, G. Políticas públicas de economia solidária no Brasil. In: LAVILLE, J. L. et al. (Org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: EDUFRGS, 2006.

HIGUCHI, A. K.; MACHADO, H. P.; TEIXEIRA, M. G. Incubadoras de cooperativas populares: desafios e caminhos para a superação. In: COLÓQUIO SOBRE O PODER LOCAL, 10, 2006, Salvador. *Anais...* Salvador: [s.n.], 2006.

LAVILLE, J. L.; DACHET, E. Introduction: penser les interactions entre le politique et l'économique. *Revue Hermès*, n. 36, Paris, 2003.

LAVILLE, J. L. (Org.). *L'économie solidaire: une perspective internationale*. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

MACIEL, A. S.; MAZZILLI, S. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: Percursos de um Princípio Constitucional. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 33., 2010, Caxambú. *Anais...* Caxambu: Anped, 2010. Educação no Brasil: o balanço de uma década. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/Indissociabilidade.pdf>>. Acessado em: 27 fev. 2012.

MATSUDA, P. M. *Incubação de cooperativas populares e extensão universitária: o caso da INCOOP – Incubadora Regional de Cooperativas Populares Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos: UFSCar, 2011. 120f.

MELO NETO SEGUNDO, J. J.; MAGALHÃES, S. *PLIES: Plano Local de Investimento Estratégico: uma metodologia para gerar trabalho em territórios de baixa renda*. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2003.

# Museu de Ciências do Cerrado Nordestino

*Rosana Marques Silva, Daniela Cristina Calado, Jorge Antonio Silva Costa,  
Loislene Oliveira Brito e Cristiana Barros Nascimento Costa*

## Introdução

O Museu de Ciências do Cerrado Nordestino do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (ICADS), situado no *campus* Professor Edgard Santos, foi criado em 2009 e tem como objetivo aproximar a sociedade e a Universidade Federal da Bahia (UFBA) através da popularização do conhecimento da fauna e flora do cerrado. Através deste projeto, a Universidade abre as suas portas à comunidade para visitas de estudantes do ensino fundamental, médio e superior, bem como para a população em geral.

O Museu pretende resgatar a identidade da região oeste da Bahia, quanto ao seu aspecto natural. Além disso, propõe-se a constituir-se num ponto de estada para pesquisa, informação e lazer, uma vez que existe na região grande dificuldade de acesso aos centros mais próximos, como Brasília e Salvador. Esta distância entre os municípios da região oeste da Bahia e os centros mais próximos limita a ação dos museus situados nas capitais enquanto espaços de popularização do conhecimento. Assim, o Museu de Ciências do Cerrado Nordestino visa a divulgação da biodiversidade do cerrado, baseado no alicerce proposto por uma instituição pública de ensino, a qual é formada pelo ensino, pesquisa e extensão.

O cerrado exibe uma grande complexidade de ecossistemas locais, mas o conhecimento sobre a sua composição, estrutura e dinâmica (sazonal e sucessional) é escasso. (KLINK et al., 2002) Esse bioma é considerado a savana com a flora mais rica do mundo (KLINK; MACHADO, 2005), embora a flora vascular do Brasil ainda não seja totalmente conhecida. (GIULIETTI et al., 2005) O cerrado possui alto grau de endemismo, correspondendo a 44% para plantas vasculares (BRASIL, 2007), 53% para anfíbios e 25% para lagartos. (AGUIAR; MACHADO; MARINHO-FILHO, 2004) Dentre os mamíferos, o grupo mais diversificado é o dos morcegos, com 81 espécies registradas até o momento. (AGUIAR; MACHADO; MARINHO-FILHO, 2004) Ainda, segundo esses autores, em relação ao Brasil, no cerrado ocorre metade das espécies de aves, 45% dos peixes, 40% dos mamíferos, 38% dos répteis e 23% das plantas vasculares, totalizando aproximadamente 33% da diversidade biológica brasileira. Essa biodiversidade representa em torno de 5% da diversidade biológica do planeta. (BRASIL, 2006) Os dados sobre a riqueza de invertebrados do cerrado são praticamente inexistentes (DIAS; MORAIS, 2007), mas estima-se que existam pelo menos 90 mil espécies.

As coleções biológicas são fontes de informações fundamentais para o conhecimento da biodiversidade e, conseqüentemente, essenciais no planejamento e elaboração de políticas públicas voltadas para a conservação. Segundo o documento organizado por Lewinsohn e Prado (2002), a biodiversidade brasileira, embora seja uma das mais importantes do mundo, possui imensas lacunas quanto à existência de coleções e especialistas nos diferentes grupos taxonômicos. Ainda, segundo esses autores, as coleções biológicas presentes no Nordeste são pouco representativas, especialmente para micro-organismos, invertebrados e organismos de água doce. Neste contexto, a missão do Museu de Ciências do Cerrado Nordestino representa um centro de construção e disseminação de conhecimento na área de Ciências Naturais, com espaço para abrigar coleções da fauna (animais vertebrados e invertebrados) e flora da região oeste da Bahia. O Museu possui as seguintes finalidades e ações:

a) Treinamento de acadêmicos de cursos de graduação para atuar na preparação e curadoria de coleções biológicas

Através de estágios voluntários ou como bolsistas (Programa Permanecer, Programa Institucional de Bolsa de Extensão, Programa Institucional de

Bolsas de Iniciação Científica, entre outros), estudantes dos cursos de graduação da UFBA, e de outras instituições da região, participam de atividades que envolvem a coleta, identificação e preparo das amostras que são incorporadas ao acervo do Museu. Esta ação permite a formação de profissionais mais qualificados, além de despertar nos estudantes o desejo em atuar na curadoria de coleções biológicas e no estudo da anatomia e morfologia de plantas e animais.

b) Trabalho de educação informal com estudantes da rede pública, da rede particular e de estudantes com necessidades especiais

Assim, cria-se no Museu um trabalho de educação, que é desenvolvido com atendimento por meio de visitas, estágios, palestras, cursos e eventos. Esta atividade permite a interação entre a Universidade e estudantes do ensino fundamental e médio de escolas públicas e particulares e, principalmente, com a comunidade local. O Museu, por meio da integração Universidade e sociedade, incentiva o indivíduo e a coletividade a construírem novos valores, conhecimentos e atitudes para a conservação dos recursos naturais do cerrado.

c) Expansão dos acervos de fauna e de flora do ICADS

As coleções biológicas do ICADS, embora em fase inicial de implantação, constituem um valioso banco de dados, pois armazenam informações sobre espécies da região oeste da Bahia. Ressalta-se aqui a importância destas coleções para os estudos sobre a biodiversidade, as quais fornecem dados valiosos que servem de argumento na indicação de áreas a serem preservadas e como instrumento de resgate histórico para a região.

d) Capacitação de professores e aperfeiçoamento de outros profissionais

O Museu serve de apoio para profissionais das áreas das Ciências Naturais e de professores que, durante o exercício profissional, desejam aprender, reciclar ou conferir informações, em um estudo comparativo e elucidativo, enfocando e ressaltando, assim, a interdisciplinaridade.

e) Incentivo ao estudo do ambiente natural da região de cerrado e de temas relacionados às Ciências Naturais

Este Museu é o primeiro com esse caráter na região oeste da Bahia, representando um espaço de transmissão de conhecimentos e comportamentos voltados para a sensibilização, conscientização, conservação e preservação ambiental da região.

f) Utilização de computadores e *softwares* como forma de estimular o uso e o manejo de informações sobre a biodiversidade do cerrado

Futuramente, pretende-se criar e disponibilizar uma página na *web* com uma versão virtual do Museu de Ciências do Cerrado Nordestino, com vistas a uma maior acessibilidade e interatividade. Assim, o visitante terá a oportunidade de conhecer o acervo virtual, projetos de ensino, pesquisa e extensão vinculados ao Museu. Ademais, um banco de dados será elaborado a fim de facilitar a identificação das amostras por estudantes de terceiro grau, técnicos, professores/pesquisadores não especializados.

## Metodologia

O Museu de Ciências do Cerrado Nordestino é composto por uma sala onde as coleções da fauna e da flora ficam expostas para receber a visitação e por um laboratório de preparação das amostras. Ainda conta com a estrutura do herbário e do laboratório de Zoologia. Vale ressaltar que, diariamente, novas peças são preparadas e adicionadas ao acervo expositivo.

### Técnicas de preparação

#### *Maquetes celulares*

Este segmento do acervo conta com maquetes de células e de estruturas celulares. Desteque especial é dado ao material genético e sua organização, tornando-se um elo entre todos os organismos presentes no Museu. Através de painéis, é destacada a importância do estudo dos genomas dos seres vivos para a definição de suas relações filogenéticas.

As maquetes de células são confeccionadas por estudantes vinculados ao Programa Permanecer, a partir de estudo prévio da literatura. Os modelos tridimensionais



de células animal, vegetal e bacteriana, e das estruturas celulares (núcleo celular, cloroplasto e mitocôndria) são elaborados com diferentes materiais, tais como: isopor, plástico, massa para *biscuit*, resina e caixas de vidro tipo aquário, entre outros.

### ***Animais invertebrados***

O acervo de invertebrados é resultado de atividades desenvolvidas nas disciplinas de Entomologia e Zoologia I e II do ICADS, de doações por pesquisadores de outras instituições e de coletas realizadas pelos estudantes e docentes vinculados ao Museu (autorização SISBIO 18970-2). As amostras de invertebrados são preparadas de diferentes formas, a depender das características do grupo taxonômico.

A conservação em via líquida é realizada através da utilização de frascos de vidro contendo líquido conservante (etanol 70%). Este procedimento é empregado para a manutenção de exemplares de poríferos, cnidários, anelídeos, moluscos, crustáceos, quelicerados, e larvas e pupas de insetos. Animais inteiros de médio e grande porte são previamente fixados em formalina e posteriormente transferidos para frascos com etanol 70%.

A conservação de conchas, ninhos e esqueletos é realizada em via seca, sendo acondicionados em caixas de vidro e placas de Petri, por exemplo. As conchas de moluscos são coletadas já separadas das partes moles do animal e, em seguida, são higienizadas com solução de hipoclorito de sódio, lavadas em água e secas à temperatura ambiente. Esqueletos de equinodermos são obtidos através da retirada manual das partes moles, limpeza com água e secagem em temperatura ambiente. Os insetos são montados em alfinete e armazenados em caixas entomológicas conforme as técnicas descritas em Almeida, Ribeiro-Costa e Marinoni (2012). Caixas de vidro tipo aquário, também são utilizadas para exposição de insetos e quelicerados secos, de forma a simular os microhabitats e hábitos apresentados por estes organismos.

### ***Animais vertebrados***

O acervo é coletado, preparado, acumulado e enriquecido progressivamente e paralelamente às atividades de ensino, pesquisa e extensão das disciplinas de Anatomia, Fisiologia e Zoologia do curso de Ciências Biológicas, bem como, através do recebimento de doações de animais silvestres, *post mortem*, oriundas de apreensões feitas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), de zoológicos, de particulares e de criadores registrados e regularizados pelo

órgão competente. Além das doações, o acervo configura-se por meio de capturas de cadáveres de animais e/ou partes, encontrados mortos em rodovias da região (autORIZAÇÃO SISBIO 20733-1).

Todo o material recebido é identificado ao menor nível taxonômico possível e uma carta é preenchida informando o doador, o local e a situação onde o cadáver ou partes foram encontrados. As formas de preparação utilizadas nos cadáveres ou partes, citadas abaixo, seguem técnicas usuais de laboratórios de preparações anatómicas citadas por Rodrigues (1998) e Auricchio e Salomão (2002).

### **Osteotécnica**

Esta técnica é utilizada para a montagem de esqueletos ou para a coleção de ossos desarticulados.

Num primeiro momento retira-se o excesso de tecidos moles (pele, musculatura, fásia, ligamentos, vasos, nervos e órgãos) e desarticula-se o esqueleto em segmentos corporais. Em seguida, realiza-se a maceração por água (fria corrente ou água quente) e segue com a retirada da sobra de tecidos moles. Na etapa seguinte, clareamento, os segmentos ósseos são mergulhados em solução aquosa de amônia ou peróxido de hidrogênio 20 volumes, para depois serem expostos ao sol para a secagem. Numa última etapa, segue-se com a montagem do esqueleto, com o auxílio de furadeira, arames galvanizados, colas e resinas. Ressalta-se que se o objetivo final for ossos desarticulados, essa última etapa é eliminada.

### **Diafanização óssea**

Esta técnica é empregada para a coloração dos ossos ou de pontos de ossificação em fetos. Assim, em um feto, retiram-se todas as vísceras e o sistema nervoso; em seguida, fixa-se o mesmo em solução aquosa de formol a 10% e inicia-se a desidratação em uma série crescente de álcool etílico. Para a coloração, emerge-se o feto em uma solução de alizarina e azul de alcian.

### **Fixação e conservação de cadáveres e peças isoladas**

Para a fixação de cadáveres ou partes, soluções fixadoras (formol, álcool, glicerina) são injetadas por perfusão na musculatura, no parênquima ou em vasos previamente dissecados. Para a conservação, cadáveres/partes são imersos em cubas com líquido semelhante.

## **Parafinização**

Na parafinização os cadáveres ou partes são fixados (soluções fixadoras), desidratados com uma série crescente de álcool etílico e, em seguida, imersos em parafina líquida.

## **Injeção de resinas**

Esta técnica é utilizada em cadáveres ou partes, em que procura-se evidenciar vasos de diferentes calibres. Para tal, utiliza-se a repleção dos vasos através da injeção de resina colorida com pigmento específico. Após a fixação dos cadáveres ou órgãos em solução aquosa de formol a 10%, realiza-se a dissecação dos vasos através de materiais apropriados (pinças, bisturi, tesoura).

## **Injeção de vinilite**

Esta técnica é utilizada em órgãos e objetiva evidenciar vasos. Para tanto, utilizam-se a repleção dos vasos através da injeção de vinilite colorido com pigmento específico. Em seguida, os órgãos são imersos em uma solução aquosa de ácido sulfúrico e, finalmente, são lavados em água corrente.

## **Taxidermia pele cheia**

Esta técnica é utilizada para reproduzir uma representação tridimensional de um animal em exibição. A pele, as penas ou pelos, além de outras partes, são preservadas. Retiram-se as vísceras e, após, uma solução de bórax e alúmen de potássio é pincelada na face interna da pele. Na etapa seguinte, todo o animal é preenchido com algodão ou uma mistura de serragem e parafina. Continuando, uma solução aquosa de formol a 10% é perfundida nos membros, para depois promover o fechamento através de sutura.

## **Taxidermia de pele esticada**

Nesta técnica se preserva somente a pele do animal. Assim, após a retirada de todas as vísceras e ossos, a pele é esticada com o auxílio de tábua ou estacas e, em seguida, uma mistura de bórax com alúmen de potássio é pincelada.

Após a aplicação das técnicas supracitadas, as peças recebem uma etiqueta de identificação, são catalogadas e, por meio de relatório, informadas ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO).

## Setor da Flora

As plantas são coletadas na natureza, tratadas, herborizadas (prensagem, secagem e montagem), seguindo metodologia descrita em Mori *et. al.* (1989) e incorporadas à coleção científica do herbário da Universidade Federal da Bahia, onde é investigado o nome científico de cada espécie a fim de subsidiar a pesquisa sobre seus atributos biológicos e sociais (autorizações SISBIO 18520-1 e 21136-1). A identificação segue a classificação proposta por APG III (2009).

Após identificação, os espécimes são destinados ao Museu, de acordo com a sua importância para o cerrado e para as comunidades humanas da região oeste da Bahia. As plantas são escolhidas a partir de seu uso e manejo, endemismo, grau de ameaça e importância ecológica. São selecionadas também partes das plantas que representem a diversidade morfológica presente em suas folhas, flores e frutos. Todo material exposto no Museu passa por uma adequação da linguagem técnico científica para uma linguagem popular, a fim de viabilizar o maior acesso às informações apresentadas.

Como forma de apresentar os grandes grupos vegetais de plantas terrestres, foi elaborado um painel que mostra “briófitas”, “pteridófitas”, gimnospermas e angiospermas em uma sequência evolutiva.

Para estimular a interatividade entre os visitantes e os objetos expostos no setor flora, está em implantação “O cantinho dos sentidos”, que busca apresentar a diversidade de cheiros, formas e texturas de folhas, flores, frutos e sementes das plantas do cerrado. Esse espaço visa a atingir também pessoas com necessidades especiais.

A diversidade de formas de folhas e suas texturas serão apresentadas em um painel que proporcionará ao visitante a experiência de tocá-las. Os frutos e sementes serão apresentados em caixas abertas, também estimulando o contato visual e tátil. Já o sentido olfativo será estimulado através de flores do cerrado *in natura*, coletadas no dia de exposição.

## Exposição

As peças preparadas são expostas em prateleiras, mesas expositivas e/ou estantes, com a finalidade de serem observadas durante a visita. Além do material biológico, informações impressas também são disponibilizadas para garantir maior compreensão da importância da fauna e flora do cerrado. Para cada animal, são in-

formados o nome científico e popular, *habitat*, alguns hábitos, forma de alimentação, forma de reprodução e algumas curiosidades. As espécies vegetais têm seus frutos e sementes tratados e expostos com uma ficha descritiva que contém informações sobre seu nome popular, científico, morfologia e potencial de uso. Além disso, são apresentadas informações sobre o grau de ameaça, endemismo e distribuição geográfica.

A exposição conta com um microscópio e um estereoscópio (lupa) que permite ao visitante a visualização e o manuseio de partes das plantas e tecidos animais.

Pretende-se, futuramente, que os dados sobre o material exposto também sejam disponibilizados em uma *homepage* do Museu, através de textos e fotografias. Isso permitirá que estudantes da rede pública de ensino possam fazer consultas e que o público visitante possa antever as amostras e, assim, interagir de forma mais participativa quando visitam o acervo.

### Visitação

As visitas ao Museu são previamente agendadas e guiadas por monitores devidamente treinados para cada setor. Os monitores são estudantes do curso de Ciências Biológicas, voluntários ou bolsistas, que são acompanhados por docentes envolvidos no projeto. As visitas são de, no máximo, 30 alunos por vez. Até o presente momento, o Museu recebeu 462 visitantes de 12 instituições de ensino, bem como da população em geral.

### Impactos científicos e sociais

Além das atividades de extensão, no Museu também são desenvolvidas atividades de pesquisa. Estudantes do curso de graduação em Ciências Biológicas têm oportunidade de estudar as amostras do Museu para a realização de trabalhos na área de Zoologia, Anatomia Animal e Vegetal. Já foram gerados, no Museu, trabalhos de conclusão de curso, estágios de iniciação científica, estágios extracurriculares, trabalhos extensionistas e publicações de trabalhos em anais de congressos nacionais.

Quanto ao impacto social, o Museu dá oportunidade aos estudantes do Programa Permanecer para desenvolverem seus planos de trabalho e, assim, incentiva a permanência destes na Universidade. Além disso, os acadêmicos envolvidos no projeto são estimulados a ingressarem em cursos de pós-graduação ou na carreira docente nas escolas da região.

## Impactos na formação pessoal, profissional e cidadã dos estudantes envolvidos

A participação de estudantes de graduação neste projeto permite aos mesmos a aquisição de conhecimentos mais aprofundados, principalmente nas áreas de Anatomia, Fisiologia Animal, Zoologia e Botânica, através da realização de coleta de amostras, montagem, identificação e estudos dos diferentes táxons presentes no cerrado. Além dos conhecimentos pertinentes à sistemática dos grupos, os estudantes também podem compreender de forma mais clara as relações ecológicas e hábitos dos animais depositados na coleção.

Os graduandos, igualmente, têm a oportunidade de interagir com estudantes de outros níveis (fundamental e médio) durante as visitas ao acervo. Isto permite o desenvolvimento de habilidades para comunicação e interação com o público, bem como atua como um incentivo à carreira docente. Cabe ainda ressaltar, que o envolvimento dos estudantes de graduação também tem despertado o interesse em ingressar em cursos de pós-graduação, tendo em vista que a atividade diária de coleta, preparação e identificação de materiais leva à busca de novos conhecimentos e, conseqüentemente, também desperta o interesse pela pesquisa.

### Dificuldades encontradas

O ICADS é um *campus* em implantação e localizado distante de sua reitoria. Em decorrência disso, o Museu encontra dificuldades nos quesitos: espaço físico, fixação de profissionais, captação e utilização dos recursos financeiros.

### Referências

AGUIAR, L. M. S.; MACHADO, R. B.; MARINHO-FILHO, J. A diversidade biológica do cerrado. In: AGUIAR, L. M. S.; CAMARGO, A. J. A. *Cerrado: ecologia e caracterização*. Planaltina/DF: Embrapa Cerrados, 2004. 249p.

ALMEIDA, L. M.; RIBEIRO-COSTA, C. S.; MARINONI, L. Coleta, montagem, preservação e métodos para estudo. In: RAFAEL, J. A. et al. (Ed.). *Insetos do Brasil*. Ribeirão Preto: Holos Editora, 2012. p. 176-190.

ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP III (APG III). An update of the angiosperm phylogeny group classification for the orders and families of flowering plants. *Botanical Journal of the Linnean Society*, v. 161, p. 105-121, 2009.

- AURICCHIO, P.; SALOMÃO, M. G. *Técnicas de coleta e preparação de vertebrados para fins científicos e didáticos*. São Paulo: Arujá: Instituto Pau Brasil de História, 2002. 348p.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Programa Nacional de Conservação e uso sustentável do Bioma Cerrado*. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/201/\\_arquivos/programa\\_cerrado\\_sustentvel\\_201.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/programa_cerrado_sustentvel_201.pdf)>. Acesso em: 09 set. 2013.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cerrado e Pantanal: áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade*. Brasília, 2007. 540p. (Série Biodiversidade 17).
- DIAS, I.; MORAIS, H.C de (Org.). Invertebrados do Cerrado e Pantanal – diversidade e conservação. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Cerrado e Pantanal: áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade*. Brasília, 2007. p. 141-147.
- GIULIETTI, A. M. et al. Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 52-61, 2005.
- KLINK, C. A. et al. (Org.). *Os sites e o Programa Brasileiro de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração*. Porto Alegre: Fundação da Universidade do Rio Grande do Sul; 2002. v.1, p. 51-68.
- KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A Conservação do cerrado brasileiro. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, 2005.
- LEWINSOHN, T. M.; PRADO, P. I. *Biodiversidade brasileira: síntese do estado atual do conhecimento*. São Paulo: Contexto, 2002. 176p.
- MORI, S. A. et al. *Manual de manejo do herbário fanerogâmico*. Ilhéus: CEPEC/CEPLAC, 1989.104 p.
- RODRIGUES, H. *Técnicas anatômicas*. Vitória: Arte Visual, 1998. 222 p.

## ANEXOS

Fotografias mostrando parte da coleção e uma visitação ao Museu Ciências do Cerrado Nordestino





# Que Cidade é Essa?

*Márcio Correia Campos e Any Brito Leal Ivo*

## Apresentação

O *workshop* “Que Cidade é Essa?” surgiu como um dos eventos comemorativos dos 50 anos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 2009. Por iniciativa da professora Solange Araújo, diretora da Faculdade na época, foi organizada uma série de atividades especialmente programadas para a primeira semana de outubro, dentre elas o *workshop*, que reuniu um grupo de professores recém-ingressos na instituição. A proposta apresentada previa uma semana intensiva de trabalhos, com equipes coordenadas por professores e compostas por estudantes de todos os anos do curso de graduação, cujos trabalhos corresponderem à elaboração de propostas heterodoxas para específicos problemas urbanos de Salvador.

Como naquele momento a cidade iniciava um debate de maneira mais intensa sobre as consequências para o seu espaço, decorrentes das grandes alterações aprovadas em seu Plano Diretor no ano anterior (Lei nº 7.400/2008), debate este que tomou enormes proporções nos últimos tempos em todo o país (como testemunham as demonstrações de junho de 2013, ligadas às péssimas condições de vida nas cidades), foram selecionados três temas que deveriam guiar as propostas, fomentando a análise crítica sobre as condições de habitabilidade em Salvador sem que lhes viessem a constituir uma rígida limitação: densidade, mobilidade e sustentabilidade.

Naquela que foi a primeira edição da atividade de extensão, cada uma das nove equipes – formadas por estudantes de diferentes anos do curso, o que garantiu uma rica troca de experiência entre eles – elaborou, sob a supervisão de um professor, alternativas para uma determinada região da cidade, tendo sido escolhidas áreas de Itapuã a Plataforma. A expectativa, amplamente satisfeita pelo conjunto dos trabalhos, abraçava o desenho de soluções específicas para os problemas advindos da conjunção dos fatores alta densidade populacional, precária rede de transportes e crescente degradação do ambiente urbano, através de propostas críticas em relação à realidade de Salvador, com soluções criativas visando a melhoria da vida do cidadão da cidade.

Ao fim da semana, os trabalhos foram apresentados a um júri, na forma de um concurso de ideias, à semelhança da atuação profissional, que classificou três premiados e concedeu menção honrosa a uma equipe. O produto desta primeira edição foi divulgado então através da imprensa local à ampla comunidade da cidade. Estava aberta uma possibilidade distinta de interação da universidade com a sociedade, que viria a ser qualificada mais adiante.

Devido ao grande sucesso entre os mais de 70 estudantes participantes, especialmente pelo dinamismo experimentado pela experiência didática, a equipe coordenadora decidiu dar continuidade à atividade de extensão, conferindo-lhe uma periodicidade anual ligada à comemoração pela data de fundação da Faculdade de Arquitetura. Desta maneira, aconteceu, em outubro de 2010, a segunda edição do *workshop*, com algumas modificações em sua forma de realização.

Mantendo o formato de uma semana de trabalho intensivo, agrupando os estudantes em equipes com aproximadamente dez membros cada, duas importantes mudanças foram introduzidas: em vez de as equipes contarem com um professor como orientador, elas passaram a ter mais autonomia, com o conjunto dos professores orientando alternadamente todas as equipes; e, em vez de serem estudadas diversas áreas da cidade, foi escolhida a região da avenida Vasco da Gama como lugar para tratar do tema então previamente escolhido – a conectividade entre o fundo de vale e as cumeadas dos bairros em Salvador.

O ponto de partida para a análise do local e desenvolvimento das propostas foi o reconhecimento de que a associação entre topografia, estrutura fundiária (tanto a oficial como a decorrente da atividade de autoconstrução), persistência de modelos históricos e uma aplicação limitada e empobrecedora do que havia sido previsto

pelos planos urbanos, fez surgir na cidade de Salvador uma configuração espacial que não privilegia uma alta conectividade entre as cumeadas e os fundos de vale, favorecendo por fim a estratificação e segmentação territoriais.

Com a eleição de uma única área de trabalho, a visita para conhecimento da área na tarde do primeiro dia da semana contou com a participação de todos os inscritos que, uma vez no local, realizaram percursos em grupos conduzidos por professores. Pela manhã, dois especialistas em tráfego em suas distintas modalidades, Moisés Ataíde de Brito e Carlos Querino, haviam feito uma detalhada introdução ao tema, caracterizando tanto o perfil de locomoção dos moradores, como as ideias que estavam sendo debatidas naquele momento nos órgãos municipais.

Os dois técnicos participaram também, no último dia da atividade de extensão, como membros do júri, que mais uma vez escolheu três premiados e uma menção honrosa entre os trabalhos apresentados. Com um total de mais de 120 estudantes, o *workshop* se consolidava no calendário acadêmico da Faculdade.

Além da semana de elaboração das propostas, o segundo *workshop* trouxe mais uma inovação após a sua conclusão, que viria a determinar um novo perfil para as edições posteriores. Uma vez que as equipes trabalharam com a área da Vasco da Gama durante a semana de trabalhos, foram feitos contatos com a Fundação Pierre Verger, com sede no bairro, para a realização de uma exposição dos trabalhos, o que veio a acontecer em março de 2011. Na abertura da exposição, quando foram entregues os prêmios às equipes, a presença de moradores possibilitou uma franca troca de experiências e pontos de vistas sobre os problemas e soluções levantados pelos trabalhos. Tornou-se evidente a partir daquele momento que um novo caminho se abria para o *workshop*: o de estabelecer um contato mais imediato e direto com o público-alvo.

## Consolidação de uma metodologia de trabalho

A experiência do segundo *workshop* tornou evidente o quanto era possível mudar a estruturação da atividade de extensão, iniciando o processo de preparação da atividade através de um contato prévio com moradores e/ou usuários de uma determinada área da cidade e, a partir deste contato, levantar as demandas para a elaboração do programa de necessidades a ser tratado na elaboração das propostas de forma participativa e, desta maneira, legitimada pelo usuário imediato.

Frente a uma imensa demanda por projetos urbanos na cidade que efetivamente atendam os anseios dos cidadãos, o novo desafio era como articular com um ou mais grupos específicos a fim de garantir tanto a possibilidade de uma efetiva colaboração da universidade com a comunidade na forma de projetos, como um aprofundamento na formação dos estudantes envolvidos.

Assumindo o novo desafio, passou a ser prioritária a elaboração de uma nova estratégia para o estabelecimento de contatos e para a avaliação de potenciais, envolvendo uma série de variáveis, como disponibilidade de tempo para as comunidades e seus representantes, grau de articulação interna, modalidades de interlocução, correlação de agendas, articulações com os órgãos oficiais da área de Urbanismo e Arquitetura e a localização e logística de transporte.

Neste processo, o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), que assessora comunidades no Estado da Bahia há várias décadas, tornou-se um parceiro de grande importância. Através desta parceria, foi possível, com detalhes, elaborar uma construtiva aproximação com comunidades e articular o tema geral estabelecido para o ano de 2011, “Criando Territórios”, pensado para ser tratado do ponto de vista geográfico, antropológico, urbano e arquitetônico; o convite à ação de projeto então era o de articular a ideia da criação de territórios como estratégia para enfrentamento dos problemas específicos da ocupação do espaço.

Nos meses que antecederam a semana de projetos na Faculdade de Arquitetura, aconteceu uma aproximação com diferentes comunidades, mediada pelo CEAS, o que possibilitou o afinamento da escolha do local de intervenção. Paralelamente, três conferências, sob responsabilidade dos professores Ceila Cardoso, Fábio Velame e Maurício Chagas, ofereceram uma ampla exposição teórica da temática. A professora Ceila Cardoso apresentou a palestra “A vanguarda do pós-guerra e os territórios dos novos nômades”, um panorama sobre as interpretações vanguardistas dos anos 1960 sobre os nômades da sociedade de informação, comparadas a experiências singulares de modos de ocupação para habitação no Vietnã. O professor Fábio Velame falou sobre a relação entre território, cultura, coletividade e tempo, sobre as práticas culturais como construção de territórios na palestra “Territórios tradicionais: identidades culturais em trânsito”. Já o professor Maurício Chagas tratou, em “Cidade do Salvador: territórios fabricados”, das áreas da cidade de Salvador que surgiram a partir da conquista de solo sobre o mar em distintos momentos históricos: o Comércio, Alagados e a Marina.

Outra inovação foi a participação de estudantes de outras instituições (como o curso de Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia – UNEB) e de outros cursos da UFBA que, unidos aos estudantes de Arquitetura e Urbanismo, entre 7 e 15 de outubro, compuseram as equipes e trabalharam na elaboração de propostas para duas comunidades de sem-teto no subúrbio da cidade: a da Fábrica Toster, na avenida Suburbana e a de Paraíso, próximo ao Hospital do Subúrbio.

A fala de abertura, no dia 7 de outubro, ficou a cargo das representações das comunidades, que expuseram detalhadamente a história e as condições gerais do processo de ocupação e de habitação. No dia seguinte, no sábado, graças à colaboração da Pró-Reitoria de Extensão, que conseguiu viabilizar o transporte dos quase 200 inscritos, os estudantes visitaram as áreas, contando com moradores como guias. Assim, com uma qualificada experiência, as equipes trabalharam durante toda a semana, com perspectivas de ação completamente novas. O território como base para habitação e sua qualificação mais ampla, especialmente sensibilizada através das questões ambientais nas duas áreas em questão, tornou-se o eixo de desenvolvimento dos trabalhos.

Na apresentação, as inovações trazidas pelas parcerias com o CEAS e com a UNEB conferiram uma configuração ampliada e distinta do júri: além da participação de representantes das duas comunidades, ele contou também com professores das duas Universidades e representantes dos órgãos de planejamento e habitação do Estado. Como duas áreas distintas foram tratadas, houve uma premiação separada para cada área de trabalho após a exposição de todas as equipes, que contou com a presença de vários moradores na plateia.

A articulação entre as Universidades, o CEAS e as comunidades, além dos órgãos do governo do Estado presentes na apresentação dos trabalhos, permitiu às comunidades, naquele momento negociando em prol de uma solução que as retirasse das condições extremamente precárias de moradia, ter em mãos o conjunto de projetos desenvolvidos pelos estudantes, possibilitando um fortalecimento de sua posição.

Os notáveis avanços que foram percebidos com as inovações introduzidas no ano de 2011 foram incorporados à quarta edição do *workshop*, no ano de 2012. A parceria com o CEAS foi renovada e, a partir da temática geral definida ainda em 2011, foram iniciados, em março, os trabalhos de preparação para o evento, mais uma vez planejado para ocorrer no mês de outubro, mas que, em função da greve que atingiu

os três setores da Universidade a partir de maio de 2012, foi transferido para o mês de novembro.

“Esqueletos Urbanos” foi o tema geral definido para a edição de 2012, tendo como área de estudo o Centro Antigo de Salvador. Imaginar novos usos para edifícios abandonados tinha um pano de fundo bem preciso: a relação entre a moderada redução da taxa de déficit habitacional e o crescimento explosivo do número de imóveis abandonados na cidade, entendida como um dos últimos sintomas do processo de gestão urbana favorecedora da especulação imobiliária, reforçando os mecanismos excludentes da cidade. As consequências deste processo para o centro da cidade avançam sobre outras dimensões da vida urbana: esvaziamento social e perda de patrimônio.

O Centro Antigo de Salvador e seus arredores foram escolhidos tendo em vista o crescente número de imóveis abandonados em um contexto de valor arquitetônico reconhecido. Coube ao CEAS a articulação com diversas associações de moradores da área de estudo, como a Associação dos Moradores e Amigos do Centro Histórico (AMACH), Movimento dos Moradores de Rua, Projeto Força Feminina, Comissão de Resistência do Centro Histórico, Associação Alzira do Conforto e Associação de Moradores do Centro e Adjacências de Nazaré. Como novidade, o *workshop* trouxe para as equipes estudantes do curso de Serviço Social da UFBA, gerando uma troca interessante de perspectivas sobre os problemas sociais e espaciais da área, em uma integração que mais uma vez se mostrou extremamente frutífera. Durante a semana de trabalhos, em convênio com a Secretaria Municipal do Trabalho (SETAD), o *workshop* conseguiu a instalação de uma “central de atendimento”, onde moradores tiveram a chance de acessar uma série de serviços da Prefeitura.

No dia 26 de novembro foram encerradas as atividades, novamente com a apresentação dos trabalhos das 17 equipes, desta vez na sede da ONG Cipó, no Terreiro de Jesus, possibilitando que os moradores da área pudessem estar presentes. Representantes das associações dos moradores, do Governo do Estado, do CEAS e da Faculdade de Arquitetura compuseram o júri, que mais uma vez escolheu os premiados entre as propostas apresentadas. Finalmente, em maio de 2013, foi realizada na sede do Museu da Misericórdia, no centro da cidade, uma exposição com todos os trabalhos desenvolvidos, abrindo a recepção do produto da atividade de extensão para um público mais amplo.

## Impactos na formação pessoal, profissional e cidadã dos estudantes envolvidos

É possível localizar o impacto da participação no *workshop* sobre a formação dos estudantes em várias dimensões. A primeira delas situa-se dentro da própria estrutura curricular do curso de Arquitetura e Urbanismo: como as equipes do *workshop* são formadas agrupando estudantes de todos os anos do curso, a integração verticalizada de saberes é extremamente favorecida, levando a uma intensa troca de conhecimentos e experiências. Ao mesmo tempo, dentro da estrutura montada, os estudantes desenvolvem a capacidade de responder a questões complexas em um curtíssimo espaço de tempo, dividindo o trabalho com pessoas até então desconhecidas e enfrentando as diferenças, levando a um efetivo treinamento para a realização de concursos de projetos, algo extremamente importante dentro da prática profissional. Neste ambiente de trabalho, as capacidades individuais, a articulação entre as etapas e a cooperação para o resultado positivo da equipe são claramente postos à prova e os estudantes adquirem uma experiência que permite a avaliação objetiva do funcionamento dos parâmetros que determinam tais aspectos. Não se deve deixar de mencionar que, para a grande maioria dos estudantes, os moradores para os quais as propostas são elaboradas tornam-se seus primeiros projetos para “pessoas reais” como arquitetos em formação, o que implica em um esforço real e inédito para compreensão de demandas e comunicação de ideias entre as partes.

Enquanto estes aspectos da formação profissional e pessoal tornam-se mais perceptíveis graças às limitações estabelecidas pelo tipo de atividade, a contribuição para a formação cidadã assume uma posição de importância dentro das distintas funções que a atividade desempenha. Para boa parte dos estudantes, o *workshop* representa a primeira vez em que eles visitam um bairro habitado por população de renda baixa da cidade, conhecendo *in loco* e detalhadamente as características e dificuldades cotidianas relacionadas ao espaço, condições de moradia e ausência de infraestrutura. Tal experiência, algumas vezes, é acompanhada de um choque emocional, devido ao despreparo e desconhecimento profundo sobre os bairros que não fazem parte do cotidiano dos estudantes. Vencida a etapa do conhecimento da situação para a qual as propostas serão desenvolvidas, e diante do grau de extrema precariedade e ausência de perspectiva imediata de mudanças, com frequência há, entre os estudantes, o questionamento da razão de ser da atividade, a partir de uma perspectiva um

tanto pragmática. Interessante é constatar que esta reflexão com frequência leva à percepção, no momento seguinte, da importância desta experiência em longo prazo: sensibilizar futuros técnicos e gestores para as demandas de todas as camadas sociais, rompendo o estigma e abrindo a possibilidade de tratamento igualitário. A experiência duplamente qualificada – a da experiência do espaço e a do trabalho realizado para os moradores mais carentes – tem sido fundamental para a formação cidadã exatamente dentro do campo de atuação profissional.

Por fim, ganhos de outra natureza somam-se àqueles na formação do estudante como futuro profissional: maior integração entre o corpo docente e discente; conhecimento de professores que não necessariamente ministraram ou ministrarão disciplinas para esses estudantes; desenvolvimento de companheirismo e comprometimento na realização dos trabalhos; surgimento de novas lideranças; o estabelecimento de novos laços entre os estudantes, incluindo respeito e afeto, o que termina proporcionando mudanças nas relações pessoais dos envolvidos na atividade. Estes ganhos não mensuráveis são levados a outras atividades curriculares ou extracurriculares, importantes para a formação permanente das pessoas.

## Dificuldades ocorridas

A primeira e fundamental dificuldade é a ausência de meios financeiros para a realização da atividade: as quatro primeiras edições aqui relatadas foram possíveis graças à colaboração da direção da Faculdade com os custos de impressão e uso de equipamentos, à boa vontade e apoio por parte dos palestrantes e membros dos júris, ao apoio fundamental por parte da Pró-Reitoria de Extensão para a logística de transporte e ao empenho pessoal dos professores envolvidos. Até hoje não foi possível realizar uma publicação impressa com os trabalhos desenvolvidos ou uma exposição com autonomia para levar os resultados do *workshop* a um público mais amplo. Sem poder contar até aqui com apoio de pessoal, há certa sobrecarga de trabalho burocrático para a coordenação.

Na condição de evento comemorativo do aniversário da Faculdade de Arquitetura, o *workshop* vem se realizando ao redor da primeira semana de outubro, o que implica em uma primeira série de dificuldades: em se tratando de um período letivo e, como a carga horária é de 40 horas em uma semana, há uma inevitável superposição com as aulas das disciplinas cursadas pelos estudantes, o que, considerando o número de até 200 inscrições, implica em um impacto em muitas matérias em diversos



colegiados. Ainda que o esforço de comunicação seja feito e que haja boa vontade, torna-se muito difícil conseguir coordenar a realização do *workshop* com atividades de tantas disciplinas.

Por fim, há de ser vencido certo grau de ceticismo por parte das comunidades em relação à atividade de extensão em si: de acordo com o relato de várias lideranças, muitas vezes a experiência de contato com as atividades de pesquisa e extensão é concluída com uma assimetria em relação ao que é produzido, estando o lado das comunidades em prejuízo, o que vem a ser descrito como “uma situação de cobaia de experimentos”. A ruptura desse sentimento acaba por exigir grande tempo para articulação e construção de laços de confiança antes, durante e depois do evento propriamente dito.

## Benefícios e impactos na comunidade participante

Há até agora um surpreendente impacto, direto e indireto, do *workshop* nas comunidades participantes. Em primeiro lugar, as comunidades têm conseguido se posicionar de outra maneira nas negociações por qualidade de moradia e ambiente urbano frente aos órgãos de governo: munidos do conjunto de propostas desenvolvidas na atividade de extensão, pensadas a partir de suas demandas, os moradores passam a ter objetivamente argumento em defesa de seus interesses, e assim tornam-se mais capazes de enfrentar os discursos tecnocratas, muitas vezes elaborados sem considerar as consequências de decisões como expulsão ou deslocamento da população dos bairros pobres. Esta dimensão de qualificação para o diálogo já originou duas atividades complementares a partir da experiência do *workshop*: a participação da coordenação da atividade de extensão no curso promovido pelo CEAS para qualificação de lideranças de comunidades e um curso promovido por um grupo de professores da Faculdade de Arquitetura de qualificação básica para compreensão de desenho técnico para a população de baixa renda.

A experiência do *workshop* tem gerado outros produtos por iniciativa dos estudantes: alguns trabalhos finais de graduação terminaram por desenvolver projetos em resposta às demandas de grupos conhecidos durante a atividade de extensão, como o trabalho de Camila Sales, que desenvolveu um centro de capacitação na sétima etapa do Pelourinho, e André Luiz Silva, que elaborou o projeto de uma creche para atender preferencialmente as mulheres em situação de prostituição da Ladeira da Montanha –trabalhos derivados da quarta edição do *workshop*.

Outro impacto importante diz respeito à própria dinâmica interna das comunidades: a atividade de extensão foi capaz de reacender o movimento reivindicatório, trazendo estímulos para uma luta que é longa e exaustiva. A presença da Universidade nas comunidades é percebida como uma valorização e é capaz de dar novo ânimo ao esforço coletivo, muitas vezes, perdido diante da morosidade na solvência de suas urgências, à violência sofrida e ao esquecimento vivenciado. Neste sentido, o fato de o projeto de Arquitetura ser um meio e não um fim, ou seja, o fato de a Universidade, em vez de transferir um “produto acabado”, articular uma ferramenta de reivindicação acaba tendo implicações para a coletividade de ordem política que não diretamente estão relacionadas ao que é produzido pelos estudantes.

### Perspectivas futuras – outras utopias

Neste ano de 2013, trataremos do tema “Refazenda urbana”, avançando na concepção do desenho urbano como instrumental crítico da realidade: desastrosas condições ambientais e de habitabilidade de boa parte de sua área urbanizada levaram Salvador a um entrave, caracterizado por uma situação de caos urbano endêmico, formado pela verticalização e ocupação do solo descontroladas, aniquilação das áreas verdes, descaso e depreciação das áreas públicas e os gargalos viários, junto ao sistema público de transporte insuficiente. A repetição de determinados modelos de ocupação territorial, com altas taxas de densidade e baixíssimo investimento em infraestrutura, sem qualquer revisão crítica substancial, virtualmente esgotou o potencial de reversão ou melhoria: é preciso refazer o tecido urbano. O desafio posto aos estudantes é mais uma vez bastante amplo: que estratégias, conceitos e desenhos podem ser empregados se considerarmos a substituição da ordem espacial atual em determinados trechos da cidade por outra completamente distinta como enfrentamento destas questões, levando a um comprometimento com uma melhor qualidade de vida a todos? E, em 2014, tendo conseguido a aprovação no edital do Ministério da Educação, o *workshop* passará a ser um programa de extensão, ampliando seus campos de atuação: seu tema geral, acompanhando criticamente a cidade, tratará das relações entre a cidade e a infraestrutura de esporte nos bairros.

E, para além do propósito de permanecermos com o *workshop* como parte do calendário da Faculdade de Arquitetura, desejamos fortalecer e ampliar a interdisciplinaridade, fazendo parte do calendário de outros cursos. Mantém no horizonte a possibilidade real de, se não conseguirmos mudar as condições perversas e desiguais

do nosso mundo, que consigamos mudar as visões de mundo que carregamos. Lugar de perceber e experimentar o choque entre paradigmas teóricos e histórias de vidas reais, onde a urgência da sobrevivência atropela os métodos estudados, o *workshop* é um espaço aberto para os demais cursos, outras instituições e organizações da sociedade civil, um campo de reflexão e de projeção de alternativas para a cidade, ou seja, uma prática criativa, onde distintos saberes e conhecimentos são compartilhados e transformados em prol de uma concepção de cidade mais justa e democrática.



# Educação para a saúde no município de São Francisco do Conde: ações extensionistas da rede de estudos em ambiente e saúde (Recôncavo-saúde)

*Keina Maciele Campos Dourado, Darizy Flavia Silva Amorim de Vasconcelos,  
Tamires Cana Brasil Carneiro, Samuel Badaró Junqueira,  
Ana Tereza Cerqueira Lima, Norma Vilany Queiroz Carneiro,  
Ana Lúcia Moreno Amor, Paola Vieira da Silva Santos,  
Neuza Maria Alcântara Neves e Camila Alexandrina Figueiredo*

## Introdução

A extensão universitária é o processo interdisciplinar, educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, viabilizando a relação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade. (NOGUEIRA, 2000)

A universidade tem o compromisso de inserir-se em ações que promovam desenvolvimento social, e que conduzam à melhoria das condições de vida das populações. Portanto, a extensão deve ser parte indispensável da rotina universitária. No retorno à universidade, docentes e discentes encontram na sociedade, a oportunidade de trocar conhecimentos e experiências resultantes do confronto com a realidade brasileira e regional, favorecendo a visão do social de forma integrada.

As ações extensionistas se configuram importantes para a educação em saúde, na medida em que se integram à rede assistencial e podem servir de espaço diferen-

ciado para novas experiências voltadas à humanização, ao cuidado e à qualificação da atenção à saúde. Essas ações permitem novas abordagens educativas com várias possibilidades metodológicas de desenvolvimento da educação no setor da saúde. (FIRMINO, 2010)

A educação em saúde pode ser definida como um conjunto de saberes e práticas orientadas para a prevenção de doenças e promoção da saúde, e representa um recurso de socialização do conhecimento cientificamente produzido no campo da saúde, mediado por equipes interdisciplinares, visando melhorar processos desgastantes da qualidade de vida de uma comunidade e seus indivíduos e de promover hábitos e atitudes saudáveis em saúde. (GRIPPO; FRACOLLI, 2008)

No âmbito da saúde, uma atenção especial deve ser dada à saúde infantil, uma vez que o ciclo da criança compreende um período da vida do ser humano onde incidem diferentes riscos de adoecer e morrer, conforme o momento do seu processo de crescimento e desenvolvimento e a sua inserção social. De um modo geral, a vulnerabilidade da criança aos agravos de saúde é maior nos primeiros anos de vida, em função da imaturidade de alguns sistemas e órgãos (sistema imunológico, neurológico, motor e outros) que vão passar por intenso processo de crescimento.

Segundo Starfield (2002), a atenção básica voltada para a saúde da criança é desenvolvida através de um conjunto de ações práticas que, para sua implementação, requerem atitudes e habilidades, além de conhecimentos técnicos científicos.

Sendo assim, a rede de estudos em ambiente e saúde (Recôncavo-saúde) foi desenvolvida com a finalidade de contribuir para a melhoria da saúde da população do Recôncavo baiano através do desenvolvimento de projetos de pesquisa, subsidiando políticas públicas para melhoria da qualidade de vida de crianças matriculadas na rede pública de ensino do município de São Francisco do Conde. Este município guarda um grande patrimônio do Brasil colonial e se localiza em uma área na qual ainda se preserva reservas de Mata Atlântica e riquíssimos manguezais, contribuindo para a biodiversidade da região. São Francisco do Conde é guardião de uma diversidade cultural inestimável, legado da multiplicidade étnica da população. A principal fonte de economia da região é a extração, o refino e o processamento de petróleo, sendo que a exposição a estes processos (além de outras exposições ambientais) gera grande impacto na saúde da população.

Para haver a melhoria na saúde da população, foram desenvolvidas atividades educativas e práticas, tais como:

- Elaboração de cartilhas e *banners* educativos;
- Atividades lúdicas para melhor assimilação por parte das crianças: teatros de fantoches, maquetes, desenhos animados e representações teatrais;
- Palestras educativas sobre saúde e doença para os pais, cuidadores e professores, além de feiras em saúde, atividade esta que envolveu toda a população.

O objetivo geral deste projeto então foi realizar medidas extensionistas que visem contribuir para a melhoria da saúde da população, especialmente das crianças, de São Francisco do Conde.

## Metodologias utilizadas

O projeto foi desenvolvido no período de março a dezembro de 2011, com finalização de relatórios, artigos e resumos em 2012, totalizando uma carga horária de 300 horas. As ações extensionistas foram desenvolvidas em salas ou ambientes compartilhados de nove escolas da rede pública do município de São Francisco do Conde, Bahia.

O público-alvo dessa atividade foi de 1.500 crianças e adolescentes de seis a 14 anos de idade, matriculadas na rede pública do ensino fundamental de São Francisco do Conde, bem como seus familiares e professores. Fizeram parte da realização desse projeto uma equipe multidisciplinar composta de 37 pessoas, incluindo docentes, graduandos e pós-graduandos (dos cursos de Medicina Veterinária, Farmácia, Enfermagem, Biotecnologia, Odontologia, Biomedicina, Biologia e Nutrição), o que apresentou-se como um dos grandes trunfos deste projeto, proporcionando vivência com as diversas áreas da saúde.

O lúdico e o jogo possuem riqueza de conhecimentos, experiências e possibilidades reveladas no processo, na construção do aprender. (FARIAS, 2009) A educação lúdica é uma ação inerente à criança e aparece sempre como uma forma transicional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo. Educar ludicamente tem uma significação muito profunda e está presente em todos os segmentos da vida. (ALMEIDA, 1984)

Assim, as ações extensionistas foram realizadas através de minifeiras nas escolas do município. Na ocasião, foram confeccionadas cartilhas que tiveram linguagem acessível para profissionais e familiares, bem como preparação de palestras simples

para cada assunto, com os mesmos temas trabalhados nas feiras de saúde: parasitoses, alergias, anemias, hábitos nutricionais saudáveis, fitoterapia e saúde bucal. As palestras educativas envolveram, especialmente, os familiares e os professores com apresentação de material didático, divulgação de resultados e interação com a população. Além disso, foram criadas formas educativas, interativas e lúdicas para difusão do conhecimento para as crianças, como descritas resumidamente abaixo:

- Parasitoses – Demonstração prática dos parasitas intestinais mais prevalentes na região, com uso de microscópios e lupas, e palestras voltadas para a prevenção e controle das infecções parasitárias.
- Alergias – Visualização de ácaros através de lupas e palestras educativas sobre doenças alérgicas comuns na região (asma, rinite, dermatite), além de hábitos saudáveis para preveni-las.
- Anemias – Palestras educativas para cuidadores, educadores e pais das crianças envolvidas no projeto.
- Nutrição infantil – Representação teatral abordando hábitos nutricionais saudáveis, com exposição da pirâmide alimentar, que serviu como um guia para uma alimentação saudável.
- Saúde bucal – Apresentação de teatro de fantoches abordando os cuidados com a higiene e saúde bucal e utilização de pastilhas reveladoras de placa bacteriana para facilitar a visualização da placa pela criança e estimular a higiene bucal. Além disso, foi demonstrada a forma correta de escovação dos dentes.
- Fitoterapia – Exposição das principais plantas medicinais utilizadas pela população e demonstração das formas corretas de prepará-las e utilizá-las.

Para todos os temas foram elaborados *banners* educativos com linguagem simples. Ao término da feira, cada escola recebeu um conjunto de *banners* para afixação em seus murais.

A Prefeitura Municipal de São Francisco do Conde assistiu a nossa equipe no que foi preciso, especialmente na questão logística para a consecução do projeto.

## Resultados

Os resultados alcançados neste projeto de extensão sustentam o sucesso do trabalho. Houve integração entre as áreas do conhecimento, uma vez que envolveu



acadêmicos de diversos cursos desenvolvendo ações interdisciplinares. A atuação da equipe multidisciplinar foi decisiva para obter êxito neste projeto, proporcionando uma vivência enriquecedora entre as variadas profissões da área de saúde. Além desses aspectos, as feiras podem ser vistas como uma atividade realizada fora da Universidade, com intuito de aproximação dos acadêmicos com a realidade das comunidades envolvidas.

Foram geradas publicações científicas como, por exemplo, o resumo “Health education in the São Francisco do Conde – Bahia – Brazil: the experience of Recôncavo-Saúde network”, para o XVIII International Congress for Tropical Medicine and Malaria e XLVIII Congress of the Brazilian Society of Tropical Medicine, no Rio de Janeiro, Brasil, e o resumo “Ações educativas em saúde no município de São Francisco do Conde”, para o Seminário Multidisciplinar de Extensão Universitária: Fortalecendo elos para a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, através da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade do Estado da Bahia – Salvador, Bahia, Brasil.

Conseguimos realizar capacitação de recursos humanos por meio de palestras sobre o processo saúde-doença com os familiares, professores e diretores das escolas municipais.

Os alunos bolsistas e voluntários envolvidos na elaboração e execução das atividades extensionistas passaram por treinamentos e reuniões para melhor desempenho nas atividades realizadas, mantendo contato direto com professores das várias áreas das ações extensionistas, contribuindo assim para suas respectivas áreas de atuação profissional.

Tivemos difusão e divulgação da tecnologia/informação pesquisada por meio das palestras nas minifeiras nas nove escolas do município de São Francisco do Conde. As palestras educativas envolveram familiares e os professores, ocorrendo apresentações didáticas, integração e interação com a população.

Um dos resultados mais importantes foi o *feedback* positivo obtido por meio de agradecimentos tanto das crianças, quanto dos diretores e professores das escolas visitadas, mostrando que o projeto foi efetivo, no sentido da eficácia nas ações desenvolvidas. A assessoria da prefeitura, presente nas apresentações, mostrou-se interessada em novas parcerias para atividades futuras voltadas à promoção da saúde no município.

## Impactos do estudo

Os bons resultados, já descritos, do projeto desenvolvido em São Francisco do Conde foram inegáveis. Eles foram importantes tanto para a sociedade de maneira geral, pois proporcionaram a mesma oportunidade de conhecer mais sobre seu perfil de saúde, quanto para o crescimento científico e contribuição para a formação de todas as pessoas envolvidas.

No âmbito social, as feiras de saúde, nas quais foram realizadas palestras, proporcionaram o acesso à informação pela população participante que se tornou ciente da importância dos temas apresentados. Acreditamos que estas ações serão propagadas para toda a população de São Francisco do Conde sendo exemplo de ação educativa com êxito na promoção da saúde.

Estão entre os impactos alcançados no âmbito científico, a observação do perfil de saúde-doença da população de São Francisco do Conde e, por meio desta, a contribuição para o nosso crescimento científico e experiências em ações extensionistas. Os resultados deste trabalho foram também levados para a comunidade científica nacional e internacional, colaborando para que outras pessoas possam realizar, pelo mundo, trabalhos semelhantes a este e, desta forma, ajudar outras populações.

O aprendizado também pôde ser adquirido por meio do trabalho multidisciplinar com executores de várias áreas relacionadas à saúde, sendo estes trabalhos extensionistas de suma importância para as universidades.

Segundo Roche apud Campelo (2006), impacto consiste na relação de resultados alcançados e efeitos produzidos com a mudança na vida das pessoas. É avaliado ao se analisar até onde os resultados de uma intervenção conduziram a mudanças, seja na vida daqueles que se pretendia beneficiar, seja na vida de outros que não estavam envolvidos no programa.

Refletindo sobre a definição acima, nós acreditamos que os resultados alcançados neste trabalho servirão para nortear novas políticas públicas de saúde e de educação para o município de São Francisco do Conde. Dessa forma, mudando não só a vida da população estudada e que participou diretamente do projeto, mas da população de maneira geral.

## Conclusão

Os programas de extensão universitária desvelam a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade, consolidando-se através da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população.

Contudo, a proposta visou implementar atividades extensionistas vinculadas ao projeto de pesquisa da Rede Recôncavo-saúde, sendo de suma importância não apenas por ter permitido um retorno à população sobre os dados coletados e as conclusões das pesquisas mas, especialmente, por ter permitido mediações complexas, que configuraram a construção de um projeto societário, verdadeiramente emancipador e modificador de pensamento, utilizando como alvos principais crianças que são verdadeiros agentes multiplicadores e transformadores

Ao considerar esta experiência, compreendemos que as ações extensionistas constituem efetivamente uma estratégia para desenvolvimento de atividades educativas para promoção da saúde, capazes de envolver as pessoas de modo crítico e participativo. Como foi observado, não basta ter público para palestras, é preciso ter envolvimento coletivo para que a prevenção e o cuidado não sejam apenas atribuições de poucos profissionais, mas sim responsabilidades compartilhadas com a população em geral.

## Referências

- ALMEIDA, P. N. *Dinâmica lúdica: técnicas e jogos pedagógicos*. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1984.
- CAMPÊLO, A. F. A. *Avaliação de programas sociais em ONGS: discutindo aspectos conceituais e levantando algumas orientações metodológicas sobre avaliação de impacto*. Pernambuco: [s.n.], 2006.
- FARIAS, K. S. G. O lúdico como instrumento de subsídio para o aprendizado. *Cadernos IAT*, Salvador, v. 2, p. 4-9, 2009. ISSN 1982-8500,
- FIRMINO R. et al. Educação popular e promoção da saúde do idoso: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária com grupos de idosos em João pessoa-PB. *Rev. APS*, Juiz de Fora, v. 13, n. 4, p. 523-530, 2010.

GRIPPO LMVS; FRACOLLI L.A. Avaliação de uma cartilha educativa de promoção ao cuidado da criança a partir da percepção da família sobre temas de saúde e cidadania. *Rev Esc. Enferm.* v. 42, n. 3, p. 430-6, 2008.

NOGUEIRA, M. das D. P. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. In: NOGUEIRA, M. das D. P. (Org.). *Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas*. Belo Horizonte: PROEXT/UFMG, 2000. p. 11-18.

STARFIELD B. *Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: UESCO, 2002

# A interface entre a pesquisa e a extensão no projeto permanente “AIDS: educar para desmitificar”

*Maria Thereza Ávila Dantas Coelho, Vanessa Prado dos Santos  
e Gleice Kelly Santos Almeida*

## Introdução

O papel acadêmico de produção e disseminação de conhecimento implica a participação ativa da sociedade nesse processo, levando em consideração a intrínseca relação entre Universidade-pesquisa-extensão, firmada, desde 1988, na Constituição Brasileira. A nossa carta magna exerce uma função fortificadora dessa ideia, no sentido de interligar a universidade, inclusive, a espaços que existem fora dela, obedecendo ao princípio da indissociabilidade entre os três eixos já citados. O artigo 207 dessa Constituição dispõe que:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 1988)

Essa mesma compreensão tem embasado as discussões realizadas no âmbito do Fórum de Pró-Reitores de Extensão, como pode ser visto no fragmento abaixo:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. (FORPROEX, 2001)

Nesse contexto, busca-se, então, a conquista de uma Nova Universidade, pautada numa lógica de transmissão de conhecimento mais horizontal e ampliada em seus propósitos. Nesse sentido, as atividades passam a ter o objetivo de alcançar a realidade por meio de ações no âmbito acadêmico, que possibilitem o diálogo e a troca de saberes entre os envolvidos no processo.

O surgimento dessa proposição está ligado às críticas relacionadas à forma pela qual ocorria a transmissão do conhecimento antes, bem como ao pouco impacto produzido pelo velho modo de difusão na visão de mundo daqueles que recebiam o conhecimento. Em outras palavras, buscou-se ultrapassar uma prática pedagógica verticalizada. (SERRANO, 2011) Tal metodologia, além de utilizar uma forma autoritária e desmedidamente restrita de transmissão, negava o sujeito participante do processo, ao desconhecer a sua realidade, suas práxis e sua cultura.

Na direção dessa compreensão sobre a indissociabilidade dos eixos fundamentais da universidade, foi criada a atividade de extensão “AIDS: educar para desmitificar”, associada ao projeto de pesquisa intitulado “Percepções e experiências ligadas a AIDS”. Através dessa atividade de extensão, é dada uma resposta à comunidade participante da pesquisa, através de uma discussão processual sobre o que foi objeto de investigação. Esse retorno dado a esses participantes possibilita o aprofundamento dos dados coletados e a realização de novos estudos, retroalimentando o ciclo ensino-pesquisa-extensão. A proposta do trabalho é, então, abrir um espaço de diálogo sobre o HIV/AIDS, incluindo nele os resultados de pesquisas sobre o tema, dentre os quais o estudo realizado com a própria comunidade participante. Nesse contexto, analisa-se a percepção e o grau de conhecimento dos participantes sobre o assunto, bem como suas práticas de prevenção e promoção da saúde, relacionadas ao HIV/AIDS. A partir de tal trabalho, é possível conhecer melhor quais as dúvidas da sociedade a respeito do contágio e prevenção do HIV/AIDS, quais os principais pontos a serem esclarecidos sobre a transmissão, em torno de que aspectos surge o preconceito e quais as práticas adotadas pela comunidade para lidar com o tema e com os fenômenos a ele ligados. Ao retornar às pessoas com o resultado das pesquisas, é pos-

sível orientar melhor as discussões, tornando-as mais produtivas e objetivas, focando nas dúvidas e pontos polêmicos encontrados.

## Metodologia

A atividade de extensão “AIDS: educar para desmitificar” vem sendo desenvolvida com estudantes de ensino superior e médio, já tendo sido também realizada com detentos de unidades prisionais desta capital, através de uma atividade denominada hoje por Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS). Inicialmente, a atividade de extensão era organizada em três momentos. No primeiro, aplicávamos um questionário do Ministério da Saúde de avaliação do conhecimento sobre o HIV/AIDS e de investigação sobre o comportamento sexual e, posteriormente, fazíamos um apanhado geral a respeito dos aspectos biológicos da doença e das formas de prevenção. No segundo, discorriamos sobre as formas pelas quais a sociedade foi percebendo a epidemia da AIDS e os estigmas e preconceitos criados em torno dessa síndrome. No terceiro e último, fazíamos uma análise, a partir de recortes de filmes, de como o cinema ratificou o discurso científico em um dado momento e tornou-o senso comum, destacando a capacidade dessa arte em gerar ou quebrar preconceitos.

Criamos um espaço de interlocução bastante rico, uma vez que, mesmo entre os acadêmicos, muitas dúvidas ainda persistem sobre questões básicas da síndrome e dos seus mecanismos de transmissão. Além disso, a utilização de filmes enriquece bastante a discussão a respeito das questões socioculturais às quais a AIDS está atrelada. Atualmente, muitos têm participado da atividade de forma continuada, de modo que os três momentos previstos, inicialmente, se prolongaram e se entrelaçaram. Tem sido possível construir um longo debate a respeito dos direitos dos portadores do vírus, bem como sobre as formas como o preconceito continua a existir, principalmente relacionando o vírus a determinados grupos sociais. Dialogamos sobre o nosso papel como agentes responsáveis em combater e lidar com essa epidemia, na luta pela qualidade de vida daqueles que desenvolveram a síndrome. O estudo que descreveremos a seguir faz parte deste projeto de extensão e do projeto de pesquisa “Percepções e experiências ligadas a AIDS”. Dentre outros objetivos, ambos os projetos buscam conhecer e debater questões relacionadas ao HIV/AIDS, à prevenção de doenças e à promoção da saúde entre jovens estudantes.

## Resultados

Os dados que passaremos a apresentar agora são um recorte do que foi investigado em 2012 junto a 182 alunos do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, da Universidade Federal da Bahia. Esses alunos, após assinarem um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, responderam de forma anônima a um questionário desenvolvido pelo Ministério da Saúde, que visa avaliar programas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS. (BRASIL, 2012) Esse questionário contém dados demográficos (idade, sexo, estado civil) e 50 questões relacionadas aos conhecimentos e percepções acerca do HIV/AIDS. Os dados das respostas (tipo sim/não) foram tabelados em planilha do Microsoft Excel® para gerar as frequências das respostas dos alunos. Também foram realizadas discussões em grupo sobre o tema com alguns desses estudantes. Continuamente, nota-se que a exposição dos dados obtidos na pesquisa motiva os graduandos ao debate, pois eles percebem que, na própria comunidade universitária, ainda há dúvidas e polêmicas acerca do tema.

A média de idade dos 182 estudantes que responderam ao questionário foi de 24 anos, sendo que, quanto ao estado civil, 90% deles se declararam solteiros, 9% casados e 1% divorciado. Quanto à orientação sexual, 92% se declararam heterossexuais, 4% homossexuais e 4% bissexuais. Cinquenta e três por cento dos alunos haviam cursado o ensino médio em instituição pública.

A grande maioria dos estudantes respondeu afirmativamente e de forma correta que as formas de transmissão do vírus HIV/AIDS são o sexo sem preservativo (96%), gravidez e parto (95%), sangue contaminado (98%) e seringas e agulhas contaminadas (95%). No entanto, o percentual de conhecimento foi menor em relação à transmissão através do leite materno, em que apenas 62% responderam que o bebê pode “pegar AIDS” dessa forma. Os graduandos também afirmaram corretamente que o vírus/síndrome não é transmitido(a) através de talheres, pratos e copos (95%), uso do banheiro (91%), brincadeiras com crianças soropositivas (97%), beijo na boca (75%) e picadas de insetos (83%), estas duas últimas respostas com menor percentual de acertos.

Quanto às formas de proteção, os estudantes responderam corretamente que as práticas que conferem proteção contra o vírus/síndrome são o uso de preservativo/camisinha (95%); a não reutilização de seringas ou agulhas (93%), o tratamento da mãe soropositiva (75%) e a não amamentação do bebê pela mãe soropositiva (64%).



As práticas que, para eles, não se constituem em formas de prevenção foram a atividade sexual com alguém de boa aparência (95%) e o uso de anticoncepcional (95%). Noventa e nove por cento dos bacharelados responderam que é um direito da mulher solicitar ao parceiro que use preservativo (camisinha). Perguntados sobre se já haviam feito o teste sorológico para pesquisa do HIV, apenas 42% dos estudantes responderam que sim e 84% responderam que pretendiam fazê-lo no futuro.

Na pesquisa abordamos também questões referentes ao preconceito. Poucos estudantes (6%) responderam que se incomodariam se o filho estudasse com uma criança soropositiva, e 7% dos alunos se incomodariam que a casa vizinha fosse uma casa para pessoas portadoras do vírus.

## Discussão

A análise dos dados da pesquisa evidenciou que a grande maioria dos estudantes tem conhecimento das formas de contágio e das práticas que podem prevenir a contaminação pelo vírus HIV/AIDS. Houve um pequeno número de respostas incorretas em relação ao contágio sexual, mas esse número subiu consideravelmente quando se tratou da contaminação vertical, principalmente através do leite materno, com cerca de 40% de respostas incorretas. Esse dado preocupa, pois os jovens universitários podem incorrer em erros na aplicação do conhecimento e na prestação de uma informação correta sobre a transmissão vertical, para parcelas da população com menor acesso à informação e aos cuidados de saúde. A literatura mostrou que as mulheres não têm o hábito de utilizar o preservativo (camisinha) nas relações sexuais, principalmente as que mantêm um relacionamento estável e duradouro. Mesmo estando cientes da importância do seu uso, elas deixam de lado esse tipo de método preventivo, em prol de um casamento onde supostamente há fidelidade e confiança no parceiro. (MAIA; GUILHEM; FREITAS, 2008)

A valorização das estruturas sociais e culturais vigentes leva as mulheres a não pensarem na prevenção de doenças, mesmo conscientes do seu direito de solicitar que o parceiro use preservativo, alegando afetividade, confiança e segurança, em detrimento dos cuidados com a saúde. Analisando o novo contexto da feminização e heterogeneização da epidemia, alguns autores como Vermelho, Barbosa e Nogueira (1999) e Maia, Guilhem e Freitas (2008) afirmaram em seus estudos que o uso do preservativo masculino ainda é sinônimo de falta de confiança no parceiro e que o

papel de negociação, por parte das mulheres, do seu uso significa uma acusação ao parceiro de infidelidade.

Apesar do elevado número de respostas corretas vê-se, nesta pesquisa, que ainda existe dúvida por parte dos graduandos no que diz respeito a não contaminação através do beijo na boca, do uso do banheiro ou de picadas de insetos, o que mostra que precisamos ampliar os espaços para debate das questões relacionadas à AIDS e às doenças sexualmente transmissíveis em geral, em todos os níveis educacionais, desde o ensino médio até a universidade, e em todos os espaços da sociedade contemporânea. Através da pesquisa, percebemos a importância de ampliarmos o debate dessas questões nas atividades de extensão.

A respeito da transmissão vertical e principalmente do aleitamento materno, verificamos que ainda é necessário difundir a informação dessa forma de contágio, pois muitos não sabem que a mulher soropositiva não deve amamentar. Essa desinformação, aliada às dificuldades socioeconômicas da nossa população e às frequentes campanhas em prol do aleitamento materno, pode contribuir para as dúvidas a respeito dessa forma de transmissão do vírus e para a contaminação. A informação sobre a transmissão vertical, ou seja, aquela que se dá da mãe infectada para seu filho, durante a gestação, parto ou aleitamento (BRITO; CASTILHO; SZWARCOWALD, 2001) precisa ser melhor divulgada entre os jovens e na sociedade como um todo.

É importante lembrar que nos encontramos na chamada terceira fase da epidemia da AIDS no Brasil, que se iniciou no começo dos anos 1990 e inseriu, no panorama dessa epidemia, um destaque para o predomínio da transmissão através da atividade sexual heterossexual e da transmissão vertical entre mães e bebês. (SANTOS et al., 2009) Se, após a descoberta e propagação da AIDS, houve uma grande mobilização da comunidade científica, no sentido de realizar estudos acerca das principais características da doença (ZANCAN, 1999), agora os holofotes dessa comunidade se dirigem também para a necessidade de se estudar as ideias, hábitos e comportamentos dos integrantes das diversas populações. Nos grupos de diálogo acerca do tema com os estudantes, percebemos que muitos deles não tinham conhecimento sobre o que é a transmissão vertical, nem como é possível realizar sua prevenção. Alguns autores discutem que muitas mulheres desconsideram o fato de que podem estar expostas ao risco do HIV/AIDS. A maioria das vezes, por serem casadas e saudáveis, mantém a ideia de que o relacionamento estável protege ou imuniza. (GIACOMO-

ZZI; CAMARGO, 2004) Essas questões aqui discutidas podem estar implicadas no aumento do número de casos entre mulheres e crianças.

O Ministério da Saúde tem como meta a redução da transmissão vertical para menos de 2% em todo país, até 2015 (BRASIL, 2011), sendo importante o diagnóstico precoce e o tratamento da gestante para a diminuição de tal transmissão. O teste laboratorial para detecção de anticorpos anti-HIV deve ser parte dos exames solicitados no início do pré-natal, possibilitando o aconselhamento e tratamento da gestante.

A nossa análise demonstrou que poucos jovens já haviam feito o teste sorológico para o HIV. No grupo de diálogo sobre o HIV/AIDS com os alunos, muitos deles não haviam realizado o exame sorológico. Outro aspecto percebido no grupo de diálogo com os bacharelados foi a falta de informação acerca dos locais de atendimento e dos laboratórios que realizam o teste para o HIV/AIDS. Possivelmente, poucos jovens se veem em situação de risco em relação a essa síndrome, o que leva a uma baixa procura pelo exame. A questão cultural, relacionada à afetividade e confiança no parceiro, pode estar envolvida aí, mas também a dificuldade de acesso à informação e aos serviços de saúde precisa ser lembrada.

Para além da informação, o preconceito em relação ao indivíduo soropositivo também precisa ser debatido na sociedade. Apesar de poucos estudantes terem se manifestado contrariamente à inclusão dos portadores do vírus nas suas comunidades, suas respostas mantêm acesa a necessidade de discutir as formas de transmissão e contágio, desmitificando a doença e ampliando a participação de todos os cidadãos numa sociedade mais fraterna e solidária.

Até o momento, com a análise dos dados obtidos, percebemos que ainda existe algum grau de desinformação entre os estudantes universitários, principalmente no que concerne à transmissão vertical do HIV. De forma geral, no entanto, os jovens se encontram bem informados a respeito da transmissão e prevenção do vírus. Porém, estudos mostram que a informação pode não contribuir para a adoção de práticas preventivas. Sendo assim, aliando pesquisa e extensão, buscamos explorar, nos grupos de trabalho, os motivos desse hiato entre o conhecimento e a adoção de práticas de prevenção, e como superá-lo.

## Considerações finais

Os resultados e a discussão apresentados aqui refletem de modo parcial o trabalho que vem sendo desenvolvido, desde 2009, com estudantes de diversos cursos,

com a participação de alunos do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde como bolsistas integrantes do Programa de Bolsas de Extensão, coordenado pela Pró-Reitoria de Extensão desta Universidade. Os bolsistas participam desta interface pesquisa-extensão e percebem que, ao conhecer a realidade dos grupos estudados, podem aprimorar a discussão sobre o tema, direcionando-a para as questões em torno das quais há mais desinformação e polêmica. Além disso, diversos trabalhos têm sido apresentados em seminários locais, nacionais e internacionais, e publicados integralmente nos anais dos respectivos eventos, com a participação desses estudantes, colaborando, assim, com a formação, em nível de pesquisa, dos mesmos e com o debate científico mais amplo acerca do tema.

Frente ao aumento proporcional do número de casos de HIV/AIDS entre mulheres e crianças no Brasil, é importante discutir de forma interdisciplinar as questões socioculturais que certamente permeiam a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, em geral, e da AIDS, em particular. Muitos avanços já foram obtidos no diagnóstico e no tratamento dessa síndrome e esses benefícios podem chegar a um número maior de indivíduos, se houver a difusão do conhecimento e a melhoria das ações de educação em saúde. Conhecendo o que nossa população pensa e sabe sobre o HIV/AIDS, é possível planejar de forma mais eficaz as ações de saúde ligadas à prevenção dessa síndrome e à qualidade de vida de seus portadores. Nesse sentido, os impactos da atividade de extensão “AIDS: educar para desmitificar” se fazem sentir entre todos os que participam dela. Além do esclarecimento acerca de aspectos ligados ao contágio e aquisição do vírus, ocorre uma ampliação da visão sobre o assunto, que passa a ser considerado como permeado por aspectos subjetivos, comportamentais, socioculturais, econômicos e políticos. Essa ampliação colabora para a dissolução de preconceitos e para o fortalecimento do sentimento de solidariedade e de responsabilidade social. Os jovens participantes se tornam propagadores de ideias, produzindo impacto social quando, ao refletir sobre as próprias atitudes, direitos e deveres, fomentam na comunidade o conhecimento ampliado e participativo. Assim, através da interface entre a pesquisa e a extensão, temos caminhado na direção de uma formação em saúde mais alargada e comprometida com uma reflexão ética, que se traduz em um comportamento mais responsável, participativo e cidadão.

## Referências

- BRASIL. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acessado em: 11 set. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. *Diminui taxa de transmissão vertical do vírus da aids*. 2011. Disponível em: <[http://www.aids.gov.br/noticia/2011/diminui\\_taxa\\_de\\_transmissao\\_vertical\\_do\\_virus\\_da\\_aids](http://www.aids.gov.br/noticia/2011/diminui_taxa_de_transmissao_vertical_do_virus_da_aids)>. Acesso em: 28 mar. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Questionário para avaliação de programas de prevenção das DST/AIDS*. Disponível em: <<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/141questionario.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.
- BRITO, A. M.; CASTILHO, E. A.; SZWARCOWALD, C. L. AIDS e infecção pelo HIV no Brasil: uma epidemia multifacetada. *Rev. Soc. Bras. Med. Trop.* [online], v. 34, n. 2, p. 207-217, 2001.
- FORPROEX. FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. *Plano Nacional de Extensão Universitária*. Ilhéus: Editus, 2001. (Coleção Extensão Universitária, v. 1).
- GIACOMOZZI, A. I.; CAMARGO, B. V. Eu confio no meu marido: estudo da representação social de mulheres com parceiro fixo sobre prevenção da AIDS. *Psicologia: teoria e prática*, v. 6, n. 1, p. 31-44, 2004.
- MAIA, C.; GUILHEM, D.; FREITAS, D. Vulnerabilidade ao HIV/AIDS de pessoas heterossexuais casadas ou em união estável. *Rev. saúde pública*, v. 42, n. 2, p. 242-248, 2008.
- SANTOS, N. J. S. et al. Contextos de vulnerabilidade para o HIV entre mulheres brasileiras. *Cad. Saúde Pública* [online], v. 25, p. s321-s333, 2009. Supl. 2.
- SERRANO, R. M. S. M. *Conceitos de extensão universitária: um diálogo com Paulo Freire*. João Pessoa: Pró-reitoria de extensão e assuntos comunitários – PRAC, 2011.
- VERMELHO, L. L.; BARBOSA, R. H. S.; NOGUEIRA, S. A. Mulheres com Aids: desvendando histórias de risco. *Cad. Saúde Pública* [online], v. 15, n. 2, p. 369-379, 1999.
- ZANCAN, L. F. *Dilemas morais nas políticas de saúde: o caso da AIDS*. Uma aproximação a partir da bioética. 1999. Dissertação (Mestrado) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1999. 92 f.



# A Classe Hospitalar do Hospital das Clínicas da UFBA: uma expressão da articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão

*Alessandra Santana Soares e Barros, Cristina Bressaglia Lucon,  
Rosane Gueudeville, Denise Silva de Souza, Maria Celeste Ramos da Silva,  
Aline Daiane Nunes Mascarenhas, Priscila Amorim, Adriana Santos de Jesus,  
Lívia Viana, Mariam Jalal Husein e Thais Campos de Carvalho*

## Introdução

A classe hospitalar, chamada às vezes de “Escolinha”, é uma modalidade de atendimento escolar prestada a crianças e adolescentes internados em hospitais. É oficialmente reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e estimulada pelas políticas de humanização do Sistema Único de Saúde (SUS). Existe mais de uma centena dessas classes, que nos hospitais se configuram como serviços ou setores, espalhadas Brasil afora. (FONSECA, 2002) Na Bahia, a maioria está em Salvador, onde há cerca de 20 distribuídas em vários hospitais e casas de apoio assistencial.

Uma delas é a do Complexo Hospitalar Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), o Hospital das Clínicas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde é desenvolvido o trabalho apresentado neste capítulo. Apresentar a Classe Hospitalar do HUPES materializa, dentre tantos desafios, aquele de se fazer compreender tanto por profissionais da Educação que desconhecem as circunstâncias do trabalho em

ambiente hospitalar, quanto por profissionais de saúde, que desconhecem as prerrogativas instituintes para o ensino de crianças e adolescentes, no nível da educação básica. (FONTES, 2005)

Acima de tudo, apresentar a Classe Hospitalar do HUPES materializa um compromisso acadêmico, uma vez que sua estruturação física resulta do produto de projetos de extensão, levados a cabo no contexto das atividades extracurriculares da Faculdade de Educação da UFBA (FACED). Do mesmo modo, a definição da proposta pedagógica para escolarização dos pacientes desenvolvida por essa classe hospitalar resulta do conhecimento produzido no âmbito de várias pesquisas de mestrados e de doutorandos da FACED, bem como da iniciação científica de graduandos, que na classe hospitalar exercitaram a docência sob a tutoria e/ou preceptoria dos primeiros. É na graduação, também, através da disciplina EDCC02 – Pedagogia Hospitalar, oferecida regularmente desde 2006, que o trabalho desenvolvido na Classe Hospitalar do HUPES equilibra o tripé ensino-pesquisa-extensão.

O compromisso social de apresentar o trabalho da Classe Hospitalar do HUPES, por sua vez, reside tanto na origem pública dos recursos que financiaram os projetos de pesquisa e de extensão ali desenvolvidos, quanto no fato de que a clientela beneficiária daquele serviço de escolarização hospitalar – crianças e adolescentes internados nas enfermarias – é usuária do Sistema Único de Saúde e, pela via de seus pertencimentos comunitários, aluna dos sistemas municipais ou estaduais de educação.

## ○ que é uma classe hospitalar

A classe hospitalar, conforme descrita pelo Ministério da Educação, é uma modalidade de atendimento prestada a crianças e adolescentes internados em hospitais. Ela parte do reconhecimento de que crianças, adolescentes e jovens pacientes, uma vez afastados da rotina de escola e privados da convivência em comunidade, vivem sob o risco de fracasso escolar e exclusão. Nos termos da Política de Educação Especial do Ministério da Educação, crianças, adolescentes e jovens hospitalizados são pessoas com necessidades educativas especiais. Nos termos da Política de Humanização do Ministério da Saúde, são alvos de atenção preferencial. (BARROS, 2007)

Outros marcos legais justificam a relevância e existência das Classes Hospitalares. Destes, destacam-se a Resolução n.º 41, de 13 de outubro de 1995, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que dispôs sobre os amplos direitos de crianças e adolescentes hospitalizados, e o artigo 13º das Diretrizes Nacionais



para a Educação Especial na Educação Básica, instituído pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. (AROSA, 2008)

Necessário, nesse ponto, asseverar que a importância da classe hospitalar não se relativiza em face da eventual existência de brinquedotecas nos hospitais. Estas, cuja presença se faz igualmente garantida, nesse caso pela Lei Federal nº 11.104/2005, e cuja eficácia no enfrentamento do estresse da hospitalização já se fez comprovado, vem se somar às Classes Hospitalares no papel de ampliar a qualidade da assistência que se quer humanizada e integral. (MATOS, 2009)

Uma classe hospitalar tem como objetivo principal promover, junto às crianças e adolescentes internados, o desenvolvimento de habilidades e competências esperadas para suas idades, assim como lhes favorecer o ingresso ou retorno às escolas de origem sem tantos prejuízos advindos do adoecimento. (CECCIM, 1999)

Uma classe hospitalar tem a intenção de ser uma escola parecida com a escola de referência dos jovens pacientes. Mas cumpre esse ideal apenas na medida do possível. Isto porque a configuração das “turmas” de alunos/pacientes é bastante incomum à realidade do ensino regular. Tal fato ocorre não somente pelo agrupamento de crianças de diferentes estratos econômicos, faixas etárias e estágios de desenvolvimento (os quais, devido às enfermidades de origem e à extrema privação social, frequentemente não correspondem às idades cronológicas), mas também, principalmente, pelo caráter descontínuo da frequência das crianças a esta “turma” heterogênea e multisseriada.

É um ritmo estranho. Eu posso planejar tudo hoje e, amanhã, o estudante recebe alta. Daí eu tenho que fazer coisas novas para outra criança que acabou de chegar. A carga horária também muda, pois o professor pode iniciar uma conversa e, em instantes, ter de parar devido a uma indisposição. O indicado é que o aluno consiga ter a mesma carga horária da escola, mas com o sobe e desce do tratamento, isso nem sempre é possível. (BIBIANO, 2009, p. 82)

Esta descontinuidade, por sua vez, é dada tanto por eventuais indisposições físicas e emocionais das crianças internadas na enfermaria, quanto, acima de tudo, pelas suas saídas por alta hospitalar. Como a cada saída de uma criança da enfermaria se segue a entrada de uma outra por nova admissão, ocorre que a composição das “turmas” de uma classe hospitalar é bastante flutuante. Em verdade, fala-se em mais

de uma “turma” no trabalho com crianças hospitalizadas numa enfermaria pediátrica de grande rotatividade não exatamente porque se tenha mais de um agrupamento de crianças no mesmo período de tempo.

De fato, ao longo de um mês, chega a ser provável que se trabalhe com várias “turmas”, porque a cada semana uma nova composição de alunos pacientes se forma. Além do mais, não se pode esquecer que as intervenções de escolarização no ambiente hospitalar são disputadas por inúmeras outras intervenções (horário das visitas, procedimentos clínico-terapêuticos, horário das refeições etc.).

As atividades que nós trabalhamos não são tão extensas, são atividades mais rápidas porque às vezes dependendo do estado clínico do aluno, você não pode tomar muito tempo, porque ele cansa, está se recuperando da doença. Então tem que ser atividades que ele consiga fazer ali mesmo, que comece a atividade e finalize no mesmo dia. [...] Eventualmente, quando tem um aluno que fica mais tempo internado, podemos deixar uma atividade que ele possa resolver sozinho, uma atividade fácil que ele consiga entender. (ZAIAS, 2011, p. 100)

Por tudo isso, o trabalho pedagógico de escolarização das crianças internadas tem de ser bastante adaptado. O professor se vale de tudo um pouco: das tarefas enviadas pelas escolas de origem, de jogos recreativos, de música, de artes plásticas, de atividades de contação de histórias, de dramatizações, de muito material audiovisual, de brinquedos educativos, da internet, de videogames, de passeios e de tudo mais que sua criatividade e flexibilidade sugerirem.

A primeira tarefa do professor é conhecer o aluno com os quais irá trabalhar. Nesse sentido, a nossa capacidade de escuta, de observação e de registro é fundamental, pois nas conversas com eles, nas suas brincadeiras, nas relações que vão estabelecendo com os objetos e os seres que os rodeiam, nos vão dando indicativos das suas necessidades, interesses e formas de aprender. Mas nada impede que o professor escolha as metodologias de acordo com a adequação delas à idade ou às possibilidades do aluno enfermo, à natureza do trabalho, ao tipo de temática ou aos conteúdos que pretende desenvolver ou ainda, aos tempos e espaços disponíveis à sua realização no hospital. (ZAIAS, 2011, p. 103)

## A Classe Hospitalar do Complexo HUPES

É dentro desse contexto que se insere a Classe Hospitalar do Hospital Universitário Professor Edgard Santos. Ela funcionou por dez anos – entre 1999 a 2009 – através da cessão de professores oriundos da Prefeitura Municipal de Salvador, intermediados e coordenados por uma consultoria privada denominada Instituto Criança Viva. Mas, no início do ano de 2009, atendendo a reordenamentos da gestão do Hospital Universitário, alguns serviços até então prestados por meios de convênios foram incorporados por unidades da própria Universidade Federal da Bahia. Assim, nesse novo contexto administrativo, a classe hospitalar passou à responsabilidade da Faculdade de Educação.

A parceria com a Prefeitura foi desfeita e, com recursos de editais da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do MEC, via Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), um espaço na Enfermaria da pediatria no 1º andar do prédio principal do HUPES foi, ao longo dos últimos quatro anos, mobiliado e equipado para hospedar a nova Classe Hospitalar do HUPES. Em outubro de 2009, a Classe Hospitalar do COM-HUPES foi reconhecida como um serviço contínuo que regimentalmente pertence à Diretoria Adjunta de Ensino Pesquisa e Extensão (DAEPE).

Desde então, o ganho adicional para a nova classe hospitalar foi passar a contar com o trabalho de profissionais que estarão constantemente refletindo sobre sua prática através da pesquisa. O ganho para a Faculdade de Educação está no fato daquela classe hospitalar servir, também, como campo de estágio para os cursos de Pedagogia e de licenciaturas da UFBA. O grupo de pesquisa, cadastrado no CNPq como “Educação de pessoas doentes e/ou hospitalizadas”, contribui com o suporte teórico e metodológico às atividades desenvolvidas na Classe Hospitalar do HUPES.

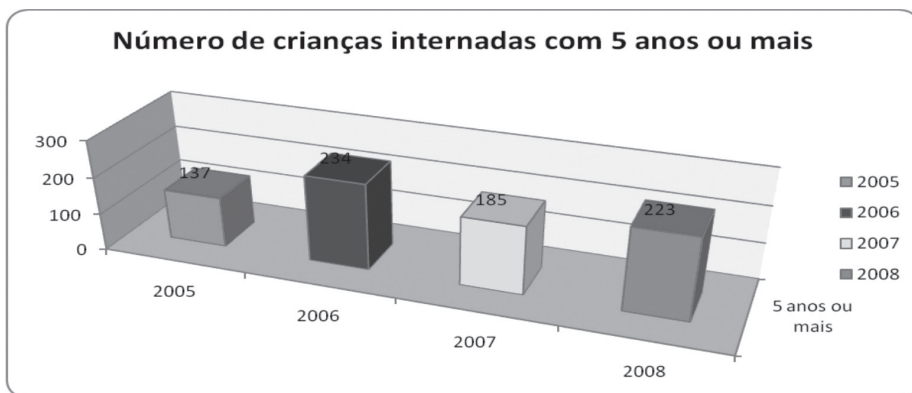
O HUPES possui cerca de 50 leitos pediátricos, distribuídos entre sua Emergência, Centro Pediátrico Professor Hosanah de Oliveira, Enfermaria da UDAP e enfermarias de especialidades clínicas e cirúrgicas. No âmbito pediátrico, este hospital responde como referência nacional, pela atenção especializada a várias doenças crônicas, caracterizadas pelas demoradas ou repetidas internações: a anemia falciforme, a asma, o diabetes. Também atende algumas doenças genéticas raras como a

mucopolissacaridose e a osteogênese imperfeita. Atende ainda às demandas típicas do contexto de pobreza, de falta de saneamento básico e de violência em que vive grande parte da infância e juventude soteropolitanas: a desnutrição, as infecções das vias aéreas, a diarreia, a desidratação.

De maneira a considerar a vocação de ensino e formação de um hospital universitário, bem como recomendações do Ministério da Educação e do Ministério da Saúde para maior comprometimento dos hospitais-escola com outros cursos superiores, é que a Classe Hospitalar do HUPES se constituiu como campo de estágio para os cursos de graduação e pós-graduação em Educação. Neste sentido, foram incorporadas ao serviço de escolarização da classe hospitalar professoras – mestrandas e doutorandas em Educação pela UFBA –, assim como graduandas em Pedagogia e outras licenciaturas, na condição de bolsistas de pesquisa e/ou extensão. Neste espaço, estas estudantes e pesquisadoras vêm exercitando a necessária imersão ao campo empírico de suas investigações, além de atuarem como professoras-tutoras das atividades desenvolvidas na classe junto aos alunos-pacientes e na orientação pedagógica imediata de estagiárias graduandas.

Discorrer sobre a importância de uma classe hospitalar passa por dimensionar o universo dos potenciais beneficiários desse serviço, o que pode ser alcançado pela apreciação dos dados contidos no Gráfico 1, produzido a partir de informações obtidas junto ao Serviço de Estatística Médica do HUPES e segmentado de modo a visibilizar a clientela preferencial da classe hospitalar, qual seja, crianças acima de cinco anos de idade cujas internações se estenderam por mais de 15 dias.

Gráfico 1: Distribuição anual da clientela preferencial, alunado da Classe Hospitalar do HUPES



Descrever o diferencial dessa classe hospitalar em relação às demais existentes em Salvador requer destacar que não menos importante é o compromisso em produzir, socializar e aplicar saberes do campo das Ciências da Educação, através da pesquisa, da extensão e do aprendizado em serviço na forma de estágios – estes meios indissociavelmente articulados –, de modo a contribuir para a formação graduada e pós-graduada de estudantes da UFBA.

A Classe Hospitalar do HUPES destaca-se, também, pela inclinação a configurar-se em um espaço para o desenvolvimento de Educação em Saúde mediante a articulação de parcerias dos setores da Enfermagem, Serviço Social, Psicologia e outros profissionais da área de saúde no intuito de atender aos alunos-pacientes, pais e acompanhantes, já que a imediata referência à doença torna-se elemento motivador para a adoção de atitudes e comportamentos onde a saúde possa ser promovida. Porém, a oferta de Educação em Saúde não é a prioridade da Classe Hospitalar do HUPES. Sua prioridade é o estímulo à aquisição de habilidades e competências linguísticas e lógico-matemáticas, o que nem sempre pode se realizar a custo da utilização dos temas, assuntos, conceitos e conteúdos da área da Saúde, enquanto um campo do saber, por mais flexível que seja o currículo da classe hospitalar.

Descrever a Classe Hospitalar do HUPES, em um movimento de comparação com outras do gênero, passa por referir que as pessoas que a visitam são atraídas, num primeiro momento, pela quantidade e variedade de recursos didáticos e insumos materiais disponíveis. Assim, pois, graças aos fomentos provenientes dos projetos de pesquisa e de extensão que tiveram a Classe Hospitalar do HUPES como lugar de intervenção ou de investigação, foi possível equipá-la com computadores, impressoras, *notebooks*, televisores, DVD *players*, filmadoras, aparelhos de som, aparelhos de videogame, numerosos jogos eletrônicos e jogos de tabuleiro, grande acervo de livros infantis, videoteca, brinquedos educativos, instrumentos musicais e mobiliário adaptado. Num segundo momento, as pessoas se admiram que tal quantidade de coisas esteja acomodada em espaço tão pequeno – uma sala de 18 metros quadrados, transformada a partir de uma das varandas da Enfermaria pediátrica 1A.

## Como se dá o trabalho na Classe Hospitalar do HUPES

Na Enfermaria pediátrica do HUPES, a cada semana, os professores ministram aulas para um grupo de três a oito crianças reunidas. Estas crianças possuem idades entre cinco e dez anos, sendo que a maior frequência é de crianças com cinco anos. No total, pode-se dizer que, em média, seis crianças compõem o grupo e, três delas, estarão recém chegando. A cada quatro semanas, uma composição completamente nova, do ponto de vista dos elementos constitutivos de um conjunto, será formada. Embora o ensino fundamental, prioridade do nosso atendimento, se estenda dos seis aos 14 anos, optamos por definir nossa faixa etária de atendimento como sendo dos cinco aos 14 anos, para contemplar a quantidade significativa de crianças pequenas, com idades na primeira infância.

A Classe Hospitalar do HUPES visa atender crianças e adolescentes, comumente denominados alunos-pacientes, que se encontram internados na Enfermaria 1A – Enfermaria clínica e na Unidade Metabólica Fima Lifhtz – setor especializado no atendimento infantil a um grupo específico de doenças, dentre as quais se destacam a desnutrição, a anorexia, o diabetes e a obesidade mórbida.

No contexto de diagnóstico, tratamento e pesquisa que compõe o tripé da assistência em um hospital universitário, algumas doenças são eleitas para um investimento clínico-investigativo maior, que se consubstancia, por vezes, na estruturação de centros de referência, como é o caso da Unidade Metabólica Fima Lifhtz. A referida unidade metabólica oferta seus serviços no contexto ampliado da internação pediátrica do Complexo HUPES. Embora ela esteja localizada fisicamente num outro prédio – o Centro Pediátrico Professor Hosannah de Oliveira –, ele é anexo e próximo ao grande prédio do HUPES, rápida e facilmente comunicável com a Enfermaria 1A através de uma passarela coberta.

Importante aqui destacar que também são atendidos pela classe hospitalar alunos-pacientes em tratamento da mucopolissacaridose e da osteogênese imperfeita. Os alunos-pacientes com mucopolissacaridose são atendidos no hospital-dia, pois esses sujeitos recebem a Terapia de Reposição Enzimática (TER) todas as segundas-feiras no período matutino, sendo que um grupo é atendido semanalmente e outro grupo é atendido quinzenalmente. Cada semana há um novo grupo de pacientes com osteogênese imperfeita. Estão normalmente divididos em grupos com três a quatro crianças, quando são submetidos a medicações durante três dias. Dão entrada

no hospital na terça-feira e vão embora na sexta-feira, sendo que retornam a cada três meses.

O atendimento pedagógico educacional da Classe Hospitalar do HUPES ocorre diariamente tanto em uma sala de aula própria, como nos leitos, para favorecer aqueles pacientes impossibilitados de se locomoverem, ou que, por razões de biossegurança não possam ter contato com outras crianças. O atendimento educativo ocorre no turno vespertino, das segundas às quintas-feiras, para as crianças que se encontram na Enfermaria pediátrica. Nas sextas-feiras ocorrem as reuniões de planejamento didático e formação continuada dos professores. No turno matutino as aulas acontecem todas as segundas-feiras, no horário das 8h30min às 11h30min para atender os alunos-pacientes com mucopolissacaridose.

Como parte da rotina diária do trabalho pedagógico, as professoras acessam o sistema de internação hospitalar, o que consiste em verificar a quantidade de crianças internadas, o diagnóstico médico, o número do leito, a idade e demais dados pessoais. Diante das informações ofertadas pelo sistema, as professoras se encaminham ao leito para realizar junto com os pais ou responsáveis o preenchimento da ficha de registro. As sistematizações dos registros da ficha visibilizam para as professoras o tipo de composição mais frequente dos grupos de alunos/pacientes que demandará atendimento pedagógico educacional. Este registro de regularidade passou a antecipar melhor os formatos possíveis das “turmas” de pacientes-alunos com as quais se trabalha diariamente. Tal predição se faz indispensável para o trabalho com turmas altamente heterogêneas, típicas da modalidade classe hospitalar, já que estas turmas possuem uma diversidade intrínseca que as faz ainda mais complexas do que as reconhecidas classes multisseriadas das escolas rurais ou do que as salas da rede regular de ensino.

No atendimento educacional típico da classe hospitalar, são necessárias adaptações para execução dos currículos de ensino. Estas adaptações envolvem diferenciados âmbitos espaciais, físico-ambientais, temporais, didáticos, ergonômicos, atitudinais, linguísticos, dentre outros. A proposta educacional deve responder às necessidades dos alunos, ao possibilitar um currículo comum que ofereça aprendizagens de acordo com as suas necessidades. Desse modo, são realizadas atividades diversificadas com diferentes níveis de complexidade para atender as variadas faixas etárias que compõem o perfil do alunado.

Assim é possível, por exemplo, abordar o tópico hipotético de ensino “Viajando entre dois municípios baianos” tanto no nível de complexidade que abarque o cálculo centesimal dos quilômetros e das horas gastas para percorrer um determinado deslocamento de estrada e rodovias, quanto no nível de complexidade que apenas exercita o registro, por extenso, das quantidades numéricas relativas àquelas distâncias. Essas atividades são organizadas semanalmente mediante o planejamento pedagógico que envolve todos os docentes, no qual são discutidas questões relacionadas aos aspectos pedagógicos, burocráticos, às especificidades de cada aluno, às dificuldades encontradas pelos docentes, além de se constituir num processo formativo para os mesmos.

Em um cenário bem diferente das turmas inseridas na escola regular, as da classe hospitalar contam às vezes com a presença dos acompanhantes (pai, mãe, tio ou outros) que participam das discussões e ajudam na realização das atividades dos educandos. A presença desses acompanhantes torna-se importante devido à insegurança de algumas crianças no primeiro dia de contato com a classe hospitalar. Do mesmo modo, no atendimento realizado nos leitos, alguns acompanhantes podem auxiliar na realização das atividades propostas pelo professor, sejam essas atividades lúdicas ou didáticas.

A participação das crianças nas atividades da classe hospitalar não é obrigatória, pois deve partir do desejo e da motivação de cada uma. Todavia, para despertar esse desejo e interesse, as professoras passam nos leitos da enfermaria convidando-as a se engajarem junto aos demais colegas daquele dia. A proposta metodológica deve considerar especialmente os conhecimentos trazidos pelos educandos, de forma a nortear o processo de ensino e aprendizagem construído na classe hospitalar, interagindo com as temáticas planejadas e favorecendo a troca de experiências, a ampliação, a ressignificação dos princípios e valores humanos e sociais. Se considerarmos o tópico de ensino já sugerido como exemplo, certamente os municípios baianos escolhidos haverão de ser aqueles que correspondam às biografias dos alunos-pacientes.

O trabalho pedagógico geralmente parte de uma proposta interdisciplinar no sentido de proporcionar a aprendizagem de conceitos, atitudes e procedimentos importantes para a atuação dos alunos nos seus respectivos contextos sociais, bem como para o exercício de sua cidadania dentro e fora do ambiente hospitalar. Logo, voltando ao exemplo do tópico de ensino “Viajando entre dois municípios baianos”,



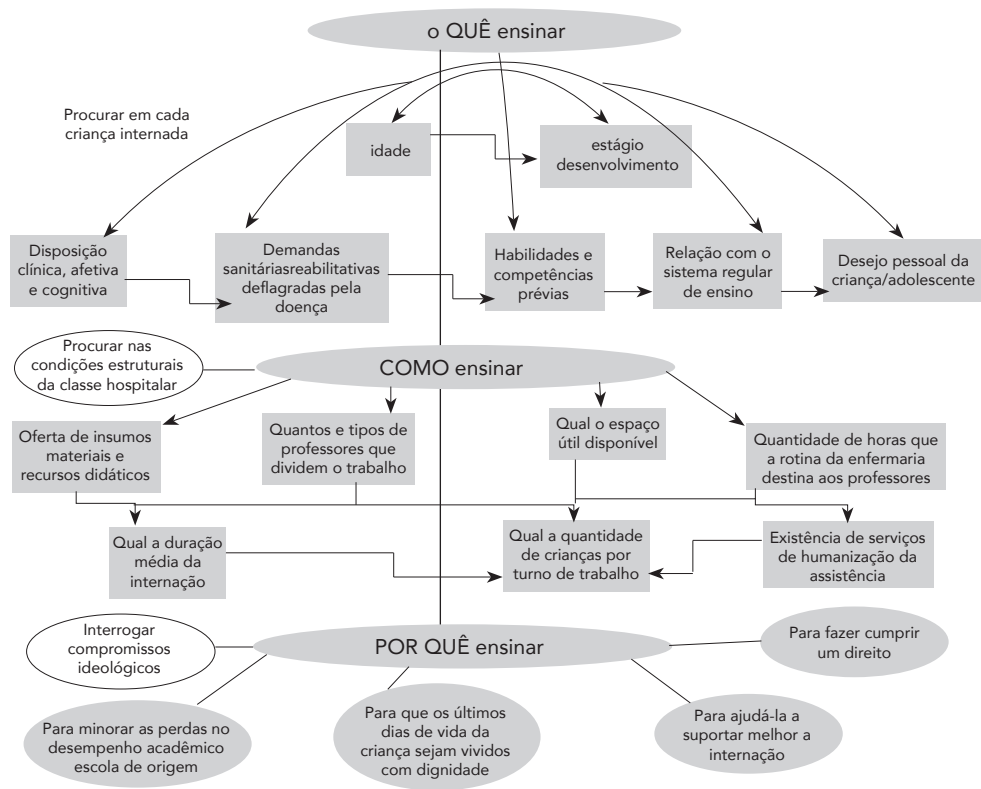
o tratamento interdisciplinar será dado tanto pela possibilidade de explorar conceitos do âmbito da Geografia Física (relevo, clima, lavouras) e da Geografia Política (população, fronteiras), quanto da Matemática (número de habitantes, relações de proporção, densidade), da História (povoados de origem, tradições culturais) ou da Língua Portuguesa (regionalismos, mitos, crônicas locais).

As variadas estratégias metodológicas utilizadas nas aulas buscam estimular a participação das crianças nas atividades para auxiliar no processo de aprendizagem, atendendo às especificidades de cada um – seu nível de desenvolvimento e/ou necessidades educacionais especiais. Assim, pois, na abordagem do já citado exemplo, o emprego tanto de mapas (físicos ou virtuais) e de globos terrestres quanto de maquetes surge a partir de atividades de expressão plástica e artística dos alunos-pacientes.

É importante ressaltar que alguns conhecimentos e habilidades se tornam fundamentais ao professor para ensinar numa classe hospitalar: ter informação sobre a estrutura organizacional do hospital; conhecer as patologias mais comuns; entender os aspectos do trabalho em equipe multiprofissional; ser flexível mediante as dificuldades dos alunos, ressaltando sempre as suas potencialidades; se adaptar às imprevisibilidades; reconhecer a importância de diferenciadas práticas educativas e saber escutar as crianças diante dos seus medos e de suas dificuldades.

Além de contribuir com a integralidade da assistência destinada à criança hospitalizada, a Classe Hospitalar do HUPES é um serviço de escolarização que, sendo o braço principal de um grupo de pesquisa, foi instituída na forma de um laboratório de práticas de ensino. Nestes termos, destaca-se o comprometimento contínuo daquela classe hospitalar com a produção de conhecimento. Enumeram-se, hoje, cerca de 20 trabalhos acadêmicos, entre teses, dissertações e monografias de conclusão de curso que dela se valeram, direta ou indiretamente, como campo empírico. Acessíveis todos através das bases bibliográficas da UFBA, entendeu-se que, melhor do que aqui listá-los, seria apresentar o resultado de um esforço de síntese, consubstanciado na forma de um diagrama explicativo, que ajuda a instruir a elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma classe hospitalar. Este diagrama, produto conjunto das reflexões dos membros do grupo de pesquisa, que são, ao mesmo tempo, professores na Classe do HUPES, pode ser visualizado na Figura 1.

Figura 1: Mapa conceitual – refletindo o Projeto Político Pedagógico de uma classe hospitalar



## Conclusão: o que precisa melhorar

A título de conclusão pode-se dizer, resumidamente e sem a pretensão de quantificá-los, que a Classe Hospitalar do HUPES alcançou os seguintes resultados ao longo dos quatro anos de funcionamento: ofertou atendimento pedagógico à maioria dos pacientes pediátricos internados que estavam em idade escolar; concorreu positivamente para a adesão aos tratamentos e terapias empreendidos; promoveu sistematicamente estimulação ao desenvolvimento das crianças e adolescentes internados; favoreceu a retomada das atividades escolares após a alta hospitalar; colaborou com os pacientes no processo de adaptação às rotinas da internação hospitalar; ajudou na humanização da assistência prestada na Enfermaria pediátrica; serviu de campo empírico para a realização de pesquisas e estudos acadêmicos; contribuiu para a produção de conhecimento na interface teórica da educação e da saúde, fazendo va-

ler, inclusive, a presença dos seus mestrandos, doutorandos e graduandos em muitos eventos científicos nacionais e internacionais.

Não obstante o alcance de resultados satisfatórios, uma série de dificuldades se interpôs no decorrer desses anos. Dentre essas, se destaca a escassez de recursos humanos, uma vez que se conta com apenas uma professora do quadro efetivo de funcionários da UFBA. Os demais professores são mestrandos e doutorandos bolsistas da Faculdade de Educação que cumprem uma pequena parte de seus compromissos acadêmicos junto à Classe Hospitalar do HUPES. Como tanto, desenvolvem atividades pedagógicas com as crianças internadas, quanto supervisionam o aprendizado docente dos graduandos que ali desenvolvem seus estágios, veem-se continuamente sobrecarregados. Além disso, o fato de terem suas vinculações à classe hospitalar atreladas à condição de pertencentes ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA limita o tempo da duração de suas participações o que, daí, sujeita a classe à relativa rotatividade na disponibilidade de pessoal.

A exiguidade do espaço tem sido, também, elemento de entrave para o melhor funcionamento daquele serviço. Aguarda-se hoje, ansiosamente, o final da reforma pelo qual passa o prédio anexo – o Centro Pediátrico Professor Hosanah Oliveira –, que quando pronto poderá acolher o serviço de classe hospitalar com muito mais adequabilidade.

A crise financeira pela qual passam os hospitais universitários brasileiros e a consequente morosidade para aquisição de itens de material de consumo corrente ou para a execução de reparos estruturais nas instalações da sala de trabalho da classe hospitalar tem se refletido na qualidade das atividades prestadas por aquele serviço.

Assinalamos, por fim, que a inexistência de classes hospitalares em outras universidades do território baiano que possuem ou contratam atividades em hospitais de ensino (e, portanto, a ausência de interlocução possível entre as universidades federais ou estaduais, relativa ao tema e à prática da escolarização de crianças hospitalizadas) tem desfavorecido o necessário diálogo acadêmico e científico que permitiria o crescimento da classe hospitalar tanto como modalidade assistencial, quanto como tema de reflexão.

## Referências

AROSA, A.; SCHILK, A. L. *Quando a escola é no hospital*. Niterói, RJ: Intertexto, 2008.

BARROS, A. S. Contribuições da educação profissional em saúde à formação para o trabalho em classes hospitalares. *Cadernos Cedes*, Campinas, SP, v. 27, n. 73, p. 257-278, set./dez. 2007.

BIBIANO, B. Ensino nas horas difíceis. *Nova Escola*, São Paulo, ano 24, n. 220, p. 80-83, mar. 2009

CECCIM, R. B. Classe hospitalar: encontros da educação e da saúde no ambiente hospitalar. *Pátio Revista Pedagógica*, Porto Alegre, v. 3, n. 10, p. 41-44, 1999.

FONSECA, E. S. Implantação e implementação de espaço escolar para crianças hospitalizadas. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, SP, v. 8, n. 2, p. 205-222, jul./dez. 2002.

FONTES, R. O desafio da educação no hospital. *Presença Pedagógica*, Porto Alegre, v. 11, n. 64, p. 21-29, jul./ ago. 2005.

MATOS, E. L. M. (Org.). *Escolarização hospitalar: educação e saúde de mãos dadas para humanizar*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

ZAIAS, E. *O currículo da escola no hospital: uma análise do serviço de atendimento à rede de escolarização hospitalar – SAREH/PR*. 2011. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2011.

# Caravanas de Saúde do Trabalhador e segurança alimentar para comunidades pesqueiras na Baía de Todos os Santos

*Paulo Gilvane Lopes Pena, Lílian Lessa Andrade, Maria do Carmo Soares de Freitas, Thais Mara Dias Gomes, Virgínia Moraes de Moura e Lucélia Amorim da Silva*

## Introdução

Os pescadores artesanais e marisqueiras geralmente desenvolvem suas atividades de trabalho em comunidades distantes de centros urbanos e muitas vezes isolados. Essa condição determina extrema dificuldade de acesso aos serviços básicos de saúde como, por exemplo, a Estratégia de Saúde da Família (ESF), ambulatórios e serviços médicos, nutricionais e fisioterapêuticos especializados.

A pesca extrativa consiste na retirada de organismos aquáticos da natureza, podendo ser em escala artesanal ou industrial, segundo a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Os pescadores tradicionais presentes no litoral e regiões ribeirinhas do Brasil, jamais tiveram acesso às técnicas de saúde do trabalhador: prevenir, diagnosticar, tratar, reabilitar e assegurar direitos previdenciários de invalidez (temporária ou permanente). As estatísticas revelam simultaneamente a grandeza dessa categoria e a dimensão da problemática da ausência desses serviços de saúde. O trabalho da pesca artesanal soma 834 mil trabalhadores, registrados em 2009, no país (BRASIL, 2010) e a maior parte está concentrada nos estados do Nordeste, que

representa 47% do total. A Bahia possui um número expressivo de 97.935 pescadores artesanais. Destes, um contingente significativo desenvolve atividades parciais ou dedicam-se exclusivamente às atividades de pesca artesanal e encontra-se em vulnerabilidade social.

Apesar de compor uma das maiores categorias de trabalhadores do país, persiste profundo desconhecimento sobre os riscos para aproximadamente 61 doenças ocupacionais, especialmente as Lesões por Esforços Repetitivos (LER). As consequências dessas patologias do trabalho resultam em sofrimento, doenças tratadas de modo equivocado (sem diagnóstico de doença do trabalho), mutilações e morte precoce, além do desconhecimento dos direitos previdenciários. (PENA; FREITAS; CARDIN, 2011)

A revisão da literatura evidenciou pequeno número de publicações do gênero no que se refere ao trabalho de marisqueira ou mariscadeira, e poucos estudos tratam das doenças relacionadas às formas de trabalho da pesca artesanal em geral. As doenças do trabalho, como a LER, são descritas principalmente na pesca industrial. (RIOS; RÉGO; PENA, 2011) Não se justifica tal desconhecimento, considerando o sofrimento em função dos riscos presentes nessa modalidade de trabalho e, sobretudo, a dimensão do problema que atinge mais de 50 mil famílias no Nordeste, podendo alcançar mais de um milhão e meio, segundo estimativas de organizações não governamentais.

Apesar de disponíveis na natureza, os mariscos e peixes apreendidos pelas impressões sensoriais dos pescadores não estão apenas na natureza física. Esse objeto de trabalho é também abstrato, assim como a natureza é abstrata, segundo Milton Santos (2000). As áreas de manguezais, arenosos, praias e mares dispõem de peixes e mariscos que se expressam na dimensão subjetiva dos sujeitos pescadores, como meios de sobrevivência, associados aos mitos, crenças, ritos, valores – saberes transmitidos historicamente por gerações e gerações. Desse modo, preservam as práticas do trabalho artesanal da pesca em cada região e saberes em universo de significados, muitos deles importantes não apenas para a preservação ambiental, mas que podem colaborar na proteção contra riscos desses ambientes desafiadores para condições de trabalho humanamente suportáveis.

Todo trabalho é realizado por meio de fases sucessivas e articuladas de atividades mais ou menos complexas. Para isso, pode-se recorrer a um conceito central denominado de “processo de trabalho”. (BRAVERMAN, 1980) O artesão, no seu

processo de trabalho, controla a concepção e a execução das atividades, detendo o “saber-fazer” (*know-how*) constituído de conhecimentos e domínio de métodos aplicados em todas as etapas de produção. Há, portanto, uma unidade entre concepção e execução do trabalho, em que se observa a ausência de hierarquias gerenciais que separam o trabalho intelectual do manual. Desde muito, a cultura artesanal organiza atividades do trabalho por meio das tradições (GORZ, 1988), dentre as quais se incluem aquelas relativas aos saberes e práticas sobre saúde e prevenção de riscos ou perigos conhecidos. Obviamente, o trabalho artesanal de pescadores na atualidade não se compara à dignidade do trabalho dos artesãos do passado, principalmente daqueles que produziam bens duráveis, cujo resultado era a sua obra, durável, única e valorizada.

Sob tais contextos socioculturais e espaciais se conformam ambientes de riscos predominantemente ergonômicos para a saúde dos pescadores artesanais. A compreensão dos modos da ocorrência de doenças e acidentes relacionados ao trabalho da pesca artesanal nesses ambientes se constitui no foco do programa, pois, só por tal perspectiva, os profissionais de saúde terão a visibilidade necessária para compreender o processo de adoecimento que encontra no universo individual da clínica. As doenças do trabalho são parte desse contexto.

Em 2007, pesquisas realizadas indicaram a gravidade de riscos ocupacionais presentes no cotidiano do trabalho das marisqueiras. Além de exposição aos riscos conhecidos, chamou a atenção o ritmo acelerado de trabalho com excessiva carga de movimentos e com esforços repetitivos associados ao desenvolvimento de LER nas atividades de extração de mariscos. Da análise ergonômica realizada, além de outras condições, verificou-se que havia cadências infernais em várias atividades de extração de mariscos, com número de movimentos nas extremidades dos membros superiores podendo alcançar a média de dez mil movimentos por hora, equivalente ao encontrado nas funções de digitação nos serviços modernos. (PENA; FREITAS; CARDIN, 2011) A cata de determinados mariscos, as posturas tradicionais, a retirada das conchas, dentre outras atividades estão associadas às queixas comuns de dores, muitas vezes insuportáveis, edemas, deformidades, dormências e perda da capacidade funcional dos membros superiores.

O artesão pescador não é assalariado e, sendo assim, não se submete às leis de contrato de trabalho existentes entre empregador e assalariado, a exemplo da CLT no Brasil; submete-se, quando existem, às leis de ordenação do trabalho artesanal

e às regras das corporações de ofícios existentes formalmente ou não. Na Bahia, os pescadores e marisqueiras dispõem de renda mensal que não alcançam meio salário mínimo, e essa situação impede qualquer aquisição de equipamentos de proteção individual ou mudança nos processos extrativistas na perspectiva de melhorar as condições de trabalho e prevenir doenças e acidentes de trabalho. Também torna-se necessário uma ação de melhoria dos métodos de produção do alimento (mariscos), com o suporte técnico dos profissionais de nutrição.

No âmbito nutricional, a captura, consumo e comercialização de mariscos estão sujeitos a diversas interferências. Especificamente, em relação à mudança de hábitos alimentares decorrentes da contaminação química. Freitas (2009) descreve duas situações: 1) A redução de produtos da pesca para o consumo. Com isso algumas preparações como escaldados de mariscos praticamente foram substituídas por peixes fritos que as pessoas comem com a farofa feita do óleo da fritura. Come-se a mesma comida uma ou duas vezes ao dia, durante anos; 2) Aumento de consumo de produtos industrializados como óleo, biscoitos recheados, caldo de galinha, extrato de tomate, carne enlatada, iogurte, salgadinhos do tipo *snacks*, sucos de frutas em pó, pão e frango congelado. É habitual, inclusive para as crianças, tomar café puro sem leite, com pão e margarina, pela manhã e à noite. Esses alimentos industrializados são, cada vez mais, utilizados pela facilidade de aquisição (pela freguesia, com as anotações em cadernetas de contas devidas em parcelas no pequeno comércio local) e substituem o rico alimento natural de origem marinha.

A situação alimentar e nutricional das comunidades pesqueiras não difere de outras regiões pobres do Brasil. Já é conhecida a situação de insegurança alimentar e nutricional (BRASIL, 2011b) no Brasil, principalmente no Nordeste e na Bahia. Dados da Câmara Interministerial sobre Segurança Alimentar e Nutricional (BRASIL, 2011b), comparando os percentuais regionais, apresentam o Nordeste com o maior percentual de pessoas em estado de insegurança alimentar nas últimas duas pesquisas (2004 e 2009). Ainda que tenha ocorrido redução de 53,64%, para 46,21%, no período avaliado, este percentual do Nordeste ainda é superior às outras regiões brasileiras.

Sobre as atividades de nutrição, a Caravana de Saúde buscou: construir práticas sobre a relação da alimentação com as doenças mais prevalentes; identificar alimentos consumidos e conhecer os alimentos locais que podem ser úteis na prevenção e tratamento de doenças; realizar orientações nutricionais individualizadas



de acordo com a demanda da comunidade; discutir interesse e possibilidade de beneficiamento e/ou desenvolvimento de produtos alimentícios que possam melhorar a renda familiar.

Estas e outras ações da Caravana, enquanto extensão universitária, foram organizadas com a finalidade de proporcionar práticas interdisciplinares e multiprofissionais incluindo acadêmicos de Medicina, Biologia e Nutrição. As atividades propostas no presente programa resultam de pesquisas e práticas de educação em saúde, diagnóstico de doenças do trabalho e reconhecimento de direitos previdenciários para pescadores artesanais, desenvolvidos há mais de seis anos pela equipe multiprofissional do Hospital Universitário Professor Edgard Santos (HUPES), Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Trata-se, portanto, de um trabalho original e se constituiu em única experiência de extensão no âmbito da saúde do trabalhador realizada até o momento no país.

## Metodologia

Este projeto, aqui nomeado de Caravana de Saúde, foi financiado pelo Ministério da Educação (MEC) – Edital Pró-Reitoria de Extensão 2011 –, intitulado inicialmente como “Programa de prevenção de riscos ocupacionais em pescadores e marisqueiras de comunidades pesqueiras da Baía de Todos os Santos”. As ações de natureza multidisciplinar envolveram abordagens clínicas, nutricionais, terapêuticas e de prevenção de acidentes com animais marinhos. O período de atuação foi de 2011 a 2012, em três comunidades de pescadores da Baía de Todos os Santos. Preliminarmente, organizaram-se encontros com lideranças das comunidades pesqueiras no sentido de dialogar sobre objetivos, estratégias metodológicas e localizações prioritárias das ações. A principal atividade do projeto foi o deslocamento em forma de caravana, com equipes de estudantes e profissionais das áreas de saúde do trabalhador e segurança alimentar, para atuar em cada comunidade trabalhada. A qualificação da equipe ocorreu com fundamentos teóricos em cada âmbito disciplinar e interdisciplinar de prática e, sobretudo, da metodologia qualitativa de pesquisa-ação junto às comunidades.

O público-alvo foi composto de pescadores artesanais e marisqueiras, homens e mulheres em atividade de pesca com idade superior a 16 anos pertencentes às comunidades de pescadores da Baía de Todos os Santos. Cada comunidade escolhida tinha uma população aproximada 1.500 a 2.000 pescadores e, indiretamente, o pro-

jeto beneficiou municípios que somam aproximadamente 80 mil habitantes de áreas pesqueiras da Bahia.

O projeto de extensão e pesquisa foi feito com a metodologia de aproximação do conhecimento sobre o trabalho e riscos à saúde e nutrição com uso de instrumentos etnográficos para conhecer as condições de trabalho e compreender os significados das doenças e acidentes relacionados ao trabalho para os pescadores e marisqueiras, assim como os processos de produção de alimentos e suas condições higiênicas. Trata-se de metodologia centrada na estratégia pedagógica de mobilização de saberes tradicionais em diálogo com saberes técnico-científicos para desenvolver ações de interesse dos sujeitos envolvidos.

Visitas preparatórias foram realizadas às comunidades para o conhecimento dos processos de trabalho, riscos à saúde e condições de alimentação por meio de diálogo com os pescadores e as marisqueiras. Em continuidade, organizaram-se ações itinerantes – Caravanas de Saúde do Trabalhador – com o deslocamento de toda equipe composta por dez acadêmicos de Medicina (quatro), Biologia (dois) e Nutrição (quatro), com o suporte de professores, médico do trabalho, fisioterapeuta e nutricionistas. As atividades dessa caravana ocorriam em um ou dois dias, com a efetivação de ações educativas, conhecimento dos processos e condições de trabalho, consultas em Medicina do Trabalho para casos suspeitos de doenças do trabalho, reuniões e oficinas de trabalho para aprofundamento sobre práticas nutricionais e proposições de melhoria da qualidade do produto, além de práticas educativas em fisioterapia.

A identificação dos riscos de acidentes e doenças do trabalho se fez por meio da higiene do trabalho, ergonomia e clínica, utilizando-se a análise qualitativa em associação à investigação clínica com a aplicação de questionários sobre sinais e sintomas precoces de patologias como a LER/DORT e outras patologias do trabalho. Organizaram-se encaminhamentos para os casos com suspeitas de doenças do trabalho e com sintomatologia de maior gravidade para o Serviço Especializado de Saúde Ocupacional (SESAO), ambulatório pertencente à policlínica do HUPES, acima referido.

O método da avaliação clínica para o diagnóstico e reconhecimento de doenças do trabalho em marisqueiras e pescadores seguiu o protocolo do Ministério da Saúde praticado no SESA0, envolvendo critério clínico, história ocupacional, informações epidemiológicas e ergonômicas, emissão de relatórios previdenciários para os casos

de necessidade de afastamento do trabalho por invalidez temporária. (ASSUNÇÃO; ALMEIDA, 2005; BRASIL, 2001; DESOILLE; SCHERRER; TRUHAUT, 1991; KUORINKA; FORCIER, 1995)

Ao considerar a interdisciplinaridade do projeto, e contando com participação de profissionais e estudantes da área de saúde (Medicina, Nutrição, Fisioterapia e Biologia), as técnicas educacionais foram diversificadas para contemplar a essência de aproximação e compreensão da realidade, bem como desenvolver atividades de intervenção em saúde e registros quantitativos dos agravos à saúde.

O fisioterapeuta atua na reabilitação e na recuperação de lesões e incapacidades; portanto, em níveis de atenção secundária e terciária à saúde. (DELIBERATO, 2002; RIBEIRO, 2002) Entretanto, além desse campo, este projeto desenvolveu práticas de educação em fisioterapia de natureza preventiva, consistindo na realização de oficinas com a finalidade de difundir posturas corporais e exercícios laborais que permitissem reduzir impactos das cargas de trabalho excessivas existentes no cotidiano de trabalho das marisqueiras e pescadores.

As práticas de nutrição envolveram aproximação com a comunidade e uso de estratégia pedagógica da “roda de conversa”, em que o diálogo entre os participantes orientou a condução das atividades. A partir desse diálogo e dos contatos prévios com as lideranças locais, os eventos/atividades prosseguiram, sem perder de vista a integração entre extensão, ensino e pesquisa participante (BRANDÃO; STRECK, 2006), desenvolvidos com a seguinte conduta: apresentação dialógica sobre alimentação e aproveitamento integral de alimentos e relação entre alimentação e o processo saúde-doença; orientação nutricional individualizada; histórias de vida sobre hábitos alimentares.

As práticas de biologia se concentraram no uso de ferramentas de mapeamento dos locais de acidentes com animais marinhos nas atividades de pesca e mariscagem para identificação dos mesmos e orientação para prevenção e tratamento. Os riscos de acidentes com animais foram elencados a partir de relatos dos moradores para em seguida classificá-los biologicamente no menor nível taxonômico.

Este conjunto de informações foi interpretado como parte de uma concepção do social, investigando significados da condição humana e dos processos de adoecimento de trabalhadores artesanais da pesca do marisco, submetidos às condições de carência, constitutivas de processos de trabalho tradicionais, porém com várias condições nocivas à saúde. A essa metodologia de compreensão do

trabalho e das condições das atividades artesanais saúde, associou-se a estratégia pedagógica fundada na participação dialógica de construção de saberes, conforme Freire (1987).

O pressuposto é de que as narrativas dos atores sociais, assim como o conjunto de informações oriundas das estratégias das ações e dos estudos de natureza qualitativa, se constituam como parte integrante de uma totalidade composta por representações sociais e determinações essenciais de significados de processos de sofrimento e adoecimento no trabalho. Focalizou-se a descrição de saberes tradicionais em aproximação com saberes científicos para a compreensão das relações entre condições de vida e trabalho e das doenças e acidentes frequentes nas atividades de pesca e marisco. (FREITAS, 2003; HAGUETE, 1987; MINAYO, 1994)

Esse projeto esteve integrado às pesquisas anteriores junto aos mesmos sujeitos pescadores e marisqueiras, com aprovação de Comitê de Ética em Pesquisa.

## Resultados

Os resultados alcançados no projeto se constituíram de práticas interdisciplinares realizadas pela equipe, inclusive enquanto ação de extensão importante para a formação de estudantes, e de intervenções específicas, porém sempre articulados ao foco central do programa. A transversalidade foi construída por meio da educação popular em saúde e apoio à participação comunitária diante das demandas de saúde do trabalhador e segurança alimentar para os pescadores artesanais.

Aspecto essencial da prática de campo foi o conhecimento do trabalho, de forma participativa no entendimento das tarefas e atividades do trabalho, para então se conhecer os riscos à saúde. Com isso, os sintomas de doenças verificados na clínica puderam ser articulados com regiões e órgãos do corpo mais atingidos pela sobrecarga das atividades. Essa conduta foi essencial para se configurar nexos clínicos e diagnósticos das doenças com o trabalho.

A imersão inicial nas comunidades pesqueiras ocorreu com a análise do processo de trabalho da pesca artesanal e respectivas atividades de extração de mariscos. Este processo é composto por atividade adequada a um fim (BRAVERMAN, 1980), em que a extração de marisco ou pesca dispõe de meios de trabalho: o instrumental constituído de colheres, facas, baldes, sacos, algumas vezes canoas para deslocamento, dentre outros instrumentos rudimentares.

O ambiente de trabalho no manguezal é inóspito (ver foto n. 1), constituído dos mais variados riscos: físicos (como radiações solares); químicos (lama e umidade); biológicos (animais marinhos peçonhentos, mosquitos, picadas de caranguejos, siris, peixes etc.). Os riscos de acidentes de maior gravidade foram afogamentos e lesões cutâneas e oculares decorrentes de ferimentos com fragmentos de caules secos dos manguezais, ostras, facas etc. Destacam-se os riscos ergonômicos com posturas com sobrecarga para coluna e excesso de movimentos repetitivos, conforme observados em estudos anteriores.

Foto n. 1 – Ambiente de trabalho no manguezal: coleta de ostra e caranguejo, Taperoá/BA



Os estudantes deste projeto foram estimulados a mariscar para compreender melhor o processo de trabalho e as cargas físicas e psíquicas envolvidas nas atividades (ver foto n. 2). Na cidade de Taperoá, a situação do ambiente de trabalho, sobretudo nos manguezais, se agravou em função da poluição orgânica, quando se verificou que após a urbanização da orla marítima, os esgotos passaram a ser despejados no manguezal, fonte de sobrevivência da maioria dos trabalhadores daquela localidade (ver foto n. 3). Nessas condições, a contaminação do alimento produzido se transformou em sério problema para os pescadores diante das exigências da vigilância sanitária, além de se constituir em novos riscos ocupacionais de infestação de parasitoses intestinais para as marisqueiras que atuam na região.

Foto n. 2 – Estudantes realizando atividades de mariscagem



Foto n. 3 – Esgotos sanitários no manguezal da orla reformada de Taperoá/BA



Os encontros realizados durante as atividades itinerantes viabilizaram momentos de discussões horizontalizadas e dialógicas em “rodas de conversas” iniciadas com questões sobre a saúde do trabalhador da pesca artesanal/mariscagem, a compreensão do trabalho na maré, as doenças do trabalho (com especial atenção às doenças musculoesqueléticas), o risco de acidentes no trabalho, e finalizadas com dinâmicas oriundas da fisioterapia preventiva por meio de alongamentos e orientações e práticas de saúde, sempre buscando uma melhor relação e acolhimento para integração do grupo.

O envolvimento e a participação da comunidade têm sido cada vez mais utilizados como instrumento para elevação dos níveis de saúde. (BISPO JÚNIOR, 2010) Verificou-se, em acordo com Pattussi e outros (2006), que a participação das marisqueiras e pescadores nas atividades de campo propiciou a valorização da cidadania

e elencou caminhos que poderão ser utilizados para a elevação do capital social. Dessa forma dialógica, buscou-se construir ressignificações das percepções de dor, sofrimento, alimentação saudável e orientar possibilidades e ocorrência de doenças relacionadas ao trabalho. Antes, saberes e práticas sobre a relação entre saúde e doença ocupacional não constituíam noções presentes nos conhecimentos sobre adoecimento de marisqueiras e pescadores – a dor articular desencadeada pela atividade ocupacional era percebida como doença reumática em geral. Mas após as ações deste projeto, os sintomas, a exemplo da LER, passaram a ser entendidos como possíveis doenças relacionadas ao trabalho. Esse despertar resultou da construção dialógica da saúde individual e coletiva, além de proposições de práticas institucionais que colaboram com o processo de conscientização da população sobre o seu protagonismo na condução das políticas e identificação dos serviços voltados à atenção em saúde do trabalhador.

Com a identificação dos principais problemas no trabalho, as propostas de intervenção tornaram-se mais efetivas com a participação das comunidades. Algumas condições apresentaram maior potencial para a limitação da capacidade funcional das marisqueiras e por isso houve uma atenção especial, a exemplo das LER/DORT que afetam a vida das marisqueiras ao reduzir sua capacidade de trabalho pela dor crônica e sofrimento no cotidiano.

## Quanto à saúde do trabalhador

O projeto viabilizou a construção do percurso nos níveis de atenção básica e de referência especializada à saúde, com procedimentos hierarquizados e resolutivos em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS). Cada marisqueira acolhida na prática de educação popular em saúde passava por uma breve triagem realizada por fisioterapeutas. As marisqueiras que apresentaram relatos de dor musculoesquelética ou queixas ocupacionais foram encaminhadas para exame em Medicina do Trabalho, realizado pela equipe da própria caravana.

Vale destacar que o fisioterapeuta vem destinando sua atenção quase que exclusivamente ao tratamento e cura de doenças. As mudanças na forma de atuação neste projeto levaram à ampliação do campo de intervenção a partir da compreensão do universo de vida e trabalho na pesca artesanal/mariscagem. Com isso, as práticas fisioterapêuticas realizadas centraram-se na prevenção de doenças do trabalho, em

especial das LER/DORT. Orientações sobre exercícios laborais possíveis de serem executados nos locais de pesca e nas residências foram realizados, sem desconsiderar as práticas terapêuticas feitas no ambulatório do Hospital Universitário.

Para confirmação diagnóstica de LER/DORT, as marisqueiras com quadros mais graves foram encaminhadas ao ambulatório especializado, o SESAO (HUPES/UFBA), onde se fez exames com médico do trabalho e neurologista, e a realização de exames como eletroneuromiografia e ultrassonografia para confirmação diagnóstica dos casos indicados, além de direcionamento à fisioterapia para realização da avaliação cinético funcional. Os dados da avaliação clínica e funcional, juntamente com o resultado dos exames complementares, compuseram relatórios para encaminhamento ao INSS.

A Tabela 1 apresenta informações sobre 36 marisqueiras atendidas por idade e tempo de mariscagem nas comunidades escolhidas para o projeto. Como visto na metodologia, esses atendimentos realizados pela equipe multiprofissional envolveram um número maior de participantes, e os casos apresentados passaram por uma primeira triagem para encaminhá-los à consulta clínica em posto de atendimento organizado pela caravana em três comunidades.

Pode-se verificar a precocidade do início do trabalho na mariscagem. Grande parte delas trabalha desde a infância, algumas iniciaram na profissão aos dez anos de idade. Para o total de atendidas, a média de idade foi de 45,1 anos e a média do tempo de atividade na mariscagem foi de 29,8 anos. Dezenove marisqueiras, 53% do total, iniciaram o trabalho precocemente, com idade inferior a 18 anos (destacado em negrito na tabela), enquanto que 16 (44%) começaram a trabalhar na idade adulta. Dessa forma, considerando o tempo total de trabalho, a média de idade de início no trabalho de mariscagem foi de 15,3 anos, significando importante exposição aos riscos relacionados ao trabalho em idade precoce, principalmente em relação à exposição solar, movimentos repetitivos que possuem efeitos cumulativos (KUORINKA; FORCIER, 1995), além de deformidades ósseas na fase de crescimento. Chama atenção sete casos (19,4%) em que a atividade ocupacional precoce se iniciou na infância, com idade igual ou inferior a dez anos.



Tabela 1 – Comunidade pesqueira, idade e tempo de mariscagem – Bahia, 2013

Comunidade pesqueira	Idade	Tempo de mariscagem	Idade de início da mariscagem (diferença entre idade e tempo de atividade)
Taperoá	44	31	13
Taperoá	45	30	15
Taperoá	44	10	34
Taperoá	43	30	13
Taperoá	43	30	13
Taperoá	44	37	7
Taperoá	47	35	12
Taperoá	52	38	14
Taperoá	51	25	26
Taperoá	52	42	10
Taperoá	35	24	11
Taperoá	52	12	40
Taperoá	39	30	9
Taperoá	36	8	28
Taperoá	52	24	28
Taperoá	64	54	10
Taperoá	47	19	28
Taperoá	44	9	35
Taperoá	45	27	18
Ituberá	50	20	30
Taperoá	49	20	29
Taperoá	38	20	18
Taperoá	54	44	10
Taperoá	51	30	21
Taperoá	45	33	12
Cairu	52	32	20
Cairu	57	48	9
Conceição de Salinas	--	11	--
Conceição de Salinas	63	10	53
Salinas das Margaridas	43	31	12
Cairu	62	50	12
Salinas das Margaridas	58	47	11
Conceição de Salinas	65	57	8
Conceição de Salinas	52	42	10
Salinas das Margaridas	51	39	12
Conceição de Salinas	41	25	16
<b>Total de 36 atendimentos clínicos na localidade</b>			
<b>Média</b>	<b>45,1</b>	<b>29,8</b>	<b>15,3</b>

Os casos suspeitos atendidos tiveram a média de idade de 45,1 anos, indicando situação sintomática dolorosa após longo período na profissão, ou seja, para os pa-

cientes portadores de LER tem-se um longo período de exposição aos movimentos repetitivos. Ainda em relação aos 36 atendimentos, quatro (11%) possuíam idade superior a 60 anos, indicando também a presença de trabalho tardio nessas comunidades. Nesses casos, representa sobrecarga adicional diante de esforços repetitivos em excesso e essa condição deve ser levada em conta pelas políticas públicas e previdenciárias para proteção dos idosos.

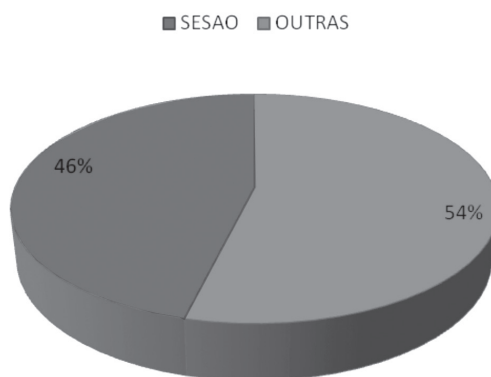
Na Tabela 2 são apresentados os resultados dos casos de suspeitas diagnósticas realizadas a partir da anamnese e exame físico, com queixa de dor crônica nos membros superiores e região da coluna vertebral, lesões dermatológicas e ênfase na história ocupacional de exposição a movimentos repetitivos. A coluna da esquerda apresenta, em ordem alfabética, as suspeitas diagnósticas; a coluna do meio mostra o número de marisqueiras e pescadores com suspeitas diagnósticas, podendo ocorrer mais de uma patologia relacionada ao trabalho; a coluna à direita traz a porcentagem desses achados relacionados ao número total de marisqueiras (36). A suspeita de vitiligo ocupacional foi descartada como doença do trabalho, pois não se encontraram na história ocupacional ou nas atividades de pesca substâncias químicas capazes de levar a lesões hipocrômicas de pele.

Tabela 2 – Suspeitas diagnósticas de doenças das marisqueiras e pescadores atendidos nas comunidades – Bahia, 2013

Suspeitas diagnósticas	Quantidade de enfermidades suspeitas (podendo envolver mais de uma enfermidade por paciente)	Percentual em relação ao total de pessoas atendidas
Artralgia	3	8,3
Bursite	2	5,5
Cialtágia	2	5,5
Dermatite alérgica	1	2,7
Dermatite irritativa de contato	1	2,7
Elaiocnirose	1	2,7
Epicondilite	1	2,7
Hérnia de disco	6	16,6
LER   DORT – inespecífica	16	44,3%
Lombalgia	13	36,1
Otite	1	2,7
Síndrome cervicobraquial	2	5,5
Síndrome do túnel do carpo	5	13,8
Tendinopatia	6	16,6
Hipocromia cutânea ocupacional (vitiligo ocupacional)	1	2,7
Total de pessoas 36 atendidas	60	36 = 100%

Do total de 36 casos atendidos, 26 demandaram encaminhamentos pela gravidade do quadro ou para conclusão diagnóstica em atendimento especializado. O Gráfico 1 apresenta a proporção de pessoas encaminhadas ao SESA0 (54% do total, em número de 14), enquanto outros 12 pacientes (46%) foram encaminhados aos serviços de referência do SUS para realização de exames complementares e de imagens médicas, ou mesmo para unidades de Saúde da Família para acompanhamento clínico.

Gráfico 1 – Encaminhamento de pescadores e marisqueiras com suspeitas de doenças do trabalho para o SESA0/HUPES-UFBA e outros serviços do SUS. Salvador/BA, 2013



A prescrição de medicamentos anti-inflamatórios e analgésicos foi realizada para os pacientes com sintomatologia dolorosa e reações inflamatórias. Além dos pedidos de exames complementares, os pacientes foram encaminhados para acompanhamento com médico clínico, fisioterapia, orientações quanto à ergonomia e medidas de higiene.

Os diagnósticos de doenças do trabalho de todos os pacientes encaminhados ao ambulatório especializado foram confirmados, e 1/3 deles, que se encontrava em situação grave com incapacidade temporária ou permanente, encaminhou-se para a Previdência Social. Para todos nessa situação, houve a elaboração de relatório médico do trabalho, emissão da Comunicação de Acidente do Trabalho (CAT) e encaminhamento para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para avaliação pericial. Diante dessa situação, esse projeto ofereceu condições de acesso aos serviços avançados de diagnóstico de doenças do trabalho para populações excluídas desse direito.

Esses casos se somaram aos mais de 600 com LER/DORT em marisqueiras das comunidades pesqueiras da Bahia existentes na casuística desse serviço ambulatorial.

## A segurança alimentar e nutricional

Durante a realização das práticas de extensão em segurança alimentar e nutricional nas comunidades, os participantes dos eventos se dividiam nos grupos de Fisioterapia, Medicina e Nutrição, de maneira que todos interagissem com os profissionais e estudantes. O diálogo com os participantes iniciou o processo, enquanto os atendimentos médicos aconteciam. Após as apresentações com *slides* e cartazes ou mesmo roda de conversa, seguiram-se a descrição pela comunidade sobre a alimentação mais comum nas principais refeições, os alimentos levados para o trabalho na maré e os consumidos nas residências e escolas. A melhoria do processo de trabalho com a finalidade de proporcionar mais valor agregado ao produto, sobretudo assegurando condições de armazenamento e higiene para o comércio independente dos atravessadores foi sempre tema presente nessas atividades.

Estudos nesta área (OLIVEIRA, 2010) identificaram entre jangadeiros o baixo consumo de frutas, verduras e legumes, assim como os referidos pelas comunidades de pescadores. Essa prática alimentar contribui para a carência de micronutrientes essenciais aos processos metabólicos, tais como vitamina C, complexo B e carotenoides. Freitas (2009) relata sobre este estado de insegurança alimentar especificamente na Ilha de Maré, um dos locais envolvidos no projeto, demonstrando que são necessárias ações de longo prazo para que a Segurança Alimentar e Nutricional possa ser, de fato, assegurada. Situações semelhantes foram observadas em todas as comunidades pesqueiras trabalhadas.

Após esse momento de exposição dialogada sobre a relação entre alimentação e doenças crônicas não transmissíveis mais prevalentes na sociedade atual e presentes nas comunidades (obesidade, hipertensão e diabetes), sempre havia trocas importantes de informações e sentimentos, bem como propostas de melhorias da alimentação. A alimentação rica em carboidratos e gorduras é complementada com alto consumo de refrigerantes, refrescos em pó e condimentos industrializados em detrimento do uso de frutas e temperos regionais. Quando o interesse se voltava para o aproveitamento integral dos alimentos, foram discutidas possibilidades de maior produção de alimentos que compõem receitas culinárias tradicionais com alta qualidade nutricional.

nal e que possam ser aproveitados na alimentação escolar. O receituário de variados mariscos cozidos com verduras é um dos exemplos comuns da região.

Quanto aos alimentos utilizados no trabalho na maré, os trabalhadores geralmente se referem a biscoitos e farofas como os mais utilizados, em função da conservação e saciedade que promovem. Empreendeu-se o estímulo ao enriquecimento nutricional dessas farofas com folhas como couve, ou verduras como cenoura, por exemplo, sendo acolhido pela comunidade como possibilidades ademais da utilização de beijus e rapadura, como alimentos menos ricos em gordura e sódio. A troca de conhecimentos/experiências sobre a comida impulsionou a aprendizagem coletiva em conformidade com a pesquisa participante realizada por Brandão e Streck (2006).

## Acidentes com animais marinhos

Nos estudos realizados em duas comunidades pesqueiras localizadas na região do Baixo Sul do litoral da Bahia, houve a identificação dos principais riscos de acidentes com animais marinhos nas atividades de extração do marisco, nas praias e nos manguezais, assim como na pesca artesanal. Incluiu-se na investigação a exposição à mosca hematófaga – mutuca – e insetos prevalentes nos manguezais, em função do sofrimento decorrente das picadas impingidas aos pescadores no cotidiano do trabalho.

Obteve-se um rico material que corroborou a situação de invisibilidade epidemiológica, desde quando esses acidentes não são notificados e não constam das estatísticas oficiais do SUS e da Previdência Social. Os principais animais envolvidos com acidentes na extração de marisco e na pesca artesanal são relatados no quadro abaixo, assim como algumas orientações sobre tratamento e prevenção:

### Quadro 1 – Principais animais com riscos de acidentes encontrados nas atividades de pesca e mariscagem

- Pocomon (*Zungaro zungaro*): Vive enterrado na coroa de maré vazia na lama. Os acidentes são noturnos, relacionado à pesca do camarão. Parece com o niquim, mas é mais achatado e mais “baixo”, além de liso, marrom e “escorregadio”. Possui três espinhos no dorso que causam muita dor local ao perfurar a pele do pescador. Causa edema e a infecção subsequente pode levar à febre. O tratamento envolve assepsia local, tratamento sintomático e uso de antibióticos para casos com infecção bacteriana.

- Pinima (*Gymnothorax ocellatus*): É peixe nadante. Os acidentes ocorrem principalmente à noite nas atividades de pesca do camarão. Às vezes serve de alimento. Apresenta corpo comprido, semelhante a uma cobra. Não causa acidentes importantes. Vive na lama enterrada e é atraída pela luz, mas não é venenosa, apesar de causar muita dor com as mordidas ao “correr atrás dos pescadores”.

<p>- Niquim (<i>Thalassophryne nattereri</i>): Vive submerso na lama, em conformidade com o mimetismo que o torna semelhante às rochas ou pedras (peixe-pedra). Os acidentes são principalmente noturnos, relacionados à pesca do camarão e à mariscagem no espelho d'água. Seus acidentes causam edema, dor intensa e severa no local da picada que imobiliza o pescador, cefaleia e infecção secundária com febre. O tratamento envolve uso de analgésicos e anestésicos locais, associado à aplicação de antibióticos e proteção contra o tétano. As lesões infectadas podem evoluir para formas mutilantes nos locais atingidos.</p>
<p>- Miroró ou peixe-cobra (Moreia): Vive enterrado na lama. As mordidas resultam em acidentes, principalmente nas atividades noturnas, relacionados à pesca do camarão. Seu corpo é semelhante ao de uma cobra. É utilizado como alimento. Não é venenoso, mas sua mordida acarreta em muita dor. “Ele ataca e segue as pessoas”. O tratamento é sintomático e indica-se a prevenção contra tétano.</p>
<p>- Caramuru: Semelhante ao miroró. Vive nas pedras também. “Corre atrás das pessoas dentro da água”.</p>
<p>- Água-viva (<i>Chironex fleckeri</i>) e caravelas: Trata-se de uma das principais causas de acidentes marinhos de lazer e trabalho, em que pode ser grave e se constituir em causa concomitante de afogamentos. Os primeiros socorros e tratamentos das queimaduras químicas são encontrados na literatura em geral e, nas atividades de mariscagem, as marisqueiras e pescadores conhecem situações de risco e isso impede maior número de ocorrências, apesar de trabalharem cotidianamente expostas a esses animais.</p>
<p>- Arraia: São várias as espécies de arraia que possuem ferrão serrilhado na cauda que pode causar acidentes graves em pescadores e marisqueiras, causando ferimento e lesões com dor aguda e de difícil cicatrização.</p>
<p>- Ostra: São moluscos cujas conchas apresentam risco de acidentes com cortes profundos nas atividades de extração de mariscos e, sobretudo, na extração de caranguejos, ostras e outros mariscos no mangue. Trata-se de cortes muitas vezes profundos que podem causar lesões graves. Segundo pescadores da região, “não pode colocar a área ferida na água salgada, pois a dor dura muitos anos”. Há práticas perigosas de colocar pó de café para estancar o sangramento, o que ocasiona riscos de infecção e tétano.</p>
<p>- Criminoso (<i>Chicoreus formosus</i>): Ocasiona lesão traumática pela mordida; trata-se com analgésicos e/ou antibióticos.</p>
<p>- Mututuca (Tabanidae) e picadas de insetos em geral: As picadas de mutucas – mosca hematófaga – e insetos são bastante frequentes nas atividades de extração de mariscos no manguezal. A situação se agrava em regiões próximas a esgotos e regiões com lixo orgânico resultante da falta de saneamento. Muitos pescadores e marisqueiras, em condições de desespero para permanecer no manguezal, utilizam como repelente óleo mineral e mesmo óleo diesel, agente cancerígeno. Há necessidade de se constituir políticas que forneçam repelentes ou roupas apropriadas para impedir as picadas de insetos, de forma a evitar o uso de produtos extremamente perigosos para a saúde (vide acima, caso de diagnóstico de elaiocinose em pescadores).</p>

Este conjunto de práticas foi realizado de forma simultânea com debates junto às comunidades e nas atividades acadêmicas ocorridas no serviço ambulatorial do HUPES. Dessa maneira, esse projeto não desenvolveu ações paralelas, mas integradas em reflexões interdisciplinares e multiprofissionais, cujos resultados enriqueceram compreensões sobre a saúde ocupacional desse grupo social por estudantes, professores e profissionais envolvidos.

## Conclusão

A Caravana de Saúde do Trabalhador, enquanto um programa de extensão, significou parte da interlocução entre a Universidade Federal da Bahia e as comunidades de pescadores da Baía de Todos os Santos, permitindo aproximação e integração de saberes, conhecimentos e experiências quanto à saúde dos pescadores para acadêmicos e professores desta Universidade. No entanto, o mais importante foi a oferta de serviços inexistentes aos trabalhadores artesanais da pesca e mariscagem, em que um ambulatório especializado de referência do SUS deu suporte às ações locais em comunidades excluídas da atenção à saúde do trabalhador e do acesso às práticas de segurança alimentar.

A integralidade dessa atenção garantiu, articuladamente, a prevenção de doenças e acidentes do trabalho e a atenção à saúde do trabalhador, com o diagnóstico e tratamento das doenças do trabalho, práticas de fisioterapia e direitos previdenciários. Mais ainda, a prática interdisciplinar constituiu competências que permitiram pensar alternativas de melhorias das condições de trabalho por meio das técnicas de produção e segurança alimentar possíveis de serem aplicadas em comunidades vulneráveis e isoladas. Este projeto permitiu, portanto, aproximação de acadêmicos a uma realidade inóspita que, simultaneamente, gera doenças e sofrimentos, mas permitem a sobrevivência centenária de significativa parcela das populações tradicionais que necessitam do acolhimento institucional e acadêmico.

Finalmente, este projeto associou ações originais, com a formação de estudantes de três cursos da área da saúde, indicando que é possível dispor de práticas complexas de vanguarda em tecnologias sociais que contemplem profunda imersão na realidade para a melhoria do ensino e da pesquisa.

## Referências

ASSUNÇÃO, A. A.; ALMEIDA, I. M. Doenças osteomusculares relacionadas ao trabalho: membro superior e pescoço. In: MENDES, R. *Patologia do trabalho*. São Paulo: Atheneu, 2005. v. 2.

BISPO JÚNIOR, J. P. Fisioterapia e saúde coletiva: desafios e novas responsabilidades profissionais. *Ciênc. Saúde Coletiva*, v. 15, s. 1, p. 1627-1636, jun. 2010.

- BRASIL. Ministério da Saúde. *Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos*. Brasília, 2001.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura, Brasil 2008-2009. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <[http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes\\_e\\_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf](http://www.mpa.gov.br/images/Docs/Informacoes_e_Estatisticas/Boletim%20MPA%202011FINAL.pdf)>. Acesso em: 01 maio 2014.
- BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015*. Brasília, DF, 2011.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. *Pesquisa participante: a partilha do saber*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.
- BRAVERMAN, H. O. *Trabalho e o capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. 3. ed. São Paulo: Zahar, 1980.
- DELIBERATO, P. C. P. *Fisioterapia preventiva: fundamentos e aplicações*. São Paulo: Manole, 2002.
- DESOILLE, H.; SCHERRER, J.; TRUHAUT, R. *Précis de médecine du travail*. Paris: Masson, 1991. p. 864-866.
- FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREITAS, M. C. S. *Agonia da fome*. Salvador, Rio de Janeiro: Edufba/FIOCRUZ, 2003.
- FREITAS, M. C. S. *Relatório do projeto crianças quilombolas*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, Coordenação Nacional de Nutrição, 2009.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail: quête du sens: critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- KUORINKA, I.; FORCIER, L. (Coord.). *Les lésions attribuables au travail répétitifs*. Montréal. Éditions Maloine, 1995.
- MINAYO, M. C. S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.
- OLIVEIRA, L. P. *Produção pesqueira artesanal: diagnóstico ergonômico e bases para um planejamento nutricional situado e a promoção da saúde dos jangadeiros*. 2010. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2010.
- PATTUSSI, M. P. et al. Capital Social e a agenda de pesquisa em epidemiologia. *Cad. Saúde Pública*, v. 22, n. 8, p. 1525-1546, 2006.



PENA, P. G. L.; FREITAS, M. C. S.; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. Rio de Janeiro. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 8, p. 383-392, 2011.

RIBEIRO, K. S. Q. S. A atuação da fisioterapia na atenção primária à saúde: reflexões a partir de uma experiência universitária. *Fisioterapia no Brasil*, v. 3, n. 5, p. 311-318, set./out. 2002.

RIOS, A. O.; REGO, R. F.; PENA, P. G. L. Doenças em trabalhadores da pesca. *Revista Baiana de Saúde Pública*, Salvador, v. 35, n. 1, p. 175-188, jan./mar. 2011.

SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record, 2000.



# Articulação, ensino e pesquisa para o desenvolvimento sustentável e saúde em comunidade quilombola de marisqueiras e pescadores da Baía de Todos os Santos

*Rita de Cássia Franco Régio, Ila Rocha Falcão e Lilian Lessa de Andrade*

## Introdução

Neste capítulo abordaremos os resultados e principais impactos de um projeto que envolve atividades de ensino, pesquisa e extensão e representa um trabalho multidisciplinar que incluiu colaboradores de diversas áreas do conhecimento. O projeto foi concebido como uma oportunidade de integração comunidade/universidade. A extensão universitária é um processo de troca de saberes em que o discente e o docente são introduzidos em uma realidade muitas vezes desconhecida e as estratégias, tanto pedagógicas quanto de gestão, são um desafio para a equipe envolvida. Além disso, a integração de diversas áreas do conhecimento em um projeto é outro fator relevante na formação acadêmica, profissional e cidadã do pesquisador.

Este projeto foi iniciado em dezembro de 2010 e concluído em fevereiro de 2013. Contou com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb) em parceria com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), envolvendo professores pesquisadores de diferentes departamentos e unidades da UFBA, tais como: Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Medicina, Depar-

tamento de Estatística do Instituto de Matemática, Departamento de Engenharia Elétrica da Escola Politécnica e Escola de Nutrição da UFBA. Este projeto contou com estudantes do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho (PPGSAT) e de estudantes de graduação em Medicina, do Programa de Educação Tutorial de Medicina (PET-Medicina), em Engenharia Elétrica, do PET-Engenharia Elétrica, além de bolsistas de graduação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e do Programa Permanecer da Escola de Nutrição e de Estatística.

Antes de relatar os resultados deste projeto, serão apresentadas algumas considerações quanto à idealização, definição do problema e escolha da área de estudo, objetivos, inovações e metodologias adotadas e definição dos principais conceitos que envolveram o projeto. Todos esses elementos são pertinentes para a compreensão da sua relevância para as partes envolvidas. Pretende-se relatar a experiência deste projeto, com o intuito de auxiliar e motivar novos pesquisadores que almejam adentrar no universo da prática extensionista aliada à pesquisa no âmbito da universidade.

## **A comunidade de Bananeiras: em busca do desenvolvimento sustentável**

A comunidade de Bananeiras é uma localidade da Ilha de Maré que, por sua vez, está situada na Baía de Todos os Santos (BTS). A Ilha de Maré pertence ao município de Salvador e é considerada uma área de proteção ambiental (APA BTS) desde 1999, a partir do Decreto nº 7.595, de 5 de junho de 1999. Possui como principal meio de subsistência a pesca e a mariscagem, realizadas de forma artesanal; os moradores exercem ainda atividades agrícolas, de turismo e comércio de doces e artesanatos.

As atividades de mariscagem na Ilha de Maré são realizadas majoritariamente por mulheres que tiram do mar o seu sustento. Entretanto, esta atividade é responsável por diversos danos à saúde que envolvem tanto o trabalho quanto o ambiente. Isto porque as marisqueiras realizam um trabalho repetitivo, intenso e com longas jornadas, sendo expostas a riscos ergonômicos, químicos, físicos, biológicos e de acidentes.

A idealização deste projeto provém de demandas referidas pela comunidade em relação a problemas de saúde e ambientais, referentes ao processo de trabalho, assim como ao processamento de alimentos que são comercializados na ilha. Estes alimentos servem como principal fonte de renda, contribuindo para a segurança alimentar

das famílias. A população relatava a necessidade de melhorar a renda e a preocupação quanto às ameaças à sua sustentabilidade, ao trabalho, ao ambiente e à saúde. Dentre os fatores determinantes da escolha da comunidade estava o interesse desta em participar do projeto aliado ao da equipe que seria o de desenvolver uma experiência de transversalidade das ações de saúde do trabalhador, tendo o trabalho como um dos determinantes do processo saúde/doença, conforme determina a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. (BRASIL, 2012b)

Dentre os problemas ambientais relatados pela população estava a redução do tamanho e da quantidade de mariscos, que era atribuída à poluição marítima da Baía de Todos os Santos. Dentre os problemas de saúde mais referidos pela comunidade estão os distúrbios musculoesqueléticos, atribuído ao processo de trabalho na mariscagem. Outro agravo ambiental relatado era aquele decorrente da poluição atmosférica, devido à proximidade da comunidade a uma refinaria de petróleo, e da queima de carvão, utilizado para cozinhar o doce e os mariscos, considerados como causas importantes de problemas respiratórios.

O modelo de comércio local, por sua vez, sujeito a atravessadores e com baixa divisão técnica, favorecia a venda do produto com baixo valor agregado, contribuindo para a manutenção do estado de pobreza. O fortalecimento do comércio local junto ao produtor familiar é um tema previsto na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Com base nesta lei, o governo incentiva as prefeituras na aquisição de alimentos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), produzidos pelos produtores locais da agricultura familiar, empreendedores, familiares rurais e comunidades tradicionais indígenas e quilombolas.

Pensando na produção, saúde e riscos ambientais como variáveis, logo se chegou a um tema principal que engloba estes três principais eixos temáticos, não sendo um modelo estático e duro: o modelo de desenvolvimento sustentável. A sustentabilidade deve ser tratada considerando sua abrangência assim como os diversos enfoques, de acordo com a proposta elaborada.

É possível entender o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação e de mudança, em contínuo aperfeiçoamento, envolvendo múltiplas dimensões – econômica, social, ambiental e política. (BRASIL, 2010) O conceito de sustentabilidade, de acordo com Veiga (2010), obrigatoriamente tem suas raízes nas reflexões de

duas disciplinas consideradas científicas: Ecologia e Economia. Frente a isto, a inovação surge como uma das contribuições mais determinantes na busca de um desenvolvimento sustentável efetivo em suas múltiplas dimensões. (BRASIL, 2010)

O desenvolvimento sustentável envolve a melhoria da qualidade de vida. Para alcançá-lo, alguns esforços tornam-se necessários. São estes:

[...] uma presença crescente da ciência e da tecnologia na produção de alimentos, na melhoria das condições de saúde, na exploração e preservação de recursos naturais, na agregação de valor à produção, na redução da desigualdade social e do desequilíbrio regional, no desenvolvimento de tecnologias sociais. (BRASIL, 2010, p. 28)

O tema sustentabilidade vem ganhando espaço em conferências mundiais e também se constitui um dos temas de interesse da Universidade e das empresas de fomento à pesquisa. Neste contexto, projetos com este foco são desenvolvidos, podendo inserir o estudante em múltiplas áreas. O conceito de extensão, por sua vez, está atrelado a experiências que extrapolam as paredes da universidade, construindo um olhar mais amplo e inserido na realidade. Dentre os diversos caminhos que as experiências com a extensão universitária podem traçar estão as atividades comunitárias para atenção à saúde e, mais recentemente, a sustentabilidade.

## **O projeto: objetivos, inovações e metodologias utilizadas**

O projeto buscou articular pesquisa, ensino e extensão visando o desenvolvimento e a difusão de tecnologias para melhorar as condições de vida e de saúde e redução da pobreza e da desigualdade social em comunidade quilombola de pescadores e marisqueiras da Baía de Todos os Santos. Para cumprir este objetivo, foram articuladas diferentes áreas do conhecimento em três subprojetos, a saber:

### **Subprojeto 1: Beneficiamento e Processamento de Alimentos Locais (UBPAL)**

Buscando associar melhorias de saúde, preservação ambiental e sustentabilidade das comunidades tradicionais, surgiu a ideia da criação da Unidade Beneficiamento e Processamento de Alimentos Locais (UBPAL). O intuito é de que esta Unidade poderia ser um núcleo para o desenvolvimento de produtos com valor comercial

agregado, como doce de banana, hambúrguer e molho de marisco. Esta produção possibilitaria melhor renda para a comunidade e deveria ter como princípios as boas práticas de fabricação de alimentos, o comércio justo e o desenvolvimento sustentável. Os produtos e matérias-primas passariam por análises físico-químicas, microbiológicas e toxicológicas, podendo ser comercializados, inclusive, para a alimentação escolar. A Escola de Nutrição da UFBA foi responsável pela concepção e acompanhamento deste projeto que se propunha a:

- Identificar alimentos locais e seus possíveis produtos comercializáveis;
- Desenvolver, aplicar e adaptar tecnologias de processamento, embalagem e armazenamento de alimentos;
- Avaliar as características, físicas, químicas, microbiológicas e toxicológicas dos alimentos e produtos;
- Implantar procedimentos de produção e comercialização dos produtos alimentícios;
- Desenvolver atualização e capacitação da comunidade local (famílias beneficiadas);
- Produzir, de forma participativa, material didático sobre Beneficiamento e Processamento de Alimentos Locais;
- Elaborar um projeto de pesquisa – Avaliação do Funcionamento da UBPAL.

### **Subprojeto 2: Aquecedor Solar Baixo Custo (ASBC)**

O grande desafio do projeto estava em minimizar os impactos sobre a saúde e o ambiente nas etapas de processamento do marisco e do doce além de identificar e aplicar soluções sustentáveis. O PET-Engenharia Elétrica trouxe como alternativa para reduzir a queima de madeira para aquecer o fogo de cozimento do marisco e do doce o Aquecedor Solar de Baixo Custo (ASBC) e, para melhorar o conforto térmico, a manta térmica. O protótipo de Aquecedor Solar de Baixo Custo (ASBC) responde ainda a dois problemas ambientais: redução do lixo e do consumo de energia elétrica. Ambas as soluções utilizam garrafa PET e caixas de Tetra Pak (caixas de leite), que seriam jogados no lixo, poluindo o ambiente. O ASBC permite o aquecimento de água por energia solar, reduzindo o consumo de energia elétrica do chuveiro e de lenha para aquecer a água de cozer os mariscos. A manta térmica reduz o calor ambiente dos domicílios, proporcionando o conforto térmico. A popu-

lação participou de todo o processo de construção e implantação dos protótipos. Este subprojeto se propunha a:

- Construir e acompanhar o funcionamento do protótipo de ASBC na comunidade;
- Elaborar manual de construção de ASBC;
- Realizar oficinas de capacitação da comunidade local (famílias beneficiadas) para construção de ASBC.

### **Subprojeto 3: Estudo epidemiológico de doenças ocupacionais musculoesqueléticas em marisqueiras e pescadores**

Os riscos ocupacionais e ambientais do processo de trabalho das marisqueiras foram mensurados por estudos epidemiológicos desenvolvidos com a colaboração dos alunos do PPGSAT e do PET-Medicina. Além de identificarem doenças musculoesqueléticas e outras doenças referidas pela comunidade, os estudantes, junto com os médicos, nutricionistas e fisioterapeutas, realizam exames de saúde na população adulta e direcionaram os casos suspeitos de doenças ocupacionais para o Ambulatório de Saúde Ocupacional Magalhães Neto.

A literatura carece de estudos epidemiológicos que abordem a ocorrência de acidentes e doenças do trabalho em pescadores artesanais, incluindo as atividades de coleta de mariscos. Um dos impactos previstos pelo projeto era dar visibilidade à categoria profissional de pescadoras artesanais/marisqueiras junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), buscando fortalecer mecanismos para o estabelecimento do nexos causal das doenças e acidentes do trabalho e, portanto, da percepção dos direitos securitários desta população, tornando-os visíveis perante a lei na busca pelo seu direito ao meio ambiente e trabalho saudável. Este subprojeto se propunha a:

- Desenvolver instrumento/questionário para a pesquisa epidemiológica de saúde de trabalhadores de pesca artesanal/marisqueiras;
- Estudar a prevalência de acidentes e doenças ocupacionais musculoesqueléticas em marisqueiras através de inquérito de morbidade referida;
- Encaminhar os portadores de doenças ocupacionais ao Serviço de Saúde Ocupacional (SESAO) do Hospital Universitário Professor Edgar Santos (HUPES);
- Realizar oficinas na comunidade sobre saúde, ambiente e trabalho;



- Realizar um Simpósio sobre saúde e sustentabilidade em comunidades de marisqueiras e pescadores;
- Produzir um videodocumentário sobre a saúde e sustentabilidade de comunidades marisqueiras e pescadores;
- Produzir uma publicação científica com foco na saúde e sustentabilidade de comunidades marisqueiras e pescadores.

## Inovações e metodologias utilizadas

O projeto como um todo partiu de uma Pesquisa Participativa de Base Comunitária (COOK, 2008) com metodologia mista (quali-quantitativa) sendo constituída de revisão documental e de literatura, observação participante e estudo epidemiológico. Este projeto já resultou em várias dissertações de mestrado, monografias de final de curso de graduação e alguns artigos.

Na Pesquisa Participativa de Base Comunitária há envolvimento de forma equitativa entre os membros da comunidade, representantes de organizações e pesquisadores em todos os aspectos do processo de investigação. Os parceiros contribuem de forma a partilhar responsabilidades para melhorar a compreensão de um determinado fenômeno e as dinâmicas sociais e culturais da comunidade, e integrar o conhecimento adquirido com medidas para melhorar a saúde e o bem-estar dos membros da comunidade. (COOK, 2008)

Considerando a natureza multidisciplinar do projeto, as metodologias utilizadas também foram diversas, tanto na construção/coleta quanto na análise dos resultados. A metodologia inicial de aproximação foi a roda de conversa (MRECH; RAHME, 2009), uma técnica utilizada na educação infantil onde o diálogo entre os participantes orienta a condução das atividades. Dentre as demandas da comunidade estavam as dificuldades da assistência à saúde, o acesso à Previdência Social e a necessidade de valorização comercial dos alimentos produzidos na ilha. A partir de então, os subprojetos foram sendo delineados buscando dar conta das demandas da comunidade e dos pesquisadores envolvidos.

Assim, em função das experiências e afinidades, as metodologias foram se transformando em atividades de pesquisa e extensão. O subprojeto “Beneficiamento e Processamento de Alimentos Locais” utilizou a pesquisa participante (GIL, 2002; STRECK; BRANDÃO, 2006), sendo definidos junto à comunidade tanto os pro-

duetos a serem desenvolvidos, quanto a avaliação final dos mesmos quanto à questão sensorial e viabilidade de reprodução.

O subprojeto “Estudo epidemiológico de doenças ocupacionais musculoesqueléticas em marisqueiras e pescadores” realizou investigação com abordagem epidemiológica, e as informações foram obtidas utilizando-se formulário padronizado aplicado a marisqueiras por entrevistadores treinados.

Além dessas metodologias específicas de cada subprojeto, ações integradoras como a construção de vídeo e eventos científicos, abordando a totalidade do projeto, também foram realizadas com a participação da comunidade, caracterizando a pesquisa participante. (STRECK; BRANDÃO, 2006; GIL, 2002)

O método pedagógico utilizado partiu da prática para a teoria, do “aprender fazendo” para o “aprender a teoria”. O aluno inicialmente era levado ao problema para aprender a realizar a tarefa nas mesmas condições que são encontradas na realidade. Ao ser incentivado a “aprender a teoria”, buscando-a a partir da realidade, o aluno precisa pensar a teoria para adaptá-la à realidade na resolução de problemas.

## Principais conceitos que fundamentaram o projeto

A busca por inclusão social, melhoria da qualidade de vida, segurança alimentar, saúde ocupacional, saúde ambiental, inovações tecnológicas, tecnologia social, sustentabilidade e comércio justo pautaram todas as etapas deste projeto. Neste capítulo, pretende-se situar o leitor quanto aos aspectos específicos da realidade da comunidade envolvida, já abordada por outros autores, e serão apresentados vários conceitos utilizados neste projeto.

A Baía de Todos os Santos (BTS) ocupa uma área extensa, com inúmeras ilhas, sendo importante para o escoamento da produção pelos portos, meio transporte, turismo e como meio de subsistência para comunidades ribeirinhas. Em 1999, a BTS se tornou uma Área de Proteção Ambiental (APA) a partir do Decreto nº 7.595. De acordo com Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, a APA é uma área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. A proteção destes atributos é assegurada por lei sendo que os objetivos básicos da APA são: proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo

de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (BRASIL, 2000)

A BTS possui exuberância e diversidade e, graças a esta magnitude, comporta a análise e o estudo criterioso de diversos aspectos, inclusive aqueles relacionados à economia, infraestrutura, transporte e desenvolvimento regional. (FARIA, 2011)

De acordo com Bandeira e Brito (2011), na Baía de Todos os Santos a pesca e a mariscagem são atividades praticadas principalmente pela população, geralmente excluída do mercado de trabalho formal, que obtém do mar o seu sustento, sendo esta uma alternativa para a segurança alimentar e nutricional.

A definição adotada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) revela as particularidades da pesca artesanal:

O termo pesca artesanal tende a implicar um tipo simples e individual (autônomo) ou um tipo familiar de empreendimento (em oposição a uma empresa industrial), o mais frequentemente utilizado pelo proprietário (mesmo que as embarcações possam, por vezes, pertencer ao peixeiro ou algum investidor externo), com o apoio da família. O termo não tem nenhuma referência óbvia ao tamanho, mas tende a ter uma conotação de níveis relativamente baixos de tecnologia, mas isso pode não ser sempre o caso [...]. A pesca artesanal pode ser pesca de subsistência ou comercial, fornecendo para o consumo local ou para exportação. (GARCIA, 2009, p. 474)

O Comitê Internacional da Pesca define a atividade de pesca artesanal ou em pequena escala e atividades associadas como:

[...] uma maneira de viver, bem como uma estratégia de sobrevivência fundamental para muitos milhões de famílias que vivem perto de zonas costeiras e águas continentais, especialmente nos países em desenvolvimento. Muitos pescadores de pequena escala são auto-empregados e envolvidos em atividades de subsistência (alimentação para a família) e na pesca comercial, transformação e comercialização. Os peixes fornecidos por pescadores de pequena escala geralmente desempenham um papel importante no abastecimento de alimentos locais e regionais e representa uma fonte vital de proteínas de origem animal e micronutrientes em dietas locais. (COMMITTEE ON FISHERIES, 2011, p. 2, tradução nossa)

Bandeira e Brito (2011, p. 304) discutem que, para a maioria dessas populações, a pesca não é realizada apenas como única alternativa de sobrevivência: ela é, sobretudo, uma “herança cultural secular, que dá sentido à existência individual, cimenta e regula a vida em grupo e provê matéria à imaginação social”.

Milhões de famílias que vivem perto de zonas costeiras e águas continentais, especialmente nos países em desenvolvimento, vivem da pesca. Os peixes fornecidos por pesca em pequena escala desempenham um papel importante no abastecimento de alimentos locais e regionais e representa uma fonte vital de proteínas de origem animal e micronutrientes em dietas locais. (COMMITTEE ON FISHERIES, 2011) Apesar da sua importância, estas comunidades de pesca artesanal são geralmente incluídas entre os grupos mais pobres da população. Isto pode ser explicado pela dependência de exploração de um recurso natural limitado e da imprevisibilidade inerente à profissão de pescador. (COMMITTEE ON FISHERIES, 2011)

A vulnerabilidade à pobreza também pode estar associada a problemas relacionados à saúde e seu acesso, assim como educação e conflitos com setores mais desenvolvidos como o turismo, aquicultura, agricultura, indústria, energia e infraestrutura. (COMMITTEE ON FISHERIES, 2011) Considerando os desafios para alcançar o desenvolvimento sustentável e responsável da pesca, elucidados pelo Comitê Internacional da Pesca (COMMITTEE ON FISHERIES, 2011), podemos destacar: 1. A vulnerabilidade à pobreza; 2. Degradação, poluição ambiental e exploração excessiva dos recursos; 3. Não regulamentação e pouco monitoramento da pesca em pequena escala; 4. Participação das mulheres igualmente na força de trabalho da pesca, sendo elas muitas vezes mais desfavorecidas e vulneráveis que os homens. O trabalho realizado por mulheres inclui a reprodução, serviços domésticos e comunitários; 5. Trabalho infantil; 6. Desastres naturais; 7. A insegurança alimentar e a fome.

De acordo com a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), a segurança alimentar e nutricional:

[...] consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (BRASIL, 2006, art. 3)

Dados da Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE, 2004) revelaram que em 65,2% dos 51,8 milhões de domicílios particulares brasileiros encontravam-se em situação de segurança alimentar. Dentre os 18 milhões com insegurança alimentar, 3,4 milhões foram classificados em situação de insegurança alimentar grave e 1,6 milhão destes domicílios estavam no Nordeste.

A segurança alimentar e nutricional possui um significado abrangente, de forma que engloba indicadores sociais e ambientais, incorporando o sentido de desenvolvimento sustentável. O artigo 4º da LOSAN dá a abrangência da segurança alimentar e nutricional, sendo importante destacar:

I – A ampliação das condições de acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se os acordos internacionais, do abastecimento e da distribuição dos alimentos, incluindo-se a água, bem como da geração de emprego e da redistribuição da renda; II – A conservação da biodiversidade e a utilização sustentável dos recursos; III – A promoção da saúde, da nutrição e da alimentação da população, incluindo-se grupos populacionais específicos e populações em situação de vulnerabilidade social; IV – A garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos, bem como seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilos de vida saudáveis que respeitem a diversidade étnica e racial e cultural da população; V – A produção de conhecimento e o acesso à informação; VI – A implementação de políticas públicas e estratégias sustentáveis e participativas de produção, comercialização e consumo de alimentos, respeitando-se as múltiplas características culturais do País. (BRASIL, 2006)

As comunidades pesqueiras da BTS podem ser consideradas como comunidades tradicionais, podendo ser definidas como grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômico, utilizando conhecimento, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

De acordo com definição exposta no Ministério da Pesca e Aquicultura,

O pescador (a) artesanal é o (a) profissional que, devidamente licenciado (a) pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, exerce a pesca com fins comerciais, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parcerias, desembarcada ou com embarcações de pequeno porte. Para a maior parte deles o conhecimento é passado de pai para filho ou pelas pessoas mais velhas e experientes de suas comunidades. Os pescadores conhecem bem o ambiente onde trabalham, como o mar, as marés, os manguezais, os rios, lagoas e os peixes. (BRASIL, 2011a)

Dos cerca de 970 mil pescadores registrados até setembro de 2011, 957 mil são pescadores e pescadoras artesanais. Estes estão organizados atualmente em torno de 760 associações, 137 sindicatos e 47 cooperativas. (BRASIL, 2011a) Não se conhece exatamente quantos são os pescadores artesanais, mas estima-se um contingente bem superior, e não se conhece quantos desses são marisqueiras.

Segundo o diagnóstico da pesca no Brasil (BRASIL, 2012a), em 2011 foram produzidos no país um milhão e 500 mil toneladas de pescado. A pesca extrativa marinha foi responsável por 38,7% do total de pescado, seguida pela aquicultura continental (38,0%), pesca extrativa continental (17,4%) e aquicultura marinha (6%). Em 2011, a região Nordeste registrou a maior produção de pescado do país, com 454.216,9 t, respondendo por 31,7% da produção nacional. (BRASIL, 2012a) Dados do Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Estado da Bahia (BAHIA, 2004) revelaram que o total da produção anual estimada em 2003 para o conjunto dos 14 municípios da Baía de Todos os Santos foi de 14.413,45 toneladas de pescado, o que correspondeu a 33,22% da produção estimada para o Estado no mesmo ano.

De acordo com Bandeira e Brito (2011), o processo de beneficiamento do pescado desenvolvido pela pesca artesanal na BTS é rudimentar, pois em quase sua totalidade é comercializado *in natura*, sem passar por estágios de industrialização e conservação que lhe possam agregar algum valor comercial. O beneficiamento do marisco ou pescado, quando existe, é realizado totalmente de forma artesanal. Tais processos de beneficiamento ocorrem de maneira individual ou familiar, seja com peixes ou mariscos, e geralmente são realizados na ausência de infraestrutura adequada, com extrema precariedade higiênico sanitária. (BANDEIRA, 2009)

A comercialização do produto oriundo da pesca artesanal na BTS, em sua maior parte, é feita no mercado interno *in natura* e contribui como abastecedor da demanda

local e regional de pescado da Bahia. (BANDEIRA; BRITO, 2011) Esta comercialização é realizada por intermediários, mas também ocorre a venda direta ao consumidor em pontos de vendas, nas feiras, nas praias de desembarques, nos próprios domicílios e nas ruas. Quando há excedentes, no entanto, a produção é essencialmente voltada para o consumo familiar. (BANDEIRA, 2009)

De maneira semelhante a muitas comunidades da Baía de Todos os Santos, os habitantes da Ilha de Maré são caracterizados como comunidade Quilombola, desempenhando a produção pesqueira artesanal, de natureza extrativista, sendo esta uma atividade econômica primária, predominantemente individual e com baixa divisão técnica. A mariscadeira é a proprietária dos instrumentos de trabalho e sobrevive da venda do produto do seu trabalho. (PENA; FREITAS; CARDIM, 2011)

O trabalho em comunidades tradicionais envolve um processo de transformação no qual se verifica o equilíbrio entre a exploração de recursos naturais, investimentos financeiros e desenvolvimento tecnológico. As inovações tecnológicas e de tecnologias sociais, quando empregadas em uma comunidade tradicional, devem ser inseridas com cautela, sem descaracterizá-la, ou seja, com respeito cultural. De acordo com a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (BRASIL, 2007), as inovações tecnológicas e sociais devem valorizar os recursos naturais locais, suas práticas, saberes, tecnologias tradicionais, fortalecendo processos dialógicos, direitos ambientais, dentre outros princípios.

## Resultados e impactos

Estiveram envolvidos neste projeto em torno de 32 alunos de graduação (Nutrição, Medicina, Engenharia Elétrica e Estatística), três de mestrado (Saúde, Ambiente e Trabalho) e seis professores da UFBA (Nutrição, Engenharia Elétrica e Medicina), além de um professor estrangeiro (Universidade de Barcelona). Todos tiveram a oportunidade de conviver com a comunidade. Em diferentes oportunidades foram realizadas oficinas com debates importantes abordando questões de saúde, ambiente e trabalho, tendo sido esta uma experiência avaliada como enriquecedora por todos os envolvidos.

Dentre os fatores que facilitaram o desenvolvimento do projeto estava o bom relacionamento entre os membros da equipe e destes com a comunidade, e o financiamento da Fapesb, fundamental para viabilizar as viagens de campo. Entretanto, houve dificuldades principalmente decorrentes da combinação entre o desejo da co-

munidade e as possibilidades de execução e conciliação das agendas de alunos, dos professores pesquisadores e da comunidade. O deslocamento até a Ilha de Maré foi dificultado pelas condições climáticas, o ritmo das marés e o acesso das embarcações às localidades.

Como produto deste projeto foi produzido um vídeo documentário denominado “Marisqueiras de Ilha de Maré” que já está disponível no *site* Youtube. Os pesquisadores deste projeto publicaram capítulos de livro (SALES; RÊGO; PENA, 2012) e artigos (PENA; MARTINS; REGO, 2013) neste período. Os resultados deste projeto estão descritos em cartilhas, manuais, monografias, dissertações, apresentações em seminários e congressos, artigos, capítulos de livros publicados ou em construção, além de registros fotográficos e em vídeo. Todos esses subprodutos foram transferidos para as comunidades envolvidas sob forma de documento impresso, seminários, oficinas e vídeos, servindo de subsídio para a luta dessas populações por melhorias de sua condição de vida e trabalho. Alguns resultados alcançados são apresentados por subprojeto de acordo com os objetivos específicos propostos.

### **Subprojeto: Beneficiamento e Processamento de Alimentos Locais**

Foram desenvolvidos e testados novos produtos alimentares com adaptação das tecnologias para o processamento, embalagem e armazenamento. Dentre os produtos estão: hambúrguer de marisco com banana verde, molho de tomate com marisco, doce de banana madura com banana verde e cacau em pó, doce de banana em estágio inicial de maturação com cacau em pó e doce de banana madura com banana verde e casca de banana verde. Foram identificados interessados em desenvolver atividades junto à Unidade de Beneficiamento e Processamento de Alimentos.

As características sensoriais, microbiológicas e toxicológicas dos alimentos e produtos, bem como características físico-químicas dos produtos desenvolvidos foram avaliadas. Os testes sensoriais foram desenvolvidos tanto na Ilha de Maré quanto na Universidade, para verificar a aceitabilidade pelos estudantes e pela comunidade. Todos os produtos obtiveram índices de aceitação próprios para comercialização.

Foram discutidos com a comunidade os passos necessários para os procedimentos de comercialização, uma vez que a legalização do produto precisa ser feita junto à Secretaria de Saúde pela própria comunidade. Buscou-se junto ao Programa Nacional Alimentação Escolar o interesse neste tipo de produto, com resultado positivo.



Para a capacitação das pescadoras artesanais/marisqueiras realizou-se o curso de boas práticas na fabricação de alimentos e oficinas práticas de preparo dos produtos. O projeto realizou a adaptação da estrutura física da Unidade de Beneficiamento e Produção de Alimentos (UBPAL) à legislação sanitária vigente. Espera-se que o funcionamento da UBPAL permita o aumento no valor agregado do produto que atualmente não é beneficiado na ilha.

### **Subprojeto: Aquecedor Solar Baixo Custo**

Identificou-se, pesquisando na literatura, que havia em Curitiba um protótipo de Aquecedor Solar de Baixo Custo, denominado termossifão, feito com garrafas PET e caixas de Tetra Pak. O idealizador deste equipamento, José Alcino Elano, foi convidado e colaborou com a construção do protótipo e com a capacitação dos alunos PET-Engenharia Elétrica e da comunidade. Vídeo e manual de construção de ASBC estão disponíveis na internet.<sup>1</sup>

Foram implantadas duas unidades ASBC, uma em 2010, na Unidade de Beneficiamento e Produção de Alimentos Locais (UBPAL), e outra em 2011, na única creche da Ilha de Maré, ambas localizadas na comunidade de Bananeiras, na Ilha de Maré. Um protótipo da ASBC foi feito pela Escola de Engenharia como demonstrativo para feira de ciências.

Espera-se que a utilização e a multiplicação de novos ASBC na comunidade proporcionem impactos ambientais importantes, tais como: melhor aproveitamento do lixo, maior consciência ambiental, menor consumo de carvão para aquecer os mariscos e o doce de banana, redução do consumo de energia elétrica, ampliação da independência das estruturas de distribuição de energia, além de melhorar o conforto térmico, pois os banheiros das crianças são hoje os únicos que o possuem.

### **Subprojeto: Estudo epidemiológico de doenças ocupacionais musculoesqueléticas em pescadoras artesanais/marisqueiras**

Como parte de um conjunto de pesquisas epidemiológicas, foi desenvolvido e aplicado por alunos de Medicina um questionário para verificar a morbidade das doenças mais frequentes de pescadoras artesanais/marisqueiras (dermatológicas,

---

1 Manual disponível em: <<http://dc468.4shared.com/doc/nwOa7aki/preview.html>>. Vídeo disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=xQCcK5-j4Qk> e [http://www.youtube.com/watch?v=-UOANXo\\_I\\_E](http://www.youtube.com/watch?v=-UOANXo_I_E)>.

respiratórias e distúrbios musculoesqueléticos). Como resultados científicos deste estudo, cinco monografias de final de curso de graduação em Medicina (FRANCA, 2011; FREITAS, 2013; FUCKS, 2013; MARQUES, 2013; NUNES, 2013) e três dissertações de mestrado (GOIABEIRA, 2011; SALES, 2013; SEIXAS, 2011) foram produzidas. Todos os produtos estão disponíveis para acesso no repositório da UFBA e foram entregues e apresentados tanto na comunidade quanto em congressos e seminários.

Os portadores de doenças ocupacionais identificados estão sendo assistidos pelo Serviço de Saúde Ocupacional (SESAO) do Hospital Universitário Professores Edgar Santos (HUPES). Este serviço tem atendido, de 2005 até setembro de 2012, em torno de 1000 mulheres marisqueiras. No SESAO é realizada a investigação diagnóstica das patologias ocupacionais obedecendo rotina específica, previamente estabelecida, tal qual: a) avaliação do médico do trabalho; b) avaliação do fisioterapeuta; c) exames laboratoriais; d) eletroneuromiografia dos casos suspeitos de compressão nervosa; e) ultrassonografia da musculatura esquelética conforme local dos sintomas para investigação de tendinites; f) RX de coluna para investigação diagnóstica de osteoartrose e Tomografia Computadorizada ou Ressonância Magnética de coluna (conforme segmento) para confirmação diagnóstica caso o RX não tenha evidenciado lesão.

Os relatórios emitidos pelo SESAO possibilitam maior visibilidade do trabalho das pescadoras artesanais/marisqueiras junto ao Sistema Único de Saúde e à Previdência Social. Com isso, pretende-se estimular o conhecimento junto aos profissionais de saúde e da Previdência sobre o elevado grau de sofrimento relacionado ao trabalho da pesca e da coleta de marisco na forma artesanal, favorecendo assim o estabelecimento de nexos causais sobre patologias do trabalho.

O melhor conhecimento da população sobre as condições de trabalho, riscos de ocorrência de acidentes e doenças do trabalho, sobre as medidas preventivas e os direitos previdenciários, por meio da realização de oficinas de trabalho, palestras, cartilha, treinamento de primeiros socorros voltados para atividades de pesca e mariscagem sobre os temas em destaque colaboram para as reivindicações das comunidades quanto aos seus direitos.

Os resultados deste projeto têm subsidiado a configuração de uma rede de atenção à pescadora artesanal/marisqueira na Bahia e no Brasil, com os princípios já publicados em artigo recente (PENA; MARTINS; REGO, 2013) e busca implementar

a Portaria 2.866 do Ministério da Saúde de 2 de dezembro de 2011, que institui a Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. (BRASIL, 2011b)

## Conclusões

Um importante desafio no processo de transformação da formação na área de saúde, em especial da formação médica, refere-se à incorporação da concepção ampliada de saúde com ênfase na integralidade no processo de formação profissional, bem como a aprendizagem para o trabalho em equipe multiprofissional. No contexto da concepção ampliada de saúde, têm sido produzidas propostas de formação que buscam, em diferentes níveis, articular formação/controlar social, ensino/realidade e ensino/pesquisa/extensão. Estas propostas trazem expectativas de gerar impactos no modo de concretizar as propostas formativas em saúde, alterando as “rotas” do ensino e da aprendizagem tradicionais, centradas nos conteúdos biológicos e na intervenção curativa, trazendo à tona a discussão do aprender como um processo que integra cognição/afeto/cultura e possibilitando o desenvolvimento de uma competência profissional vinculada a uma prática de integralidade na assistência ao indivíduo e à comunidade. Nesse sentido, as propostas curriculares na formação de saúde que sinalizem novos lugares para professor, aluno e conhecimento, apontando para relações de proximidade e troca com o cotidiano dos programas de extensão articulado com a pesquisa e o ensino transcendem os fazeres individualizados de cada profissão e têm sido assumidas como potencialmente importantes para a construção de caminhos que lidem com as ciências como elaborações humanas historicamente condicionadas. Dentre as atividades desenvolvidas pela Universidade Federal da Bahia envolvendo compromisso com comunidades específicas, tendo como concepção a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, se encontra o presente projeto.

As ações envolvendo estudantes, professores e comunidade demonstraram a viabilidade de uma construção coletiva, integrando a formação dos estudantes, as demandas comunitárias e o fortalecimento da relação entre academia e comunidade, com propósito de melhoria da qualidade de vida e sustentabilidade. Este trabalho não caracteriza o fim de um projeto, mas uma parte do processo de construção do conhecimento a partir da interação com a comunidade de Ilha de Maré, a quem voltamos nossos sinceros agradecimentos, para a implementação de ações em busca de melhor qualidade de vida e sustentabilidade.

## Referências

- BAHIA. Governo do Estado. Bahia Pesca. *Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do estado da Bahia*: ano 2003. Salvador, 2004.
- BAHIA. Governo do Estado. Decreto de lei do estado da Bahia nº 7.595 de 05 de junho de 1999. Cria a Área de Proteção Ambiental – APA – da Baía de Todos os Santos e dá outras providências. *Diário Oficial do Estado da Bahia*, Salvador, 9 jun. 1999. Disponível em: <<http://www.meioambiente.ba.gov.br/DecretosUnidadesdeConservacao/Dec7595.pdf>>.
- BANDEIRA, F. P. S. de F. (Org.). *Estudo etnoecológico sobre a percepção das populações ribeirinhas dos riscos e impactos ambientais na Baía de Todos-os-Santos (BTS)*. Salvador: Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2009. No prelo.
- BANDEIRA, F. P. S. de F.; BRITO, R. R. C. de. Comunidades pesqueiras na Baía de Todos-os-Santos: aspectos históricos e etnoecológicos. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. *Bahia de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: Edufba, 2011. p. 291 – 326.
- BRASIL. Decreto nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/Decreto/D6040.htm)>. Acesso em: 12 out. 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/sbf/dap/doc/snuc.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2012.
- BRASIL. Lei nº. 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=254735>>. Acesso em: 12 jul. 2012.
- BRASIL. Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/index.php/ac-legislacao>>. Acesso em: 06 de out. 2011.
- BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. *Livro Azul: 4ª Conferência Nacional de Ciência Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Sustentável*. Brasília – DF, 2010.
- BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. *O diagnóstico da pesca extrativa no Brasil*. 22 de Fev. 2012a. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/index.php/component/content/article/101-apresentacao/250-o-diagnostico-da-pesca-extrativa-no-brasil>>. Acesso em: 13 maio 2012.

BRASIL. Ministério da Pesca e Aquicultura. Pesca Artesanal. 29 de agosto de 2011a. Disponível em: <<http://www.mpa.gov.br/pescampa/artesanal>>. Acesso em: 13 de maio 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria Federal nº. 2.866, de 2 de dezembro de 2011. Aprova a política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta. Brasília, 2011b.

BRASIL. Portaria nº 1.823, de 23 de agosto de 2012b. Institui a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora. Disponível em: <[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823\\_23\\_08\\_2012.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt1823_23_08_2012.html)>. Acesso em: 12 set. 2012.

COOK, W. K. Integrating research and action: a systematic review of community-based participatory research to address health disparities in environmental and occupational health in the USA. *Epidemiol Community Health*, aug. v. 62, n. 8, p. 668-76, 2008

COMMITTEE ON FISHERIES (COFI). *Good practices in the governance of Small-Scale Fisheries: Sharing of Experiences and Lessons Learned in Responsible Fisheries for Social and Economic Development*. 29º Sessão. Roma, 2011.

FARIA, S. F. S. A contribuição da Baía de Todos os Santos no desenvolvimento da economia regional. In: CAROSO, C.; TAVARES, F.; PEREIRA, C. *Bahia de Todos os Santos: aspectos humanos*. Salvador: Edufba, 2011. p. 269-290.

FRANCA, F.C. *Elaboração de Questionário para Avaliar Queixas Dermatológicas e Fatores de Risco para Câncer de Pele Associados à Exposição Ocupacional a Radiação Ultravioleta em Ambiente Externo*. 2011, 29 f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) – Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <[http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=380&Itemid=293](http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=293)>.

FREITAS, D. F. *Lesões oculares em trabalhadores da pesca: mais uma história de pescador?* 2013. 41f. Monografia (Trabalho de conclusão de curso) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <[http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=380&Itemid=293](http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=293)>

FUCKS, K. M. *Estudo epidemiológico de queixas relacionadas à rinite em marisqueiras de Ilha de Maré*, 2013, 54 f. (Trabalho de conclusão de curso) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <[http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=380&Itemid=293](http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=293)>

GARCIA, S. M. (Comp.). Glossary. In: COCHRANE, K.; GARCIA, S. M. (Ed.). *A fishery managers' guidebook*. New Jersey: FAO and Wiley-Blackwell, 2009. p. 473-505. Disponível em: <<http://www.fao.org/fi/glossary/>>. Acesso em: 14 ago. 2012.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GOIABEIRA, F. L. *Riscos ocupacionais e medidas de proteção na pesca artesanal*. 2011, 123 f. Dissertação (Mestrado Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.sat.ufba.br/site/main.asp?view=Dissertacoes>>.

IBGE. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*: suplemento de segurança alimentar. Rio de Janeiro, 2004.

MARQUES, A. S. *Distúrbios musculoesqueléticos em trabalhadores da pesca*. 2013. 41 f. (Trabalho de conclusão de curso) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <[http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=380&Itemid=293](http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=293)>.

MRECH, L. M.; RAHME, M. A roda de conversa e a assembleia de crianças: a palavra líquida e a escola de educação infantil. *Educação em Revista*, Belo Horizonte. v. 25, n. 1, p. 293-301, abr. 2009.

NUNES, D. J. *Saúde da criança em comunidades quilombolas*: uma revisão sistemática. 2013. 40 f. (Trabalho de conclusão de curso) - Faculdade de Medicina da Bahia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <[http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=380&Itemid=293](http://www.fameb.ufba.br/index.php?option=com_content&view=article&id=380&Itemid=293)>.

PENA, P. G. L.; FREITAS, M. do C. S. de; CARDIM, A. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões por esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na Ilha de Maré, Bahia. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 8, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 5 out. 2011.

PENA, P. G. L.; MARTINS, V. S.; REGO, R. F. Por uma política de Saúde do trabalhador não assalariado: o caso dos pescadores artesanais e das marisqueiras. *Rev. Bras. Saúde Ocupacional*, São Paulo, v. 38, n. 127, p. 57-68, 2013.

SALES, I. G.; RÊGO, R. F.; PENNA, P. G. L. Direito ambiental do trabalho e o meio ambiente de trabalho saudável. In: ATANAKA-SANTOS, M.; PIGNATTI, M. G.; CHAVES, A. L. (Org.). *Questões ambientais em saúde coletiva*. Cuiabá: EdUFMT, 2012. 344 p.

SALES, I. G. *A percepção do pescador artesanal e da marisqueira sobre os seus direitos a um meio ambiente de trabalho saudável e as normas do direito ambiental do trabalho brasileiro*. 2013. 233 f. Dissertação (Mestrado Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://www.sat.ufba.br/site/main.asp?view=Dissertacoes>>.

SEIXAS, J. M. *Distúrbios musculoesqueléticos em pescadoras artesanais/marisqueiras*. 2011, 111f. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011. Disponível em: <<http://www.sat.ufba.br/site/main.asp?view=Dissertacoes>>.

STRECK, D. R.; BRANDÃO, C. R. *Pesquisa participante: o saber da partilha*. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.

VEIGA, J. E. da. Indicadores de sustentabilidade. *Estud. Av.*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340142010000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142010000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 14 ago. 2012.





# As possibilidades da ação extensionista: o caso das trabalhadoras calçadistas da Bahia<sup>1, 2</sup>

*Mariângela Nascimento*

## Introdução

O interesse em realizar um projeto de pesquisa e intervenção social com as trabalhadoras da indústria calçadista da Bahia surgiu em uma visita que fizemos à região do sudoeste baiano, quando tivemos contato com algumas delas, que nos relataram a difícil situação que estão vivendo com a nova condição de “trabalhadoras de chão de fábrica”. Além desses relatos, acompanhamos as várias notícias veiculadas pelos meios de comunicação, reportagens sobre a situação de vulnerabilidade social que essas trabalhadoras estão vivendo com as demissões ocorridas nos últimos anos pela indústria calçadista Vulcabrás/Azaléia. Retornamos poucos meses depois à região para coletar mais informações e conhecer melhor a realidade social e o mundo do trabalho dessas mulheres.

Com o intuito de subsidiar a proposta e objetivos do projeto foi efetuada, previamente, uma avaliação do impacto socioeconômico e cultural causado pela indústria calçadista na região. Esse primeiro passo foi realizado por meio de roteiros de entrevistas destinados às mulheres e aos homens trabalhadores na indústria, aos moradores das cidades de Itapetinga e Itambé e aos representantes políticos da região. Essa

---

1 Esse projeto teve início em maio de 2012. Algumas etapas foram concluídas, outras estão em curso, por isso, os seus resultados são parciais.

2 Este artigo é um relato parcial dos resultados do projeto de extensão intitulado “A volta por cima: o caso das trabalhadoras calçadistas da Bahia”. Sua elaboração foi enriquecida com as contribuições dos alunos/pesquisadores Nestor de Matos Sales Filho (graduação em Ciências Sociais) e Josenilto Conceição Lopes Santos (graduação em Gênero e Diversidade), Rosângela Rocha Ribeiro (graduação em Gênero e Diversidade), Ruth Moreira Barros (graduação em Geografia), da Universidade Federal da Bahia.

etapa teve como objetivo identificar e mapear as mudanças ocorridas após a chegada da indústria calçadista, sejam elas na qualidade de vida das pessoas, no potencial econômico local, nos valores sociais e culturais, na qualificação da mão de obra, no quadro de violência social.

Essa primeira fase, que denominamos como mapeamento local através de diagnóstico socioeconômico e cultural, foi um instrumento metodológico eficiente e necessário para conhecer a perspectiva das mulheres trabalhadoras da indústria calçadista quanto aos seus principais problemas e suas histórias de vida, assim como a opinião desse público-alvo quanto ao impacto da indústria nas suas vidas. Buscamos, assim, avaliar os benefícios e problemas que a indústria trouxe à cidade e as consequências da reconfiguração socioambiental da região.

A aplicação de princípios e técnicas preconizados pelo diagnóstico socioeconômico e cultural nos possibilitou, nesse primeiro contato, identificar alguns problemas que nos motivaram à realização de um projeto de intervenção social.

Através dos resultados do diagnóstico, verificamos que a realidade industrial que se instalou na região, ao mesmo tempo em que chega como novidade, reproduz as formas tradicionais de organização de trabalho fabril e suas velhas formas de exploração e dominação. Essas velhas formas de organização do trabalho são realizadas em simbiose com as novas tecnologias de comunicação e informação, que caracterizariam mudanças nas relações sociais do trabalho. Ou seja, a velha linha de montagem está tão presente quanto as redes de informação, que passam a se constituir em um novo método de organização da produção.

O novo encontra-se também na inserção das mulheres em áreas tradicionalmente não industriais e sua inclusão no mercado formal de trabalho, com carteira assinada, o que era incomum na região. A quase inexistência de um mercado de trabalho formal anterior torna o emprego fabril atrativo para trabalhadoras, mesmo para aquelas menos escolarizadas, ao mesmo tempo em que, para as empresas, a atração encontra-se no baixo custo dessa força de trabalho e na desorganização e baixa mobilização desses contingentes, numa região marcada pela fragilidade do mercado formal, desemprego, informalidade e pobreza. (LIMA, BORSO, ARAÚJO, 2009)

Ao pesquisar o impacto e os efeitos da atividade industrial na vida das trabalhadoras, verificamos que se tratava de um ambiente onde os trabalhadores, principalmente as mulheres, desconheciam a realidade fabril. Antes da chegada da indústria, eram trabalhadoras treinadas para a realidade rural, que se tornaram, de repente,

operárias de “chão de fábrica”. Trabalhadoras que aprenderam, ao longo das suas vidas, o manejo da agricultura, da criação pecuária e do trabalho doméstico, e passaram, em poucos anos, a lidar com o manejo de máquinas industriais. Esta nova realidade se apresentou de forma impactante, em que valores, afetos, hábitos e concepção de mundo foram fortemente alterados e refletiram as mudanças do processo produtivo. Novos símbolos foram construídos neste novo universo de convivência social e profissional.

Portanto, a realidade que nos propomos a pesquisar é um caso de simbiose do trabalho e do trabalhador que tem como característica os vários efeitos promovidos com a entrada da indústria em um ambiente que desconhecia a realidade do “chão de fábrica”. Além das mudanças na vida das trabalhadoras<sup>3</sup>, a realidade do desemprego crescente, promovido pela indústria, retira o lugar conquistado por essas mulheres. Com o fechamento de várias unidades, desempregando milhares de trabalhadoras, muitas mulheres, na sua maioria chefes de família, encontram-se sem alternativas de ganho e renda. Ou seja, a trabalhadora rural e doméstica que se tornou operária, agora não é nem trabalhadora rural, nem doméstica, nem operária, mas desempregada e sem perspectiva futura.

Os resultados da pesquisa mostraram que a jornada de trabalho dessas mulheres é, em média, de 44 horas semanais, com alternâncias que dependem da demanda de produção, somando-se às horas extras. Quando há redução de demanda, como tem sido nos últimos anos, algumas linhas são desativadas e algumas unidades de produção fechadas, por isso, muitos trabalhadores, principalmente as mulheres, são demitidos, e aqueles que são mantidos no emprego (os que têm melhor desempenho) são redistribuídos para outras linhas de produção.

No caso da indústria Vulcabrás/Azaléia, diferente de outras experiências do setor calçadista instalado no Nordeste, a redução de demanda não significou uma oportunidade para demitir e “reciclar” parte do quadro de trabalhadores, ou seja, demissões para, posteriormente, novas admissões na fase do ano em que ocorre a maior demanda. A indústria Vulcabrás/Azaléia no sudoeste da Bahia chegou a ter mais de 20 mil trabalhadores e, hoje, reduziu o seu quadro de trabalhadores para aproximadamente 6 mil. As demissões são constantes e as ameaças de fechar as portas definitivamente são grandes. Essa realidade consiste em um fator a mais de precarização das relações de trabalho.

---

3 A maioria dos contratados pela indústria Vulcabrás/Azaléia são mulheres (74%).

## Os objetivos da pesquisa

A partir do reconhecimento da realidade social das trabalhadoras da indústria Vulcabrás/Azaléia, identificamos e analisamos as novas características do atual processo produtivo capitalista – presente na experiência da indústria calçadista –, que traz como novidade a construção de redes de cooperação e comunicação, a inserção das tecnologias de informação e comunicação, a flexibilização e precarização do trabalho.

Ao tomar como ponto de partida tais mudanças no mundo do trabalho, procuramos identificar as relações sociais e as subjetividades que têm sido elaboradas e definidas a partir da nova realidade fabril. Do mesmo modo, procuramos identificar as formas de enfrentamento na luta contra as condições adversas que essas mulheres têm encontrado no “chão de fábrica”, colocando em prática as formas de resistência à realidade de exploração no mundo fabril. Para isso, as observações e investigações empíricas estiveram voltadas para a realidade das trabalhadoras, considerando não apenas a sua condição de mulheres que trabalham, mas também a sua vida como um todo.

Para isso, elegemos como metas e objetivos:

- Identificar as características das relações sociais provenientes da nova organização do trabalho e procurar conhecer de que modo essas relações se formam no contexto do chão de fábrica, levando em conta a tendência difusa do trabalho e o fato de este ser cada vez mais processado a partir da comunicação, do conhecimento e da cooperação, elementos centrais no atual processo produtivo;
- Identificar o processo de construção do novo perfil dessas trabalhadoras que foram inseridas no “chão de fábrica” em meio a várias mudanças, tanto aquelas mudanças que dizem respeito à concepção e organização do trabalho, quanto às do cotidiano, que redefinem a vida dessas trabalhadoras no plano afetivo, familiar, cultural, profissional etc. A partir dessa identificação, verificar e analisar o impacto positivo e negativo da realidade fabril na vida das mulheres desta região que, tradicionalmente, estavam voltadas para o trabalho rural e doméstico;
- Verificar a capacidade de informação, organização e articulação destes novos trabalhadores de “chão de fábrica” através do uso das redes de cooperação e comunicação, na luta por melhorias das condições de trabalho e de vida;

- Identificar e analisar de que modo as novas relações sociais que se formam neste contexto de mudanças se colocam como resistência à exploração, força capaz de transformar o trabalho. Ou seja, certificar se o trabalhador, portador de novas subjetividades, é capaz de realizar mudanças, como força de resistência, na medida em que suas ações coletivas contrapõem-se à exploração do capital.

## Metodologia

As novas categorias e conceitos que indicam uma mutação do trabalho, do sujeito do trabalho e da subjetividade produzida pelas novas relações constitutivas do processo produtivo foram (e estão sendo) interpretadas a partir de uma pesquisa de campo e de uma opção metodológica. Simultaneamente à elaboração teórica, foi realizada uma metodologia de verificação denominada “grupo de conversação”, que significa a realização de reunião regularmente para dialogar, trocar opiniões e debater as suas experiências de trabalho.

Além desse recurso metodológico, outros instrumentos como o questionário e a entrevista foram utilizados para garantir a sustentabilidade da pesquisa. Na verdade, o objeto da pesquisa em questão se valeu de uma metodologia em contínua construção, que seguiu um itinerário de entrelaçamentos de pessoas, grupos, organizações, leituras, estudos e debates. Portanto, a pesquisa foi sustentada, principalmente, por duas dinâmicas: o contato permanente com grupos de trabalhadoras e o estudo acerca das mudanças que se processaram no mundo do trabalho. E foi desenvolvida em duas frentes: na elaboração teórica – o desenvolvimento da teoria, dos conceitos e das categorias que permearam a análise – e, simultaneamente, na pesquisa de campo, o contato direto com a realidade e o público-alvo. As etapas metodológicas seguiram os seguintes passos:

### A construção teórica para interpretar a realidade

Por elaboração teórica, compreende-se o desenvolvimento da teoria como o arcabouço de princípios e definições que dão organização e lógica explicativa ao conjunto da pesquisa. O tema da pesquisa sugere o encadeamento metodológico da interação entre o que se “vê” – a realidade do trabalho, o diálogo com as trabalhadoras –, e o que se “lê” – a apropriação do conhecimento já produzido e o debate com os outros pesquisadores do tema proposto pela pesquisa. (SANSON, 2009) Para isso, foi

realizado o levantamento bibliográfico sobre o tema da pesquisa, a capacitação da equipe por meio de cursos e oficinas pedagógicas. Tais dinâmicas são determinantes e indissociáveis na produção do conhecimento.

## **A pesquisa de campo e o “chão de fábrica”**

O método utilizado na pesquisa de campo denomina-se “grupo de conversação”. Tal método possibilitou investigar e verificar a possível conformação de uma “nova” subjetividade e relações sociais no trabalho, valendo-se de um grupo de trabalhadoras, que se encontrou regularmente. As trabalhadoras da indústria calçadista se dispuseram a reunir-se para conversar, dialogar, debater, trocar opiniões e informações sobre o seu trabalho, sua vida, suas aspirações, suas frustrações e projetos. Os critérios para a seleção das trabalhadoras participantes do grupo de conversação foram os seguintes: 1) Trabalhadoras da indústria calçadista Vulcabrás/Azaléia – a realidade dessas trabalhadoras expõe a precariedade e a flexibilidade que têm caracterizado as novas relações no mundo do trabalho; 2) Trabalhadoras do “chão de fábrica”, lugar em que se verifica a adoção de métodos inovadores de organização do trabalho, particularmente do trabalho em equipe; 3) Trabalhadoras desempregadas da indústria calçadista Vulcabrás/Azaléia.

## **Organização e cronograma do grupo de conversação**

Foram constituídos três grupos de conversação, com oito trabalhadoras em cada um. Os grupos realizaram, para fins desta pesquisa, seis encontros, com uma média de duas horas por reunião. Também foram realizadas duas oficinas, com o objetivo de promover o encontro de todos os participantes dos grupos de conversação para atividades interativas e cooperação mútua. A metodologia empregada no grupo de conversação não exigiu regras rígidas. Os temas foram postos em debate e todas as participantes foram estimuladas a falar, a dialogar, a confrontar suas opiniões.

Entre os aspectos inovadores do grupo de conversação está o fato de que mais do que fazer uma simples descrição dos acontecimentos nas fábricas, as participantes passam a interpretar esses acontecimentos, a refletir sobre as iniciativas da indústria, sobre o caráter e significado da forma de organização do trabalho, sobre os propósitos não explícitos incorporados à lógica dos métodos de organização do trabalho; bem como o impacto da realidade fabril na vida de cada um, na sua família, na expectativa de vida, nos seus hábitos e costumes etc.

O grupo de conversação transforma-se em um espaço de análise sociológica sobre as razões e os porquês de determinadas ações das empresas e das próprias trabalhadoras. A pesquisa, portanto, não fez referência e tampouco transcreveu afirmações individuais, mas se reportou a interpretações que fizeram parte das conclusões do conjunto das conversações. A interpretação de cada uma é retomada e enriquecida por outra, num processo constante de intersecção, no qual não se tem uma somatória de falas, mas a produção analítica das situações relatadas. O ambiente criado no grupo de conversação, a partir do conhecimento mútuo e da confiança estabelecida, torna o grupo cúmplice na transparência dos relatos, análises e interpretações. O resultado esperado desta estratégia foi fazer com que o grupo de conversação se transformasse em metodologia, na medida em que produz seus próprios caminhos de enriquecimento ao debate coletivo. (SANSON, 2009)

O grupo de conversação foi também um espaço de criação e de formação para os próprios participantes e para a equipe de pesquisadores, o que permitiu maior interlocução com os outros, bem como a ampliação de conhecimento sobre determinados aspectos, particularmente daqueles relacionados às especificidades do “chão de fábrica” e aos efeitos que esta nova realidade trouxe à vida de todos. Entretanto, a utilização do método do grupo de conversação não dispensou o uso de outros métodos, entre eles: pesquisa quantitativa por meio de questionários e entrevistas e observação participante, os quais vão ampliar as possibilidades e eficácia da pesquisa e da execução do programa e intervenção social.

Os pesquisadores, formados por um grupo de alunos/pesquisadores, utilizaram-se também dos recursos empregados na observação participante, ou seja, da posição privilegiada do pesquisador que observa determinado grupo. Porém, nesse caso, a interação deles no grupo de conversação foi bem maior, sendo participantes ativos da conversa e, ao mesmo tempo, ficando atentos para observar não apenas a fala, mas as reações, as alterações, a linguagem empregada, o jogo corporal que, na perspectiva da produção da subjetividade, são importantes.

Além dos encontros com os grupos de conversação, realizaram-se oficinas em que foram feitos os encontros das participantes dos vários grupos de conversação como momento interativo e de interlocução comunicativa visando a troca de informações e avaliações conjuntas.

A natureza desta pesquisa é também de intervenção social, ou seja, pretende-se, a partir de todo o conhecimento adquirido, que os participantes se tornem atores

de transformação da realidade encontrada, mediante os conhecimentos e informações adquiridos ao longo da pesquisa – tanto o grupo de mulheres como os alunos/pesquisadores. Por último, a técnica do grupo de conversação reuniu elementos do método história de vida, na medida em que, com o tempo de reuniões e a proximidade que os participantes adquiriram entre si, cada um conheceu a história do outro.

### **Grupo de conversação: conteúdos a serem abordados**

Os conteúdos abordados no grupo de conversação seguiram um roteiro previamente elaborado, conduzido, entretanto, com bastante flexibilidade. Os grupos foram orientados pelos seguintes temas: 1) Histórico de vida e de trabalho, com o relato da trajetória de trabalho de cada um, visando a um maior conhecimento entre os participantes. O caminho que levou à indústria calçadista; 2) Descrição da empresa em que trabalha, do histórico da empresa, do seu lugar no contexto produtivo mundial, do número de funcionários, dos terceirizados, dos elementos básicos do processo produtivo – a cadeia produtiva, caracterização das unidades de produção, setores de produção, do grau de informatização da indústria; 3) Descrição dos métodos de organização do trabalho, tipologia do trabalho em equipe, grau de polivalência no trabalho, autonomia existente no processo produtivo, ritmo de trabalho, relação entre os trabalhadores no “chão de fábrica”, manifestações de solidariedade, competitividade; 4) Avaliação sobre o sindicato, alegrias e frustrações no trabalho, atividades extratrabalho, o lugar que o trabalho ocupa na vida, projetos de vida; 5) Resistências manifestas no “chão de fábrica”, relação dos trabalhadores e a hierarquia, discurso narrativo da empresa (a “fala” da empresa), princípios insistentes da empresa no trabalho, o “discurso” da mobilização e do engajamento do trabalhador, como se efetiva ou não no “chão de fábrica”; 6) As consequências das demissões e desemprego na vida de cada uma e da família, e o impacto socioeconômico para a região. (SANSON, 2009)

Uma das características da metodologia do “grupo de conversação” é a ativa participação do pesquisador, uma vez que, para além de mero observador e coletor de dados e/ou informações, ele se torna um sujeito ativo no processo da pesquisa. Nessa participação ativa, encontram-se os perigos e a riqueza dessa metodologia. Os perigos, em função da interação que se estabelece entre o sujeito e o objeto, podem colocar em risco o rigor científico da pesquisa; e a riqueza, no fato de que o pesquisador entra com a sua intuitividade e a sua criatividade, tornando complexo o tema da



pesquisa e extraindo dele todas as potencialidades. Neste caso, cabe ao pesquisador adotar critérios que melhor possa discernir e intervir na realização de todas as etapas da pesquisa. O sucesso na aplicação dessa metodologia, portanto, requer a constante avaliação, troca de informações e interação entre os pesquisadores (os facilitadores e os anotadores) no decorrer do processo, para a correção de eventuais falhas.

Finalmente, constatou-se a importância de checar-se as impressões colhidas nos trabalhos em grupo em entrevistas com informantes-chave que também prestam preciosas informações complementares. Com relação à organização da equipe, é importante que as impressões entre os chamados grupos de aplicadores e anotadores (formados por alunos/pesquisadores) sejam trocadas imediatamente após a coleta dos dados e que o relatório seja elaborado ainda durante a fase de campo. Este procedimento facilitou a redação parcial do relatório.

Se, de fato, são considerados esses aspectos e se são observados com atenção por parte dos pesquisadores, a metodologia apresenta características que tornam muito atrativo e eficaz o seu emprego. Também o aspecto lúdico e descontraído das conversações facilita a expressão de opiniões, bem como abrevia e facilita o processo de empatia entre os pesquisadores/aplicadores e o público diagnosticado.

Essas técnicas possibilitaram a redução de elementos difusos e mascaradores da expressão de opiniões. A estratégia do grupo de conversação deixa mais “à vontade” as participantes, e obtêm-se impressões de um grande número de pessoas, o que resulta em muitas informações de boa qualidade em tempo relativamente curto. (SANSON, 2009) A opção pelo emprego dessa metodologia – grupo de conversação – foi fundamental na formação da percepção crítica e no aprendizado acadêmico da equipe de alunos/pesquisadores.

## **Resultados (parciais)**

A utilização dos recursos metodológicos como “grupo de conversação” permitiu a interação comunicativa das mulheres que, no período, estavam em atividade na indústria calçadista; as entrevistas e questionários foram utilizados com as mulheres que foram desligadas da indústria.

As mulheres que participaram do “grupo de conversação” relataram as dificuldades enfrentadas com o trabalho fabril, principalmente em relação à organização hierarquizada que limitou o acesso aos responsáveis em viabilizar as melhorias das condições de trabalho. Os relatos sobre estas últimas são desfavoráveis, a grande

maioria das mulheres trabalha em pé. Apenas em alguns casos, como no setor de costura, algumas trabalhadoras se mantêm sentadas para executar suas tarefas. São muitas as queixas das trabalhadoras:

*a coordenação não tem olhos para considerar os nossos problemas, gente pra isso tem muito lá, mas não levam a sério os nossos problemas. Não recebemos por salubridade e periculosidade, e não temos nenhum tipo de assistência à saúde e é grande o número de trabalhadoras com problema de saúde causado pelo trabalho exercido, o mais recorrente é o LER.<sup>4</sup> (Informação verbal)*

As mulheres contratadas, na sua maioria, são jovens com idade até 22 anos. Isso indica uma tendência dessas fábricas a preferirem, no momento da seleção, candidatas a primeiro emprego com carteira assinada. A falta de experiência no trabalho fabril se constitui em uma vantagem para a empresa, uma vez que ela pode “moldar” o trabalhador de acordo com sua cultura empresarial e discipliná-lo no seu ritmo de produção. Mais da metade (67%) das mulheres afirmou estar no primeiro emprego, e aquelas que trabalharam no campo ou prestaram serviço doméstico (75%) tiveram carteira assinada pela primeira vez. A oferta abundante de mão de obra de baixo grau de escolaridade favoreceu o emprego dessas mulheres para as funções e operações simples, exigindo apenas as habilidades manuais e poucas operações intelectuais.

Entretanto, apesar de muitas queixas, as mulheres reconhecem um fato positivo: a qualificação dos empregados com curso de alfabetização. O público é formado por mulheres que nunca tiveram oportunidade de frequentar a escola.

Todas as mulheres presentes no “grupo de conversação” e nas entrevistas apontaram falhas na atuação do sindicato, por não se sentirem representadas. As trabalhadoras afirmam que ele não tem argumento para lutar pelos trabalhadores e que a diretoria não parece estar capacitada para estar à sua frente. As formas de luta e resistência são feitas por grupos autônomos, desvinculados do sindicato. Segundo uma das lideranças, esses grupos de mobilização e luta não têm recurso e nem reconhecimento do sindicato, mas são reconhecidos pela maioria dos trabalhadores.

---

4 LER: Lesão por Esforço Repetitivo

Por fim, identificados alguns elementos que redesenharam e promoveram as mudanças no mundo do trabalho e no modo de vida das trabalhadoras dessa região e conhecidas as características que identificamos como inovadoras e desafiadoras, fomos estimulados a criar estratégias de intervenção social capazes de motivar o público-alvo a se tornar agente transformador da situação socialmente precária na qual está vivendo.

Diante deste quadro, tornou-se necessária a promoção da capacitação profissional das trabalhadoras, principalmente das mulheres desempregadas, para assegurar qualidade de vida digna e cidadã.

O projeto, ainda em curso, está na sua segunda etapa. Essa etapa se constitui em programas pedagógicos de intervenção social, organizados em vários encontros educativos e vivenciais que vão capacitar e instrumentalizar o público-alvo para a promoção da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável.

Os encontros serão constituídos por atividades prático-teóricas voltadas para a formação e a qualificação das mulheres para o desenvolvimento da ação profissional, mediante a formação em cooperativismo e redes de cooperação constituídas. Esses encontros educativos e vivenciais vão qualificar o público feminino para a formação de espaços de articulação e integração profissional, com o propósito de envolver as mulheres em ações de responsabilidade social e efetivação profissional, voltadas para alternativas de geração de renda.

O estímulo à organização e à participação em alternativas de geração de renda está assentado nos seguintes princípios:

- Educação para a democracia econômica, em que se busca qualificar o público para o exercício de uma experiência educativa voltada para a construção de valores solidários que orientam as relações econômicas da sociedade em prol do bem comum, das coisas públicas dirigidas e assimiladas como fundamentais para a prática da vida social;
- Participação ativa das mulheres para consolidar os seus empreendimentos e disseminar as diversas modalidades de cooperação que visam o estabelecimento de relações econômicas sustentáveis.

São objetivos dos encontros educativos e vivenciais:

- Criar um espaço de trabalho coletivo em que as experiências das mulheres possam ser realçadas, apropriadas e redimensionadas para o desenvolvimento de relações econômicas e sociais sustentáveis;
- Possibilitar que este espaço de trabalho coletivo seja um espaço de atuação de pessoas comprometidas com a construção de programas que gerem renda dentro do modelo da economia solidária;
- Possibilitar que, através deste espaço de trabalho coletivo, as mulheres desempregadas da indústria calçadista Vulcabrás/Azaléia, sediada na região sudoeste da Bahia, possam contribuir e receber contribuições de outros cidadãos para os quais tenham sido estruturadas outras experiências de economia solidária, de modo que possam contribuir para a disseminação de um modo inclusivo e sustentável de desenvolvimento local.

A iniciativa de executar um programa de educação profissional foi impulsionada pelos resultados das pesquisas que apontaram habilidades profissionais e grande interesse dessas mulheres em buscar alternativas de geração de renda e a afirmação de que quase a totalidade delas (95%) não pretende retornar às atividades rurais e domésticas com as quais se ocupavam antes da chegada da indústria Vulcabrás/Azaléia.

## **Conclusão: o papel social da extensão universitária**

O projeto “A volta por cima: o caso das trabalhadoras calçadistas da Bahia” está sendo realizado dentro de uma lógica pedagógica que se firma no resgate do saber-fazer humano, baseado em valores éticos, democráticos e sustentáveis, que destaca o conhecimento teórico ou aquele oriundo da experiência de vida de seus integrantes e de seu público-alvo.

Este é o caminho que as universidades têm procurado trilhar para resgatar o seu papel social. Como espaço de produção de conhecimento e disseminação de saberes, a universidade deve ser, por essência, democrática na relação com esses saberes, mas, infelizmente, ainda prevalece uma cultura institucional autoritária quanto a esta questão da dissociação entre o saber e o fazer. A simbiose do conhecimento teórico e prático encontra-se pouco realizada dentro das universidades, mas há o reconhecimento da necessidade de se buscar caminhos de superação da separação

entre o saber e o fazer, por considerar que ambos não podem ser desconectados sem prejuízo do resultado final.

A universidade como lugar de reflexão e crítica se constitui em um espaço plural e democrático, que deve pressupor a valorização do fazer em sua relação com o saber. É o lugar privilegiado para realizar a interlocução com a sociedade, construindo e mediando novos e diferentes saberes. A universidade, impulsionada pela autocrítica que reconhece os limites da sua presença e interação no cotidiano da sociedade e das pessoas, tem procurado cumprir o seu papel social, principalmente quando se volta ao fortalecimento e ampliação da prática extensionista.

A extensão universitária tem buscado seguir o caminho da síntese do saber acadêmico e do saber popular, do conhecimento e da realidade social. Por isso, tem logrado ao se consolidar enquanto espaço de articulação e integração com a sociedade; do mesmo modo, tem sido exitosa na construção permanente da indissociabilidade com o ensino e a pesquisa.

A ação extensionista, nesse caminho, confirma a sua vocação social através de projetos de intervenção e transformação da realidade, resgatando e confirmando o compromisso da universidade frente aos problemas sociais.

## Referências

ALVES, G. A. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

FLEURY, A. C.; VARGAS, N. (Org.). *Organização do trabalho*. São Paulo: Atlas, 1993.

LIMA, J. C.; BORSOI, I. C. F.; ARAÚJO, I. M. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, 2011.

NASCIMENTO, M. *Relatório “Escola de Cidadania”*: a construção de espaços públicos para a consolidação dos processos cívico-democráticos na comunidade de Lima Duarte/MG. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Pesquisas Sociais, 2003/2004. Digitalizado.

SANSON, C. *Trabalho e subjetividade*: da sociedade industrial à sociedade pós-industrial. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.



# Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência pela dinâmica dos sentidos: atividade curricular em comunidade e sociedade

*Maria Teresa Brito Mariotti de Santana*

## Introdução

A tecnologia do Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência (Cuidadoteca) foi o resultado do projeto de pesquisa qualitativa que parte do princípio de que o pesquisador, enquanto sujeito atuante e desejoso, implicado com seu objeto, não pode ser indissociado da sua produção. Sendo assim, a pesquisadora conduziu as oficinas e as suas experiências e vivências foram reconhecidas e adotadas como determinantes da perspectiva do mundo e do olhar sobre o objeto. A tecnologia foi produzida no contexto social, político, econômico e cultural do Hospital São José, pertencente à rede de serviços públicos do Sistema Único de Saúde (SUS), mantido pela Secretaria Estadual do Ceará, no município de Fortaleza, com a finalidade de obtenção do título de doutor em tese intitulada “O sentido e significado do corpo próprio do profissional de saúde ao cuidar do outro morrendo: abordagem fenomenológica à luz de Merleau-Ponty”, defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Ceará, em 2005.

Participaram como sujeitos a pesquisadora, os profissionais de saúde e os usuários com diagnóstico de estágio IV da Síndrome de Imunodeficiência Adquirida

pelo vírus HIV, considerados fora de possibilidades terapêuticas para modificar e/ou conter a evolução inexorável para a morte pela doença adquirida. A participação nas oficinas foi voluntária e gratuita, para todos os profissionais de saúde do hospital e os usuários internados e/ou cadastrados no ambulatório, sendo extensiva a seus familiares. A principal intenção e a motivação para os participantes constituírem as oficinas foi o propósito de se conduzir e conduzir o outro no processo de morrer e na morte, de forma sensível e humanizada.

A tecnologia de processo implantada nesse hospital foi denominada pela sigla Cuidadoteca, que significa Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência, por ser constituída de quatro oficinas, sequenciadas e interdependentes, utilizando a abordagem do cuidado na perspectiva transdisciplinar. Foram organizadas em nível de aprofundamento das vivências, para o mergulho em si mesmo, na busca da unidade do conhecimento sobre o cuidado transdisciplinar a partir do corpo próprio como experiência vivencial.

As oficinas que compõem a Cuidadoteca foram realizadas durante oito meses, entre os anos de 2003 e 2004, que corresponderam ao período de coleta de dados da pesquisa sobre o sentido e significado do corpo próprio como experiência vivencial para cuidar do outro morrendo. A implantação foi registrada em uma reportagem publicada pelo Jornal *Diário do Nordeste*, de Fortaleza-CE, em março de 2004 com o título “Quem ama, cuida”, o que representou uma forma de reconhecimento da sociedade que refletiu internamente em aumento da participação dos membros da própria comunidade do hospital.

A sistematização do material deu-se a partir da análise dos depoimentos coletados após os sujeitos estabelecerem relação dialógica consigo mesmo, com o outro e o mundo da instituição, durante as oficinas em que estavam inseridos. Foram seguidas as seguintes etapas: entrevista fenomenológica em que os participantes descreviam de forma densa a experiência vivida; a redução na busca das unidades de sentidos; a compreensão à luz da leitura do livro *Fenomenologia da percepção* do filósofo Maurice Merleau-Ponty (1999), que norteou a hermenêutica da linguagem produzida a partir dos depoimentos.

O contexto teórico da Cuidadoteca foi sistematizado considerando que a condução do processo de morrer e a morte pelo usuário, familiar ou profissional de saúde, de forma sensível e humanizada, é complexa e transdisciplinar. Ressalta-se que o termo complexo, por sua etimologia, vem de *plexus*, que quer dizer entrelaçamento,



tecido em conjunto, diferente da linguagem coloquial, em que é frequentemente utilizado para traduzir ideia de dificuldade, desordem e obscuridade. Neste estudo, a complexidade está fundamentada em Morin (2011), que se refere ao pensamento complexo. Com fundamentação nas ideias desse autor, a complexidade pode ser observada em várias áreas do conhecimento, as quais podem servir de exemplo: na Química, aparece na emissão de gases poluentes, camada de ozônio, aquecimento da terra; na Biologia, pode ser observada no corpo humano, com seus múltiplos sistemas e aparelhos interagindo para manter a homeostase; no social, a complexidade torna-se cada vez mais importante pelos avanços tecnológicos que permitem comunicações cada vez mais rápidas entre pessoas, povos e nações; na área da saúde, a complexidade pode ser observada em terapias intensivas, cirurgias de transplantes de órgãos, inseminação artificial para reprodução humana, entre outras.

A complexificação dos problemas tornou necessárias a aproximação e a associação gradual das disciplinas em diferentes graus, do mais simples, o da multidisciplinaridade, ao mais complexo, o da transdisciplinaridade. São quatro níveis, conforme descrito por Chaves (1998, p. 5) citando Piaget, que assim são apresentados:

1. Disciplina – constitui um corpo específico de conhecimento ensinável, com seus próprios antecedentes de educação, treinamento, procedimentos, métodos e áreas de conteúdo;
2. Multidisciplinaridade – ocorre, segundo Piaget, quando ‘a solução de um problema torna necessário obter informação de duas ou mais ciências ou setores do conhecimento sem que as disciplinas envolvidas no processo sejam elas mesmas modificadas ou enriquecidas’;
3. Interdisciplinaridade – ainda segundo Piaget, o termo interdisciplinaridade deve ser reservado para designar ‘o nível em que a interação entre várias disciplinas ou setores heterogêneos de uma mesma ciência conduz a interações reais, a uma certa reciprocidade no intercâmbio levando a um enriquecimento mútuo’;
4. Transdisciplinaridade – continuando com Piaget, o conceito envolve ‘não só as interações ou reciprocidade entre projetos especializados de pesquisa, mas a colocação dessas relações dentro de um sistema total, sem quaisquer limites rígidos entre as disciplinas’.

A complexidade e a transdisciplinaridade se complementam e, muitas vezes, a transdisciplinaridade é confundida com a multidisciplinaridade e a interdisciplinaridade. Para Nicolescu (2006, p. 20), a “[...] complexidade se nutre da explosão da pesquisa disciplinar, e por sua vez a complexidade determina a aceleração da multi-

plicação das disciplinas”. Tal confusão ocorre porque as três vão além da disciplina e, enfatiza esse autor, que é preciso destacar o caráter radicalmente distinto da transdisciplinaridade, afirmando também:

[...] mesmo reconhecendo o caráter radicalmente distinto da transdisciplinaridade, com relação à disciplinaridade, multidisciplinaridade e interdisciplinaridade, seria extremamente perigoso tomar a diferença em forma absoluta, pois desse modo a transdisciplinaridade seria esvaziada de todo o seu conteúdo. Sua eficácia, como instrumento de ação, seria reduzida a nada. A transdisciplinaridade, como o prefixo *trans* indica, lida com o que está ao mesmo tempo *entre* as disciplinas, *através* das disciplinas e *além* de todas as disciplinas. Sua finalidade é a *compreensão do mundo atual*, para o que um dos imperativos é a unidade do conhecimento. (NICOLESCU, 2006, p. 20)

A partir das definições apresentadas, é muito difícil separar a ideia de pensamento complexo da de transdisciplinaridade, chamando-se a atenção de que a finalidade é a unidade do conhecimento como um dos imperativos para a compreensão do mundo. Segundo Chaves (1998), citando Gleick (1990), Parker e Stacey (1995) e Morin (1996), esses autores expõem o porquê dessa dificuldade, considerando a ocorrência, no século XX, de duas revoluções científicas que estimularam o desenvolvimento dessas ideias: no início, foi a revolução quântica, que introduziu a incerteza, ao pôr fim às certezas, isto é, não é possível apreender tudo, mas também não se pode ficar encerrado nas disciplinas; e, nos meados do mesmo século, a revolução sistêmica, a qual introduziu a auto-organização nas Ciências da Terra e na Ecologia, sendo estendida depois à Biologia e à Sociologia.

O pensamento complexo ou a complexidade, para Morin (apud CHAVES, 1998), é uma palavra problema e não uma palavra solução. Elaborar-se no interstício entre as disciplinas, a partir do pensamento de matemáticos, físicos, biólogos e filósofos, pois é o pensamento que lida com a incerteza e é capaz de conceber a auto-organização. Nesse sentido, Chaves (1998) envolve ideias da moderna teoria do caos, bem como reencontra a relação dialógica do *yin* e do *yang*, existente no pensamento chinês desde a Antiguidade.

O autor completa a ideia do pensamento complexo com o tetragrama ordem-desordem-interação-organização, sugerido por Morin (1990), e considera a comple-

xidade como mais abrangente, por ser uma expressão adequada para tratar o mundo real tal como ele é, uno, indivisível, em que tudo é parte de tudo, tudo depende de tudo, enquanto a transdisciplinaridade é uma expressão para aquela parte do mundo real que trata do conhecimento, de sua organização em disciplinas, das superposições e espaços vazios entre elas. Chaves (1998, p. 6) ainda afirma que “[...] a complexidade está para o mundo real, como a transdisciplinaridade está para o mundo acadêmico. A complexidade inclui a transdisciplinaridade”.

O aprofundamento no exame do cuidado de pessoas que estão morrendo e de seus familiares exige um trabalho de equipe, com pessoas de muitas disciplinas, de muitas profissões, de muitos setores da sociedade. O contexto teórico sobre as noções iniciais do pensamento complexo e da transdisciplinaridade consiste no referencial que fundamenta e guiará a transferência do conhecimento produzido na Cuidadoteca para a institucionalização dessa tecnologia de processo como uma ação curricular na comunidade pela extensão universitária, para conduzir de forma sensível e humana o processo de morrer e a morte.

A Cuidadoteca é uma rede de conversações para refletir sobre a visão habitual disciplinar, corporativa, unidimensional do cotidiano e um convite para sair desse cotidiano, olhá-lo de fora desde muitos ângulos, analisá-lo em suas várias dimensões e, depois, voltar a entrar nesse cotidiano. Dessa vez, toma-se a compreensão do mundo real a partir do novo paradigma em saúde sobre a complexidade e a transdisciplinaridade, o que pode ser uma abertura para as dificuldades encontradas, mas que seria reservada, segundo Almeida Filho e Paim (1997, apud CHAVES, 1998, p. 6), para “[...] aqueles capazes de transitar entre distintos campos disciplinares, pelos cortes epistemológicos, dos velhos aos novos paradigmas”.

Pretende-se, neste capítulo, relatar a experiência da institucionalização do conhecimento produzido sobre a tecnologia de processo de Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência, no âmbito da extensão universitária, como uma ação curricular em comunidade e sociedade. O foco é a análise crítica reflexiva acerca desta atividade enquanto aproximação com a integração do ensino, pesquisa e comunidade, para o enfrentamento das problemáticas e necessidades vividas pela população que está submetida a riscos elevados de morte em áreas de tráfico de drogas e com alta vulnerabilidade social, e doenças por causas externas e doenças respiratórias crônicas.

## ACCS-Cuidadoteca: caracterização e fundamentação teórica e metodológica

A existência de velhos e novos paradigmas tem provocado o repensar de práticas formativas de profissionais de saúde e do desenvolvimento dos recursos humanos em atuação, considerando que o novo paradigma do pensamento complexo e da multi/inter/transdisciplinaridade requer um processo de ensino-aprendizagem crítico e reflexivo que possibilite ao estudante universitário compreender criticamente a realidade do sistema de saúde, onde está inserida sua futura prática profissional, e construir o conhecimento a partir da articulação entre teoria e prática e da experiência da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

Esses novos paradigmas, de acordo com Pereira e colaboradores (2000), apontam para a necessidade de reorientar as relações entre profissionais de saúde, instituições de ensino e comunidade e de redefinir processos formativos para atuação em um mundo cada vez mais novo e em constante processo de transformação, garantindo o atendimento integral e humanizado à população. Nesse sentido, a Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) constitui uma importante estratégia para articulação ensino-pesquisa-comunidade, possibilitando ao estudante elaborar críticas e buscar soluções adequadas para os problemas de saúde encontrados, guardando-se o compromisso e a responsabilidade para com o indivíduo.

Reconhecendo essa necessidade de repensar as práticas formativas dos profissionais de saúde, a Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia, em 2010, fez a reforma curricular e convidou os professores a apresentarem propostas de Ações Curriculares na Comunidade e Sociedade, as quais seriam inseridas na grade desse novo currículo como disciplina optativa. Surgiu, assim, a oportunidade de fazer a institucionalização da Cuidadoteca.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) apoia a realização das ACCS por intermédio de editais públicos, divulgados em conjunto com Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e a Superintendência Acadêmica (SUPAC), inicialmente anual e, a partir de 2013, semestralmente, disponibilizando recurso financeiro na forma de bolsa para monitoria e custeio. Passaram a ser regulamentadas pela Resolução nº 01/2013, do Conselho Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). Elaborada a proposta e aprovada pela Congregação dessa escola, foi submetida à seleção na Universidade Federal da Bahia (UFBA). A ACCS-Cuidadoteca foi aprovada e implanta-

da a partir do segundo semestre de 2010. Tornou-se disciplina optativa e recebeu o código ENFB-3 – ACCS-Cuidadoteca na grade curricular do Colegiado de Enfermagem, oferecendo a disponibilidade de 20 vagas semestralmente, para, no mínimo, três diferentes cursos.

A disciplina foi ofertada regularmente nos anos de 2010, 2011 e 2012 com a seguinte ementa: “O desenvolvimento do potencial humano para o enfrentamento de situações de risco de vida, e o cuidado do outro no processo de morrer e da morte. Utiliza o corpo próprio como experiência vivencial da dinâmica dos sentidos na promoção do conhecimento sobre si mesmo o outro e o mundo”. Em 2013, com a nova regulamentação, Resolução nº 01/2013-CONSEPE, houve a necessidade de se modificar essa ementa, para dar mais foco à intervenção, sendo aprovada a seguinte alteração: “A partir da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão e a articulação entre universidade, serviço e comunidade, estimula os docentes e discentes ao desenvolvimento do potencial humano para prestação do cuidado em saúde com abordagem multi/inter/transdisciplinar dos indivíduos que buscam os serviços públicos de emergência e urgência, em decorrência da violência urbana e da alta vulnerabilidade social”.

A principal característica da disciplina ENFB035 – ACC-Cuidadoteca é um investimento, na formação de futuros profissionais de saúde, para uma mudança de referencial disciplinar, corporativo e unidimensional em relação às práticas de cuidado na atenção básica em urgência na comunidade, considerando o risco de morrer, para um referencial da complexidade e da transdisciplinaridade. Tal mudança deve torná-los capazes de transitar entre os distintos campos disciplinares dos velhos e novos paradigmas da saúde, no plano individual e coletivo, numa perspectiva fenomenológica e dialógica, participativa e compartilhada, por intermédio de intervenções nas comunidades e sociedades, na busca de alternativas para o enfrentamento de problemáticas relacionadas à violência e à saúde, que geram demandas nos serviços públicos de emergência e urgência.

A equipe operativa foi estruturada com a participação dos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da área de saúde e correlatas da UFBA – Medicina, Enfermagem, Nutrição, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Serviço Social, Psicologia e Direito – que fizeram a escolha pela disciplina optativa. A equipe de coordenação dessa disciplina é composta por um monitor, estudante da graduação, e dois professores da UFBA.

Todas as atividades ACCS-Cuidadoteca são desenvolvidas buscando a perspectiva da omnilateralidade em oposição à da unilateralidade. Nesse sentido, a fundamentação teórica pedagógica e metodológica escolhida são as teorias psicogenéticas da educação, cujos representantes na Europa são Piaget, Wallon, Vigotski. Dentre esses teóricos, o que teve mais repercussão na educação escolar foi Piaget, cuja teoria deu origem ao construtivismo piagetiano. Para Chakur (2005), citando Macedo (1994), o construtivismo foi uma tentativa de aproximar a teoria piagetiana da educação escolar, que “[...] concilia intervenção com espontaneidade, apesar de não ser uma teoria pedagógica construtivista e sim um método de ensino ou de alfabetização, ou um conjunto de regras ou de técnicas a serem aplicadas em sala de aula”. Chakur (2005) ainda afirma que Piaget deixou um quadro teórico consistente, a partir do qual o pesquisador e o professor podem estudar e compreender questões educacionais e repensar a prática pedagógica. Ao adotar esse referencial das teorias genéticas da educação, os professores da ACCS-Cuidadoteca buscam compreender como os sujeitos podem aprender a omnilateralidade a partir do corpo próprio como experiência vivencial, para desenvolver o cuidado transdisciplinar em saúde, fornecendo um referencial de identificação de possibilidades e limitações, respeitando as condições intelectuais dos sujeitos e utilizando uma maneira segura de interpretar suas condutas verbais e não verbais a fim de lidar com elas.

No que se refere à interpretação piagetiana rudimentar de que a educação escolar deveria respeitar as fases do desenvolvimento intelectual, Chakur (2005, p. 292) chama a atenção de que “[...] isso não quer dizer sonegar informações socialmente valorizadas ou deixar de ensinar conteúdos tidos como difíceis”. O problema estaria em encontrar o equilíbrio entre o que o sujeito é capaz de assimilar e o que é necessário lhe transmitir para sua formação como pessoa e cidadão, buscando, igualmente, formas adequadas de ajudá-lo nessa tarefa.

Na busca em aperfeiçoar a maneira segura de o professor da ACCS-Cuidadoteca interpretar as condutas verbais e não verbais dos sujeitos envolvidos, optou-se também pelo método da fenomenologia existencial do filósofo Merleau-Ponty (1999, p. 3), que diz: “[...] tudo aquilo que sei do mundo, mesmo por ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada”. A fenomenologia merleau-pontiana, para Santana (2005), traz o sentido histórico na sua pluralidade de significados, a partir do sentido do objeto da experiência para a consciência de um eu existente no mundo, e não

de um eu preconcebido antes da experiência vivida. Leva em conta a descoberta da intencionalidade na ação, e esse eu existencial vai transformando-se e se constituindo, e sendo constituído, não de modo preestabelecido como em uma receita, mas se mostrando enquanto se faz sem certezas de aonde chegará.

Esses teóricos oferecem elementos para a condução da práxis educativa dos sujeitos envolvidos com a ACCS-Cuidadoteca. A fundamentação político-pedagógica e metodológica adotada é uma mistura de normas científicas, de procedimentos metodológicos e de imaginação artística, podendo ser bem entendida com a frase de Demo (1995): “o saber fazer” ao “saber-pensar” mediante o processo de “aprender a pensar o fazer”, e este culminará com o refazer. Nessa perspectiva, o sujeito competente é aquele que sabe pensar a sua prática e dela aprende a aprender e não aquele que a reproduz.

Justificam-se essas opções, pois esse tipo de abordagem educativa, para Demo (1995), permite trabalhar com a subjetividade e a coletividade de forma condicionada ao reiterante processo de ação-reflexão-ação, situado em um contexto histórico-cultural; compreende o professor/aluno/usuário como sujeito partícipe e corresponsável neste processo; elege, como rigor científico, tanto a positividade das ciências como a sensibilidade como condição da sua efetivação; reconhece que o rigor científico é condição imperativa do compromisso ético, porquanto necessariamente ele envolve, a um só tempo, professor, aluno, comunidade e sociedade.

As atividades são desenvolvidas de forma participativa, a começar com o monitor que se envolve com a discussão e com um plano de trabalho que integra o ensino, a pesquisa e a extensão. Participa de todo o processo, desde o planejamento à avaliação da disciplina. Os alunos matriculados, após se terem submetidos à seleção com base em critérios preestabelecidos e a partir de respostas a um questionário, são envolvidos enquanto sujeitos do processo. O trabalho é centrado no diálogo, na troca de conhecimento, vislumbrando a independência, auto-organização e autonomia da comunidade nos processos desenvolvidos.

A disciplina ACCS-Cuidadoteca possui uma carga horária de 68 horas distribuídas em momentos de concentração e dispersão. Os registros das etapas de todo o processo foram realizados no instrumento diário de classe, no momento da concentração na sala de aula, e no diário de campo, no momento da dispersão na comunidade. Gravações eletrônicas de áudio e vídeo foram realizadas mediante autorização

dos grupos durante as oficinas. Também foram registrados nos relatórios apresentados à PROEXT-UFBA, ao final de cada turma.

### **Implantação da ACCS-Cuidadoteca: descrição e reflexão crítica**

A disciplina ACCS-Cuidadoteca é desenvolvida no Município de Salvador, capital do Estado da Bahia, pertencente à macrorregião Leste, microrregião de Salvador e 1ª Diretoria Regional de Saúde (DIRES), cuja organização político-administrativa compreende 18 Regiões Administrativas (RA) e 12 Distritos Sanitários (DS). Segundo Mendes (1993), cada DS constitui um espaço geográfico que comporta uma população com características epidemiológicas e sociais com suas necessidades e os recursos de saúde para atendê-la. Dentre eles, foi selecionado o Distrito Sanitário da Boca do Rio (DSBR), que envolve comunidades que vivenciam um alto índice de violência devido a tráfico de drogas, como as comunidades Inferninho 1 e 2 (Paraíso e Recanto Feliz, respectivamente) e Baixa Fria. Em consequência da violência e da alta vulnerabilidade social, onde predomina o subemprego (catadores de lata, catadores de lixo para reciclagem), os moradores desenvolvem doenças por causas externas (assassinatos, suicídio e acidentes), conforme classificado no Código Internacional de Doenças (CID-10), além de doenças crônicas respiratórias (DCR), como a asma, a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) e tuberculose.

Outra comunidade do Distrito Sanitário Boca do Rio a ser atendida são os paroquianos da Igreja Nossa Senhora da Esperança, que buscam, com a pastoral social, levar o alívio à dor e ao sofrimento aos moradores da região. Foi incluída por ter um programa de ação social atuante e já ser aceita nas comunidades controladas pelo tráfico, com 50 famílias cadastradas. A Paróquia Igreja Nossa Senhora da Esperança é um espaço seguro, com boa infraestrutura para receber os moradores, os trabalhadores de saúde e os docentes e discentes para o desenvolvimento da ACCS-Cuidadoteca.

As ações centrais que caracterizam a metodologia do trabalho se organizam em dois momentos: o primeiro, de concentração, é uma exposição dialógica, realizada em oficinas de leitura de textos, vivência da intencionalidade do Eu Sou; oficinas de dinâmica do sentido; no segundo, de dispersão, caracteriza-se com as atividades na comunidade, preparadas e conduzidas pelos estudantes; nessa etapa eles repicam a tecnologia aprendida em sala de aula, ministram palestras de educação, saúde e cidadania; e, sob a supervisão direta do professor, eles conduzem o grupo da comunidade



nas dinâmicas e, por ela, se responsabilizam e continuam o processo de aprendizado no cuidado transdisciplinar em saúde.

As exposições dialógicas são atividades desenvolvidas pelos professores, na Escola de Enfermagem, para os alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UFBA. Os encontros ocorrem semanalmente, com duração de quatro horas, proporcionando fundamentação e reflexões teóricas, o debate e reflexão sobre a realidade das atividades da ACCS-Cuidadoteca, assim como o planejamento e a avaliação permanentes acerca das ações realizadas, feitos em conjunto com o representante da comunidade. Os eixos temáticos abordados nessas exposições em sala de aula são: histórico da criação de conhecimento disciplinar, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar; taxonomia da interdisciplinaridade; fenomenologia como método hermenêutico para a transdisciplinaridade; alcance e limites na utilização da tecnologia do Acolhimento com Avaliação e Classificação de Risco (AACR) de adoecer e morrer; tecnologia da escuta sensível e qualificada; estratégias de prevenção e intervenção do cuidado transdisciplinar dos indivíduos da comunidade: como, por que e o que fazer? A abordagem pedagógica está baseada nas teorias genéticas da educação.

As histórias das comunidades ocupam um papel central na construção e realização das intervenções, pois a compreensão da realidade passa, necessariamente, pelo processo histórico precedente. Os estudantes são orientados a estabelecer os primeiros contatos com os representantes das comunidades selecionadas, nesse contato inicial, é realizado um diagnóstico da realidade.

Nas oficinas de leitura, são indicados diversos textos relacionados à temática da ACCS-Cuidadoteca para subsidiar discussões relacionadas ao trabalho de base do corpo próprio como experiência vivencial em sala de aula e nas comunidades. Nessas oficinas, os estudantes da Universidade se dividem em pequenos grupos, fazem discussão dos textos e planejam as ações que serão desenvolvidas no momento da dispersão. A partir daí, em conjunto com estes sujeitos, delimitam-se os complexos temáticos a serem problematizados na etapa da dispersão.

A vivência da intencionalidade do Eu Sou consiste no aprendizado da técnica que possibilita o sujeito a voltar à consciência para o corpo próprio e tornar-se observador de si mesmo, na busca da identificação com a intencionalidade do Eu Sou fundamentado na fenomenologia de Merleau-Ponty (1999, p. 3), para quem os limites da existência no corpo ou a margem impessoal envolvendo a existência pessoal

confirmam a encarnação em uma natureza e, pelo menos, a possibilidade de uma situação histórica. Interrogar-se, pois, sobre os limites da existência permite a análise reflexiva, a partir das experiências do mundo, de cuidar do outro corpo próprio morrendo, que remonta ao corpo próprio do sujeito, que cuida com uma condição de possibilidade distinta dele e mostra a síntese universal como aquilo sem o qual não haveria mundo – o Eu Sou, que, segundo afirmação de Merleau-Ponty (1999, p. 3), significa

Eu sou a fonte absoluta; minha experiência não provém de meus antecedentes, de meu ambiente físico e social, ela caminha em direção a eles e os sustenta, pois sou eu quem faz ser para mim (e portanto ser no único sentido que a palavra possa ter para mim) essa tradição que escolho retomar, ou este horizonte cuja distância em relação a mim desmoronaria, visto que ela não lhe pertence como uma propriedade, se eu não estivesse lá para percorrê-la com o olhar.

Nos indivíduos, no que toca aos limites da existência em um contexto de violência urbana, impera a dúvida, o medo, a insegurança, o erro, a morte e o morrer. Quando exacerbados, abalam a saúde física e mental e demandam situações de emergência e urgência. À luz de Merleau-Ponty (1999, p. 14), esses fenômenos são meios de ter acesso à verdade e por isso, em vez de negá-los, é preciso cada vez mais fazer o mergulho no corpo próprio como experiência vivencial, para se enraizar no Eu Sou e buscar no mundo a coisa que é, considerando a afirmação desse filósofo:

Mundo não é aquilo que eu penso, mas aquilo que eu vivo; eu estou aberto ao mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável. ‘Há o mundo’; dessa tese constante da minha vida não posso nunca inteiramente dar razão.

Nesse sentido, a facticidade do mundo é o que faz com que o mundo seja mundo, assim como a facticidade da violência é o que faz com que a violência seja violência e não um mito, ou um horror, ou um protocolo, ou um procedimento técnico, um dado epidemiológico. O mundo e a violência não são imperfeições, erros ou fracassos. Ao contrário, eles são “coisa” que confirma a existência humana, isto é, funda para sempre a ideia da verdade sobre essa existência.

Nessa vivência intencionalidade do Eu Sou, é adotada a atitude fenomenológica, que coloca em suspenso a intencionalidade de ato, isto é, todos os juízos, comparações, críticas e julgamentos, enfim, toda a racionalidade que já é dada pelos saberes científicos, como também toda a intencionalidade operante, isto é, aquela onde se manifestam os desejos, as crenças, as convicções íntimas, o apego, o sofrimento, enfim, a atitude natural que já é dada pelos saberes culturais mágicos ou religiosos. Dessa forma, para Santana (2005), o corpo próprio do indivíduo pode reapoderar-se, apropriar-se da intenção total – não apenas aquilo que são para a representação as “propriedades” da coisa percebida, a poeira dos “fatos históricos”, as “ideias” introduzidas pela doutrina –, mas a maneira única de existir que se exprime nas propriedades da água, do fogo, da terra, do ar, e de ser quem sou.

Ao adotar a atitude fenomenológica do corpo próprio como experiência vivencial, utilizando a vivência da intencionalidade do Eu Sou, o indivíduo poderá, então, conduzir o processo do cuidado transdisciplinar em saúde, com sensibilidade, dignidade e cidadania, apropriando-se da intencionalidade total, ampliada, e gerando um comportamento único em relação ao outro, à natureza, ao tempo. Em relação à ACCS-Cuidadoteca, esse comportamento é único para o contexto específico em que ocorre, cotidianamente, o enfrentamento da situação de violência por tráfico de drogas e alta vulnerabilidade social que elevam o risco de morte e morrer, em consequência de doenças por causas externas e doenças respiratórias crônicas. Para Santana (2005), essa atitude fenomenológica é muito diferente das atitudes terapêuticas adotadas quando se está sendo regido por uma lei do tipo físico-matemático, ou de um dogma, ou de um mandato sociocultural, acessíveis ao pensamento objetivo ao qual se está condicionado e tão arraigado.

Nas oficinas de Dinâmica dos Sentidos, busca-se a ruptura com as atitudes naturais objetivistas que permeiam as questões epistemológicas e metodológicas, pois, para Chauí (2000), ao ampliar e desenvolver o seu sistema consciente, o homem pode alcançar a consciência reflexiva e tornar-se, ao mesmo tempo, sujeito e objeto de sua observação. Como sujeito do conhecimento, o homem reflete sobre as relações entre atos e significações e conhece a estrutura formada por eles. A referida estrutura é o corpo humano psicofísico, considerado por Merleau-Ponty (1999, p. 212, 227, 229) como

[...] um sistema de potências motoras ou de potências perceptivas [...] não é objeto para um ‘eu penso’: ele é um conjunto de significações vividas que

caminha para seu equilíbrio [...] transforma as ideias em coisas, minha mímica do sono em sono efetivo [...] se o corpo pode simbolizar a existência é porque a realiza e porque é sua atualidade [...] o corpo exprime a existência total, não que seja seu acompanhamento exterior, mas porque a existência se realiza nele. Esse sentido encarnado é o fenômeno central do qual corpo e espírito, signo e significação são momentos abstratos.

O sujeito do conhecimento, como é abordado nas oficinas de Dinâmica dos Sentidos na ACCS-Cuidadoteca, é o corpo próprio do indivíduo que se cuida para cuidar do outro, na perspectiva merleauPontiana do corpo psicofísico e sexuado, o único a possuir a existência em si, pois guarda em sua estrutura orgânica a capacidade de se mover e perceber, ao mesmo tempo, o espaço e as coisas que o circundam. Não se trata de duas percepções: espacialidade e ser da coisa. Ela é uma só, compreendida quando a experiência do corpo próprio enraíza o espaço na existência. Para Merleau-Ponty (1999, p. 205), “[...] ser corpo é estar atado a um certo mundo, e nosso corpo não está primeiramente no espaço: ele é o espaço”. Ao se aprender essa concepção de corpo próprio, é deixada de lado, definitivamente, a concepção mágico-religiosa do corpo como invólucro do espírito e a visão mecanicista do corpo como uma máquina glorificada e animada pelo espírito, onde, em ambas, o ser do corpo se confunde o tempo todo, reforçando a dualidade entre matéria e espírito, quando, na verdade, o que importa é a essência dos fenômenos. Para isso, é preciso voltar “às coisas mesmas”, sem se deixar enganar e se iludir com suas aparências e suas impressões, principalmente quando se trata de cuidar do outro corpo próprio que está morrendo.

À luz da fenomenologia merleauPontiana, Santana (2005), ao se referir ao sexual do corpo próprio, enfatiza que não se trata do órgão genital, uma das partes do corpo próprio; tampouco se refere à relação sexual como efeito desses órgãos genitais e nem à libido como um instinto, como naturalmente se concebe o sexual no contexto do senso comum. O sexual é o poder do corpo próprio de trazer em si a existência. Com esse poder, torna-se um sujeito psicofísico com capacidade de enraizamento em diferentes ambientes dessa existência; de visar outro corpo no mundo e não em consciência e a ele se dirigir cegamente, sem entendimento algum, norteados por ideias, ligando-se um corpo ao outro; com o enraizamento na existência e a visão do outro corpo próprio, ambos coexistindo no mundo, fixa-se por diferentes experiências e adquire estruturas de conduta, ajustando a ela uma conduta sexual, uma conduta

de poder geral de ter acesso a mundos. Para Merleau-Ponty (1999, p. 219), “[...] é a sexualidade que faz com que o Homem tenha uma história. Se a história sexual de um Homem oferece a chave de sua vida, é porque, na sexualidade do Homem, projeta-se sua maneira de ser a respeito do mundo, a respeito do tempo e a respeito dos outros Homens”.

É esse corpo próprio psicofísico e sexuado que exprime a existência total, porque integra a existência biológica (fisiologia) e a existência humana (psicologia) e jamais é indiferente ao seu próprio ritmo e nem é um mediador neutro. O corpo próprio não é apenas ponto de passagem, instrumento, veículo ou manifestação pessoal: este retoma e recolhe em si aquela existência dada e anônima, dela extrai o seu sentido e a ela atribui uma significação. Para tanto, possui estruturas que lhe são próprias – a visão, a audição, a sexualidade e, especialmente, o cérebro humano, a percepção, a imaginação, a memória, a linguagem. Ao exprimir a existência total no corpo próprio, Merleau-Ponty (1999, p. 221) considera que “[...] a vida corporal ou carnal e o psiquismo estão em uma relação de expressão recíproca, ou que o acontecimento corporal tem sempre uma significação psíquica”.

Nesse sentido, ao cuidar do outro corpo próprio que está morrendo, a existência total está expressa e significada nesse corpo e no corpo próprio do outro, aquele que cuida. Imbuída dos ensinamentos da fenomenologia merleau-pontiana, desvela-se, para Santana (2005), o cuidado transdisciplinar a partir do corpo próprio como experiência vivencial que adota uma atitude fenomenológica de cuidar-se para cuidar do outro corpo próprio que está morrendo.

O corpo assim considerado constitui, para Merleau-Ponty (1999, p. 280), “[...] um campo perceptivo presente e atual, uma superfície de contato com o mundo ou perpetuamente enraizada nele”. Esse campo perceptivo é preenchido de estímulos, reflexos, estalidos, de impressões fugazes, nem sempre possíveis de se correlacionar com exatidão ao contexto percebido, de forma a estabelecer uma relação de causa e efeito, porque esse saber tem de esperar sua realização intuitiva. Portanto, o sujeito do conhecimento, o indivíduo, que toma como referência seu corpo próprio, considera seu corpo como seu ponto de vista sobre o mundo, como um dos objetos desse mundo e, pelos órgãos dos sentidos, capta a qualidade sensível dos outros objetos que o circundam, pois para Merleau-Ponty (1999, p. 25), a “[...] qualidade não é um elemento da consciência, é uma propriedade do objeto [...] e a análise descobre, portanto, em cada qualidade, significações que a habitam”, desvelando o surgimento de um mundo verdadeiro e exato.

Nessas condições, o corpo vivo torna-se presente no mundo e tem um lugar familiar no sistema da experiência vivida, podendo, assim, alcançar a realização do saber intuitivo, o sentir, que é a comunicação vital com esse mundo percebido. Para Merleau-Ponty (1999, p. 84), “[...] é a ele que o objeto percebido e o sujeito que percebe devem a sua espessura. Ele é o tecido intencional que o esforço do conhecimento procurará decompor”. A análise reflexiva estará segura de ter encontrado o centro do fenômeno, se for igualmente capaz de esclarecer sua inerência vital – a intuição e a sua intenção racional.

Entre as atribuições cerebrais, a percepção, na fenomenologia merleau-pontiana, se reveste de importância peculiar, pois é considerada a iniciação ao mundo. Realiza-se no corpo e este não pode existir fora de um mundo, e o mundo, os objetos e o corpo formam um sistema no qual estão rigorosamente ligados. Essa percepção, no sentido pleno da palavra, é diferente de imaginação e memória. Para Merleau-Ponty (1999, p. 61, 63), significa

[...] apreender o sentido imanente ao sensível antes de qualquer juízo. O fenômeno da percepção verdadeira oferece portanto uma significação inerente aos signos e do qual o juízo é apenas a expressão facultativa [...] a percepção torna-se uma ‘interpretação’ dos signos que a sensibilidade fornece conforme os estímulos corporais.

Desenvolver o movimento de voltar às coisas mesmas, para apreender o sentido e o significado do corpo próprio do indivíduo, ao cuidar do outro que está morrendo, é feito a partir da percepção do corpo próprio do indivíduo que cuida. Isto significa escrever sobre a verdade contida no conhecimento sensível e as sensações da vivência da experiência. A percepção, para Santana (2005), fundamentada na fenomenologia merleau-pontiana, não é uma percepção intelectual pela qual os dados inextensivos (as “sensações”) são postos em relação e explicados, de tal sorte que acabam por constituir um universo objetivo, como é de uso corrente o entendimento da percepção condicionado pelas influências do objetivismo. Para Merleau-Ponty (1989, p. 63), a experiência da percepção, isto é, o primado da percepção

[...] nos põe em presença do momento em que se constituem para nós as coisas, as verdades, os bens; que a percepção nos dá um logos em estado nascente, que ela nos ensina, fora de todo o dogmatismo, as verdadeiras condições da própria objetividade; que ela nos recorda as tarefas do conhe-

cimento e da ação. Não se trata de reduzir o saber humano ao sentir, mas de assistir ao nascimento desse saber, de nos torná-lo tão sensível quanto o sensível, de reconquistar a consciência da racionalidade, que se perde acreditando-se que ela vai por si, que se a reencontra, ao contrário, fazendo-a aparecer sobre um fundo de natureza inumana.

Assim, para Merleau-Ponty (1999 p. 65-66), antes da percepção não há nada que seja espírito, nada que esteja constituído. Mais adiante, esse filósofo afirma que a percepção é justamente este “[...] ato que cria de um só golpe, com a constelação dos dados, o sentido que os une – que não apenas descobre o sentido que eles têm, mas ainda faz com que tenham um sentido”. Então, o começo absoluto tem de estar no objeto exterior, é a própria consciência do objeto exterior. Toda a vida da consciência se dirige para algo,

Já que ela só é consciência, quer dizer, saber de si, enquanto ela mesma se retoma e se recolhe em um objeto identificável [...] é preciso que reencontremos a origem do objeto no próprio coração de nossa experiência, que descrevamos a aparição do ser e compreendamos como paradoxalmente há para nós, o em si. (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 109-110)

Portanto, nas oficinas de Dinâmica dos Sentidos, a análise do vivido vem mostrar a consciência perceptiva do corpo próprio do indivíduo como experiência vivencial de cuidar-se para cuidar. O *locus* privilegiado serão os sentidos corpóreos – tato, visão, audição e as sensações, que são maneiras do corpo próprio ter acesso aos objetos, desvelados conforme as diferentes perspectivas apreendidas das unidades de significado dos discursos dos sujeitos envolvidos nessa dinâmica.

As palestras Educação, Saúde e Cidadania são preparadas pelos estudantes universitários a partir do encontro com a comunidade no momento da dispersão, que consiste em encontros semanais do meio do semestre até o final da disciplina. A partir das problemáticas diagnosticadas na realidade local, em conjunto com a comunidade, são organizadas temáticas que orientam o cuidado transdisciplinar, respeitando a cultura local e as necessidades destacadas pelos seus representantes. Essas palestras têm contribuído, inclusive, para a reorientação de um plano de saúde com a finalidade de promoção da qualidade de vida e prevenção de doenças utilizando a rede do SUS disponível no Distrito Sanitário da Boca do Rio. Foram realizadas

palestras sobre os temas: hipertensão arterial, diabete mellitus, doenças respiratórias crônicas (asma, DPOC, tuberculose), estresse, câncer de mama, útero, pulmão, tabagismo, entre outros.

Nessa mesma atividade semanal, são realizadas intervenções diretamente na comunidade na sala de acolhimento e classificação de risco, em que é feita a escuta sensível e qualificada (ver, ouvir, sentir) individualmente, de cada participante da ACCS-Cuidadoteca, na perspectiva da cidadania, para a inclusão da comunidade no SUS, que precisa transcender a discussão dessa política de humanização para além dos muros da academia e dos serviços públicos de saúde, entendida como seguridade social; portanto, ela é um direito de todos e dever do Estado.

### Reflexão crítica dos processos vivenciados

Para a disciplina ACCS-Cuidadoteca, por ocasião da implantação da primeira turma no segundo semestre de 2010, foram oferecidas 14 vagas, tendo sido matriculados e aprovados dez alunos; em 2011, a segunda e a terceira turma juntas ofertaram 28 vagas, distribuídas no primeiro e segundo semestres, totalizando 24 alunos matriculados e aprovados em 2012, no primeiro semestre, foram oferecidas 14 vagas, sendo matriculados os 13 alunos aprovados. No segundo semestre de 2012, não foram oferecidas vagas por conta da greve dos docentes nas instituições de ensino superior. No primeiro semestre de 2013, também não foram oferecidas vagas para que se fizessem as adequações em conformidade com a Resolução que regulamentou as ACCS da UFBA como disciplina optativa; e, no segundo semestre, a disciplina está incluída no planejamento do colegiado do curso de graduação de Enfermagem para ser ofertada. No total, 47 alunos desenvolveram a ACCS-Cuidadoteca.

Inicialmente, as atividades foram desenvolvidas apenas na comunidade da Paróquia Nossa Senhora da Esperança, local permanente dessa AACCS-Cuidadoteca. Depois, a iniciativa foi alcançando outros espaços, integrando eventos maiores como a II Feira de Saúde Vamos Respirar, organizada em comemoração ao Dia Mundial de Combate à Asma, em 5 de maio de 2012, no Parque Metropolitano de Pituáçu, em Salvador-BA, das 8 às 16h, sendo aberta ao público em geral, gratuitamente. O evento foi uma realização do Núcleo de Pesquisa da Escola de Enfermagem ATIVAR/NUREKR, em parceria com o Núcleo de Excelência em Asma, todos da Universidade Federal da Bahia. Na Feira, foram montados oito *stands* temáticos sobre como é possível conviver e viver bem com asma. As atividades foram apresentadas ao



público de maneira dinâmica e criativa. O *stand* “ACCS-Cuidadoteca” foi montado em um espaço natural do parque, cercado por árvores e distante dos demais *stands*, com a finalidade de sensibilizar os visitantes e deixá-los mais envolvidos com as atividades da vivência da intencionalidade do Eu Sou e a dinâmica dos sentidos. Essas mesmas atividades também foram desenvolvidas durante a Semana da ACTA, em 2011 e 2012, realizadas no PAF III, em Ondina, no *campus* de Salvador. A estimativa de público alcançada pela ACCS-Cuidadoteca, totalizando todos esses eventos organizados e conduzidos pelos estudantes universitários, foi de 140 pessoas.

Verificou-se, nos eventos, a partir dos depoimentos colhidos nas rodas de conversas que foram montadas para que cada um compartilhasse a experiência vivida, a partir do uso da técnica da observação direta, que os visitantes, ao chegarem ao local onde estava instalada a ACCS-Cuidadoteca, apresentavam-se inicialmente com muita timidez e poucas expectativas. Ao final da sessão, estavam visivelmente sensibilizadas, demonstrando surpresa, alegria, estranheza, leveza e a maioria relatou bem-estar e disposição. As atividades desenvolvidas possibilitaram que esclarecessem dúvidas sobre os cinco sentidos do corpo; possibilitou espaços para a promoção do conhecimento sobre si mesmo, sobre o outro e o mundo, além de ter proporcionado criação de vínculo com os visitantes e de contribuir para sua saúde.

Na Paróquia Nossa Senhora da Esperança, no Stiep, também utilizando as mesmas técnicas da roda de conversa e da observação direta, verificou-se que predominou o sexo feminino, a partir dos 30 anos, pertencentes à classe social de baixa renda, analfabetas e semialfabetizadas, sofrendo pela grande influência do tráfico de drogas, desemprego e mortalidade por causas externas. A cada encontro, a aproximação dos discentes com as mulheres da comunidade era maior, e a sensação era de descontração, liberdade, confiança e expectativa pela próxima atividade, pelo próximo encontro.

Observou-se que os participantes se tornaram sujeitos protagonistas do cuidado transdisciplinar em conjunto com os facilitadores, porém, para que isso ocorresse, foi preciso favorecer o desenvolvimento do potencial humano, utilizando o corpo próprio como experiência vivencial e desenvolver ações de educação, saúde e cidadania. O foco da ACCS foi fazer perceber a consequência da autopercepção das pessoas para os seus corpos, usando os cinco sentidos como ferramentas. As dinâmicas vividas por essas mulheres representaram mudanças significativas em suas vidas, elas aprenderam, a partir do autocuidado, a despertar a consciência do eu, com a

finalidade de resolver problemas, inquietações que não são vistas pelo outro e, sim, sentidas de forma individual, particular de cada uma.

A ACCS-Cuidadoteca proporcionou um grande aprendizado não apenas para as mulheres, como também para os discentes e docentes que, por meio dessa atividade, tornaram seu olhar mais sensível ao seu corpo próprio e ao do outro. No momento da partilha, em muitas falas, são expressas satisfação, alegria, paz, tranquilidade, novas perspectivas de vida, e isso se traduz em bem-estar, ou seja, produção de saúde através da tecnologia do cuidado transdisciplinar. Motivadas, as estudantes que participaram da monitoria da ACCS-Cuidadoteca fizeram o relato da experiência, publicado nos anais do 10º Congresso Internacional da Rede Unida, em 2012, realizado no Rio de Janeiro.

Três alunas, estimuladas pela temática, fizeram essa opção para o desenvolvimento de seus trabalhos de conclusão de curso de graduação, já tendo sido os projetos submetidos ao Comitê de Ética em Pesquisa, aguardando a aprovação para iniciar a coleta de dados, com previsão para serem apresentados ao colegiado de graduação de Enfermagem no segundo semestre de 2014, para obtenção do título de bacharel em Enfermagem.

## Considerações finais

A ACCS-Cuidadoteca institucionalizou a tecnologia de processo de Cuidado Transdisciplinar do Corpo como Consciência, como uma disciplina do currículo dos cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia, no âmbito da extensão universitária. Constituiu-se em uma iniciativa tímida e incipiente, necessitando de que sejam desenvolvidas pesquisas para análise do impacto para o enfrentamento das problemáticas e necessidades vividas pela população de áreas de tráfico de drogas e com alta vulnerabilidade social, submetidas a fatores de risco elevado para a morte e o morrer em consequências de doenças por causas externas e doenças respiratórias crônicas.

Pode-se observar, com a ACCS-Cuidadoteca, que foi iniciado um processo que possibilitou romper com as práticas lineares que predominam no modelo biomédico newtoniano-cartesiano, buscando práticas que considerem a estrutura social, na qual, os indivíduos e grupos estão inseridos, tornando-as mais abrangentes, resolutivas, integradoras, com qualidade e em quantidade suficiente para atender às demandas da população.

Docentes e discentes aproximaram-se de algumas situações de miserabilidade, violência, falta de vontade política e vulnerabilidade da população e observaram e sentiram a impotência da comunidade diante de: balas perdidas, execução sumária de adolescentes e crianças, falta de saneamento básico e doenças crônicas e degenerativas que não são tratadas devido à insuficiência dos serviços públicos de saúde disponíveis pelo SUS. Tudo isso evidencia que o entendimento de todo esse complexo universo e da determinação social do processo saúde doença é difícil, sendo necessário todo empenho para a integração de ensino, pesquisa, serviço, academia e comunidades. Por fim, enquanto grupo envolvido na proposta, acredita-se que as atividades não se esgotam, no sentido de qualificar e aprofundar as abordagens no cuidado transdisciplinar na perspectiva da qualidade de vida.

## Referências

- CHAKUR, C. R. de C. L. Contribuições da pesquisa psicognética da educação escolar. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 21, n. 3, p. 289-296, set./dez. 2005.
- CHAUÍ, M. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2000.
- CHAVES, M. M. *Complexidade e transdisciplinaridade: uma abordagem multidimensional do setor saúde*. Disponível em: <<http://www.nc.ufrj.br/ftp/complexi.doc/>>. Acesso em: 26 out. 2002.
- DEMO, P. *Praticar ciências: metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Saraiva, 1995.
- MENDES, E. V. *Distrito sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1993.
- MERLEAU-PONTY, M. *Fenomenologia da percepção*. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- NICOLESCU, B. *Manifesto da transdisciplinaridade*. 4. ed. São Paulo: Triom, 2006.
- PEREIRA, J. G.; MARTINES, W. R. V. Integração academia, serviço e comunidade: um relato de experiência do curso de graduação e medicina na atenção básica no município de São Paulo. *Mundo da Saúde*, São Paulo, v. 33, n. 1, p. 99-107, 2009.
- SANTANA, M. T. B. M. *O sentido e o significado do corpo próprio do profissional de saúde ao cuidar do outro que está morrendo: uma abordagem à luz de Merleau-Ponty*. Ceará. 2005. 186f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.



# A extensão universitária e o reconhecimento do direito à saúde: universidade e escola fomentando o protagonismo juvenil

*David Ramos da Silva Rios, Maria Constantina Caputo e Carmen Fontes Teixeira*

## Introdução

A universidade, como local de produção e difusão de conhecimentos, artes, ciências, tecnologias e culturas, tem desempenhado, historicamente, um importante papel político, econômico e social, constituindo-se não só em um espaço de reprodução da sociedade através da formação de pessoal, mas também, em espaço de elaboração de projetos de mudança nas concepções e práticas vigentes em diversas áreas.

Nessa perspectiva, destaca-se a importância das atividades de extensão, através das quais se estabelece a interação da universidade com a sociedade, ao mesmo tempo em que possibilita aos alunos e professores articularem teoria e prática, integrarem atividades de ensino e pesquisa, bem como estabelecerem diálogos entre o conhecimento científico e o saber popular. (UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, 2010)

Através de atividades extensionistas, os mais diversos sujeitos podem conseguir construir uma consciência de cidadania, bem como desenvolver uma atitude crítica acerca da sociedade onde se inserem e sobre a qual se direcionam para produzir, coletivamente, diversas formas de saberes que podem subsidiar processos de organiza-

ção, mobilização e participação em torno de propostas de mudança e transformação social.

Assim, tomando como base o debate contemporâneo no campo da saúde, é importante destacar a importância das atividades de extensão universitária para a difusão de conhecimentos e mobilização de vontades em torno da luta pelo direito à saúde, a qual, especificamente no Brasil, constitui o eixo do processo de Reforma Sanitária, desencadeado nos últimos 40 anos. (PAIM, 2008)

Este processo, como se sabe, resultou no reconhecimento do direito à saúde como direito de cidadania na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), ponto de partida para um longo, tortuoso e inacabado processo de mudança no âmbito jurídico e político-institucional para a criação de condições que garantam a universalidade do acesso, a integralidade e equidade da atenção à saúde e a participação e controle social das políticas e do sistema de saúde. (TEIXEIRA et al., 2014)

Nesse contexto, as atividades de extensão universitária que tomam como tema o direito à saúde podem se constituir em espaços de difusão e intercâmbio de conhecimentos, visando a mobilização e organização comunitária em torno da conscientização acerca dos determinantes sociais dos problemas que lhes afetam, estimulando o desencadeamento de processos e ações voltadas para a defesa e garantia do direito à saúde.

Este capítulo trata de descrever e analisar o desenvolvimento do programa de pesquisa-extensão “Promoção da saúde e qualidade de vida”, desenvolvido por discentes e docentes de diversos cursos de graduação (Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Medicina, Saúde Coletiva, Bacharelado Interdisciplinar em Artes e Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades) da Universidade Federal da Bahia, em uma escola da rede pública estadual, em Salvador, Bahia, durante o período de 10 de janeiro a 20 de outubro de 2012, e que contou com apoio financeiro da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC).

O objetivo central do programa contemplou a inserção da reflexão acerca do conceito ampliado de saúde (BATISTELLA, 2007) na comunidade escolar, a fim de que os professores e alunos desenvolvessem a consciência crítica dos seus direitos à saúde e viessem a promover ações voltadas à sua reivindicação e à melhoria das condições de vida na realidade em que vivem.

Com isso, pretendeu-se envolver os jovens estudantes e os membros da comunidade escolar alvo do programa em um processo de conscientização quanto aos pro-

blemas de saúde e seus determinantes sociais, buscando contribuir para a formação de sujeitos críticos (TESTA & PICHLER, 2007) no que diz respeito à saúde, ponto de partida para o desenvolvimento do protagonismo juvenil na luta pela garantia dos direitos sociais.

A seguir, apresentamos uma breve revisão dos fundamentos teórico-conceituais do programa, isto é, o conceito ampliado de Saúde que orientou o desenvolvimento das ações de extensão e a concepção acerca das relações entre Saúde e Educação, traduzidas na busca do diálogo desenvolvido no ambiente escolar. Na sequência, tratamos de descrever as atividades realizadas e os resultados alcançados, agregando uma análise do significado da experiência e as perspectivas futuras.

### **O conceito ampliado de saúde e seus determinantes**

O debate em torno do conceito de saúde envolve diversos significados que foram construídos e consolidados ao longo da história. Vários autores (BATISTELLA, 2007; CZERESNIA, 2003; SCLAR, 2007) tem se ocupado da revisão das definições identificadas e apontam as abordagens contemporâneas, as quais são: a) a saúde como ausência de doença; b) a saúde como bem-estar; c) a saúde como valor social (conceito ampliado).

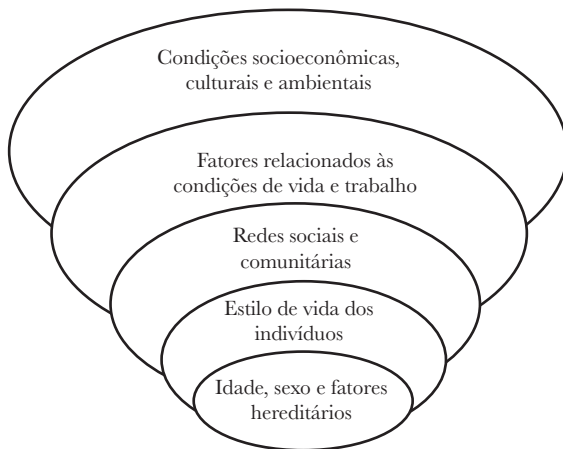
A visão da saúde como ausência de doença é amplamente difundida na sociedade e vem sendo afirmada pela medicina de modo a orientar a grande maioria das pesquisas científicas e as práticas desenvolvidas neste campo, limitadas ao diagnóstico e tratamento de patologias. Já a noção de saúde como bem-estar foi incorporada à clássica definição da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1948, expressando-se como estado de completo bem-estar físico, mental e social. Tal concepção vincula a saúde às múltiplas dimensões da condição humana, isto é, sua existência biológica, psicológica e social, porém é bastante genérica e mesmo utópica.

A saúde, como valor social, diz respeito ao entendimento do caráter dinâmico do estado de saúde, algo a ser continuamente promovido, protegido e preservado, que não pode ser alcançado apenas mediante iniciativas individuais, visto que depende da mobilização e da ação coordenada do Estado e da sociedade como um todo. De acordo com este conceito, a saúde é resultante das condições de alimentação, habitação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, liberdade, acesso e posse da terra e acesso aos serviços de saúde, sendo, portanto, resultado

das condições e dos modos de vida dos indivíduos e grupos, os quais dependem da sua inserção na organização econômica, política e social. (BATISTELLA, 2007)

Esta última concepção vem orientando inúmeros estudos e modelos acerca dos chamados determinantes sociais da saúde, que embasam a formulação de políticas e implantação de práticas que contribuem para a promoção da saúde e melhoria das condições de vida dos diversos grupos da população. Um destes modelos, elaborado por Dahlgren e Whitehead (1991), foi adotado internacionalmente pela OMS e incorporado, no Brasil, aos estudos da Comissão Nacional de Determinantes Sociais da Saúde. Este modelo dispõe os Determinantes Sociais da Saúde em várias camadas (Figura 1), segundo seu nível de abrangência, incluindo desde as características demográficas (idade, sexo), fatores genéticos e estilos de vida que incidem sobre a saúde dos indivíduos e grupos, uma camada onde se situam os fatores ligados às condições de vida e trabalho, até os macrodeterminantes constituídos pelas condições socioeconômicas, culturais e ambientais gerais. Um aspecto relevante deste modelo diz respeito à inclusão das redes sociocomunitárias como elemento intermediário entre os macro e microdeterminantes, sugerindo assim a potencialidade da mobilização e organização coletiva, diante de condições de vida adversas, como fator que pode contribuir para a promoção da saúde e proteção contra riscos e agravos. (COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE, 2008, p. 13)

Figura 1: Determinantes Sociais da Saúde



Adaptado de Dahlgren e Whitehead (1991).



Esse entendimento abrangente acerca da saúde fundamenta a concepção do direito à saúde, tal como foi incorporada ao debate no âmbito da Reforma Sanitária Brasileira (RSB), cabendo destacar dois aspectos: o primeiro corresponde à formação de uma consciência crítica, entendida como a tomada de consciência de que a saúde é um direito da pessoa e um interesse da comunidade (BERLINGUER, 1978); o segundo, intrinsecamente ligado ao primeiro, situa a participação popular como essencial, daí o destaque que recebe no texto constitucional e na Lei nº 8.142/90 (BRASIL, 1990), compondo uma das principais diretrizes do atual sistema público de saúde.

Assim, faz-se necessário destacar que grande parte dos mecanismos que propiciam a consolidação do direito à saúde como um direito de todos advém da mobilização dos cidadãos. Torna-se, portanto, importante o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva dos indivíduos, principalmente dos jovens, para que estes possam atuar de modo ativo, tanto no tempo presente, quanto no futuro, em prol da garantia do direito à saúde. Desse modo, a realização de atividades de extensão universitária que consigam mobilizar os sujeitos no reconhecimento da sua realidade e na luta pela garantia dos seus direitos mostra-se de grande relevância no processo de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

### **Saúde e Educação: diálogos pela garantia do direito à saúde**

A compreensão dos seus direitos e deveres é de fundamental importância para que os sujeitos exerçam seu papel de cidadão, nas variadas dimensões sociais, e que estejam implicados na resolução dos problemas que afetam a todos, em prol da consolidação de um país justo e democrático. Segundo Gonçalves e outros (2008), um trabalho articulado entre as áreas de Saúde e Educação pode contribuir para o desenvolvimento de uma visão integral e multidisciplinar do ser humano, ao considerar as pessoas nos seus mais variados contextos sociais, potencializando a tomada de decisões favoráveis à saúde dos sujeitos e ao planejamento de políticas voltadas para a garantia do direito à saúde e a melhoria da qualidade de vida.

A área da Educação, e mais precisamente o espaço da escola, portanto, pode ser um importante instrumento social de transformação, que tem a possibilidade de ampliar a efetivação do direito à saúde. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) destacam a relevância da interação entre o campo da Saúde e da Educação, bem

como ressalta a necessidade e a importância de se desenvolver um ambiente capaz de respeitar as singularidades e a dignidade dos sujeitos.

A Educação para a Saúde cumprirá seus objetivos ao conscientizar os alunos para o direito à saúde, sensibilizá-los para a busca permanente da compreensão de seus determinantes e capacitá-los para a utilização de medidas práticas de promoção, proteção e recuperação da saúde ao seu alcance. [...] Espera-se, portanto [...] que os alunos sejam capazes de: compreender que a saúde é um direito de todos e uma dimensão essencial do crescimento e desenvolvimento do ser humano; compreender que a condição de saúde é produzida nas relações com o meio físico, econômico e sociocultural, identificando fatores de risco à saúde pessoal e coletiva presentes no meio em que vivem [...]. (BRASIL, 1997)

Assim, o diálogo entre as áreas da Saúde e da Educação responde às demandas sociais, que requerem o desenvolvimento da consciência cidadã da população e dos governantes para que o direito à saúde seja encarado como uma prioridade, uma vez que este é produto do estilo de vida e das condições de existência dos indivíduos. (BRASIL, 1997) Logo, podem ser geradas mudanças pessoais e sociais capazes de mobilizar os sujeitos em torno da garantia do seu direito à saúde, ainda mais quando as ações desenvolvidas conseguem envolver a comunidade com a universidade, por intermédio das ações extensionistas.

A Escola se configura assim como um espaço de constituição de sujeitos sociais capazes de refletirem e agirem sobre a realidade, transformando-a em prol da redução das iniquidades existentes e da garantia dos direitos de todos. Além do mais, é indispensável salientar que a infância e a adolescência são épocas decisivas na apropriação de conhecimentos, habilidades e valores e, por conseguinte, a escola assume um papel indispensável devido à sua função social e sua capacidade no trabalho contínuo de formação dos jovens. Como destacam Charlot (2001) e Novaes (2004), o protagonismo juvenil é uma estratégia para a cidadania que considera os jovens como atores sociais que têm direitos, independente da condição ou situação em que vivem. Os jovens são vistos, portanto, pelo que são, sabem, sentem, pensam, sonham e como se relacionam.

Mediante a construção do protagonismo juvenil, é possível desenvolver um processo de educação para valores, que tem na participação social dos jovens: uma

forma de construção da corresponsabilidade; o caminho para o envolvimento com causas coletivas; e a construção de competências que tornem duradouras as ações empreendidas. Assim, é possível garantir a formação de valores e o desenvolvimento de atitudes diante da vida, e o adolescente pode contribuir para assegurar os seus direitos e para a resolução de problemas da sua comunidade. (IULIANELLI; FRAGA, 2003)

Através da abordagem de conteúdos que permitam a problematização das relações dos jovens com a sua realidade, é possível, portanto, gerar uma reflexão e uma multiplicidade de olhares sobre o mundo, motivando o surgimento de práticas inovadoras e o protagonismo juvenil em torno da mobilização justa e urgente por reivindicações políticas para a superação de problemas que incidem sobre suas condições de vida e, conseqüentemente, afetam cotidianamente sua saúde.

## Promoção da saúde e qualidade de vida: relato da experiência

A execução do Programa “Promoção da saúde e qualidade de vida” implicou, inicialmente, na realização de um conjunto de atividades preparatórias para a estruturação do espaço de pesquisa-ação,<sup>1</sup> tratando-se de estabelecer parceria com uma escola da rede pública estadual, localizada na cidade de Salvador. Após a formalização desta parceria, iniciou-se a caracterização dessa instituição, com o levantamento de informações quantitativas e qualitativas acerca da comunidade escolar, ponto de partida para o planejamento e preparação de oficinas de problematização<sup>2</sup> com os professores participantes do programa (docentes do 1º ano do ensino médio).

## Preparação das oficinas

As atividades para a elaboração das oficinas foram realizadas de modo coletivo, envolvendo alunos de diferentes cursos de graduação da Universidade Federal da Bahia (Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Bacharelado Interdisciplinar em Ar-

---

1 A pesquisa-ação é um tipo de pesquisa social com base empírica, concebida e realizada em intenso contato com uma ação ou com a resolução de um problema que afeta uma parcela significativa de uma determinada comunidade. (TRIP, 2005)

2 A metodologia da problematização parte do pressuposto de que o aprendizado é um processo extremamente complexo, que não se consolida de forma linear, mas estrutura-se mediante redes de conexões que cada sujeito faz, reelaborando assim associações singulares que se ampliam e ganham novos sentidos à medida que é capaz de desenvolver novas relações e envolver-se na resolução de problemas. (RIBEIRO, 1998)

tes, Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Medicina e Saúde Coletiva).

Durante o processo de elaboração das oficinas, os acadêmicos envolvidos foram incentivados a elaborar formas de aprendizagens ativas, visto que coletivamente analisaram e refletiram sobre determinados aportes teóricos (o conceito ampliado de saúde, protagonismo juvenil e direito à saúde), bem como tiveram que relacioná-los com possíveis intervenções na realidade e com temas e assuntos já abordados no seu curso de graduação. Assim, foram produzidos diversos materiais, como recursos audiovisuais, imagens, charges, dinâmicas de grupo, cordéis, dentre outros.

Ainda nessa etapa do desenvolvimento do programa, os acadêmicos realizaram o levantamento das distintas ações, programas e projetos propostos pelas diversas Secretarias setoriais do Estado da Bahia (Secretaria de Infraestrutura, Secretaria de Cultura, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Educação, Secretaria de Transportes, Secretaria de Saúde etc.) e também as Secretarias Municipais de Salvador (Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Transporte Urbano e Infraestrutura), cujas ações incidem sobre os determinantes sociais da saúde.

A realização de tal levantamento, portanto, foi necessária para subsidiar ações futuras dos jovens participantes, ou seja, para garantir que a comunidade, quando percebesse, por si só, a necessidade de se organizar para lutar politicamente pelo seu direito à saúde e decidisse procurar órgãos responsáveis pela garantia desses direitos, pudesse contar com o apoio da equipe de execução do projeto no fornecimento de informações necessárias para o planejamento das ações reivindicativas.

## **Realização das oficinas**

O objetivo das oficinas foi definido como “desenvolver a consciência crítica com relação aos determinantes sociais dos problemas de saúde identificados pela comunidade escolar e incentivar a realização de intervenções interdisciplinares na matriz curricular dos jovens do ensino médio, para que os professores, respaldados pelo protagonismo juvenil, pudessem garantir o direito à saúde em sua comunidade”.

Inicialmente, ocorreu o levantamento, sistematização e análise das concepções de saúde presentes entre os professores da escola, ponto de partida para a problematização de suas ações enquanto cidadãos de uma determinada comunidade. Paralelamente, ocorreu o estímulo à reflexão crítica sobre a realidade e o papel do

protagonismo juvenil no enfrentamento dos problemas e necessidades de saúde. Nessa perspectiva, os pesquisadores e os membros da comunidade escolar foram envolvidos de modo cooperativo no processo de reflexão sobre o conceito ampliado de saúde e seus determinantes sociais, através de uma interação dinâmica e dialógica.

Foram realizadas oito oficinas a partir das noções e conceitos presentes entre os participantes, sempre valorizando as experiências vividas, como ponto de partida para a reflexão crítica e buscando provocar a discussão dos seguintes temas: conceito ampliado de saúde, protagonismo juvenil, e direito à saúde. Além do mais, os participantes foram estimulados a refletirem sobre quais aspectos do direito à saúde poderiam ser abordados na sala de aula com os discentes. Desse modo, fez-se necessário a identificação e elaboração de metodologias de ensino que pudessem inserir o tema do direito a saúde nos assuntos curriculares dos jovens. Ao longo das oficinas, ainda foi discutido até que ponto a instituição de ensino seguia os objetivos preconizados pelos PCNs, principalmente no que se refere à instrumentalização dos jovens para a intervenção individual e coletiva sobre os determinantes do processo saúde/doença.

### **Elaboração do roteiro socioantropológico**

Durante o desenvolvimento das oficinas, foi elaborado, também, através da cooperação entre a equipe executora do programa e o corpo docente da unidade escolar, um roteiro socioantropológico, com o intuito de que os alunos pudessem desenvolver uma ação investigativa, ou seja, que eles fossem motivados a analisar a situação de saúde em sua comunidade. Este roteiro buscava direcionar uma observação socioantropológica do bairro, pelos alunos, e o registro sistemático do que eles percebiam nas suas comunidades em termos de suas condições de vida (moradia, saneamento básico, lazer, trabalho, acesso a serviços de saúde etc.) que influenciam nas condições de saúde.

Através do uso desse instrumento, esperava-se que os jovens desenvolvessem a compreensão de que eles próprios são parte constituinte da realidade analisada e que lhes cabe tomar consciência de que o direito à saúde e às condições de vida saudáveis é algo a ser conquistado, cabendo-lhes agir de modo a garantir o exercício deste direito, mediante mobilização em torno da operacionalização das políticas e programas de ação governamental que atendam às necessidades e demandas da população.

Assim, o roteiro socioantropológico pretendia orientar os alunos na indagação sobre sua realidade e, estimular a mobilização em torno da luta pela efetivação dos seus direitos, inclusive o direito à saúde.

## Resultados obtidos e análise da experiência

Alguns aspectos do desenvolvimento do programa “Promoção da saúde e qualidade de vida” merecem destaque, entre os quais a variedade de temas abordados e as características da metodologia utilizada para sua problematização. De fato, durante as oficinas, foi identificada uma ampla gama de temas relacionados aos determinantes sociais dos problemas de saúde, a exemplo da falta de saneamento básico, dificuldade de acesso aos serviços de saúde, moradias inadequadas, altas taxas de violência, dentre outros, os quais foram problematizados e discutidos.

A forma como se deu esta problematização se beneficiou da heterogeneidade dos participantes, tanto dos membros da equipe do programa, quanto dos representantes da comunidade escolar, o que possibilitou a elaboração de metodologias de trabalho extremamente dinâmicas e informativas, que envolveram conhecimentos e técnicas provindas do campo das artes, ciências e humanidades. O processo de construção coletiva de tais metodologias garantiu que sujeitos formados em diferentes áreas pudessem perceber a questão do direito e da promoção da saúde através de sua perspectiva, bem como conseguissem compreender e elaborar as suas possíveis formas de intervenção, de acordo com as suas habilidades e conhecimentos.

A presença de uma equipe tão diversificada favoreceu amplamente as ações desenvolvidas, bem como ampliou as análises realizadas, devido à existência de perspectivas de distintas áreas do saber no processo de reflexão. Além do mais, a riqueza de conhecimentos e a diversidade de saberes foram indispensáveis no desenvolvimento das ferramentas de investigação (roteiro socioantropológico), no desenvolvimento das oficinas e das atividades de intervenção, bem como no planejamento da abordagem do tema do direito à saúde no currículo dos jovens.

Os professores associaram os diversos temas trabalhados ao longo das oficinas com a realidade dos seus alunos e com os assuntos abordados em sala de aula. Assim, unidos à equipe de execução, eles introduziram o tema do “direito à saúde” nos assuntos curriculares dos jovens. Nessa perspectiva, o professor de Matemática, por exemplo, abordou estatística utilizando dados epidemiológicos dos distritos sanitá-

rios<sup>3</sup> nos quais se localizavam as comunidades dos alunos, além de utilizar as relações existentes entre Produto Interno Bruto (PIB), Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Determinantes Sociais em Saúde para explicar os assuntos referentes a porcentagem e índices.

Já a professora de Biologia, por exemplo, centrou o seu plano de aula no tema da compreensão do processo de saúde-doença e no estreitamento das relações com o ambiente saudável e não saudável, assim como a necessidade de recuperar o “sentido de lugar”. Dessa forma, buscou identificar junto aos alunos os animais sinantrópicos e domésticos, relacionando-os com doenças no meio ambiente em transformação.

A professora de Literatura, por sua vez, elaborou três planos de aula sobre o tema da violência contra a mulher e contra os homens. No primeiro, o objetivo era fazer o aluno identificar as formas de violência contra a mulher, analisando um livro de Jorge Amado, e comparando com casos atuais de violência contra a mulher. No segundo plano, se informava aos alunos e alunas sobre a lei Maria da Penha e como as mulheres podiam se proteger e agir em caso de violência. No último plano de aula elaborado, tratou-se também o tema da violência contra os homens.

Desenvolveram-se ainda, junto aos professores, metodologias visando a abordagem nas disciplinas do ensino médio de conhecimentos acerca das políticas e instituições públicas responsáveis pela garantia dos direitos e das condições de vida e saúde, estimulando, assim, a organização e mobilização dos jovens e buscando enaltecer o seu potencial social, político e ético para o estudo científico, a reflexão crítica e o agir politicamente, desenvolvendo a responsabilidade social e o compromisso cidadão.

Ao longo das oficinas, os professores puderam refletir sobre as práticas no cotidiano escolar e pensar sobre a abrangência do conceito ampliado de saúde e o papel social que a escola desempenha. Tais reflexões incentivaram a realização de intervenções interdisciplinares e a formulação de redes de apoios. Ao longo do desenvolvimento das oficinas, foi estimulada a reflexão da saúde como um fenômeno determinado por aspectos sociais, culturais, econômicos, históricos, biológicos e políticos.

---

3 De acordo com Mendes (1993), os Distritos Sanitários não são apenas frutos do processo de descentralização político-administrativa do sistema de saúde, eles são importantes elementos de redirecionamento e modificação da forma de organização e do conteúdo das ações e serviços de saúde, de modo a responder às demandas da população e atender às necessidades de saúde da população que vive em um determinado espaço territorial e social.

Pode ocorrer assim, o entendimento da saúde como um valor multideterminado e complexo, não ligado apenas à ausência de doença, mas algo a ser conquistado.

Contudo, para que uma parcela significativa dos objetivos propostos pelo programa fosse alcançada, diversos impasses tiveram que ser solucionados. E assim, foi necessário manter contato com quatro distintas escolas para que o programa pudesse ocorrer. Na primeira delas, a realização de reformas na infraestrutura do prédio da instituição de ensino, bem como o desinteresse e a falta de adesão de um número suficiente de professores para que houvesse o impacto esperado na comunidade inviabilizaram o desenvolvimento do programa.

Na segunda escola, a greve dos professores estaduais da Bahia, a greve da Polícia Militar e a greve dos rodoviários, que paralisaram diversas atividades no estado baiano, inclusive as atividades de ensino, dificultaram o cumprimento do cronograma nas escolas públicas do Estado, bem como as atividades do programa, visto que, com o retorno às suas funções, os professores direcionaram todos os seus esforços para compensar os dias de aulas perdidos, uma vez que foram comprometidos cerca de 100 dias do calendário escolar dos alunos da rede pública estadual de ensino.

Já na terceira escola, a inviabilização do desenvolvimento do programa foi devido a outras experiências com atividades extensionistas realizadas por outras equipes, nas quais a Universidade Federal da Bahia se fez presente enquanto o projeto estava em desenvolvimento e depois se retirou, sem compartilhar as experiências e os benefícios adquiridos.

Na última escola visitada, na qual boa parte das ações do programa foram desenvolvidas, as atividades foram encerradas em decorrência de impasses referentes à carga horária que cada professor deveria usar no programa. Boa parte das causas dessa situação pode ser justificada pelo projeto de Lei 20047/2012, aprovado pelo governo baiano no ano de 2012, de acordo com o qual os professores da rede pública de ensino do Estado da Bahia, poderão ter um aumento salarial de 6,74% a 14,2%, a depender do seu nível de formação e do tipo de ensino (fundamental ou médio), e caso participem de cursos de qualificação, nos quais tenham 75% de frequência e com carga horária de 120 horas.

Uma vez que boa parte dos professores não se enquadrava mais em tais critérios e que a participação no programa não geraria uma carga horária de 120 horas, os professores abandonaram a ideia, por acreditarem que as atividades desenvolvidas seriam mais uma obrigação, com dispêndio de tempo. Tal situação gerou diversas



reflexões por parte da equipe de execução do programa, uma vez que os mesmos professores que antes se engajaram nas atividades, de consolidação do direito à saúde, imbuídos na mobilização do protagonismo juvenil de seus alunos, agora estavam desistindo das ações propostas e passavam a enxergá-las com outros pontos de vista.

Desse modo, o programa foi finalizado com o término da elaboração do roteiro socioantropológico e a elaboração de alguns planos de trabalho, que se mostram como alguns dos principais legados desse projeto, uma vez que poderão ser reaplicados em outros espaços e com outros sujeitos, de modo que os envolvidos possam refletir sobre a sua realidade, as condições de saúde de suas comunidades, os seus determinantes sociais, bem como as possíveis formas de intervenção junto às autoridades públicas, em prol da consolidação do seu direito à saúde.

## Conclusões e perspectivas

Mediante a busca do desenvolvimento do protagonismo juvenil, foi possível realizar um processo de educação para valores sociais que, através dos jovens, obteria uma construção de corresponsabilidade, através do envolvimento com causas coletivas. Assim, torna-se viável o desenvolvimento de atitudes dos adolescentes que poderão ser mobilizados a contribuir para assegurar os seus direitos e resolver os problemas da sua comunidade.

Nesse processo de reconhecimento do potencial de luta da juventude, foi imprescindível se levar em consideração os conhecimentos próprios dos indivíduos e valorizar sua realidade, uma vez que, como já propunha Paulo Freire, a educação não pode ser um simples depósito de conteúdos na mente das pessoas, como se estas fossem seres vazios, mas sim uma problematização contínua dos homens em suas relações com o mundo. (CYRINO; TORALLES-PEREIRA, 2004)

Consideramos que, através da realização dessa atividade extensionista, envolvendo a Saúde e a Educação, foi possível problematizar o ideário segundo o qual as condições de saúde são determinadas apenas pela realidade social ou pela ação do poder público, tanto quanto a visão oposta, que enfatiza determinantes biológicos. Os sujeitos envolvidos compreenderam que usufruir do direito à saúde está ao alcance de todos e depende majoritariamente da sua atuação enquanto cidadãos participativos. Com isso, pode-se fortalecer a noção de que a efetivação da Saúde como um direito depende da participação social, que representa a corresponsabilização entre o Estado e a sociedade civil na produção da saúde.

É fundamental salientar que o desenvolvimento das atividades necessitou da compreensão do conceito amplo de Saúde por parte dos participantes. Logo, foi indispensável que eles pudessem ter acesso a informações vindas dos diversos campos do conhecimento humano, pois somente com a participação de diferentes áreas, cada uma enfocando conhecimentos específicos, se pôde garantir que todos construíssem uma noção adequada do que realmente vem a ser a Saúde.

E, mais do que isso, foi fundamental levar em consideração a realidade e os interesses próprios de cada um, uma vez que, ao identificar as características sociais, culturais e naturais do lugar onde vive, o cidadão é capaz de conhecer a si mesmo, fazer comparações, buscar explicações e compreender os mais diversos aspectos que estão presentes em sua sociedade. Dessa forma, ele pode adquirir consciência do espaço no qual vive e atua e delinear sua ação individual e coletiva dentro do âmbito social.

## Referências

- BATISTELLA, C. Abordagens contemporâneas do conceito de saúde. In: FONSECA, A. F. e CORBO, A. D. (orgs) *O território e o processo saúde-doença*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2007, p. 51-86.
- BERLINGUER, G. *Medicina e política*. Editora Hucitec, São Paulo, 1978.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: meio ambiente, saúde*. Brasília: 1997.
- BRASIL, 1990. Lei no 8.142. *Diário Oficial da União*, 28 de dezembro de 1990. p. 25.694-25.695.
- CHARLOT, B. *Os jovens e o saber: perspectivas mundiais*. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- COMISSÃO NACIONAL SOBRE DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE. *Relatório da CNDSS*, março de 2008, 207 p.
- CYRINO, E. G.; TORALLES-PEREIRA, M. L. Trabalhando com estratégias de ensino-aprendizado por descoberta na área da saúde: a problematização e a aprendizagem baseada em problemas. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 2004.
- CZERESNIA, D. O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção. In: CZERESNIA D.; FREITAS, C. M. de. (Org.). *Promoção da Saúde: reflexões, conceitos, tendências*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003, p. 39-53.

- DAHLGREN, G.; WHITEHEAD, M. *Policies and strategies to promote social equity in health*. Stockholm: Institute for Future Studies, 1991.
- GONÇALVES, F. D.; CATRIB, A. M. F.; VIEIRA, N. F. C.; VIEIRA, L. J. E. S. A promoção da saúde na educação infantil. *Interface*, Botucatu, v. 12, p. 181-192, 2008.
- IULIANELLI, J.; FRAGA, P. C. *Jovens em tempo real*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003
- MENDES E. V. (Org.) *Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde*. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/ABRASCO; 1993.
- NOVAES, R. (org.). *Juventude e sociedade*. São Paulo: Instituto de Cidadania, 2004.
- PAIM, J. S. *Reforma Sanitária Brasileira: contribuição para compreensão e crítica*. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008.
- SCLIAR, M. História do conceito de Saúde PHYSIS, *Revista Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, 17(1): 2007, p. 29-41.
- TESTA, E. (Org.); PICHLER, N. A. (Org.). *Ética e educação*. Passo Fundo, RS: UPF, 2007. v. 1. 152 p.
- TRIP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. *Educação e Pesquisa*. São Paulo, v. 31, n. 3, set./dez, 2005, p. 443-466.
- TEIXEIRA, C. F.; SOUZA, L. E. F.; PAIM, J. S. Sistema Único de Saúde (SUS): a difícil construção de um sistema universal na sociedade brasileira. In: PAIM, J. S. e ALMEIDA FILHO, N. *Saúde Coletiva: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Medbook, 2014. p. 121-137.
- UFBA. *Estatuto & Regimento Geral*. Salvador. Universidade Federal da Bahia, 2010.



## Autores

**Adriana Santos de Jesus:** Mestranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora da Secretaria Municipal de Ensino de Salvador.

**Alessandra Santana Soares e Barros:** Sanitarista. Doutora em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta na Faculdade de Educação da UFBA. Coordenadora da Classe Hospitalar do Hospital Universitário Professor Edgard Santos. E-mail: classehospitalar@ufba.br

**Aline Daiane Nunes Mascarenhas:** Doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora substituta na Universidade Estadual de Feira de Santana.

**Ana Lúcia Moreno Amor:** Graduada em Biologia (1998) pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Patologia Humana (2002) pelo Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz. Professora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação da Rede Nordeste em Biotecnologia na área de Biotecnologia em Saúde.

**Ana Tereza Cerqueira Lima:** Graduada em Farmácia e Bioquímica (2008), mestre em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas (2010) e doutoranda em Imunologia pela Universidade Federal da Bahia.

**Any Brito Leal Ivo:** Arquiteta e urbanista. Mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora adjunta da Faculdade de Arquitetura da UFBA. E-mail: anyivo@gmail.com

**Ariadne Scalfoni Rigo:** Professora assistente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutoranda em Administração pela UFBA. Membro da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA. E-mail: [ariadne.rigo@ufba.br](mailto:ariadne.rigo@ufba.br)

**Camila Alexandrina Figueiredo:** Graduada em Farmácia (2001) pela Universidade Federal da Paraíba. Doutora em Farmacologia (2005) pela Universidade Estadual de Campinas. Pós-doutorado pela The Johns Hopkins University (2012). Professora adjunta IV da Universidade Federal da Bahia.

**Carine Monteiro de Queiroz:** Doutoranda do Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [inepsicologia@gmail.com](mailto:inepsicologia@gmail.com)

**Carmen Fontes Teixeira:** Médica (1978). Mestre em Saúde Comunitária (1982). Doutora em Saúde Pública (1996). Professora do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde e do Programa de Estudos Interdisciplinares sobre Universidade, no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Docente do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA.

**Cíntia Mercês Souza:** Graduanda do bacharelado em Ciência da Computação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da UFBA. E-mail: [cintiams@dcc.ufba.br](mailto:cintiams@dcc.ufba.br)

**Clarice Costa Pinheiro:** Feminista. Mestre em Literatura pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo.

**Clarissa Viana Matos de Moura:** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia.

**Clelia Neri Côrtes:** Docente do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [cleliancortes@gmail.com](mailto:cleliancortes@gmail.com)

**Cristiana Barros Nascimento Costa:** Bióloga. Professora adjunta II no Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Botânica pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: cbncosta@gmail.com

**Cristina Bressaglia Lucon:** Doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

**Daisy Santos de Almeida:** Mestranda do Programa de Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade no Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia. Bacharel em Fisioterapia pelo Centro Universitário Jorge Amado (2009).

**Daniela Cristina Calado:** Professora do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia, *campus* Professor Edgard Santos, Barreiras. E-mail: daniccalado@gmail.com

**Darizy Flavia Silva Amorim de Vasconcelos:** Graduada em Farmácia (2002), mestre e doutora (2008) em Produtos Naturais e Sintéticos Bioativos, área de concentração Farmacologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora adjunta I, professora do corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas e colaboradora do Programa de Pós-graduação em Farmácia da Universidade Federal da Bahia.

**David Ramos da Silva Rios:** Bacharel em Saúde (2011) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduando em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária da UFBA. E-mail: david-rios@hotmail.com

**Débora Abdalla Santos:** Professora associada do Departamento de Ciência da Computação do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Coordenadora do Programa Onda Digital da UFBA. Doutora em Ciência da Computação (2000) pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: abdalla@ufba.br

**Débora de Almeida dos Anjos:** Graduada do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista do Programa Permanecer da UFBA. E-mail: deby.anjosalm@gmail.com

**Débora Dourado do Nascimento:** Especialista em Administração pela da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA. E-mail: [deborad@ufba.br](mailto:deborad@ufba.br)

**Denise Silva de Souza:** Doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora da Secretaria Municipal de Ensino de Salvador.

**Genauto Carvalho de França Filho:** Professor associado III da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista de Produtividade em Desenvolvimento Tecnológico e Extensão Inovadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Coordenador da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA. Doutor em Sociologia pela Université de Paris VII (2000). E-mail: [genauto@ufba.br](mailto:genauto@ufba.br)

**Gioandro Marcus Ferreira:** Doutor em Ciências da Informação – Mídias pela Universidade de Paris II. Professor associado IV da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [giovandr@ufba.br](mailto:giovandr@ufba.br).

**Gleice Kelly Santos Almeida:** Graduanda do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista de Iniciação Científica pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária da UFBA. E-mail: [kelly.salmeida@hotmail.com](mailto:kelly.salmeida@hotmail.com)

**Ila Rocha Falcão:** Nutricionista. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [falcao.ila@gmail.com](mailto:falcao.ila@gmail.com).

**Iole Macedo Vanin:** Feminista. Doutora em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Departamento de Ciência Política da UFBA e no Bacharelado Estudos de Gênero e Diversidade, do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo. Pesquisadora permanente do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher.

**Ives Romero Tavares do Nascimento:** Professor substituto da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Administração pela UFBA. Membro da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da UFBA. E-mail: [Ives.tavares@ufba.br](mailto:Ives.tavares@ufba.br).



**Jorge Antônio Silva Costa:** Biólogo. Professor adjunto III do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Botânica pela Universidade Estadual de Feira de Santana. E-mail: jcosta.bio@gmail.com.

**José Roberto Severino:** Professor da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP). Pesquisador do Centro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA e do Núcleo de Estudos das Diversidades, Intolerâncias e Conflitos da USP.

**Juliana Maria Oliveira dos Santos:** Graduanda do bacharelado em Ciência da Computação da Universidade Federal da Bahia e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Extensão Universitária. E-mail: joliveira@dcc.ufba.br

**Keina Maciele Campos Dourado:** Graduada em Farmácia (2009) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), com habilitação em Análises Clínicas. Mestre em Imunologia e doutoranda pelo Programa de pós-graduação em Imunologia da UFBA.

**Lilian Lessa de Andrade:** Nutricionista. Professora da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Nutrição pela Escola de Nutrição da UFBA. Doutoranda em Difusão do Conhecimento pela UFBA. E-mail: lilianl@ufba.br

**Livia Silva Viana:** Graduanda em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica na Classe Hospitalar do Hospital Universitário Professor Edgard Santos.

**Loislene Oliveira Brito:** Bióloga pela Universidade Federal do Espírito Santo. Mestre em Genética pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (USP). Doutora em Biologia Celular e Molecular pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. Docente da Universidade Federal da Bahia até 2012 e, atualmente, do curso de Ciências Biológicas da Universidade Estadual de Feira Santana.

**Lucélia Amorim da Silva:** Graduanda de Nutrição da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

**Magno Willams de Macêdo Farias:** Graduando em Administração pela Universidade Federal de Alagoas. Membro da Incubadora Tecnológica de Economia Solidária e Gestão do Desenvolvimento Territorial da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia. E-mail: [magnowmufba@gmail.com](mailto:magnowmufba@gmail.com)

**Márcio Correia Campos:** Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Arquitetura pela Universidade Técnica de Viena, Áustria. Professor assistente da Faculdade de Arquitetura da UFBA. E-mail: [mcorreiacampos@gmail.com](mailto:mcorreiacampos@gmail.com)

**Maria do Carmo Soares de Freitas:** Graduada em Nutrição (1972) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Saúde Pública pela Escuela de Salud Pública de México (1977). Doutora em Saúde Coletiva (2000) pela UFBA. Pós-doutorado em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro. Professora associada III da Escola de Nutrição da UFBA. Atua no Centro Colaborador de Alimentação Escolar (UFBA).

**Maria Celeste Ramos da Silva:** Doutoranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora da Secretaria Municipal de Ensino de Salvador.

**Maria Constantina Caputo:** Doutora em Saúde Pública pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos (IHAC/UFBA). Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA). Coordenadora do Programa Promoção da Saúde e Qualidade de Vida (IHAC). E-mail: [mccaputo50@gmail.com](mailto:mccaputo50@gmail.com)

**Mariam Jalal Husein:** Pedagoga (2004) pela Universidade do Estado da Bahia. Coordenadora pedagógica e professora da Classe Hospitalar do Hospital Universitário Professor Edgar Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro do Grupo de Pesquisa sobre Educação de Pessoas Hospitalizadas e/ou Doentes Crônicos da Faculdade de Educação da UFBA.

**Mariângela Nascimento:** Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia.

**Maria Teresa Brito Mariotti de Santana:** Enfermeira. Professora adjunta na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Enfermagem pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Núcleo de Renascimento Elizabeth-Kubler-Ross, cadastrado no diretório de pesquisa do Conselho Nacional de Pesquisa. E-mail: mariotti@ufba.br

**Maria Thereza Ávila Dantas Coelho:** Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutora em Saúde Pública pela UFBA. Coordenadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade da UFBA. Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA). E-mail: therezacoelho@gmail.com

**Neuza Maria Alcântara Neves:** Graduada em Medicina (1977) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Parasitologia Médica pela Universidade de Londres, Inglaterra (1981). Doutora em Biologia Celular e Molecular pela Fundação Oswaldo Cruz (1998). Professora associada da UFBA. Professora permanente do Curso de Pós-graduação da Rede Nordeste em Biotecnologia. Colaboradora das pesquisas da Universidade Federal de Pernambuco, da Universidade de Quito, no Equador, da Universidade de Londres, na Inglaterra, e da Universidade de Salzburgo, na Áustria.

**Norma Vilany Queiroz Carneiro:** Farmacêutica graduada pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Imunologia (PPGIm), no Instituto de Ciências da Saúde (ICS/UFBA).

**Paola Vieira da Silva Santos:** Graduanda de Nutrição pela Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia.

**Paulo Gilvane Lopes Pena:** Doutor em Ciências Sociais pela École des hautes études en sciences sociales, em Paris. Pós-doutor pela Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz. Professor associado da Faculdade de Medicina da Bahia da Universidade Federal da Bahia. E-mail: pena@ufba.br

**Priscila Santos Amorim:** Pedagoga. Mestranda pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora da Secretaria Municipal de Ensino de Salvador.

**Rita de Cássia Franco Rêgo:** Médica. Professora do Programa de Pós-Graduação em Saúde, Ambiente e Trabalho da Universidade Federal da Bahia (UFBA)

e professora associada da Faculdade de Medicina da Bahia da UFBA. Doutora em Saúde Pública pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. E-mail: ritarego@ufba.br

**Rosana Marques Silva:** Veterinária. Professora associada I do Instituto de Ciências Ambientais e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal da Bahia. Doutora em Anatomia dos Animais Domésticos e Silvestres pela Universidade de São Paulo. E-mail: rosana.ms@uol.com.br

**Rosane Santos Gueudeville:** Fisioterapeuta. Pedagoga. Mestre pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia. Professora da Secretaria Municipal de Ensino de Salvador.

**Rosiléia Oliveira de Almeida:** Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFBA e do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA e da Universidade Estadual de Feira de Santana. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. E-mail: roalmeida@ufba.br

**Samuel Badaró Junqueira:** Graduada em Ciências Biológicas (2003), com ênfase em Ciências Biomédicas, pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestre em Imunologia (2008) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Doutor pela UFBA.

**Tâmara Caroline Almeida Terso:** Graduanda do curso de Comunicação, habilitação em Jornalismo, da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e monitora da Ação Curricular em Comunidade e Sociedade (ACCS) Comunicação, Democracia e Cidadania da UFBA.

**Tamires Cana Brasil Carneiro:** Graduada em Farmácia e Bioquímica (Análises Clínicas e Saúde Pública), mestre em Imunologia e doutoranda em Imunologia pela Universidade Federal da Bahia.

**Thais Campos de Carvalho:** Bacharel em Direito (1996) pela Universidade Católica do Salvador. Pedagoga pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

**Thaís Mara Dias Gomes:** Fisioterapeuta do Serviço Especializado de Saúde Ocupacional do Hospital Universitário Professor Edgar Santos da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Saúde, Ambiente e Trabalho pela UFBA. E-mail: thaís\_diasgomes@hotmail.com

**Vanessa Prado dos Santos:** Doutora em Cirurgia pela Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Professora adjunta da Universidade Federal da Bahia. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Saúde, Violência e Subjetividade. E-mail: vansanbr@hotmail.com

**Virgínia Moraes de Moura:** Graduanda de Medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Membro da Liga Acadêmica de Oncologia da UFBA.

**Formato:** 170 x 240mm  
**Tipo do texto:** Baskerville / Avenir  
**Papel do miolo:** Alta Alvura 75g/m<sup>2</sup>  
**Papel da capa:** Cartão Supremo 300g/m<sup>2</sup>  
**Impressão e acabamento:** Gráfica Cian  
**Tiragem:** 400 exemplares